



**Universidade Federal de Ouro Preto**  
**Escola de Direito, Turismo e Museologia**



Ana da Cruz Alcântara Campos Vieira

**PÓS-MINERAÇÃO EM CONGONHAS/MG:  
O TURISMO CRIATIVO COMO ALTERNATIVA  
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Ouro Preto

2023

Ana da Cruz Alcântara Campos Vieira

**PÓS-MINERAÇÃO EM CONGONHAS/MG:  
O TURISMO CRIATIVO COMO ALTERNATIVA  
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Turismo e Patrimônio da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Mestre em Turismo e Patrimônio.

Área de Concentração: Linha de Pesquisa 1. Turismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp

Ouro Preto

2023

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

V657p Vieira, Ana Da Cruz Alcantara Campos.  
Pós-mineração em Congonhas/MG [manuscrito]: o turismo criativo  
como alternativa para o desenvolvimento sustentável. / Ana Da Cruz  
Alcantara Campos Vieira. - 2023.  
275 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. MARCOS EDUARDO CARVALHO GONÇALVES  
KNUPP.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro  
Preto. Programa de Pós Graduação em Turismo e Patrimônio. Programa  
de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio.

1. Congonhas (MG). 2. Turismo - Turismo criativo. 3. Política pública.  
4. Sustentabilidade. I. KNUPP, MARCOS EDUARDO CARVALHO  
GONÇALVES. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Ana da Cruz Alcântara Campos Vieira**

**Pós-Mineração em Congonhas/MG: o Turismo Criativo com Alternativa para o Desenvolvimento Sustentável**

Dissertação apresentada ao Programa de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Turismo e Patrimônio.

Aprovada em 31 de julho de 2023.

### Membros da banca

Prof. Dr. Marcos Eduardo Carvalho Goncalves Knupp (orientador - Universidade Federal de Ouro Preto);  
Profa. Dra. Alissandra Nazareth de Carvalho (Universidade Federal de Ouro Preto);  
Profa. Dra. Carolina Lescura de Carvalho Castro Volta (Universidade Federal de Ouro Preto);  
Prof. Dr. Magnus Luiz Emmendoerfer (Universidade Federal de Viçosa);  
Prof. Atualpa Luiz de Oliveira (Instituto Federal de Minas Gerais).

[Prof. Dr. Marcos Eduardo Carvalho Goncalves Knupp (orientador - Universidade Federal de Ouro Preto), orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 27/09/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Eduardo Carvalho Goncalves Knupp, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/10/2023, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0599040** e o código CRC **5E3F6E9A**.

## DEDICATÓRIA

A fé desempenhou um papel crucial ao longo dessa jornada, dando-me forças para superar desafios e capacitando-me a alcançar o inimaginável. Oferto minha profunda gratidão a Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo, e à Mãe Rainha por concluir o Mestrado. Essa conquista vai além de um simples sonho, é o reconhecimento de que, ao acreditar em mim mesma e confiar no Divino, sou capaz de realizar o impossível.

Dedico esta conquista ao Maurício, minha outra metade, e à minha filha, Mariana, a vida que me trouxe vida. Vocês dois são a razão pela qual cada palavra foi incansavelmente escrita. Em cada linha, manifesto minha gratidão por todo o apoio e encorajamento que vocês me proporcionaram ao longo dessa jornada. Com vocês ao meu lado, sinto uma certeza profunda: é através do amor que aprendi e continuarei aprendendo sobre os infinitos significados de amar e ser amada.

Entrego esta vitória aos meus amados pais, Pedro e Geraldina, verdadeiros exemplos de fé e coragem. Entre o caminho de sonhos e verdades, vocês me ensinaram a ler a poesia da vida ao contrário. O amor, as ideias e os ensinamentos de vocês dois transcendem o tempo, tornando-os imortais em minha existência. Vocês são a minha eterna inspiração, a força que impulsiona meus passos e a raiz que me sustenta. Tenho plena consciência de que estão acompanhando a conclusão dessa etapa. Sou abençoada por ter pais maravilhosos como vocês! Pedro, presente! Geraldina, presente!

À minha família, aos meus irmãos Graça e Jésus, à “Tia Maria”, sobrinhas e sobrinhos, cunhadas e cunhados, e ao Pedrinho, meu sobrinho neto, que veio pra nos ensinar que é preciso ter o compromisso de, todos os dias, renovarmos os sonhos e reinventarmos as nossas vidas.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Knupp, que me ensinou mais que métodos, ensinou-me a erguer as pilastras da liberdade de criação, da confiança e do respeito em todas as horas e momentos de construção e desconstrução de ideias. Me tornei uma pesquisadora e uma pessoa melhor devido ao seu profissionalismo. Levarei suas lições para a vida. Foi mais do que um presente aprender com você. Muito obrigada!

Aos professores doutores Alissandra Carvalho, Carolina Lescura, Magnus Emmendoerfer e Ataulpa Oliveira, meu profundo agradecimento pela disponibilidade em compor as bancas de qualificação e defesa. Suas presenças foram fundamentais para o meu progresso acadêmico. Sou grata e tenho a honra de tê-los ao meu lado.

O meu sincero agradecimento à UFOP, em especial aos professores doutores Maria do Carmo Pires e Rodrigo Burkowski, coordenadores deste Mestrado, e a todos os meus educadores do PPGTURPATRI/UFOP. Suas aulas inspiradoras, ensino de excelência e desafios constantes expandiram meus horizontes acadêmicos. Obrigada por terem acreditado em mim e por me encorajarem a alcançar o meu melhor.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, que compartilharam comigo momentos de aprendizado, troca de ideias e motivação mútua. Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Mara Lúcia, minha querida amiga, as palavras são insuficientes para expressar minha gratidão a você. Agradeço-lhe de coração por tudo! Seu incentivo foi fundamental para essa vitória. Você me ensinou a semear flores e a redescobrir caminhos...

Ao Matheus, muito obrigada pelo seu apoio e por eternizar esse trabalho por meio de seus registros, que foram imprescindíveis para tornar essa etapa inesquecível. Sou grata por tornar uma pessoa tão próxima e querida na nossa família.

Agradeço também, de forma particular, a todos os respondentes pela disponibilidade, confiança, tempo e atenção dedicados às entrevistas. Tenho profundo respeito pelos indivíduos e comunidades que generosamente compartilharam seu conhecimento, tradições e experiências, permitindo-me mergulhar em suas culturas de forma respeitosa e autêntica. Cada encontro representou uma valiosa oportunidade de aprendizado e crescimento pessoal. Sou grata por essa experiência enriquecedora.

Registro meu agradecimento a todos que, de forma anônima ou não mencionada, fizeram parte desta história e contribuíram para seu final feliz. Incluo também aqueles que me ajudaram com informações, dados e sugestões. O apoio e a participação de cada um foi igualmente valiosos. Agradeço por tudo que fizeram.

A todos aqueles que acreditam no poder do conhecimento e na importância da pesquisa. Que este trabalho possa contribuir, de alguma forma, para a melhoria do campo de estudo e para a construção de um futuro melhor.

Dizem que o que todos procuramos é um sentido para a vida. Não penso que seja assim. Penso que o que estamos procurando é uma experiência de estar vivos, de modo que nossas experiências de vida, no plano puramente físico, tenham ressonância no interior de nosso ser e de nossa realidade mais íntimos, de modo que realmente sintamos o enlevo de estar vivos. É disso que se trata, afinal, e é o que essas pistas nos ajudam a procurar, dentro de nós mesmos (CAMPBELL, 1990, p. 17).

## RESUMO

O município de Congonhas, em Minas Gerais, é conhecido por seu patrimônio barroco e possui um sítio patrimonializado pela UNESCO. No entanto, vive a dependência econômica da mineração, inicialmente do ouro e atualmente do minério de ferro. Essa dependência tem levado os moradores a priorizarem os benefícios da mineração, deixando de desfrutar plenamente seu rico patrimônio cultural. Para conferir um caráter diferenciado ao território, a hipótese proposta é que é necessário construir novas relações e oportunidades de desenvolvimento regional, e o turismo criativo se apresenta como uma das soluções que oferece essa oportunidade de desenvolver o potencial criativo do território, por meio de experiências de aprendizagem e interação com a cultura local. Além disso, o turismo criativo promove a aproximação entre visitantes e moradores, assim como o surgimento de novos modelos de negócios. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as interações entre a atividade minerária e o território de Congonhas, enfocando o turismo criativo como uma alternativa produtiva e de diversificação econômica no pós-mineração. Para isso, foram identificados indicadores e táticas que fortalecem os mecanismos de integração e governança; sendo fundamental o alinhamento às metas dos 17 ODS da Agenda 2030, para que a sustentabilidade e a resiliência sejam incorporadas aos espaços rurais e minerados do município. Nesse sentido, apresenta-se as contribuições do “Policy Design” nas políticas públicas do turismo criativo, além de instrumentos de financiamento e gestão que valorizem a criatividade e as diversidades culturais, bem como priorizem o conhecimento e incluam as cidades circunvizinhas. A investigação adotou uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas utilizando o método da História Oral integrado à amostragem “bola de neve” para a coleta de dados. Além disso, a técnica da fotografia documental foi utilizada como recurso. A pesquisa revelou a plausibilidade da hipótese de despertar e estimular o turismo criativo como uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável, especialmente no pós-mineração em Congonhas. Contudo, verificou-se a necessidade de planejar, estruturar e implementar uma série de medidas para garantir o êxito desta iniciativa, maximizando seus benefícios para a comunidade local e oferecendo experiências enriquecedoras aos visitantes.

**Palavras-chave:** Congonhas/MG; turismo criativo; políticas públicas; sustentabilidade; territórios minerados.

## ABSTRACT

The municipality of Congonhas, in Minas Gerais, is known for its baroque heritage and has a site recognized as a UNESCO World Heritage Site. However, it is economically dependent on mining, initially gold and currently iron ore. This dependence has led residents to prioritize the benefits of mining, neglecting to fully enjoy their rich cultural heritage. To give the territory a distinctive character, the proposed hypothesis is that it is necessary to build new relationships and regional development opportunities, and creative tourism presents itself as one of the solutions that offers an opportunity to develop the creative potential of the area through learning experiences and interaction with the local culture. In addition, creative tourism promotes closer connections between visitors and residents, as well as the emergence of new business models. This research aims to analyze the interactions between mining activity and the territory of Congonhas, focusing on creative tourism as a productive alternative for economic diversification post-mining. To achieve this, indicators and tactics that strengthen integration and governance mechanisms have been identified, with alignment to the goals of the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda being crucial, in order to incorporate sustainability and resilience into the rural and mining spaces of the municipality. In this sense, the contributions of "Policy Design" in public policies for creative tourism are presented, as well as financing and management instruments that value creativity and cultural diversities, prioritize knowledge, and include neighboring cities. The investigation adopted a qualitative approach, with semi-structured interviews using the Oral History method integrated with snowball sampling for data collection. Additionally, the technique of documentary photography was used as a resource. The research revealed the plausibility of the hypothesis of awakening and stimulating creative tourism as a viable alternative for sustainable development, especially in the post-mining period in Congonhas. However, it was found that it is necessary to plan, structure, and implement a series of measures to ensure the success of this initiative, maximizing its benefits for the local community and offering enriching experiences to visitors.

**Keywords:** Congonhas/MG; creative tourism; public policies; sustainability; mined territories.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - As quatro camadas do design.....	92
<b>Figura 2</b> - Relação entre problema e solução no processo de design.....	92
<b>Figura 3</b> - “Policy Design Framework” ou “Quadro de Referência para o Design de Políticas” .....	97
<b>Figura 4</b> - O Ciclo de Políticas Públicas - Lasswell.....	104
<b>Figura 5</b> - Organograma da SECULTE.....	112
<b>Figura 6</b> - Organograma da FUMCULT.....	112
<b>Figura 7</b> - Requalificação do Núcleo Histórico de Congonhas - MG.....	124
<b>Figura 8</b> - Placas de sinalização de 'Rota de Fuga' em toda a cidade. Parte 1 .....	151
<b>Figura 9</b> - Placas de sinalização de 'Rota de Fuga' em toda a cidade. Parte 2.....	151
<b>Figura 10</b> - Placas de sinalização de 'Rota de Fuga' em toda a cidade. Parte 3.....	152
<b>Figura 11</b> - “Contrastes” urbanos.....	157
<b>Figura 12</b> - Sinalização de orientação turística padronizada.....	158
<b>Figura 13</b> - Sinalização de Patrimônio Cultural da Humanidade .....	159
<b>Figura 14</b> - Sinalização Turística Interpretativa de Congonhas - Parte 1.....	160
<b>Figura 15</b> - Sinalização Turística Interpretativa de Congonhas - Parte 2.....	161
<b>Figura 16</b> - Evolução de empregados por setor econômico.....	162
<b>Figura 17</b> - Herança barroca: a marca da cidade inspirada na assinatura de Aleijadinho.....	163
<b>Figura 18</b> - Reinventando identidades: a ‘nova marca’ da cidade.....	164
<b>Figura 19</b> - Roteiro “Entre Cenários da História” .....	165
<b>Figura 20</b> - Lugares de memória de Congonhas.....	167
<b>Figura 21</b> - Congonhas: tesouros rurais e ecológicos em destaque.....	167
<b>Figura 22</b> - Congonhas: ouro em arquitetura, urbanismo e religiosidade.....	168
<b>Figura 23</b> - Congonhas: religiosidade e fé.....	169
<b>Figura 24</b> - Congonhas: celebrações religiosas e culturais.....	170
<b>Figura 25</b> - Congonhas: riquezas históricas e natureza.....	171
<b>Figura 26</b> - Congonhas: unindo turismo e mineração em um mosaico cultural.....	173
<b>Figura 27</b> - Rede de Contatos - Pesquisa Qualitativa/Amostragem em bola de neve.....	188
<b>Figura 28</b> - Distribuição de gênero .....	192
<b>Figura 29</b> - Variação de idade.....	192
<b>Figura 30</b> - Comparativo: estado civil .....	192

<b>Figura 31</b> - Panorama dos níveis de escolaridade .....	193
<b>Figura 32</b> - Escalas de remuneração .....	193
<b>Figura 33</b> - Satisfação em morar em Congonhas.....	195
<b>Figura 34</b> - Análise da qualidade de vida em Congonhas: opiniões de residentes.....	196
<b>Figura 35</b> - Vínculos na mineração: relações familiares e conhecidos.....	199
<b>Figura 36</b> - Relações no turismo: laços familiares e conhecidos.....	199
<b>Figura 37</b> - Preparação de Congonhas para o pós-mineração.....	199
<b>Figura 38</b> - Mineradoras: retornos sociais para o patrimônio cultural?.....	200
<b>Figura 39</b> - Turismo criativo: desvendando conhecimentos.....	202
<b>Figura 40</b> - Turismo criativo: alternativa econômica em Congonhas.....	203
<b>Figura 41</b> - Engajamento da comunidade no turismo de Congonhas .....	204
<b>Figura 42</b> - Interesse em participar de alguma capacitação em turismo .....	205

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Triangulação de dados/Metodologia.....	40
<b>Quadro 2</b> - Fases da pesquisa: Coleta de dados e entrevistas .....	41
<b>Quadro 3</b> - Estimativa de receita e despesa do turismo municipal/2023.....	109
<b>Quadro 4</b> - Artistas/criativos apoiados pela Lei Aldir Blanc em Congonhas em 2021 .....	154
<b>Quadro 5</b> - Atividades econômicas do município de Congonhas - MG.....	175
<b>Quadro 6</b> - Fluxo turístico do Museu de Congonhas.....	177
<b>Quadro 7</b> - Fluxo turístico do CAT - Centro de Apoio ao Turista .....	178
<b>Quadro 8</b> - Sujeitos da pesquisa/respondentes.....	181
<b>Quadro 9</b> - Ocupação e /ou vínculo empregatício.....	194
<b>Quadro 10</b> - Explorando temas relevantes nas respostas dos entrevistados. ....	195
<b>Quadro 11</b> - Percepções e impactos do pós-mineração em Congonhas.....	196
<b>Quadro 12</b> - Mineradoras em Congonhas: retornos sociais para o patrimônio?.....	200
<b>Quadro 13</b> - Congonhas: rumo a um futuro sustentável além da mineração.....	201
<b>Quadro 14</b> - Descobrindo a essência criativa de Congonhas.....	203
<b>Quadro 15</b> - Congonhas: descobrindo sua atividade mais importante.....	206
<b>Quadro 16</b> - Sugestões de Estratégias e Diretrizes para o Turismo Criativo em Congonhas.	249

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACHMG** - Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais
- ACO** - Associação do Circuito do Ouro
- AMALPA** - Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Paraopeba
- AMIG** - Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil
- AMM** - Associação Mineira de Municípios
- ASCACOM** - Associação dos Catadores de Papel de Congonhas
- CADASTUR** - Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo
- CAT** - Centro de Apoio ao Turista
- CFEM** - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
- CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CODAP** - Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba
- COMTUR** - Conselho Municipal de Turismo de Congonhas
- COPASA** - Companhia de Saneamento de Minas Gerais
- CRER** - Caminho Religioso da Estrada Real
- CSN** - Companhia Siderúrgica Nacional
- CTs** - Circuitos Turísticos
- DNPM** - Departamento Nacional da Produção Mineral
- DTUR** - Diretoria de Turismo de Congonhas
- ENAP** - Escola Nacional de Administração Pública
- FERTECO** - Companhia de Mineração de Ferro e Carvão
- FIEMG** - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
- FIRJAN** - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- FUMCULT** - Fundação de Cultura, Lazer e Turismo
- FUMTUR** - Fundo Municipal de Turismo
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IDEB** - índice de Desenvolvimento do Ensino Básico
- IEPHA/MG** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
- IER** - Instituto Estrada Real
- IFMG** - Instituto Federal de Minas Gerais, compartilha com Ouro Branco
- IGRs** - Instâncias de Governança Regional

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional MG - Minas Gerais

**LDCs** - Least Developed Countries/ Países Menos Desenvolvidos (PMD)

**MINC** - Ministério da Cultura

**MTUR** - Ministério do Turismo

**MONUMENTA** - Programa de Preservação de Patrimônio Histórico Urbano

**ODS** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**OECD** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PAC** - PAC Cidades Históricas - Programa de Aceleração do Crescimento

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PNMT** - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

**PNT** - Política Nacional do Turismo

**PMC - PREFEITURA** - Prefeitura Municipal de Congonhas

**PRT** - Programa de Regionalização do Turismo

**RAIS** - Relação Anual de Informações Sociais.

**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SECULT** - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

**SECULTE** - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Eventos e Turismo

**SEDEC** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Congonhas)

**SPHAN** - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**UCCN** - Unesco Creative Cities Network /Rede de Cidades Criativas

**UFMG** - Universidade Federal de Minas Gerais

**UFOP** - Universidade Federal de Ouro Preto

**UFSJ** - Universidade Federal de São João del-Rei

**UNCTAD** - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

**UNESCO** - United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization/  
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>2 JUSTIFICATIVA</b> .....	22
<b>3 PROBLEMATIZAÇÃO</b> .....	27
<b>4 HIPOTESE</b> .....	30
<b>5 OBJETIVOS</b> .....	33
5.1 Objetivo Geral. ....	33
5.2 Objetivos Específicos .....	33
<b>6 ABORDAGEM METODOLÓGICA</b> .....	34
Capítulo 1: O TURISMO CRIATIVO COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM TERRITÓRIOS MINERADOS.....	43
1.1. Criatividade em pauta: abordagens e definições.....	44
1.2. Economia Criativa: um conceito em movimento.....	46
1.3. O turismo numa perspectiva de futuro: do cultural ao criativo.....	54
1.4. Turismo criativo: princípios e premissas.....	57
1.5. O turismo criativo e comunidades turísticas sustentáveis.....	60
1.6. Perfil e motivações do turista criativo.....	62
1.7. Oferta e demanda em turismo criativo.....	65
1.8. O turismo criativo e o alinhamento aos ODS da Agenda 2030.....	62
1.9. Turismo criativo e desenvolvimento sustentável territorial.....	74
1.10. Pós-mineração: reconversão criativa de territórios minerados.....	78
Capítulo 2: POLICY DESIGN NO TURISMO CRIATIVO: UMA ABORDAGEM INOVADORA PARA DESENVOLVER POLÍTICAS PÚBLICAS.....	83
2.1. Políticas Públicas: conceitos fundamentais.....	83
2.2. Design para soluções criativas em políticas públicas e turismo.....	89
2.3. Policy Design: uma abordagem para políticas públicas de turismo criativo.....	94

2.4. O Ciclo das Políticas Públicas: processos e impactos.....	102
2.5. Congonhas: gestão e políticas públicas de turismo.....	106
2.6. Redes de atores na política pública de turismo em Congonhas.....	117
Capítulo 3: O CONTEXTO HISTÓRICO E TURÍSTICO DE CONGONHAS/MG.....	126
3.1. O contexto histórico de Congonhas: aspectos de sua formação.....	127
3.2. O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos: um conjunto religioso e paisagístico. ....	130
3.3. O culto e a devoção ao Bom Jesus: as celebrações do Jubileu .....	132
3.4. Estrutura e desenvolvimento urbano de Congonhas.....	135
3.5. A mineração e o pós-mineração em Congonhas.....	138
3.6. A relação entre o congonhense e a mineração .....	143
3.7. O contexto do turismo em Congonhas .....	148
3.8. A cadeia produtiva do turismo de Congonhas.....	152
3.9. O Patrimônio Cultural e os lugares de Memória em Congonhas.....	166
3.10. Variáveis do turismo de Congonhas.....	173
Capítulo 4: O POTENCIAL DO TURISMO CRIATIVO NO PÓS-MINERAÇÃO: AS PERSPECTIVAS DOS CONGONHENSES.....	180
4.1. Matriz de entrevistas e grupos focais.....	181
4.2. Etapas da coleta de dados .....	186
4.3. Estruturação das entrevistas .....	189
4.4. Perspectivas de moradores para o pós-mineração em Congonhas.....	191
4.5. Estudo de dados secundários: cenários de mineradoras em Congonhas .....	207
<b>7 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>218</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>239</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>251</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>271</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>272</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O município de Congonhas, localizado em Minas Gerais, é reconhecido por seu valioso patrimônio barroco e possui um sítio patrimonializado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No entanto, apesar dessa riqueza cultural, Congonhas enfrenta uma forte dependência econômica da indústria mineradora, inicialmente com o ouro e, atualmente, com o minério de ferro, que vem transformando sua paisagem e originando uma "unificação" de valores e modos de vida, superpondo-lhe uma cultura voltada à extração e ao consumo, que tem gerado graves problemas sociais.

Isso resulta no deslocamento forçado de comunidades, além de danos ambientais. A contaminação de rios e solos afeta a subsistência das comunidades locais e compromete sua qualidade de vida. A mineração também contribui para a desigualdade de renda, concentração de riqueza e falta de diversificação econômica. Para lidar com esses problemas, é necessário um debate inclusivo, participação das comunidades afetadas e promoção de alternativas econômicas sustentáveis.

Ademais, a mineração é caracterizada por uma dicotomia complexa que impacta vários aspectos da sociedade, incluindo a economia, o meio ambiente, a gestão pública e a estrutura social da cidade. Por um lado, essa atividade desempenha um papel significativo na economia municipal, gerando empregos tanto diretos quanto indiretos, e contribuindo substancialmente para a receita local, pois de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2020, a atividade em Congonhas apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$54.043,71 (cinquenta e quatro mil, quarenta e três reais e setenta e um centavos).

Além disso, as mineradoras se apresentam como apoiadoras de projetos de responsabilidade social e ambiental na área, e se demonstram comprometidas em mitigar os impactos negativos decorrentes da atividade. No entanto, a mineração também acarreta um aumento na demanda por serviços públicos essenciais.

A mineração é categorizada como um setor inflexível porque requer infraestrutura própria, incluindo estradas, portos, energia e eletrificação, bem como investimentos especializados em capital físico e capital humano. Estes recursos, uma vez aplicados, geralmente não podem ser facilmente realocados para outras atividades produtivas (SHAFER, 1994, s.p.).

De forma, que a dependência excessiva da atividade mineradora muitas vezes resulta em

consequências graves para a comunidade local. Isso ocorre porque os benefícios imediatos e tangíveis provenientes da mineração são priorizados em detrimento da preservação do patrimônio cultural e ambiental, da memória e da história da região. O que foi exemplificado pela Rádio Real FM, ao mostrar o aumento da produção da Mina Casa de Pedra em 2022, ponto em que demonstrou que a prática gerou temores quanto à piora da poluição do ar no município; pois a mineradora obteve autorização dos órgãos oficiais para aumentar a capacidade de produção de minério de ferro em Casa de Pedra, passando de 10 milhões para 15 milhões de toneladas por ano (RÁDIO REAL FM, 2022, p.1)<sup>1</sup>.

Nesse contexto, é crucial iniciar uma preparação para a pós-mineração, e o turismo criativo, um fenômeno complexo, é escolhido por uma série de razões. Em primeiro lugar, Congonhas possui um rico patrimônio histórico e cultural, incluindo o conjunto de esculturas de Aleijadinho no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, que é reconhecido internacionalmente. Esse patrimônio cultural oferece uma base sólida para o desenvolvimento de experiências criativas e autônomas.

Além disso, Congonhas conta com uma comunidade local talentosa que pode contribuir ativamente para o turismo criativo. A cidade possui artistas, artesãos, músicos e outros profissionais criativos capazes de compartilhar suas habilidades e conhecimentos com os visitantes, proporcionando experiências únicas e enriquecedoras. Essa perspectiva do significado dos recursos humanos é respaldada pelas palavras do ex-Primeiro Ministro britânico, Tony Blair, que afirmou: "o capital humano é fundamental, e os produtos e serviços modernos demandam contribuições de alto valor agregado" (THE GUARDIAN, 2007, tradução nossa).

Ademais, ao promover o turismo criativo, Congonhas visa não apenas atrair visitantes, mas também fortalecer a conexão entre eles e os moradores locais. Essa aproximação promove a compreensão mútua, a troca de ideias e o respeito pela cultura e tradições da região. Soma-se a isso, que o turismo criativo estimula a evolução de novos modelos de negócios na cidade. Empreendedores locais podem criar produtos e serviços inovadores, baseados na cultura e criatividade local, gerando renda e emprego para a comunidade.

Ao mesmo tempo, essa iniciativa pode atrair mais visitantes para vivenciar experiências de

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[https://real.fm.br/noticia/2632/moradores-de-congonhas-nao-querem-ampliacao-de-mina -da-csn](https://real.fm.br/noticia/2632/moradores-de-congonhas-nao-querem-ampliacao-de-mina-da-csn)> Consulta em: 6 set.2023

aprendizagem memoráveis e de maneiras criativas, impulsionando a diversificação econômica do território por meio do desenvolvimento de atividades turísticas. Ao investirem infraestrutura turística adequada, a cidade adquire espaços para criar projetos e programas inovadores, principalmente aqueles que visem potencializar os atrativos e transformá-los em produtos regionalizados com valor agregado para os residentes e os turistas.

Como o objetivo da pesquisa é analisar o potencial do turismo criativo como uma alternativa sustentável no pós-mineração em Congonhas/MG, com foco na utilização de recursos locais para promover inclusão social e preservação ambiental, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, foram identificados indicadores e estratégias para a consecução desse objetivo. Esses elementos reforçam os mecanismos de integração e governança, de modo que a sustentabilidade e a resiliência possam ser construídas nos espaços rurais e minerados do território.

No entanto, é importante ressaltar que o turismo em Congonhas não dispõe de dados específicos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, devido à falta de uma estrutura de pesquisa direta associada a essa atividade. E por outro lado, o turismo tem se mostrado uma alternativa promissora para diversificar a economia de Congonhas. Dados da SECULTE mostram um aumento no número de visitantes no ano de 2022, alcançando 14.141 - quatorze mil, cento e quarenta e um turistas (CAT, 2023).

Entretanto, a atividade de mineração também levanta preocupações ambientais, como a degradação do solo e a poluição da água. Esses impactos podem afetar negativamente o turismo, pois os visitantes são atraídos pela beleza natural e pela preservação do patrimônio histórico da região. Portanto, a coexistência equilibrada entre mineração e turismo requer uma gestão cuidadosa e políticas públicas que promovam a sustentabilidade ambiental e a diversificação da economia local.

Assim, a influência da mineração em contraposição com o turismo em Congonhas é um tema que envolve a necessidade de uma abordagem estratégica para maximizar os benefícios de ambas as atividades, enquanto se minimizam os potenciais danos.

Nesse sentido, reforça-se a necessidade da implementação de políticas públicas e Instrumentos de planejamento, financiamento e gestão que valorizem a criatividade e as

diversidades culturais, além de priorizar o conhecimento e incluir as cidades circunvizinhas no processo de desenvolvimento regional.

Para tanto, a investigação adotou uma abordagem qualitativa, empregando entrevistas semiestruturadas como método principal de coleta de dados, com base na metodologia da História Oral. Para garantir uma diversidade de perspectivas e alcançar a saturação dos dados, utilizou-se a técnica de amostragem "bola de neve". Além disso, o uso da fotografia desempenhou um papel fundamental para a compreensão do contexto, permitindo uma visualização mais detalhada e imersiva da realidade investigada.

De modo que, ao incentivar o turismo criativo, é importante que este esteja alinhado às metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, criando oportunidades para os residentes e empreendedores se envolverem ativamente no turismo. Isso pode incluir diversas atividades, como oficinas de artesanato, produção de peças de arte inspiradas na região, apresentações culturais, entre outros. Essas iniciativas não apenas atraem visitantes, mas também valorizam e promovem o destino Congonhas.

Por fim, ao adotar uma abordagem sustentável para o turismo criativo, é possível garantir a preservação do patrimônio local/global, ao mesmo tempo em que se cria um desenvolvimento econômico sustentável. Isso envolve o estabelecimento de diretrizes e regulamentos para o desenvolvimento turístico, a educação e conscientização da comunidade local sobre a importância da preservação do patrimônio, além de práticas de turismo responsável junto ao meio ambiente e à cultura local.

Dessa forma, são demonstradas as contribuições do Design de Políticas (Policy Design) nas políticas públicas do turismo criativo, com ênfase no desenvolvimento sustentável do setor. O Design de Políticas no contexto do turismo criativo emerge como uma abordagem inovadora e estratégica para a formulação de políticas públicas, que envolve um processo participativo no qual são ouvidas as vozes de diferentes grupos de interesse. Ponto em que são apontadas ferramentas que podem contribuir para a criação de um ambiente favorável, de modo a facilitar a colaboração entre os atores envolvidos, incentivar a preservação do patrimônio cultural, apoiar a capacitação dos profissionais locais, promover ações de marketing e divulgação, além de realizar atividades criativas para a oferta de produtos e serviços diferenciados aos visitantes.

## 2. JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa se justifica, pois apresenta reflexões sobre os conceitos do turismo criativo e defende este fenômeno social como uma alternativa, uma filosofia de gestão, para o desenvolvimento sustentável de Congonhas no período pós-mineração.

A investigação dialoga com o PPGTURPATRI/UFOP - Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto, especificamente com a área de concentração em Turismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, para justificar o turismo criativo como uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável de Congonhas após o período de mineração. O turismo criativo é uma abordagem inovadora que busca explorar o potencial cultural e patrimonial de uma região, utilizando-o como base para o desenvolvimento de atividades turísticas sustentáveis.

Em Congonhas, que possui um rico patrimônio histórico e cultural, a atividade pode estimular a economia local, preservar o legado histórico da cidade e promover a inclusão social, além de contribuir para a diversificação econômica da região pós-mineração. Essa abordagem alinha-se aos objetivos do PPGTURPATRI/UFOP, que busca estudar o turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional e a formulação de políticas públicas nessa área.

Ademais, o processo desordenado de ocupação de Congonhas reflete o descumprimento de regras nos bens tombados. Os impactos negativos da atividade mineradora, como rompimento de barragens, rebaixamento do lençol freático, contaminação de águas e conflitos sociais, transformaram essas cidades em "territórios minerados". Essa situação evidencia as fragilidades da cidade e a necessidade de estabelecer uma nova relação com a natureza e a cultura. É fundamental desenhar uma política pública integradora, adotar uma gestão baseada em indicadores culturais, sociais, ambientais e econômicos, e seguir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU, 2015).

Além disso, a mineração traz em seu bojo um sentido especulativo e predatório, que causa consequências perversas à conservação física e paisagística, comprometendo a qualidade ambiental.

A mineração é uma das mais antigas atividades produtivas exercidas pela humanidade. Não é casual que a história da civilização adote as suas diferentes modalidades como marcos divisórios de suas eras: idade da pedra lascada (paleolítico), idade da pedra

polida (neolítico) e idade dos metais (cobre, bronze e ferro). Consciente ou inconscientemente, o consumo de bens minerais está presente em quase todos os setores da vida moderna: de insumos para agricultura até os sofisticados materiais para indústria eletroeletrônica; de bens de consumo aos grandes equipamentos industriais; da produção de medicamentos e cosméticos até a indústria aeroespacial, entre tantos outros usos. Não obstante a sua importância histórica e atual, há muita polêmica quanto ao efetivo papel da mineração para o desenvolvimento dos espaços territoriais onde ela ocorre (ENRÍQUEZ, 2007. p. 25).

Assim, os usos do patrimônio vêm registrando a substituição de paisagens antigas por novas e essa interface vem transformando novos lugares e identidades. E como a falsa integração entre modernização e o consumo tem acentuado os custos sociais e ambientais e mostrado a força da mineração - e da falta dela, é estratégico analisar os efeitos após o encerramento das atividades extrativas no município, que tem um grau de dependência econômica na mineração, e apontar novas perspectivas produtivas, sustentáveis e responsáveis com todos os envolvidos.

Congonhas possui distintas potencialidades e atrativos turísticos que são vetores de desenvolvimento sustentável e são compostos por incomparáveis acervos artístico e arquitetônico, que precisam ser aproveitados. A gestão hoteleira e de serviços, as práticas para o resgate da autoestima de grupos culturais também precisam ser qualificadas.

Desta maneira, o turismo ao associar oportunidade à criatividade e à vontade de vivenciar experiências em um destino, se mostra como uma das alternativas para sustentabilidade do município, pois ele vem promovendo interações e experiências autênticas e memoráveis em outras localidades, que também podem fazer sentido à comunidade receptora e aos visitantes, pois a “curiosidade de conhecer o novo sempre esteve entre as necessidades básicas e imediatas” (KRIPPENDORF, 2009, p.14) do ser humano.

De modo que, a busca por experiências autênticas no turismo requer entender o turista criativo, suas expectativas e evolução de perfil, indo além da contemplação passiva dos atrativos, tendo em vista que diversos estudos indicam uma transformação no perfil desse turista, e enfatizam a necessidade de interação e aprendizado.

Com isso, pode-se descrever que o turismo criativo está intimamente ligado aos “desejos” de liberdade, à transversalidade da cultura, à preservação e valorização dos bens culturais, ao charme da simplicidade, à troca de saberes, além da diversificação dos produtos turísticos e da geração de emprego, renda e divisas para a região. O que se propõe para o seu fomento é buscar parcerias

para fortalecer a identidade cultural compartilhada em redes de inclusão e de sustentação, onde as pessoas do lugar sejam sujeitos do direito e não objetos do processo.

Outra justificativa de relevância é que as cidades históricas mineiras somam mais da metade do patrimônio artístico e arquitetônico tombado no Brasil e todas carecem de estudos que refletem o pós-mineração. Assim sendo, Congonhas - Cidade dos Profetas de Aleijadinho e detentora do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela UNESCO, também requer a compreensão de sua metodologia de planejamento territorial. Além disso, apreender as relações entre morador, turistas, patrimônio cultural, entidades territoriais e instâncias de governança (locais e regionais) por meio do turismo criativo, pode ser uma estratégia de posicionamento no mercado consumidor e uma alternativa para um futuro criativo e sustentado no pós-mineração.

Ademais, a reflexão sobre o período pós-mineração, analisando o seu passivo e os riscos da paralização das atividades para municípios de pequeno e médio porte, que dependem economicamente da atividade, são de urgente e extrema importância. E ainda hoje, a maior parte da população e dos gestores municipais não enfrentam o minério de ferro como um recurso natural não-renovável, ignorando a realidade que se avizinha, que é pautada na finitude da prática. Sendo que, quando esse fenômeno ocorrer as cidades serão abandonadas pela sua principal receita. O que, por consequência, vai gerar significativo impacto no orçamento local, comprometendo a prestação dos serviços públicos.

Pela supremacia dessa visão imediatista nas gestões públicas municipais, que apenas possuem políticas de governo e não políticas de Estado; sem pensar a cidade como um todo e a longo prazo, mas apenas no curso de seus mandatos, essas questões de premente necessidade são abandonadas. O risco dessa conduta é que no momento em que o fenômeno pós-mineração se implementar, conjuntamente com ele, se instale um colapso social e econômico; a exemplo do distrito de Miguel Burnier, em Ouro Preto, situado no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.

Sua história é marcada pela abundância de recursos minerais, contexto que levou à instalação da Fábrica Patriótica (1811) e à inauguração da Estação Ferroviária (1887), que contava com um ramal que ligava Ouro Preto ao Rio de Janeiro, capital do Império na época. Destaca-se também a Usina Wigg, fundada em 1893, que tinha como propósito a extração de minério de ferro e produção de ferro gusa e manganês. Em 1969, a usina foi adquirida pelo grupo Barra

Mansa, o que impulsionou a economia local até os anos 1980 (AKINRULI, 2018, pp. 91-127). No entanto, o declínio industrial e o colapso da malha ferroviária contribuíram para o êxodo da população local em busca de melhores oportunidades. Nos anos 2000, a Gerdau Açominas retomou as atividades na Mina de Miguel Burnier. Contudo, a exploração excessiva de recursos naturais e a ausência de investimentos públicos em infraestrutura resultaram em bruscas alterações ambientais e no esgotamento dos recursos, agravando o êxodo populacional.

Atualmente, o distrito, que um dia abrigou mais de 5 mil habitantes, conta com uma média de apenas 75 habitantes<sup>2</sup>. Isso revela a exclusão territorial<sup>3</sup> vivenciada por Miguel Burnier, que em seu contexto, o esgotamento dos recursos minerais resultou em uma série de conflitos, gerando efeitos adversos nos modos de vida locais. Disputas por território, degradação do patrimônio cultural e carências na infraestrutura, incluindo a presença de arruamentos desordenados e deficiências nos serviços públicos de saúde, educação e iluminação, são algumas das questões que emergiram.

Além disso, “existe uma crise de representatividade, e falta coesão para que a população organize suas demandas. Por isso, a sobrevivência da comunidade é cada vez mais incerta” (AKINRULI, 2018)<sup>4</sup>; tendo em vista que ela enfrenta um cenário de estagnação social, falta de oportunidades de emprego e acesso limitado a atividades culturais e de lazer. Tais carências se fortaleceram no contexto do direito à memória, o que agrava ainda mais a situação.

Por esses motivos, a realidade de Congonhas precisa ser analisada e estudada no presente. Nesse contexto, a análise e o estudo da situação atual são imprescindíveis, sendo necessário produzir conteúdos teóricos, científicos e práticos para planejar a transição e reestruturação necessárias, assegurando que ela seja a menos lesiva possível.

Para tanto, a Resolução ANM nº 68, de 30 de abril de 2021, assume um papel de extrema importância para Congonhas e demais regiões mineradoras, pois visa assegurar que a mineração seja conduzida de maneira responsável e traz atualizações necessárias para acompanhar as

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/10/filme-mostra-historia-de-distrito-de-ouro-preto-mg-abandonado-pela-mineracao>>. Acesso em: 1 ago.2023.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.academia.edu/2082858/MineracaoemMinasGeraisterritorioepaisagemcultural.1out.2012>>. Acesso em: 1 ago. 2023.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/2078/a-beira-do-esquecimento.>> Acesso em: 8 ago. 2023.

mudanças no setor e nas práticas de mineração ao longo do tempo. Essa resolução se concentra especificamente nas diretrizes para o Plano de Fechamento de Mina (PFM), o qual desempenha um papel fundamental ao garantir a recuperação de áreas degradadas, o monitoramento ambiental e as responsabilidades da empresa mineradora após o término das operações.

Além disso, a resolução enfoca questões ambientais e promove práticas sustentáveis, assegurando a condução responsável das atividades mineradoras, a proteção das comunidades locais contra impactos negativos a longo prazo e o estímulo à responsabilidade social das empresas do setor.

Portanto, a preocupação com a situação, exemplificada pelas circunstâncias de Miguel Burnier, reflete as fragilidades de Congonhas e ressalta a urgência de chamar a atenção dos gestores responsáveis para essa questão premente e estabelecer uma nova relação equilibrada entre a ação humana e o meio ambiente, e em obediência à legislação. Somente dessa maneira, será possível desenvolver novos instrumentos integrados de planejamento, nos quais se incluam políticas públicas como elemento fundamental para garantir uma transição sustentável.

Ato em que são evidenciadas as contribuições inovadoras do Policy Design (Design de Políticas) para a efetivação de políticas públicas no âmbito do turismo criativo, com um enfoque especial na promoção sustentável desse setor. Nesse contexto, os designs de políticas podem ser concebidos como arranjos ideais compostos por elementos dos quais se presume, de maneira razoável, a geração de resultados específicos em um determinado contexto de governança (HOWLETT, 2011, pp. 18-49).

Sob essa perspectiva, a eficaz implementação de políticas públicas apresenta-se viável para garantir os direitos fundamentais da população de Congonhas no presente e no período subsequente à atividade de mineração.

### 3. PROBLEMATIZAÇÃO

O contexto apresentado levanta a proposta de incluir o turismo criativo como uma alternativa sustentável para o desenvolvimento de Congonhas no pós-mineração. No entanto, essa investigação suscita muitas dúvidas e contradições, que se tracejam e precisam ser esclarecidas. Nessa problematização está o interesse em apresentar e aprofundar em uma área pouco conhecida na região e praticamente inexplorada em Congonhas, que é a do turismo criativo.

De tal maneira, que essa temática como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável é um grande desafio, pois os empreendedores turísticos precisam acreditar na proposta e estejam dispostos a investir nela. E na mesma ponta, o poder público precisa criar um ambiente favorável aos negócios, oferecendo incentivos fiscais e financeiros, simplificando os processos burocráticos e fornecendo assistência técnica e consultoria especializada.

Além disso, é fundamental que a comunidade faça parte ativa do processo de construção e promoção do turismo criativo em Congonhas. Isso requer conscientização, engajamento e participação da população local, tanto no planejamento quanto na execução das atividades turísticas. Ao que os residentes podem contribuir oferecendo conhecimento cultural e expertise, disponibilizando recursos naturais e patrimoniais, e colaborando na criação de experiências autênticas e significativas para os visitantes.

De modo que no bojo dessa investigação foram feitas algumas indagações, sendo: Congonhas está se preparando para o término das atividades de mineração e a dependência da arrecadação tributária decorrente para o período em que as mineradoras finalizarem suas atividades de extração de minério? O que está sendo feito para preparar o campo a fim de evitar que Congonhas entre em colapso? Está ciente dos impactos do desemprego e está tomando medidas para se preparar para essa situação? Está planejando antecipadamente para lidar com a possível redução e fechamento do comércio e dos serviços? Está sendo feita uma equação turismo criativo/mineração? Quais são as atividades culturais e turísticas desenvolvidas no território? Elas são convencionais ou estão sendo arroladas como potencial para se transformar em turismo criativo? Pode este segmento constituir um instrumento importante para a promoção do desenvolvimento local? O turismo está sendo visto como um recurso retórico sem reconhecer a pluralidade e o caráter mutável das identidades? Os bens materiais e imateriais estão sendo tratados como uma pasta de decisão para a sustentabilidade do território quando as

atividades minerárias forem extintas? Qual o papel que o turismo criativo pode ter na valorização da identidade local e na promoção da sustentabilidade? E qual o papel que ele pode ocupar no pós-mineração? Quais são as estratégias que podem ser adotadas para auxiliar Congonhas nessa empreitada? Estão sendo criadas políticas públicas de turismo com ênfase na inovação, gestão, governança e ambiência? Qual é o volume de recursos gastos destinados às ações turísticas? Quais os recursos depositados e investidos no Fundo de Turismo? A população local tem participação na definição do rumo da atividade turística no território? Como os moradores convivem como patrimônio cultural e as mineradoras, especialmente aqueles que “vivem” junto à barragem da CSN, a maior construída em área urbana na América Latina? As mineradoras oferecem retornos sociais para a proteção do patrimônio material e imaterial? É possível verificar por indicadores se na ocasião do pós-mineração, o turismo criativo de Congonhas, detentora do título da UNESCO se tornará sustentável? O turismo criativo pode fortalecer a identidade local diante da insustentabilidade dos rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho, que resultaram em perdas de vidas, desabrigados e prejuízos? Em cenários de longo prazo, o turismo criativo possui vantagens relativas maiores ou menores em comparação à mineração? O que será feito para mitigar esses problemas iminentes que se apresentam?

Diante dessas indagações e da relevância do tema, é crucial apresentar premissas que enfatizem o valor do patrimônio cultural como elemento de pertencimento e identidade, o qual necessita ser protegido devido ao seu significado e representatividade. Além disso, no contexto globalizado, a sustentabilidade emerge como uma proposta complexa para reestruturar o curso da civilização humana. No entanto, é observado que, nesta cidade mineradora, embora o trabalho gere riqueza, ela é distribuída de maneira injusta.

Nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção e no desenvolvimento do turismo criativo em Congonhas. Por meio delas, é possível criar um ambiente favorável aos negócios, incentivar a participação da comunidade, fomentar a inovação e a governança, além de monitorar e avaliar os resultados obtidos. Com políticas públicas efetivas e abrangentes, é possível impulsionar o potencial do turismo criativo como uma alternativa sustentável para o desenvolvimento pós-mineração em Congonhas.

Para tanto, é preciso evidenciar essa cidade "histórica" e propor um "modelo de transição justa" para o pós-mineração, utilizando a experiência e a autenticidade do turismo criativo para estabelecer uma conexão viva entre os residentes e os visitantes do território.

Ademais, essa abordagem promove a co-criação, visando impulsionar a economia criativa e sendo uma alternativa ao problema do "over tourism". Essa estratégia se contrapõe ao fenômeno em que destinos turísticos sofrem com impactos negativos decorrentes do grande número de visitantes, levando a práticas insustentáveis associadas ao turismo de massa. Outro aspecto a ser analisado é a relação entre a experiência oferecida nas áreas tradicionais de cultura, artes, patrimônio e os impactos que isso gera para a comunidade local.

Outro ponto de análise importante diz respeito à relação entre as experiências proporcionadas nas esferas tradicionais da cultura, das artes e do patrimônio, e os efeitos resultantes para a comunidade local. Essa reflexão se torna indispensável, uma vez que as respostas obtidas podem oferecer contribuições significativas para a sustentabilidade do território.

No entanto, é importante ressaltar que o pós-mineração é incerto e depende de uma série de fatores complexos e interligados. E embora a mineração seja uma atividade vital para a economia global, é necessário considerar cuidadosamente os impactos ambientais e sociais associados a essa prática.

Além disso, o que acontecerá após o esgotamento dos recursos minerais em determinada região, não pode ser definido ou previsto com precisão absoluta. A transição para um cenário pós-mineração depende de uma variedade de fatores, como políticas governamentais, investimentos em pesquisa científica e tecnológica, adoção de práticas sustentáveis na indústria extrativa e ações coletivas voltadas para a conservação dos recursos naturais.

O ritmo e a direção dessa transição podem variar de acordo com a localização geográfica, a disponibilidade de recursos alternativos e a conscientização da sociedade sobre os impactos ambientais e a necessidade de mudanças. Portanto, embora seja difícil estabelecer um prazo específico para o pós-mineração, é fundamental que sejam feitos esforços contínuos para promover a sustentabilidade e buscar soluções inovadoras que possam garantir um futuro mais equilibrado e consciente do uso dos recursos naturais e culturais.

#### **4. HIPOTESE**

Por meio desta investigação foram conferidas hipóteses para saber se o turismo criativo é mesmo um campo de vantagem relativa a ser instituído como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável e para o enfrentamento ao período pós-mineração em Congonhas, ao que buscou-se fornecer respostas viáveis aos problemas identificados.

Neste sentido, e considerando a dependência histórica da atividade minerária na economia local e a necessidade de planejar a cidade para contornar o pós-mineração, garantindo a qualidade de vida da população, a primeira pergunta que foi feita é a seguinte: Congonhas poderá depender do turismo no futuro de forma semelhante à dependência atual da cidade em relação à mineração? Nesse sentido, apresentam-se duas hipóteses que envolvem questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e ao papel do turismo criativo como uma solução possível. A primeira hipótese abordada diz respeito sobre a necessidade de construir novas relações e oportunidades de desenvolvimento regional.

O desenvolvimento regional é uma preocupação constante em muitos países e regiões do mundo. O objetivo é criar condições para que Congonhas possa prosperar economicamente, socialmente e culturalmente. No entanto, ela enfrenta muitos desafios e carências na infraestrutura e nos serviços básicos, e há uma forte ligação com a mineração. Para superar esses obstáculos, é essencial diversificar a economia e criar empregos locais, reduzindo a dependência da mineração, fortalecer a colaboração entre instituições locais e melhorar a qualidade de vida da população.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de construir novas relações e oportunidades de desenvolvimento regional para abordar esses desafios de forma criativa, colaborativa e sustentável. Isso implica em reconfigurar as estratégias de desenvolvimento, criando ambientes projetados para a inovação, o empreendedorismo e a colaboração entre os diversos atores regionais, como governos, empresas, instituições de ensino e sociedade civil.

Assim, a segunda hipótese aponta que o turismo criativo se apresenta como uma das soluções que oferece a oportunidade de desenvolver esse potencial criativo do território, por meio de experiências de aprendizagem e interação com a cultura local.

O turismo criativo é uma abordagem inovadora que combina o turismo tradicional com atividades culturais e criativas. Ele se concentra em oferecer aos visitantes experiências autênticas e enriquecedoras, que vão além das atrações turísticas ocasionais. Isso pode incluir oficinas de artesanato, aulas de culinária local, interações com artistas locais, entre outras atividades que permitem aos visitantes mergulhar na cultura e na criatividade da região.

Essa hipótese sugere que o turismo criativo pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento local e regional, pois gera receita, promove a cultura e a criatividade, estimula o empreendedorismo, incentivando empreendedores locais a criar negócios relacionados à cultura e às artes, o que gera oportunidades de emprego, e contribui para a melhoria da infraestrutura turística.

No entanto, é importante destacar que a implementação bem-sucedida do turismo criativo requer planejamento cuidadoso, envolvimento da comunidade e consideração dos impactos socioeconômicos e ambientais. Além disso, não é a única solução para o desenvolvimento local e regional, mas pode fazer parte de uma estratégia mais ampla que inclui outras iniciativas econômicas e sociais, conforme se apresenta ao longo desta pesquisa.

De forma que é importante construir novas relações e oportunidades de desenvolvimento, e o turismo criativo oferece uma abordagem para promover o potencial criativo do território, sendo preciso envolver a comunidade e os visitantes em experiências enriquecedoras que contribuem para o desenvolvimento sustentável da região.

Ao analisar as hipóteses propostas e comparar os dados coletados sobre as complexidades e desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável pós-mineração em Congonhas, a pesquisa busca fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias de longo prazo, visando à reestruturação social e econômica da cidade. Abordagem que requer um planejamento cuidadoso, considerando o potencial do turismo criativo, bem como a preservação dos recursos naturais e culturais, a fim de buscar alternativas viáveis de desenvolvimento e garantir um futuro próspero e sustentável para a cidade.

É importante ressaltar que as respostas a esses pressupostos exigirão atenção contínua e esforços adicionais no período pós-fechamento das minas de ferro. De maneira que a

reestruturação social e econômica de Congonhas dependerá de um processo gradual e de uma abordagem estratégica, tendo o potencial do turismo criativo como uma das alternativas de desenvolvimento sustentável local/global.

De tal modo que ao implementar estratégias inovadoras e criativas de gestão é essencial conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais e culturais da região. Portanto, é fundamental avaliar a competitividade dos serviços turísticos em Congonhas em comparação com outras cidades mineradoras e promover capacitações que permitam aos moradores locais lidar de forma resiliente com as questões econômicas e sociais no período pós-mineração.

Em suma, por meio da análise das hipóteses e dos dados coletados, busca-se fornecer subsídios sólidos para a formulação de políticas públicas e estratégias de longo prazo, visando à reestruturação social e econômica da cidade. Essa abordagem requer um planejamento cuidadoso, considerando o potencial do turismo criativo, a preservação dos recursos naturais e culturais e a busca por alternativas viáveis de desenvolvimento para garantir um futuro próspero e sustentável para Congonhas. Com isso, espera-se que os resultados dessa investigação possam fornecer subsídios importantes para a tomada de decisões direcionando os esforços para o desenvolvimento sustentável do turismo criativo e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população local.

## **5. OBJETIVOS**

### **5.1. Objetivo geral**

Analisar o potencial do turismo criativo como alternativa de desenvolvimento sustentável no contexto pós-mineração em Congonhas/MG, identificando oportunidades de aproveitamento dos recursos culturais e naturais locais, promovendo a inclusão social e preservação ambiental, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

### **5.2. Objetivos específicos**

- Investigar a relação entre a presença de criativos em Congonhas e seu impacto na economia local, bem como analisar como essa dinâmica se relaciona com os princípios do desenvolvimento sustentável no território minerado, alinhando os objetivos da pesquisa com a política da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Avaliar a gestão e as políticas públicas de turismo em Congonhas, incluindo o estudo das redes de atores envolvidos nesse processo, e propor diretrizes para uma política pública abrangente que promova o desenvolvimento da cidade, ultrapassando os limites do turismo convencional.
- Analisar o contexto histórico e turístico de Congonhas, avaliando o potencial da apropriação e da viabilidade do turismo criativo como uma alternativa sustentável, levando em consideração as percepções e perspectivas da comunidade local em relação à mineração e ao turismo criativo.

## 6. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A busca por um referencial teórico e metodológico que sustente a viabilidade do turismo criativo como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável, especialmente no contexto pós-mineração em Congonhas, com ênfase na utilização de recursos locais para promover a inclusão social e a preservação ambiental, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, envolveu a aplicação de técnicas como pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Além disso, foram empregadas a metodologia da história oral e a técnica de amostragem em snowball (bola de neve).

A pesquisa bibliográfica explorou trabalhos acadêmicos, livros e artigos a fim de fundamentar o estudo e compreender o contexto teórico relacionado ao tema, o que permitiu uma investigação mais aprofundada da realidade estudada. Além disso, foram coletados dados qualitativos por meio de entrevistas e relatos, visando compreender o comportamento e as experiências individuais, identificar hipóteses e percepções sobre o tema. Essa abordagem proporcionou uma imersão por parte da pesquisadora e uma compreensão das opiniões dos participantes e do objeto de estudo.

A pesquisa qualitativa [...] está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (POPE; MAYS, 2005, p.13).

A metodologia da história oral foi aplicada para coletar informações dos entrevistados, pois ela revela não apenas o relato histórico, mas também busca capturar a perspectiva dos participantes, para uma compreensão mais profunda e contextualizadas dos fenômenos estudados. Ponto em que Freire e Pereira destacam que história oral e o turismo "lidam com viagens no tempo e no espaço, atendendo à necessidade que todos temos, moradores e visitantes, de nos reconhecermos e nos diferenciarmos no contato com o outro" (FREIRE; PEREIRA, 2002, p.128).

Para a discussão sobre os relatos orais, Bourdieu traz à tona questões e problemas cruciais envolvidos nessa discussão, incluindo a ideia de trajetórias individuais como sendo "uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico" (BOURDIEU, 2005, p. 183).

A crítica de Bourdieu é direcionada à possibilidade de os sociólogos aceitarem a narrativa baseada em noções do senso comum, que se apoiam em uma lógica artificialmente construída. Ele alerta contra as leis que governam a produção do discurso as quais tendem a impor e legitimar uma representação pública ou privada da vida. Portanto, seria contraditório admitir que a ciência se submeta a “uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixa e não deixou de reforçar” (BOURDIEU, 1998, p. 185).

Ferrarotti defende a importância e a autonomia da entrevista como “método biográfico e de seu caráter decisivo para o futuro da pesquisa nas ciências sociais” (FERRAROTTI, 1988, p. 39). Para ele, as entrevistas devem ser realizadas em um ambiente de igualdade entre pesquisador e grupo pesquisado, buscando uma comunicação “metodologicamente correta, mas humanamente significativa - essa significância não é um acréscimo moral facultativo, mas parte integrante e garantia da honestidade metodológica” (FERRAROTTI, 1988, p. 46).

A perspectiva de Ferrarotti se tornou uma referência epistemológica essencial no movimento socioeducativo das histórias de vida em formação. Esse movimento surgiu na Europa e no Canadá nos anos 1980, especialmente na formação de adultos. A visão de Ferrarotti forneceu argumentos favoráveis ao uso do autobiográfico, defendido pelos pioneiros desse movimento. De tal modo, a história oral, possui uma importância por abranger relatos e experiências, sendo uma metodologia única e relevante para o estudo histórico. Ela possui diversas aplicações e especificidades que a diferenciam de outras fontes históricas, tornando-a um campo de trabalho com inúmeras possibilidades, conforme Alberti:

(...) Um campo de trabalho e uma metodologia que tem uma história e algumas genealogias míticas; que ela se caracteriza pela interdisciplinaridade e pelas muitas possibilidades de emprego, desde a história política, passando pela história dos movimentos sociais, pela história de trabalhadores, de instituições, até a história da memória, por exemplo; que ela se insere no campo da história do tempo presente; que está intimamente ligada às noções de biografia e história de vida; que a fonte oral tem especificidades que a diferenciam de outras fontes históricas, e assim por diante (ALBERTI, 1997, p.18).

No entanto, é importante compreender que a história oral, embora capaz de levantar questões e estimular reflexões, não fornece respostas definitivas. Por meio das narrativas pessoais, ela permite acessar múltiplas perspectivas, contribuindo para a construção de uma visão mais completa e aprofundada da história.

O sociólogo logo mantém o sujeito orientado para os temas nos quais a sociologia está interessada, questiona-o sobre acontecimentos que exigem aprofundamento, tenta fazer com que a história contada acompanhe os assuntos dos registros oficiais e os materiais fornecidos por outras pessoas familiarizadas com os indivíduos, acontecimentos ou lugares descritos. Ele garante para nós o cumprimento das regras do jogo (BECKER, 1993, p. 102).

De modo que a história oral é um método consistente para pesquisas científicas que dão “voz” aos indivíduos, mas para conhecer e respeitar as especificidades de cada sociedade é importante complementá-la com outras fontes e métodos. Dessa maneira, combinou-se a história oral com a técnica de amostragem em snowball (bola de neve), com propósito exploratório, para selecionar os participantes da pesquisa.

Para a realização de uma amostragem em bola de neve é necessário que haja um intermediário inicial, também denominado de semente, que localiza ou aponta algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa a ser realizada (BOCKORNI; GOMES, 2021, p. 108).

No estudo, após a entrevista inicial com os primeiros candidatos, eles são convidados a recomendar outras pessoas para participar das entrevistas. Essas recomendações são utilizadas para ampliar a amostra, e os indicados são convidados a participar da pesquisa. Esse processo se repete, formando uma cadeia de participantes indicados por entrevistados anteriores, conhecido como "bola de neve".

A amostragem em bola de neve é mais indicada para pesquisas com grupos menores ou, em caso de grupos maiores, em que haja a possibilidade de encontrar diversas sementes, que elas sejam capazes de indicar membros em seu círculo social de diversos níveis de “popularidade” ou até mesmo sementes com contatos mais diversificados dentro do grupo (BOCKORNI; GOMES, 2021, p. 109).

Esse é um método eficaz, pois em alguns pontos a amostra se apresenta de difícil acesso, e a rede de contatos por meio das “sementes” é facilitada. No entanto, esse método não é autônomo, no qual a rede de entrevistados se expande por si só a partir das indicações iniciais. Ele é “apenas uma ferramenta, num contexto maior de trabalho, que pode auxiliar o pesquisador, mas que depende da boa execução das outras fases da pesquisa” (VINUTO, 2014, p. 217). Ou seja, a abordagem depende “de outros meios e da execução das outras fases, que devem ser adequadamente planejadas e desenvolvidas, a fim de se manter a rede de contatos que constituirá a amostra da pesquisa” (BOCKORNI; GOMES, 2021, p. 111).

Portanto, a condução das etapas do processo de pesquisa de forma precisa é crucial para garantir a confiabilidade dos resultados; o que inclui estabelecer uma relação de confiança, aplicar as metodologias e a considerar as limitações de cada entrevista.

Na história oral a escolha dos participantes da pesquisa não deve estar orientada por critérios quantitativos ou preocupação com amostragem, mas a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado da sua experiência (...) o conhecimento prévio do objeto de estudo é requisito para a formulação de qualquer projeto de pesquisa (ALBERTI, 2004, pp.31-32).

Por fim, a utilização da pesquisa bibliográfica e da análise documental proporcionou uma fundamentação sólida para contextualizar a coleta de dados, enriquecendo a interpretação dos relatos obtidos e dos resultados. Isso possibilitou uma análise comparativa entre as informações históricas e contemporâneas coletadas, permitindo uma abordagem abrangente e diversificada.

A abordagem híbrida que combina história oral e o método da bola de neve também se mostrou eficaz na obtenção de perspectivas multifacetadas e informações detalhadas. Ao mesmo tempo, abriu espaço para identificar lacunas nos conhecimentos existentes e formular novas perguntas de pesquisa. Além disso, o engajamento ativo dos participantes por meio da história oral e da bola de neve estimulou a colaboração e a construção conjunta do conhecimento, resultando em uma investigação mais profunda.

Quanto aos elementos de verificação, a pesquisa também incorporou o uso da fotografia documental como uma técnica metodológica para obter mais comprovações dos atrativos e equipamentos turísticos, bem como mobiliários urbanos. Isso complementou os métodos empregados para obter resultados confiáveis, uma vez que as fotografias fornecem evidências visuais que registram imagens capazes de embasar e confirmar a análise dos elementos-chave do ambiente pesquisado. Essa técnica registra e complementa outras formas de coleta de dados, como a observação não participante. As fotografias possuem a capacidade de capturar detalhes e aprofundar a compreensão do contexto, apresentando informações visualmente de forma clara e objetiva, o que contribui para a apresentação dos resultados.

De maneira que a capacidade da fotografia, em transmitir visualmente as informações, estabelece uma conexão essencial entre a percepção visual e a compreensão do sujeito representado, incluindo seu significado e contexto.

Nesse sentido, a documentação fotográfica requer atenção por parte do autor, que deve capturar com precisão o que se observa. Além disso, a fotografia, ao "fazer uma pergunta e buscar a resposta a essa mesma pergunta"(CARTIER-BRESSON, 1976, p.7), reflete a visão e a

interpretação do autor, enriquecendo as observações e possibilitando diferentes leituras, o que amplia a precisão e a riqueza do estudo.

Outro ponto notável na fotografia é a relação entre o mundo real e sua representação, uma vez que a veracidade e o realismo percebidos nas imagens podem levar à crença de que elas oferecem uma "prova incontestável de que uma determinada coisa aconteceu" (SONTAG, 1986, p. 5).

Assim, ao incluir imagens coletadas nos resultados dos estudos, são oferecidas informações que conferem objetividade e credibilidade, pois uma imagem fornece uma prova da existência de um determinado fenômeno. Nesse ponto, Collier ressalta que a câmera é um instrumento que "documenta mecanicamente, mas sua mecânica não limita necessariamente a sensibilidade do observador humano; ao contrário, ela é um instrumento que requer extrema seletividade" (COLLIER, 1973, p.6). Isso ressalta a importância da fotografia como uma ferramenta para aprimorar a interpretação dos fenômenos pesquisados.

A coleta de dados foi aplicada *in loco*, de modo que as observações e os relatos de história de vida foram fontes para mensurar indicadores, que apontaram as vulnerabilidades e potencialidades da área de estudo. Para atender aos objetivos propostos foram analisadas as tendências, os aspectos históricos e as condições dos moradores e suas interações no tempo e no espaço.

Após a coleta sistemática dos dados, utilizou-se a plataforma "Google Forms" para estruturar as informações adquiridas. Mediante o uso dessa ferramenta, as respostas de cada entrevistado foram transcritas. Automaticamente, elas foram organizadas em linhas e as questões em colunas, gerando uma planilha. Essa disposição facilitou a obtenção de uma visão panorâmica dos dados coletados.

Os resultados e as aplicações dos referentes de eficiência e eficácia foram analisados e os avanços e/ou retrocessos nas dimensões assinaladas foram avaliados. Estes indicadores podem funcionar como instrumentos de apoio aos responsáveis pela elaboração e gestão das políticas públicas de turismo, pois eles apontam subsídios para desenvolver ou potencializar os pontos identificados, em consonância com o marco orientador dos parâmetros dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 (ONU, 2015).

Para tanto, destaca-se que a análise documental desempenhou um papel crucial como instrumento de coleta de dados. Essa abordagem envolveu a avaliação sistemática de diversos tipos de documentos, como relatórios, registros, livros, artigos, publicações, revistas, anuários especializados, censos demográficos e materiais disponíveis em portais na internet. Além disso, foram explorados boletins, estudos de fundações e institutos de pesquisa municipais, estaduais, federais, associações, conselhos, organizações setoriais, federações, além de fontes como o IBGE, IPEA, PNUD Brasil, Ministério do Turismo e Nações Unidas.

Adicionalmente, a pesquisa também se baseou em entrevistas com representantes locais, enriquecendo a compreensão do fenômeno em estudo por meio de múltiplas perspectivas e fontes de informação. O número de participantes foi obtido seguindo o 'princípio de saturação teórica', que é um conceito utilizado para indicar o momento em que os dados coletados se tornam repetitivos, não fornecendo mais informações adicionais. Em outras palavras, “começa a haver recursividade de informações”. (SILVA JÚNIOR; SILVA; MESQUITA, 2014, p.138);

Além das metodologias mencionadas, é fundamental contextualizar e destacar a contribuição da experiência da pesquisadora no campo do Turismo e Patrimônio. Ela possui vivência na área e incorporou informações, análises e sugestões embasadas em seu conhecimento técnico e prático ao longo desta investigação.

As inquietações que motivaram a pesquisa surgiram da combinação de minha experiência profissional. Como secretária executiva da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais durante 14 anos, trabalhando com 30 municípios mineiros na promoção e preservação de seu patrimônio, cultura e turismo, pude vivenciar em primeira mão os desafios e oportunidades enfrentados por essas cidades históricas e mineradas. Minha formação acadêmica, incluindo uma pós-graduação em Gestão do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental com ênfase em Turismo, também contribuiu para minha percepção das questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável nessas regiões. Minha atuação na Prefeitura de Congonhas (durante 32 anos), em diversos conselhos e organizações relacionadas ao turismo e à cultura, como o Conselho Estadual de Turismo de Minas Gerais e a Associação Mêmora - Produção Artística e Cultural, sendo que em 2009, fui facilitadora para elaboração do Plano de Ação do PAC Cidades Históricas em 21 municípios mineiros, ampliou meu entendimento sobre as políticas públicas, os desafios regionais e as oportunidades de promoção cultural e turística. Essa combinação de experiência prática e formação acadêmica me levou a refletir como o turismo criativo pode ser uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável em Congonhas e em outras cidades historicamente dependentes da mineração. Assim, esta pesquisa nasceu da necessidade de explorar essas inquietações, compreender seu potencial e contribuir para a formulação de estratégias e diretrizes nesse contexto (OBSERVAÇÕES DA AUTORA, 2023).

A combinação dessas abordagens e técnicas possibilitou uma compreensão abrangente e mais detalhada do fenômeno estudado. Os diferentes métodos, fontes e perspectivas foram combinados e usados para refinar as conclusões da pesquisa, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Triangulação de dados/Metodologia

<b>Triangulação de dados/Metodologia</b>	
<b>Metodologia</b>	<b>Descrição</b>
Pesquisa Bibliográfica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exploração de trabalhos acadêmicos, livros e artigos para fundamentar o estudo, compreender e embasar o contexto teórico.</li> <li>- Investigação aprofundada da realidade estudada.</li> </ul>
Metodologia da História Oral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coleta de informações por meio de entrevistas e relatos.</li> <li>- Compreensão das perspectivas dos participantes e do objeto de estudo.</li> <li>- Imersão da pesquisadora no contexto estudado.</li> <li>- Enfoque na captura da perspectiva dos participantes.</li> <li>- Análise contextualizada dos fenômenos.</li> </ul>
Técnica de Amostragem em Snowball	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Seleção dos participantes por meio de recomendações dos entrevistados iniciais.</li> <li>- Formação de uma cadeia de participantes indicados por entrevistados anteriores.</li> <li>- Abordagem exploratória para a seleção de participantes.</li> <li>- Número de participantes obtido seguindo o 'princípio de saturação teórica'.</li> </ul>
Fotografia Documental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilização de imagens para complementar a coleta de dados.</li> <li>- Registro visual de atrativos, equipamentos turísticos e mobiliários urbanos.</li> <li>- Fornecimento de evidências visuais para embasar e confirmar a análise do ambiente pesquisado</li> </ul>
Análise Documental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação sistemática de diversos tipos de documentos, incluindo relatórios, registros, livros, artigos, publicações, revistas, censos demográficos e materiais disponíveis em portais na internet para a contextualização dos dados.</li> <li>- Complemento à pesquisa bibliográfica.</li> </ul>
Experiência Prática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incorporação do conhecimento técnico e prático da pesquisadora no campo do Turismo e Patrimônio.</li> <li>- Contribuição de informações embasadas em experiência profissional.</li> <li>- Enriquecimento da pesquisa com perspectivas práticas e contextuais.</li> </ul>

Fonte: construído com referência aos estudos dos autores STRAUSS, A; CORBIN, J. Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de Teoria Fundamentada. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2008. 146p.

Além disso, a pesquisa em Congonhas revelou insights valiosos para entender se o turismo criativo possui o potencial de promover o desenvolvimento sustentável no território. Eles indicaram a necessidade de planejamento, políticas públicas e gestão compartilhada, que devem ser implementados ao longo de várias administrações municipais, a médio e longo prazo. Também é crucial direcionar a atenção para a organização do espaço geográfico local, tanto no aspecto físico quanto humano, e apresentar o turismo criativo como uma alternativa no período pós-mineração, levando em consideração as exigências do "novo turista", que é participativo e consciente em suas escolhas.

Mas para atingir esses objetivos, foram estabelecidas fases específicas na pesquisa, conforme descritas no Quadro 2.

**Quadro 2** - Fases da pesquisa: coleta de dados e entrevistas

<b>Fases/Pesquisa</b>	<b>Atividades realizadas</b>	<b>Objetivos do estudo</b>
I - Início	- Análise da literatura existente. - Formulação da questão da pesquisa.	- Delimitar o escopo de pesquisa.
II - Definição e estruturação do campo de estudo	- Seleção do objeto de estudo. - Delimitação dos parâmetros do fenômeno investigado.	- Especificar a área de estudo para aumentar a capacidade explicativa dos resultados.
III – Exploração em campo	- Análise das narrativas dos entrevistados. - Definição das técnicas de coleta de dados, como pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, história oral, amostragem em bola de neve. - Uso de tecnologias de comunicação. - Coleta de dados e integração da coleta, com análise de dados, com base nas narrativas. - Seleção da amostra com base na teoria.	- Realizar a pesquisa/obter os dados com objetivos acadêmicos. - Ter a colaboração dos respondentes para contribuir com os objetivos da pesquisa. - Avaliar as narrativas e opiniões.
IV - Avaliação e interpretação de dados	- Identificação dos conceitos-chave. - Análise das relações entre os conceitos. - Verificação das hipóteses propostas.	- Desenvolver proposições sólidas e confiáveis. - Buscar saturação teórica.
V - Retorno bibliográfico e contextualização	- Consulta novamente à literatura. - Análise comparativa das proposições em relação à literatura existente. - Uso de registros fotográficos.	- Reforçar e melhorar as validades “interna e externa”.

Fonte: construído com referência aos estudos dos autores STRAUSS, A; CORBIN, J. Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de Teoria Fundamentada. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2008. 146p.

Para introduzir o tema, a sustentabilidade foi estudada como um princípio norteador capaz de contribuir para um desenvolvimento centrado no ser humano e em suas relações econômicas, sociais, culturais e ambientais. Portanto, para alcançá-la, é necessário sensibilizar e envolver a comunidade receptora, sendo esse processo interligado à mudança de pensamentos e atitudes.

De forma que, para verificar as práticas sustentáveis foi preciso compreender que cada congonhense pode ter uma leitura e um conceito de como interagir com a cidade afetiva sob a ótica da sustentabilidade. Essa contextualização foi interpretada por Bennetti, que descreveu que “alguns autores acreditam que o objetivo almejado seja o desenvolvimento sustentável, outros pensam que se trata do próprio processo, e outros ainda, o percebem como um conjunto disso tudo” (BENETTI, 2006, p.24).

Assim, ao identificar os sistemas sustentáveis, a pesquisa considerou variáveis detectáveis e mensuráveis que relacionaram indicadores de alterações e interferências no turismo e no ambiente construído aos impactos iminentes ou futuros.

Os indicadores apresentados permitiram descrever, classificar, comparar e quantificar os aspectos da realidade, fornecendo informações úteis para os tomadores de decisões. Logo, para planejar o setor torna-se imperativo trabalhar a inclusão social, analisar a viabilidade para promover a atratividade e competitividade do destino e disponibilizar recursos financeiros para impulsionar as ações voltadas para a reconversão produtiva e a diversificação econômica do território minerado.

Ao abordar as práticas de sustentabilidade aplicáveis ao projeto, juntamente com a interação e as relações da comunidade com o turismo e a mineração, procurou-se representar e se relacionar com a percepção coletiva da realidade. Para isso, foram coletadas informações de instituições, áreas operacionais e corporativas que já realizaram pesquisas no território.

No segundo momento, foram delineadas atividades de mobilização focadas no turismo e no "enclave econômico" gerado pela mineração. Uma entrevista foi conduzida, abordando indicadores de Estado (o que está acontecendo?), de Pressão (por que está acontecendo?) e de Resposta (o que está sendo feito?). As opiniões dos respondentes foram coletadas, considerando suas conexões com o turismo, a mineração e os princípios da sustentabilidade.

Para tanto, foram exploradas estratégias para fortalecer a regionalização, descentralizar as políticas públicas e diversificar a economia. Além disso, buscou-se caracterizar o patrimônio e outras atividades produtivas que vão além da mineração, com o propósito de incentivar o turismo criativo e estimular a interação entre as diferentes dimensões: urbana (vista como moderna), rural (considerada arcaica) e minerária (geradora de empregos, mas também fator antrópico de degradação ambiental).

Como produto, as conclusões decorrentes deste estudo compreenderam entrevistas realizadas com 24 representantes da comunidade de Congonhas. A distribuição desses representantes foi a seguinte: 7 relacionados ao âmbito do poder público municipal, 9 ligados à comunidade e aos atores do setor turístico, e 8 vinculados à iniciativa privada. As conclusões deste trabalho poderão ser compartilhadas com diversos grupos sociais, gestores, profissionais técnicos e instituições de Congonhas e da região. Isso visa fortalecer as relações entre esses setores e o turismo criativo, buscando simultaneamente promover a sustentabilidade tanto no presente quanto no período subsequente à fase de mineração.

## Capítulo 1

# O TURISMO CRIATIVO COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM TERRITÓRIOS MINERADOS

Este capítulo aborda a gênese da criatividade, ponto basilar à economia criativa, indústrias culturais e criativas, cidades, *clusters* e classes criativas. Isso requer um aprofundamento teórico nesses conceitos, que ainda estão em movimento e em processo de construção; entre os quais destaca-se a própria criatividade.

Esses temas aqui apresentados são abordados por diversos autores, que mostram que a ação de criar é intrínseca ao indivíduo. E essa ação reside no mundo das ideias. E estas se interagem e criam condições de sobrevivência, experiência e competitividade; fazendo com que as variáveis sociais, culturais e históricas do ambiente onde o indivíduo se encontra inserido sejam significativas ao processo criativo.

Nesse assunto, é preciso fomentar e dinamizar ambientes favoráveis à produção criativa, fazendo com que o acesso a seus bens e serviços se tornem pressupostos à cidadania; de forma que as cidades sejam consideradas para além de lugares e polos de expressão.

Assim, ao investigar o turismo criativo como indutor de desenvolvimento sustentável em territórios minerados são apresentados seus princípios e premissas, em uma perspectiva de presente e para o futuro, rumo à sustentabilidade. Para tanto, é realizada a análise do perfil e motivações do turista criativo, o estudo da oferta e da demanda turística criativa, bem como apresentadas algumas observações sobre as comunidades turísticas sustentáveis e o alinhamento do turismo criativo às metas dos 17 ODS da Agenda 2030.

Esses pilares, de dimensões simbólicas, tendem a proporcionar ambientes favoráveis ao incremento do turismo criativo, que se mostra como uma atividade solidária de aprendizagem, que respeita a diversidade cultural e contribui para a inclusão produtiva da população local receptora. Além disso, coopera na melhoria dos serviços aos turistas com vistas à aplicação de soluções criativas, viáveis e inovadoras.

Com isso, aponta-se que o pós-mineração pode se apresentar como nova alternativa gerada por várias forças vocacionadas, sendo que a prática do turismo criativo pode ser analisada como indutora de processos de desenvolvimento, pois ela busca a inovação e aplicação de novas tecnologias capazes de contribuir para a sustentabilidade das comunidades locais e circunvizinhas, em harmonia com o ambiente.

Nesse contexto, é essencial que os territórios minerados se convertam em espaços que promovam a permanência de seus moradores, que devem pensar coletivamente sobre a conservação da natureza, a preservação dos saberes e tradições locais, além das vocações e possibilidades das localidades. Nesse modelo de inclusão, o turismo criativo desempenha um papel fundamental, pois fornece oportunidades de desenvolvimento socioeconômico nesses territórios.

### **1.1. Criatividade em pauta: abordagens e definições**

Ao considerar que a natureza criativa se elabora no contexto cultural, em uma realidade social, econômica, política e que as potencialidades e os processos criativos não se restringem às artes e nem são objetos isolados, pode-se dizer que a criatividade precisa ser vista como “um agir integrado em um viver humano”. Ao que Fayga Ostrower explica que:

(...) Criar é basicamente formar. É poder dar uma forma a algo. Em qualquer que seja o campo de atividade, trata-se, desse “novo”, de novas coerências que se estabeleceram para a mente humana, fenômenos relacionados ao modo novo e compreendidos em termos novos (OSTROWER, 1987, p. 09).

Como descrito, a criatividade não é um objeto isolado, ela é um elemento dentro do mais vasto contexto. E na premissa de que o ser humano é naturalmente criativo e que a criatividade floresce junto ao ambiente, Alencar afirma que a ela “implica a emergência de um produto novo, seja uma ideia, ou invenção original, seja a reelaboração e aperfeiçoamento de produtos ou ideias já existentes”. A autora ainda destaca que no produto criativo “não basta que a resposta seja nova; é também necessário que ela tenha caráter apropriado a uma dada situação” (ALENCAR, 1993, p.15).

Embora ainda não exista um consenso se a criatividade é um atributo humano ou se é um processo pelo qual ideias originais são criadas; John Howkins considera que ela “envolve a expressão pessoal, que foge à lógica e à linearidade, enquanto a inovação é calculada”

(HOWKINS, 2013, p.123). E ele assegura que existem três condições capitais para todos os tipos de criatividade (personalidade, originalidade e significado):

(...) A primeira condição é a presença de um indivíduo [...] As pessoas, não as coisas, são criativas. A criatividade requer que uma pessoa veja algo, literal ou metaforicamente, e leve algo a cabo. [...] Em segundo lugar, a criatividade é original. Isso pode significar algo completamente novo, que eu descrevo como “algo que veio do nada” ou então o retrabalho de algo que já existe, no sentido de “dar caráter a algo” [...] Esses dois critérios (pessoal e original) são elementos necessários da criatividade. Mas eles não são suficientes. Nós hesitamos em chamar algo de criativo a menos que ele expresse nossa criatividade de uma forma significativa, mesmo que o significado seja pessoal ou banal. Atribuir um nome a uma ideia ou invenção dá a ela certo significado, mesmo que para criar uma relação entre aquele que deu o nome e o nominado [...] Portanto, a terceira condição é significado (HOWKINS, 2013, p. 30-31).

Nesse contexto, o autor ainda complementa que “a criatividade é um elemento básico da vida, é um talento universal, é divertimento, é competição, exhibe traços das personalidades, e, por último, é surpreendente” (HOWKINS, 2013, p. 31). Desse modo, Landry explica que ela “é uma jornada e não um fim, um processo e não um estado” (LANDRY, 2008, p. 14).

Florida também descreve que “o conhecimento e a informação são os instrumentos ou materiais da criatividade, enquanto a inovação é o seu produto” (FLORIDA, 2002, p.44). E ainda destaca que “a criatividade não é inteligência (...) Ela é uma forma de peneirar dados, percepções e materiais para criar algo novo e útil” (FLORIDA, 2002, p.56).

E o Kea European Affairs afirma que a dinâmica da criatividade deve estar interligada em três aspectos: o artístico, o científico e o econômico, sendo que ela é acentuada “como as interações e efeitos colaterais entre diferentes processos inovadores” (KEA EUROPEAN AFFAIRS, 2006, p. 41).

Mesmo com essas abordagens, que afirmam que o processo criativo (preparação, incubação, iluminação e verificação) consiste no antes, durante e depois do ato da criação, Graham Wallas definiu a criatividade como “o fazer de uma nova generalização ou invenção, ou a poética expressão de uma nova ideia.” (WALLAS, 1926, p. 79).

A analisar que o processo criativo não é sequencial, pode-se dizer que o “criar” não parte de um problema a ser incubado, mas de sentimentos e memórias. Com isso, as pessoas criativas são de todos os tipos e não há um único perfil sobre a forma de trabalharem (FLORIDA, 2011, p. 33-40). Ao que Gardner defende que os seres humanos possuem inteligências múltiplas e “cada

indivíduo também apresenta o seu perfil criativo distinto”. Ele aponta:

A criatividade difere da inteligência em dois outros aspectos. Primeiro, a pessoa criativa está sempre operando em alguma área, alguma disciplina ou algum ofício. Não se é criativo ou não criativo em tudo [...] Em segundo lugar, o indivíduo criativo faz algo inédito, mas a contribuição não termina com a novidade - é muito fácil fazer algo apenas diferente. Antes, o que define o ato ou ator criativo é a aceitação última daquela novidade (GARDNER, 2001, p.145).

Essas exposições mostram a complexidade da matéria e explicam que a “criatividade” se manifesta em todos os setores da vida e requer uma articulação em todas as ciências. O que Bendassolli confirma dizendo que ela “parece fazer eco a uma descrição mais ampla: a da ‘economia criativa’ (BENDASSOLLI, 2007, p.14), ao que cabe uma reflexão a partir da cultura, da criatividade e da economia.

## **1.2. Economia Criativa: um conceito em movimento**

A trajetória do conceito da economia criativa também vem sendo ampliada, assim como os conceitos da criatividade. Ela envereda de “indústrias culturais”, incluídas como as que utilizam a cultura como insumo de seus produtos, para “indústrias de mídia e informação”, que se unem à cultura e às artes. O termo também migra para “economia da cultura”, que monetiza serviços e bens culturais, e segue para “culturalização da economia”; no qual a cultura agrega valor a outro setor econômico. E é o que mostra Reis:

Economia da experiência, economia do conhecimento, economia da cultura, indústrias criativas, Economia Criativa. Tantos conceitos que se fundem e confundem na busca desenfreada por um novo paradigma que ofereça soluções aos problemas socioeconômicos que nos afligem em escala mundial. A proposta de Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento tem, porém, contornos mais precisos e características próprias, adaptadas ao contexto brasileiro (REIS, 2008, p.19).

Paulo Miguez também mostra que:

As expressões indústrias criativas e economia criativa são novas. Ainda que ambos os termos possam ser alcançados pelo expressivo debate que as várias disciplinas científicas travam à volta do que é chamado de “terceira revolução industrial” e, por extensão, estejam conectados com a variada gama de denominações que tentam capturar o paradigma de produção da sociedade contemporânea - sociedade pós-industrial, pós- fordista, do conhecimento, da informação ou do aprendizado - o certo é que, querendo significar um setor da economia ou almejando tornar-se um campo específico do conhecimento, não deixam de constituir-se em uma novidade bastante recente. Na linguagem da academia, pode ser dito, então, que indústrias criativas e economia criativa configuram um campo de conhecimento pré-paradigmático, ainda que em rota ascendente e ritmo crescente de constituição (MIGUEZ, 2007, p. 96-97).

Apesar dos avanços conceituais sobre o assunto, ele ainda requer verificações. Ao que a

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento propõe “uma abordagem holística e multidisciplinar, lidando com a interface entre economia, cultura e tecnologia, centrada na predominância de produtos e serviços com conteúdo criativo, valor cultural e objetivos de mercado” (REIS, 2008, p.23). E Friques destaca:

Muito se fala ultimamente em economia criativa, economia da cultura, ou mesmo indústrias criativas. Também se ouve muito sobre a sociedade do conhecimento, a nova economia, a era da informação etc. O fato é que as sociedades atuais (diga-se, o mundo globalizado) passam por transformações radicais que se processam em suas raízes (FRIQUES, 2013, p.22).

Nesse campo, é preciso fazer uma análise e relacionar a criatividade, economia e novas tecnologias. Pois ao usar o termo “cultura criativa” corre-se o risco de extrapolar o econômico e transcorrer em valores sociais e culturais. Se a ênfase for “indústria criativa” ou “economia da inovação” pode-se reproduzir apenas processos produtivos e manufaturais. Com essa consideração, importa expor que o termo “indústria criativa” ganhou relevância, a ponto da UNCTAD dizer que “no centro da economia criativa, localizam-se as indústrias criativas” (UNCTAD, 2012, p.08). E Howkins ainda arremata:

A criatividade não é nova e nem é a economia, mas o que é novo é a natureza e a extensão da relação entre eles e a forma como eles combinam extraordinariamente para criar valor e riqueza (HOWKINS, 2013, p. 272).

Mas as pesquisas apontam um ponto em comum: a criatividade e o conhecimento da propriedade intelectual são elementos centrais da atividade, e eles são insumos para as atividades econômicas e sociais. Assim, ao tratar da “economia criativa”, é necessário obter os elementos da cultura e os itens do processo de produção, distribuição e acesso, além de respeitar as todas as vinculações que se formam entre estes.

Nessa compreensão, é importante reportar que esse campo abrange diversos contextos, pois “não existe uma definição única de economia criativa” (LEVICKAITÈ, 2011, p. 90):

A economia criativa pode estimular a geração de renda, criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. Ela abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo. É um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral. É uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial (UNCTAD, 2012, p.10).

Assim, ao reformular a temática da ‘indústria criativa’, que era associada ao caráter fabril e de dominação das massas, Machado diz que a "economia criativa" é gerada por indústrias criativas e parte do princípio de que os bens e serviços culturais trazem em si um valor cultural e um valor econômico:

(...) E abarca novas categorias que surgiram com os avanços na tecnologia e nos canais de comunicação [...] e mostra a necessidade de encontrar uma denominação que dê conta de uma série de atividades não contempladas pelo conceito de indústria cultural (MACHADO, 2009, p. 92).

Machado ainda relata que o uso de “economia criativa” é o escolhido entre os técnicos da área. Ao que Paulo Miguez contrapõe e diz que a conceituação ainda está em construção: “a própria definição conceitual de economia criativa, bem como as definições de indústria criativa e de setores criativos, além da formulação de políticas públicas que orientem o seu desenvolvimento, encontram-se em processo de construção no Brasil” (MIGUEZ, 2007, p.98).

Esse novo processo, que advém da globalização, usos da internet e mídias sociais, modelos econômicos e valorização da cultura, mostra que a economia criativa é considerada como “economia do intangível”, pois produz bens e serviços criativos por meio de uma dinâmica própria. A isso, Howkins descreve que:

Ela se assenta sobre a relação entre a criatividade, o simbólico ea economia” e ainda destacou: “existem fortes razões para a economia criativa vir a ser a forma econômica dominante no século XXI (HOWKINS, 2013, p. 18).

Florida, também fala desse processo dinâmico:

Nós estamos embarcando numa era em que a criatividade permeia e domina todos os setores da economia e da sociedade. Estamos em meio a uma verdadeira transformação com o nascimento da economia criativa (FLORIDA, 2011, p. 56).

Nesse desenho, o uso dessa terminologia vai de acordo com Aurélio Caiado, que descreve que os conhecimentos e práticas da economia criativa se integram e atuam “de forma transversal em todas essas áreas [...] também incluídas as atividades de ensino ligadas à cultura, bem como as atividades relacionadas ao turismo, aos esportes e ao lazer”(CAIADO, 2011, p. 17). Para ele, a economia criativa “está no rol de disciplinas que compõem a chamada economia baseada no conhecimento” (CAIADO, 2011, p. 15).

Em acordo, a consultora Lala Deheinzelin avalia essa “nova economia” como “estratégica para a sustentabilidade do planeta e de nossa espécie” e mostra que a ideia suplanta a dimensão econômica, sendo que ela se compõe:

Em fator de mudança, interação e organização social [...] e reconfigura a sociedade do TER para o USAR, o que representa uma mudança drástica no capitalismo industrial e no modo real de ser social, onde o material cede lugar ao imaterial (DEHEINZELIN, 2008, pp. 68-71).

Ao que Jeremy Rifkin defende que o que se valoriza na nova economia “são a imaginação e a criatividade humanas, e não mais o patrimônio material, que encarnam doravante a riqueza” (RIFKIN, 2005, p.11). Por isso, a economia criativa ainda carece de exatidão conceitual, mas a originalidade da criatividade, a diversidade cultural e a tecnologia (juntos a bens e serviços de conteúdo intangível e comercializáveis) são seus pilares.

Desta maneira, mesmo com os debates, as convergências favorecem ao uso da nomenclatura “economia criativa”. Por isso, esta investigação utilizará esse “termo limite”; que tem como base o conhecimento e a cultura produzidos por um povo e não à produção em série. Essa interpretação precisa ser utilizada não só no meio acadêmico, mas nos âmbitos político e empresarial, pois “a economia criativa é definida pela relação da criatividade com as ideias, onde as pessoas passam grande parte do tempo tendo ideias que geram produtos comercializáveis” (HOWKINS, 2013, p.13).

Por seu turno, os pilares da economia criativa estão bem definidos e ela se compõe de uma força à economia brasileira, tendo:

Treze segmentos criativos de acordo com suas afinidades setoriais, identificando quatro grandes Áreas Criativas: Consumo (Design, Arquitetura, Moda e Publicidade), Mídias (Editorial e Audiovisual), Cultura (Patrimônio e Artes, Música, Artes Cênicas e Expressões Culturais) e Tecnologia (P&D, Biotecnologia e TIC) (FIRJAN, 2022, p.08).

Nesse arranjo de inclusão produtiva, importa dizer que em termos de remuneração dos trabalhadores, no Brasil, a taxa de participação desses segmentos criativos apresenta salários superiores à média do mercado de trabalho como um todo:

No período entre 2017 e 2020, o rendimento relativo do mercado de trabalho criativo se manteve constante - o salário médio do núcleo criativo se manteve em torno de 2,4 vezes superior ao salário médio na economia brasileira. Em 2020, quando o rendimento médio do mercado de trabalho foi de R\$ 2.924,00, o salário médio dos profissionais criativos foi de R\$ 6.926,00 (FIRJAN, 2022, p. 22).

Ainda de acordo com o estudo:

Entre 2017 e 2020, a participação do PIB Criativo no PIB do país cresceu ainda mais, aumentando de 2,61% para 2,91%. Como resultado, em 2020, o PIB Criativo totalizou

R\$ 217,4 bilhões – valor comparável à produção total do setor de construção civil e superior à produção total do setor extrativista mineral (FIRJAN, 2022, p.08).

Devida a importância da economia criativa, a diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, em 2021 - Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável, lembrou que “a cultura não pode ser esquecida nos planos nacionais, porque não haverá recuperação econômica sem cultura” (UNESCO, 2021, p. 01).

Com isso, ao abordar a criatividade não se pode esquecer das competências urbanas e cidadãs nessa construção, pois a economia criativa também se aplica à economia das cidades ou regiões; que precisam desenvolver ambientes fecundos, particularizar o espaço urbano, salvaguardar a sua originalidade e seus recursos culturais. Essa dinâmica se deve à “inquestionável importância que as cidades assumem no funcionamento das economias e na vida das pessoas: vivemos nelas, e nelas procuramos a resposta para as nossas necessidades e desejos” (AZEVEDO; MAGALHÃES; PEREIRA, 2010, p. 31). Ou seja, viver na cidade implica, viver a cidade (GASTAL, 2006, p. 212).

Desta feita, vale ponderar que (re)planejar as cidades é determinante para o processo de mudança social (desenvolvimento), pois:

As cidades criativas, por sua vez, são fruto das transformações socioeconômicas, políticas e culturais em nível mundial e intensificadas pelo aumento da população nas zonas urbanas, gerando mudanças nos estilos de vida da população e refletindo em novos modos de produção e de consumo de bens e serviços turísticos. Esses fatores têm demandando novos moldes de destinos turísticos (ASHTON; TOMAZZONI; EMMENDOERFER, 2014, p.01).

Ao que o urbanista britânico Charles Landry, predecessor do conceito “cidade criativa”, ao observar a ocupação e revitalização de antigos bairros em zonas centrais de cidades industriais pela classe artística, destacou que:

As cidades criativas são aquelas onde há senso de conforto e familiaridade, uma boa mistura do velho com o novo, variedade e escolha e um equilíbrio entre o calmo e o vivificante ou entre o risco e a cautela (LANDRY, 2013, p. 45).

Ele ainda mostra que as pessoas são o recurso crucial que as cidades possuem e destaca a necessidade de “estimular a curiosidade, imaginação e criatividade de seus cidadãos” (LANDRY, 2013, p. 45), para que as mudanças e inovações pelo uso da criatividade sejam percebíveis. É o que Landry e Bianchini também apregoam:

As cidades são seres vivos, porque têm fases de crescimento, estagnação e declínio. A viabilidade urbana é sua capacidade de se adaptar e responder à mudança das circunstâncias. Tal adaptabilidade e responsividade é maior nas cidades cujas dimensões econômica, cultural, social e ambiental encontram-se igualmente desenvolvidas, até um nível de autossustentabilidade (LANDRY; BIANCHINI, 1995, p.23).

Nesse entendimento, a cidade criativa, que é multidisciplinar, convida qualquer cidadão à participação e às possibilidades de integração, conforme o que se apresenta:

A cidade criativa é um toque de trombetas para estimular abertura mental, imaginação e participação pública. Isso tem um impacto dramático na cultura organizacional. A filosofia é que há sempre mais potencial em qualquer lugar do que pensaríamos à primeira vista [...]. Parte-se do pressuposto que devem ser criadas condições para que as pessoas pensem, planejem e ajam com imaginação para aproveitar oportunidades ou resolver problemas urbanos aparentemente intratáveis [...] Isso significa que cidades grandes e pequenas podem ser criativas. Cidade criativa é portanto um conceito positivo. A hipótese é a de que as pessoas comuns podem fazer coisas extraordinárias acontecerem, se tiverem uma oportunidade (LANDRY, 2009, pp. 03-04).

Assim, o ato de atrair e manter as pessoas com conhecimento, em distintas áreas, aumenta a criatividade em uma cidade, sendo necessária:

A oferta de um mercado de trabalho voltado aos trabalhadores com alto potencial criativo, compreendendo portanto universidades, centros de pesquisa e empresas com perfil diferenciado; • oferta cultural e de apreciação estética, compatível com a sensibilidade criativa e a voracidade por ampliação de repertório desses profissionais; • efervescência de vida urbana (cafés, galerias, centros de design, lojas de moda de arrojada, pequenos negócios de nicho – uma espécie de grande Soho) e valorização [...] à diversidade (REIS, 2008, p. 37-38).

Pode-se observar que o cenário é de um centro urbano, mas uma cidade criativa pode se conceber em lugares de pequeno porte, pois o elemento fundamental do processo são as pessoas interessadas e unidas em qualificar a realidade em que vivem. Ao que a UNCTAD aponta que a cidade criativa revela ser um lugar imaginativo e criativo, sendo encorajada a criatividade e a imaginação no setor público, privado e comunitário (UNCTAD, 2012, p. 14). E Florida fala da importância do capital criativo para as cidades:

Acredito que minha teoria do capital criativo seja melhor. Lembremos seu pressuposto principal: o crescimento econômico regional é fortalecido por pessoas criativas, que preferem locais diversos, tolerantes e abertos a novas ideias (FLORIDA, 2002, p. 249).

Portanto, a matéria “cidades criativas” tem alcançado tanta relevância, que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em 2004, criou a UCCN – *Creative Cities Network* - Rede de Cidades Criativas<sup>5</sup>; para “promover a cooperação com e

---

<sup>5</sup> UNESCO. Redes de Cidades Criativas. Disponível em: <<http://en.unesco.org/creativecities/>> Acesso: 18 nov. 2022.

entre cidades-membro que tem reconhecido a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável” (UNESCO, 2022, p. 01).

A Rede atualmente é composta por 180 cidades de 72 países - com “7 campos criativos: artesanato e artes populares; artes digitais; cinema; design; gastronomia; literatura e música” (UNESCO, 2022, p. 01). Com essa dinâmica, o conceito de cidades criativas passou a receber várias adjetivações “para discutir ou propor modelos urbanos, tais como “cidade digital”, “cidade sustentável”, “cidade inclusiva”, “cidade criativa”, entre outras”(DEPINÉ, 2018, p.37). Sobre esses conceitos, Manoel Friques propõe:

(...) Os conceitos – têm em comum, no entanto, é o fato de que todos gravitam em torno de uma ideia central: o desenvolvimento de uma economia com lastro na criatividade, na inovação, na informação, na cultura, nos valores humanos, nos saberes tradicionais, adepta da pluralidade e mais respeitosa com o meio ambiente (FRIQUES, 2013, p.16).

Assim sendo, o termo de cidades criativas no Brasil, é aplicado às cidades que criam soluções inovadoras, preservam sua história e sua memória como legado (e não como empecilho para o tão falado progresso); e se transformam em eixos norteadores na busca de serem criativas, dinâmicas, atrativas, interativas e cada vez mais sustentáveis. Desta maneira, dez cidades brasileiras integram o distinto grupo da UCCN: Curitiba (PR), Brasília (DF) e Fortaleza (CE), na temática de design; Belém (PA), Florianópolis (SC), Paraty (RJ) e Belo Horizonte (MG), no campo da gastronomia; Salvador (BA), na categoria de música; João Pessoa (PB), no grupo de artesanato e artes populares; e Santos(SP), no tema de cinema (UNESCO, 2022, p. 01).

Com esse respeito à territorialidade com criatividade, os *clusters* criativos merecem atenção. Desde o final do século XIX, estes eram denominados de distritos, polos de desenvolvimento, polos de competitividade, polos de inovação, entre outras citações; mas o certo é que eles se propagaram na ideia de inter-relacionamento e competitividade de agentes que constituem uma rede em torno de uma atividade produtiva, sendo que:

Os *clusters* comportam heurística, especialmente no que toca à compreensão das fontes dinâmicas e sustentáveis de vantagens competitivas de setores que manuseiam diretamente capital-conhecimento e trabalho imaterial (PORTER, 1999, p. 211).

Sobre esses conglomerados de uma mesma cadeia produtiva, Andy Pratt destaca que eles:

São atividades próximas geograficamente em um mesmo setor, dentro da economia criativa, que buscam sinergia de conhecimento e oportunidades, agregando valor ao seu negócio e ao entorno (PRATT, 2004, p. 51).

Portanto, eles não são como empresas de produção em setores e geografia dispersas:

Os *clusters* são tidos como uma fonte geradora de vantagens competitivas duradouras pelo aproveitamento das sinergias coletivas geradas por suas interações e destas com o ambiente em que se localizam [...] e incluem design, controle de qualidade e atividades relativas a marketing e à comercialização, além de uma série de atividades ligadas à geração, aquisição e difusão de conhecimentos (CASSIOLATO; LASTRES; MACIEL, 2005, pp. 5-6).

Com isso, quando essa fonte geradora de cooperação se centraliza na cultura e na capacidade criativa, competitiva e de inovação, ela se denomina “*clusters* criativos”. Neles, os empreendedores culturais se instalam junto a seus concorrentes e otimizam investimentos, promovem melhoria do local e trocam experiências e tecnologia.

O foco cresce no planejamento cultural por facilitar a criação de novas áreas urbanas capazes de estimular e integrar a criatividade cultural e a inovação econômica, difundida nos conceitos de indústrias criativas, cidades criativas e economia criativa (PRATT, 2008, p.113).

Nesta configuração, os *clusters* criativos “são formalmente um subconjunto de *clusters* de negócios” (PRATT, 2004, p.50) e podem integrar empresas, organizações sem fins lucrativos, instituições culturais e artistas individuais. Todos esses ativos de políticas sociais se organizam, por meio de soluções inovadoras, para implementar uma reestruturação vitoriosa que proporcione competitividade no território, tendo em vista que “a economia criativa se desenvolve no contexto da era digital, portanto, da sociedade em rede” (CASTELLS, 1999, p.23).

Assim, as ações criativas tendem a aumentar a economicidade e as interações proporcionam vantagens competitivas e ações coletivas. Para tanto, o papel decisivo dos profissionais que atuam com base em seu conhecimento, em seu talento individual e na tecnologia são fundamentais para o sucesso do desenvolvimento global, conforme preceitua a “teoria da classe criativa” (FLORIDA, 2002).

Nessa teoria, “os trabalhadores do conhecimento, ou os criativos (classe criativa), não apenas aperfeiçoam os meios de produção já existentes, como também criam novos produtos e mercados”. (FLORIDA, 2011, p. 06). Assim, os parceiros precisam se aproximar uns dos outros, aumentar suas capacidades de inovação (startups) e o seu próprio grau de sobrevivência, para que o capital continue no grupo.

Entretanto, mesmo como as discussões à teoria, ela demarcou o campo de produção cultural e

criativo, mas requer cautela no uso da “classe criativa”, para que ela não seja de segregação, mas sim de inclusão. Nessa questão, Pierre Bourdieu, ao especificar a “classe”, identificou que pode-se cunhar uma segregação social: “como uma nova pequena burguesia (...) sendo aquelas profissões da cultura que provocam uma luta pela distinção” (BOURDIEU, 1997, pp.160-163).

Essa consideração merece ser salientada, para que as oportunidades da economia criativa não se tornem uma trincheira de exclusão, nem expressem hierarquias e distâncias sociais. Sobremaneira, é de interesse lembrar (para não esquecer) que, para desenvolver o Brasil e construir a nação, esta foi modelada por potências europeias, que consideravam que era preciso “melhorar a raça” da população e neutralizar os elementos negros e indígenas. Essa visão se consolidou em políticas que estimulavam a imigração europeia para “branquear” a população (HOFBAUER, 2011, pp.07-10).

Assim, ao tratar do papel da classe criativa é preciso mostrar, também, que há criatividade nos setores menos privilegiados da população, pois as minorias étnicas e sociais fogem da denominação padronizada e levam uma vida afastada do protagonismo dos sistemas de poder, mas isso não as impedem de pensar, gerar novas ideias, tecnologias e conteúdo. Com isso, ao sair de uma sociedade conservadora para uma comunidade criativa, esta precisa fazer com que seus habitantes sejam integrantes do processo da inovação e é capaz de atrair, com inclusão, os atores com conhecimentos.

Mesmo nessa convergência, a classe criativa deve ser vista como aquela que é constituída por atores sociais, que fazem uso de suas criatividade, agregam valor econômico, independente da área de atuação e sem distinção dos ativos criativos. Nessa leitura, deve-se compreender que o mundo é cada vez mais contrastante, fazendo-se necessário valorizar os indivíduos e agregar ideias inovadoras. Caminho este, que pode ter o turismo criativo como indutor de desenvolvimento sustentável em territórios minerados.

### **1.3. O turismo numa perspectiva de futuro: do cultural ao criativo**

Na história do turismo, a começar pelas viagens de Marco Polo ao Oriente, às peregrinações à Idade Média, ao Grand Tour<sup>6</sup> até as viagens usualmente realizadas; pode-se dizer que todas

---

<sup>6</sup> O Grand Tour era uma tradicional viagem pela Europa, que fazia parte da formação de jovens ingleses de classe média alta, a partir do século XVII. Há registros de que no século XIX, havia um interesse pela procura de aulas ou *workshops* de pintura renascentista por parte da aristocracia inglesa.

foram motivadas pela cultura, o patrimônio e a história dos destinos. Ao passo que a partir do final da Segunda Guerra Mundial, o consumo do turismo cultural foi intensificado. Essa motivação levou muitos destinos a dinamizarem suas atrações culturais e patrimoniais para atrair turistas (RICHARDS & RAYMOND, 2000, p. 17).

Nessa percepção, Gastal explica que entre 1970/1980, “um simples roteiro de visita a museus ou ruínas era titulado de turismo cultural” (GASTAL, 2001, p. 33). O que fez com que, “o turismo cultural se transformasse numa vítima do seu próprio sucesso” (RICHARDS, 1997, p.02). Nessa teorização, turismo e cultura passaram por várias reflexões contemporâneas, que evoluíram conceitualmente. Para Torre o turismo é:

(...) Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (TORRE, 1992, p.19).

Para Warnier, a cultura é:

(...) Uma totalidade complexa constituída por normas, por hábitos, por repertórios de ação e de representação, adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Toda a cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objeto de expressão discursiva numa língua determinada, fator de identificação pelos grupos e pelos indivíduos e de diferenciação em relação aos outros, sendo as orientações dos atores uns em relação aos outros e em relação aos seus lugares vizinhos. Toda a cultura é transmitida pelas tradições reformuladas em função do contexto histórico (WARNIER, 2000, p. 16).

Nesse conceito, a cultura não é estática e toma uma dimensão viva, ampla e dinâmica; sendo que aqueles que a recebem como herança, reagem ao que lhes é proposto em acordo com a situação vivenciada. O que é confirmado por Pelegrini Filho:

A noção moderna de patrimônio cultural não se restringe à arquitetura, a despeito da indiscutível presença das edificações como um ponto alto da realização humana. De modo que o significado de patrimônio cultural é muito amplo, incluindo outros produtos do sentir, do pensar, do agir humanos (PELEGRINI FILHO, 2000, p. 92).

Nessa compreensão, o turismo utiliza-se da cultura para a adequação de seus produtos, de tal modo, que ele, ao se relacionar à cultura, usufrui dela e também a mantém. Nesse ponto, a cultura não pode se resumir em atração para ser “empregada” pelo turismo, senão ela se perde com a mercantilização dos povos e o produto oferecido se torna padronizado.

Nessa questão, pode-se observar que o rápido crescimento do turismo cultural se transformou

num turismo de massas, fazendo com que algumas cidades ofereçam produtos semelhantes, o que compromete o seu diferencial e “dissolve” a cultura local.

Assim, muitas localidades tem procurado distinguir seus produtos por meio da criatividade associada ao turismo cultural - na sua concepção tradicional. Essa ação inovadora está abrindo espaço para “novos produtos ou experiências (...) novas formas de consumo ou novos espaços turísticos” (RICHARDS & WILSON, 2007, p. 1215).

Isso mostra que, numa perspectiva atual e de futuro, o novo sujeito da cultura não mais procura apenas produtos e serviços de qualidade. Ele deseja viver momentos excepcionais suas novas demandas, “implicam contato humano e cultural, troca de experiências entre os viajantes e a população local” (FUNARI & PINSKY, 2005, p.07). Nessa indicação, Durado apresenta que:

Percorrer novas geografias, aprender com uma cultura diferente e deliciar-se com sabores até então desconhecidos são algumas das possibilidades que movem os viajantes de uma ponta a outra do mundo. E se nessa lista fossem adicionados itens como atender às necessidades do lugar e de quem mora nele, cuidar do meio ambiente e promover o desenvolvimento dos territórios visitados, complementando outras atividades econômicas? É o que propõe o turismo criativo [...] (DOURADO, 2019, p.02).

Assim, torna-se inquestionável entender que “todo o turismo é um fenômeno essencialmente cultural” (MOLINAR, 2006, p.12); e também instrumento de promoção social e de dinamização econômica, em que o elemento humano (o residente e o turista) utiliza do espaço turístico (lugar) em um certo tempo. E como “uma reação ao desenvolvimento do turismo massificado” (OECD<sup>7</sup>, 2014, s.p.) surge uma nova filosofia: a do turismo criativo, conforme Avighi observa:

Saem de cena os turistas que buscam apenas ostentar e consumir e é apresentado um turista que se preocupa mais com a realização interior, que quer entender a cultura e a história, que se importa com o meio ambiente (AVIGHI, 2000, p.102).

Ao que Neves corrobora:

Conhecer lugares, assistir à apresentação de manifestações artísticas, degustar pratos peculiares de cada região, compartilhar com nativos a experiência de uma feira local, é conhecer elementos que dizem respeito a pessoas e suas sensibilidades, suas normas e valores, suas emoções. É um exercício de se colocar por alguns momentos na condição do outro que experimenta cotidianamente aquilo que, aos turistas, é proporcionado fortuitamente (NEVES, 2003, p. 30).

---

<sup>7</sup> OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização intergovernamental formada por 38 países e objetiva estimular o progresso econômico e o comércio mundial. Disponível em: <<https://www.oecd.org>. > Acesso em 12 de jan.2023.

Ato contínuo, turismo, cultura e criatividade se interligam intrinsecamente. Nesse sentido, a OECD afirma que “o turismo cultural é amplamente baseado nos recursos do passado, enquanto que o turismo criativo se foca no futuro e em abordagens inovadoras, recorrendo a uma estrutura sustentada pelo conteúdo criativo” (OECD, 2014, p. 15).

Com isso, a cultura ao ser apropriada pelo turismo não atende apenas a interesses de mercado. Ela deve ser respeitada para proporcionar novas soluções aos problemas cotidianos e se contrapor ao turismo de massa e à reprodução em série da cultura local.

Ao passo que o turismo criativo “vai além da contemplação do local e da necessidade *sine qua non* de patrimônio” (EMMENDOERFER; ASHTON, 2014, p. 466). Ele procura as experiências individualizadas que se interagem e se baseiam em novas competências e conhecimentos, ao tempo que coproduzem com o modo de vida de todo o território.

Nesse enfoque, pode-se dizer o turismo criativo evoluiu a partir do turismo cultural, sendo que o primeiro utiliza a criatividade e redefine os laços entre cultura e turismo. Assim, as cadeias produtivas criativas podem ser vistas na mesma perspectiva sistêmica do turismo convencional. Sobretudo, os ambientes e os produtos criativos, as práticas e histórias significativas, as experiências memoráveis é que tornam o turismo criativo singular.

#### **1.4. Turismo criativo: princípios e premissas**

O turismo criativo não é recente, pois desde “o tempo do ‘Grand Tour’, no século XIX, a aristocracia inglesa queria aprender sobre a arte renascentista na Itália, destacando, por exemplo, a procura por aulas de pintura” (RAYMOND, 2007, p.149). Mas foi em 1993, que Douglas Pearce e Richard Butle o identificaram; embora não definiram seu conceito.

Ao que, em 2000, Binkhorst afirmou que Crispin Raymond e Greg Richards introduziram o conceito de criatividade no turismo (BINKHORST, 2014, p. 125). Essa iniciação foi aperfeiçoada pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural, no âmbito do programa Rede de Cidades Criativas, como sendo:

Uma viagem diretamente vocacionada para uma experiência engajada e autêntica, com aprendizagem participativa nas artes, patrimônio ou caráter especial de um local, e fornece uma conexão com aqueles que residem neste local e criam esta cultura viva (DUXBURY & RICHARDS, 2019, p.3).

Ao que em 2007, Raymond refinou o significado e afirmou-o como:

Uma forma mais sustentável do turismo que proporciona uma sensação autêntica da cultura local por meio de oficinas manuais e experiências criativas informais. Essas oficinas acontecem em pequenos grupos em casas e locais de trabalho dos tutores que permitem aos visitantes explorar sua criatividade, enquanto se aproximam de pessoas locais (RAYMOND, 2007, p.128).

Essa descrição de Raymond foi contraposta por Landry, que afirmou que na atividade criativa, os turistas se tornam cocriadores das destinações turísticas, aumentam a vitalidade e vivacidade das cidades, e abrangem novas áreas de comunicação cultural e de criatividade (LANDRY, 2013, p. 37). Ao que essa cocriação no espaço turístico, consiste em “aquilo que é efetivamente produzido pela população local e consumido pelos turistas” (FAGUNDES; ASHTON, 2016, p. 04).

Assim, o turismo criativo não atua com a reprodução seriada. Ele se baseia no participar, no aprender com a vida cotidiana do destino e se mostra como “aquele “que surpreende, que atíça a curiosidade, o questionamento, o pensamento alternativo e, com isso, a busca de soluções” (REIS; URANI, 2011, p. 33).

Ademais, ele valoriza as áreas não saturadas e se assenta nos toques, cores, sabores, cheiros, imagens e vivência dos lugares. Com isso, ele tende a ocasionar possibilidades associativas decorrentes da herança cultural que encontram-se nas vivências do consumidor. E essa significação vai para além do convencional e se torna:

Uma marca que, individualmente e coletivamente, promove sensações e desperta lembranças de sentimentos e ideias relacionadas com experiências anteriores, de caráter físico- sensoriais, psicológicas e cognitivas (PERASSI, 2001, p. 04).

Essa imagem mental é apreendida pelos turistas e faz com eles agreguem para si novas percepções e também participem das vivências únicas e autênticas, que são específicas do local visitado. Assim, ao promover a cocriação entre o visitante e o visitado, cria-se uma marca para a memória, que “legitima todas as demais” (PERASSI, 2001, p.06).

Nessa experiência vivida, o conhecimento e as sensações se tornam insumo para novos produtos criativos voltados à cultura local. Sobremaneira, os turistas criativos buscam vivências características do lugar e o turismo criativo auxilia na reflexão do destino turístico, para que ele se comunique com esse novo consumidor.

Mas para dialogar com o visitante, há que se dialogar também com os residentes. E para desenvolver o turismo criativo é preciso relacionar e integrar três eixos: a originalidade turística e cultural do destino; a satisfação do visitante ao vivenciar experiências e significados; e o aumento do orgulho e a inserção da população local no processo. Nessa proposição, Richard Florida (2002) reforça que o local de destino deve investir e tornar seus habitantes mais interessados no turismo e produtores ativos da experiência turística.

Nessa inter-relação, é também importante analisar o desejo de consumo dos turistas, tendo em vista que os “recursos criativos são agora regularmente utilizados para gerar identidades mais distintas” (RICHARDS, 2011, p.1230). Assim, o ponto central está em valorizar as pessoas para que elas sejam e se sintam parte integrante do processo e interliguem seus potenciais criativos aos dos turistas também criativos. Para tanto, é necessário o surgimento de inovações consistentes e de forma cidadã. É o que diz Molina:

As ciências do turismo criativo não são exatas. Existem muitas plataformas para encontrar turismo criativo em uma comunidade. Cada comunidade tem o direito de escolher o turismo criativo que deseja para si; Cada comunidade pode selecionar o caminho que parece mais apropriado para melhorar suas condições de vida. Cada comunidade tem habilidades e recursos diferentes e objetivos que também são diferentes. O turismo criativo baseia-se em atos de liberdade e autonomia e no pleno exercício dos direitos dos cidadãos (MOLINA, 2011, p. 213).

Por fim, incentivar e desenvolver o turismo criativo vai além de se criar um novo recorte de turismo. Passa pelo processo de valorar as pessoas, pelo criar e recriar do ser humano, pelo expandir o turismo do local para o global, com inovação e experiências autênticas e diferentes para um (re)posicionamento no mercado. A essas sinergias, Brandão expõe:

O ser humano é basicamente criativo e recriador e os artistas populares que lidam com o canto, a dança, o artesanato modificam continuamente aquilo que um dia aprenderam a fazer. Essas são regras humanas da criação e do amor: fazer de novo, refazer, inovar, recuperar, retomar o antigo e a tradição, de novo inovar, incorporar o velho no novo e transformar um com o poder de outro. ‘É sempre igual’ dizia um dançador de jongo de São Luiz de Piratininga.’ Mas é sempre diferente (BRANDÃO, 1985, p.39).

E essa natureza transversal da cultura e da economia criativa são princípios indissociáveis para o turismo criativo, que tem como premissa conectar os anfitriões, os visitantes e os lugares de forma inovadora, além de contribuir com inúmeras outras áreas, pois:

Mesmo em tempos de crise, os produtos criativos continuam a prosperar como parte integrante de nossas vidas. Isso explica a razão pela qual alguns setores criativos parecem ser mais resilientes aos desaquecimentos da economia e podem contribuir para uma recuperação econômica mais sustentável e inclusiva (UNCTAD, 2012, p. 255).

Em suma, incentivar e desenvolver o turismo criativo vai muito além de uma nova configuração de turismo. É um processo que valoriza as pessoas, conecta anfitriões, visitantes e lugares de forma inovadora e autêntica, proporcionando experiências memoráveis. Para tanto, é necessária a participação das comunidades sustentáveis nesse contexto, pois elas buscam conciliar o turismo com a preservação do meio ambiente e a promoção do bem-estar social, garantindo equilíbrio, responsabilidade e respeito com os recursos naturais e culturais. Dessa forma, o turismo criativo aliado às comunidades turísticas sustentáveis se torna uma poderosa ferramenta para impulsionar um desenvolvimento mais equitativo e benéfico a todos os envolvidos.

### **1.5. O turismo criativo e comunidades turísticas sustentáveis**

Partindo do raciocínio e da extensão de que toda a comunidade turística deve se envolver e ser envolvida para que os residentes (e também os turistas) não sejam explorados, mas sim valorizados pela atividade; o diálogo com as comunidades receptoras é ponto basilar. Essas, muitas vezes, não são consultadas quanto aos impactos gerados pelo turismo, que “por ser um fenômeno de múltiplas facetas, penetra em muitos aspectos da vida humana, quer de forma direta, quer indireta” (REJOWSKI, 2000, p.18).

Para tanto, ao planejar o turismo, há que se reconhecer as percepções, as atitudes dos residentes e a participação nas tomadas de decisões para que os ganhos produzidos nos destinos turísticos sejam de fato superiores aos custos, conforme descreve Theobald:

Ao longo de toda história registrada, de certa forma o turismo teve um impacto sobre tudo e todos os que estiveram em contato com ele. Num plano ideal, esses impactos deveriam ter sido positivos, no tocante aos benefícios obtidos tanto pelas áreas de destino quanto por seus residentes. Esses impactos positivos significariam para o local resultados tais como melhorias nas condições econômicas, uma promoção social e cultural e a proteção dos recursos ambientais. Teoricamente, os benefícios do turismo deveriam produzir ganhos muito superiores aos seus custos (THEOBALD, 2002, p.81).

Assim, o envolvimento das comunidades na planificação e na elaboração das práticas de política turística, é que contribuirá para que não se crie um caráter fetichista da atividade; nem se registrem fatos em que a “população local pode ser impedida de desfrutar das instalações naturais de seu próprio país ou região” (ARCHER; COOPER, 2002, p.95).

Pois, caso a população se sinta excluída do processo e os impactos negativos gerados pelo turismo superarem aos positivos, é natural ocorrer movimentos de confronto à atividade,

desencadeando situações de hostilidade em relação aos turistas. Ao passo que se um grande número de visitantes pode gerar receitas para a localidade anfitriã, também pode provocar representações e sentimentos de conflito.

Nessa leitura, os residentes precisam gostar de si mesmos e do que eles possuem, para poderem compartilhar seus bens materiais e imateriais. Nesse processo, as soluções inovadoras devem permitir que os visitantes desfrutem de experiências diferenciadas para vivenciarem uma forma criativa de interagir com as culturas diárias dos residentes.

Mas para que isso ocorra de forma sustentável, deve-se envolver os *stakeholders* (elos de parcerias/partes interessadas que possuem interesses ou direitos similares) para planejar e organizar a localidade. Sendo que o residente precisa sentir prazer em receber bem o turista para não ocorrer o reverso, conforme disse Krippendorf:

Os habitantes das regiões visitadas começam a sentir também um certo rancor em relação aos efeitos negativos do êxodo das massas turísticas. Essas populações têm cada vez mais a impressão de que são invadidas por esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele excluídas (KRIPPENDORF, 2009, p.19).

Nessa interpretação, é fundamental “dar mais atenção ao relacionamento entre turistas e a população local, principalmente aos efeitos não econômicos induzidos por este relacionamento” (LICKORISH, 2000, p.101). Sobre isso, o autor ainda ressalta que:

O necessário é o reconhecimento de que a população local é parte da herança cultural e, portanto, merece proteção tanto quanto os aspectos do destino do turismo, ou seja, o ambiente. As relações humanas são importantes, já que o excesso de turismo pode ter repercussões problemáticas: transformar a hospitalidade típica de muitos países em práticas comerciais leva os fatores econômicos a suplantarem o relacionamento pessoal. Os efeitos posteriores podem ser o aparecimento do comportamento consumista, o declínio da moral, a mendicância, a prostituição, o consumo de drogas, a perda da dignidade e a frustração em não poder satisfazer suas necessidades. No entanto, seria errado culpar o turismo por todos esses problemas, que também estão ligados às mudanças sociais que afetam as comunidades no processo de modernização. O turismo acelera o processo, mas não o cria (LICKORISH, 2000, p. 107-108).

E é nesse campo que o turismo criativo se enquadra, como um contraponto ao turismo de massa: que se conecte a práticas culturais, conteúdos criativos pensados e cocriados pelos atores locais. Para tanto, ele requer uma menor densidade de infraestrutura e serviços; e depende da “articulação de um acordo social, econômico e político entre os setores público, privado, sociedade civil e as organizações multilaterais” (REIS, 2008, p.15). E Florida considera essa

“atmosfera humana” ou criativa tão essencial quanto a atmosfera comercial. E o autor complementa:

Comunidades criativas são lugares vibrantes e acolhedores que fomentam o desenvolvimento pessoal, estimulam avanços tecnológicos e culturais, geram empregos e prosperidade, além de aceitarem culturas e estilos de vida diversos (FLORIDA, 2002, p. 381).

Nesse ponto, “o ambiente do turismo criativo se constitui como uma cadeia produtiva” na qual a autenticidade das “comunidades turísticas sustentáveis” (BARBOSA, 2012, p.146), se dá pela identificação e fortalecimento de sua singularidade em relação a outros locais. E esse território turístico precisa ficar sob o domínio simbólico das comunidades para que elas se apropriem de fato da atividade; pois são elas que o constrói e que deve reordená-lo (conforme seus próprios modelos). E nesse campo, o turismo criativo considera todos os pilares que a sustentabilidade preceitua.

Nesse diálogo, as metas de preservação das comunidades precisam se voltar ao presente e ao futuro. E devem lembrar que “a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções de desenvolvimento” (FURTADO, 2012, p. 34). Desta maneira, “além da experiência do fazer, ou da coparticipação do viajante, o turismo criativo pressupõe garantir também a inclusão social” (VASCONCELOS, 2019, p.02).

Portanto, a inserção da comunidade autóctone nessa conexão criativa (junto à imersão cultural do visitante) é que transformará os conhecimentos históricos e culturais em produtos e serviços, gerando empregabilidade e benefícios para a comunidade local. Nessa sinergia criativa entre os múltiplos atores, é importante compreender as necessidades do novo turista, para que a atividade seja de fato participativa e includente.

## **1.6. Perfil e motivações do turista criativo**

Cada época reconfigura, a seu modo, um ideal de viagem. O turista contemporâneo se mostra como aquele que procura fugir da dura rotina de trabalho e da monotonia diária. E também deseja vivências flexíveis e interação digital durante o planejamento e a viagem. Nesse contexto, registra-se uma “predominância do local sobre o universal, do psicológico sobre o ideológico, da comunicação sobre a politização, da diversidade sobre a homogeneidade, do permissivo sobre o coercivo” (LIPOVETSKY, 1989, p. 107).

Nessa perspectiva, Santos destaca o importante papel social e econômico que o avanço técnico, científico e informacional assume neste século, e acrescenta que quanto mais a globalização se aprofunda, “tanto mais forte é a tensão entre globalidade e localidade, entre o mundo e o lugar. Mas, quanto mais o mundo se afirma no lugar, tanto mais este último se torna único” (SANTOS, 2008, p. 27).

E na combinação desses dizeres, Lipovtsky adiciona:

O momento pós-moderno é muito mais do que uma moda, revela o processo da indiferença pura na medida em que todos os gostos, todos os comportamentos, podem coabitar sem se excluírem, tudo pode ser escolhido conforme o gosto, tanto o mais operatório como o mais esotérico, tanto o novo como o antigo, a vida simples e ecológica e a vida hipersofisticada, num tempo desvitalizado sem referências estáveis, sem coordenadas principais (LIPOVTSKY, 1989, p.58).

E nessa vida moderna, com inúmeras dicotomias, o turismo não foge à regra. Ao revelar suas dualidades, a atividade mostra que enquanto ela procura padronizar os serviços, as localidades querem oferecer produtos genuínos e se diferenciar uma das outras. E é nesse ponto que o turista deseja se expressar e desenvolver suas capacidades criativas.

Por isso, Dias, ao considerar que “o turista deve ser o ponto inicial do fenômeno turístico”, ele destaca que as motivações do visitante são definidas em quatro critérios: a necessidade de mobilidade; a existência ou não da inter-relações sociais entre turistas e residentes; a satisfação em obter a realização no lugar de origem; o conforto e a segurança física (DIAS, 2003, pp.19-20).

E para planejar e se informar sobre os destinos, o turista do século XXI se volta para a web na “procura de experiências únicas, memoráveis, gratificantes e diversificadas” (AZEVEDO, 2009, s.p.), que ele também compartilha e interage em suas redes sociais. Por conseguinte, essa caracterização vai de encontro a um turismo mais sustentável, que prioriza a autenticidade da cultura por meio de atividades criativas e correlacionadas aos princípios éticos e socioambientais. O que ocasiona uma vivência mais próxima com os residentes por meio de imersões e experiências próximas ao modo de fazer e de viver de uma determinada comunidade.

Esse turista também se mostra cada vez mais exigente, sendo que o seu perfil é posto como aquele que fala outros idiomas, procura novos sentidos sensoriais e quer cocriar sua própria experiência turística. Ao que Pera acrescenta: “o turista criativo pretende uma vivência mais

próxima com a comunidade local ao querer experienciar na prática, algo de característico e representativo dessa comunidade e lugares” (PERA, 2017, p.332).

Para tanto, essa prática não pode abranger um grande número de pessoas. Ela “decorre em pequenos grupos, em casa ou no local de trabalho dos formadores, e permite aos visitantes explorar a sua criatividade durante o processo de aproximação à comunidade local”. (PERA, 2017, p. 336). É o que confirma Emmendoerfer e Ashton:

Os turistas deslocam-se em busca do consumo de bens culturais para uma vivência autêntica e significativa, somente possível envolvendo as questões socioculturais e históricas que formam uma determinada cultura, transformando os territórios criativos no seu principal espaço de consumo turístico (EMMENDOERFER; ASHTON, 2014, p. 458).

Essa busca por vivências autênticas, de fruição e de aprendizagem deve ir além da contemplação passiva dos atrativos, sendo imprescindível conhecer o turista criativo e apreender suas expectativas. Ao que os estudos apontam que o perfil desse novo turista tem passado por uma evolução, segundo descreve Damián M. Cortada:

Surge um novo tipo de consumidor, mais respeitoso com o meio ambiente, preocupado com os problemas sociais, ávido por interagir com outras culturas que não a sua e convencido de que, além de ser um espaço de lazer, a viagem é também um campo de descoberta intelectual e de enriquecimento humano (CORTADA, 2006, p. 45, *tradução nossa*).

O mesmo autor agrupa as seguintes características do turista criativo:

- Impaciente: o turista criativo precisa de respostas diretas aos pedidos de informação ou prestação de serviços - e as novas tecnologias permitem que ele tenha uma resposta.
- Procura experiências - ele possui a necessidade de expressar a procura pelo desconhecido; assim, com a pressão das grandes cidades, provoca a necessidade de viver novas experiências que enriqueça a vida pessoal de cada um; os valores como a solidariedade, sustentabilidade e a consciência coletiva conduzem a experiências inovadoras.
- Bem informado e exigente - o turista tende a criar o seu próprio itinerário, mediante a informação turística disponibilizada, de acordo com os seus próprios interesses e preocupações com o desejo de personalizar a sua própria viagem.
- Procura uma boa relação qualidade-preço e está disposto a pagar mais para melhorar a sua experiência e a qualidade dos serviços que a viagem oferece.
- Valoriza os conteúdos culturais da viagem e seleciona as recompensas intelectuais e sociais que a viagem lhe proporcionará.
- Ele está disposto a viajar mais, pois o turismo faz parte de seus padrões de consumo
- É um policonsumidor, pois de acordo com as motivações e circunstâncias, consome diferentes características (CORTADA, 2006, 45-46 pp., *tradução nossa*).

De acordo, Miles ainda complementa: “os turistas criativos não consomem passivamente os territórios, mas interagem com eles na produção das suas próprias experiências” (MILES, 2010,

s.p.). Nessa interpretação, o turista criativo procura a essência dos lugares, deseja conhecer e estabelecer relações sociais com os residentes locais, ter contato com a natureza e procura especificidade nas ofertas e serviços criativos. Segundo Hümmel:

Os turistas ‘criativos’ possuem um perfil diferenciado dos turistas do Turismo Industrial, são inovadores e querem experiências diferenciadas e que, acima de tudo, agreguem valor à sua vida pessoal/profissional. Por isso, as ofertas turísticas em destinos onde o Turismo Criativo existe devem propiciar vivências que enriqueçam o estilo de vida dos turistas criativos, incorporando assim novos valores de vida (HÜMMEL, 2016, p.52).

Deste modo, os turistas assumem um papel de cocriador, coprodutor e consumidor de experiências com a comunidade local, sendo que:

As pessoas já não estão apenas preocupadas em acumular bens, e sim querem se desenvolver e desenvolver suas próprias habilidades de consumo. As pessoas querem pintar, desenhar, projetar, fotografar, cantar, fazer yoga - toda uma série de atividades que irão construir suas próprias habilidades e desenvolver seu potencial (RICHARDS, 2010, p. 10).

E nessas formas de desenvolver o seu potencial, esse novo turista deseja produtos inovadores, criativos e autênticos (palavra oposta à “encenação”). Esses precisam vir acompanhados da memória do lugar e de formas respeitadas de interpretação: atributos que motivarão em sua percepção de satisfação para atender a um círculo criativo, significativo e orientado para as novas relações entre ele e os residentes.

### **1.7. Oferta e demanda em turismo criativo**

Ao definir o turismo, como um fenômeno social e complexo, que é efetivado pelos homens em sociedade, Boullón ressalta “que a matéria-prima do turismo é o atrativo turístico” (BOULLÓN, 2002, p. 65); que faz com que os turistas se desloquem ao seu encontro para acessá-lo. Ele ainda destaca a importância dos atores sociais nessa superestrutura e mostra que “o ponto de partida para o funcionamento do sistema turístico, é o resultado entre a oferta e a procura turística” (BOULLÓN, 2002, p. 31).

Do mesmo modo, Pearce & Butler mostram que esses dois elementos (oferta e demanda) compreendem os recursos dos destinos; sendo o primeiro composto pelos atrativos, transporte, hospedagem, infraestruturas; e o outro, são os mercados existentes e os potenciais, que podem

ser configurados por estatísticas de visitantes, satisfação do turista, mapeamento de recursos e avaliação (PEARCE; BUTLER, 2003).

Com isso, pode-se classificar a oferta turística em três categorias: atrativos turísticos, equipamentos e serviços, e infraestrutura de apoio ao turismo. E Beni assim a define:

A oferta do turismo pode ser concebida como o conjunto dos recursos naturais e culturais, que em sua essência constituem a matéria-prima da atividade turística, por que na realidade são esses recursos que provocam a afluência de turistas. A esse conjunto agregam-se os serviços para dar consistência ao seu consumo, aos quais compõe os elementos que integram a oferta, no seu amplo sentido numa estrutura de mercado (BENI, 2003, p. 158).

Nessa estrutura, considera-se a oferta natural ou original a matéria-prima do turismo. Estas e constitui por elementos da natureza e atividades originárias da ação humana. Por sua vez, ela é completada pela oferta turística, artificial ou agregada; segundo expõe Andrade:

O conjunto de adaptações de recursos naturais, de obras criadas pelo homem, de serviços e de atitudes que colaboram com a natureza, imitando-a - de alguma forma - ou agindo de modo a complementá-la ou mesmo subsidiá-la, através de esforços com a finalidade de melhorar a produtividade de seus recursos e de aproveitar melhor as alternativas de sua capacidade (ANDRADE, 1995, p.106).

Já a demanda turística é analisada como "a quantidade de bens e serviços turísticos que os indivíduos desejam e são capazes de consumir a um dado preço, em um determinado período de tempo" (LAGE; MILONE, 2004, p. 31). Com isso, oferta e demanda turísticas se interligam e são estruturantes em um planejamento do turismo. Para Fratucci:

É no lugar turístico que o fenômeno se materializa e sobrepõe suas formas fixas: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, serviços de alimentação, agentes receptivos, guias de turismo, locais e instalações para entretenimentos, etc.) e infraestrutura de apoio (serviços de comunicações, transportes, segurança [...]) (FRATUCCI, 2000, p. 122).

Nessa leitura, ao se tratar do turismo criativo, entende-se que a sua estruturação não difere do turismo tradicional. No entanto, no primeiro, ao que diz respeito à oferta, é que ela não seja exclusivamente produzida ou consumida por turistas, mas também pela comunidade receptora. Sobremaneira, a população local, ao transformar seus ambientes em lugares criativos e potenciados para atender as demandas dos visitantes/turistas; deve se propor a fazer com que o ambiente também seja experimentado pelos próprios residentes.

Desse modo, os moradores das cidades criativas engajam-se em práticas que são equivalentes às dos turistas. Para ilustrar a questão, pode-se mostrar que os turistas criativos quando viajam para o destino, procuram “a autenticidade, o interesse e as atrações das culturais locais, o entretenimento, a alimentação e o alojamento” (JANSEN-VERBEKE & REKOM, 1996, s.p.).

Pode-se acrescentar que esses equipamentos e atrativos turísticos não são apenas destinados aos turistas criativos, mas também devem servir a múltiplos propósitos e estar disponíveis para uso pelos moradores locais.

Ademais, as atividades que compõem a oferta turística específica do lugar proporcionam motivação e satisfação aos turistas e à comunidade; e a questão financeira intensificada pelo turismo criativo desponta como viés importante ao desenvolvimento socioeconômico. Cabe dizer que a prática vai além do cuidado ambiental. Ela se ajusta a políticas de redução da pobreza e distinções sociais.

Nesse campo, o turismo criativo possui um caráter que o torna único: seus bens e serviços se integram às necessidades do turista e do morador, para que sejam criados novos formatos para se interpretar à cultura e ao modo de viver de uma comunidade. Para tanto, a criatividade tem se tornado um utensílio de sobrevivência, em que cabe à oferta caracterizar os valores e as tradições e manter-se fiel às realidades locais.

O resgate da memória é de suma importância devido à construção de uma identidade consistente de um determinado povo. Para isso, é necessário que não deixe de rememorar, ir à busca das raízes, das origens, do âmago da sua história [...] Se faz mister identificar a importância da memória na construção de uma identidade [...] (BATISTA, 2005, p. 28).

Ao destacar as expressões populares, as tradições locais e os diferenciais em um mercado que tem se mostrado saturado, vale dizer que o turismo criativo “estará cada vez mais vinculado a tecnologias que permitem melhorar a prestação de serviços, reduzir custos, incrementar a produtividade e melhorar a qualidade do atendimento” (BISSOLI, 1999, p.55). Com esse propósito, os produtos turísticos ofertados não devem difundir imagens superficiais do destino, nem mercantilizar as singularidades locais.

A essa reflexão, deve-se somar a presença de três elementos básicos: “preço, liberdade e os bens e serviços turísticos” (LAGE; MILONE, 2004, p. 69). Desta feita, a oferta criativa precisa

promover a cocriação de produtos e gerar experiências autênticas. Com isso, o demandado contato com a natureza e as inter-relações com as comunidades devem manter as tradições e engajar as habilidades para desenvolver novas relações e experimentos. Por sua vez, as bases criativas da oferta e da procura, que se deseja, possam ser bem definidas e possam ampliar ações que visem à garantia da sustentabilidade em suas dimensões.

### **1.8. O turismo criativo e o alinhamento aos ODS da Agenda 2030**

A Organização das Nações Unidas - ONU, em 2015, firmou com seus 193 estados - membros, incluindo o Brasil, um plano de ação para a humanidade, com prazo para atingi-lo no ano de 2030. Esse plano global é denominado Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e reúne 17 ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas associadas e interligadas, com 231 indicadores. Ela também é adaptável às especificidades, realidades e prioridades de cada região e deve ser posta em prática pelo governo, e também, pela sociedade civil, setor privado e cada cidadão empenhado com o futuro do planeta (ONU, 2015, p. 16), sendo:

Erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação (ONU, 2015, s.p.).<sup>8</sup>

Todos os ODS se dialogam entre si e geram a necessidade de se ter uma sociedade, do local ao global, mais justa e mais sustentável. Eles também convidam à ação de suprir os desafios ambientais, políticos e econômicos enfrentados por todo o mundo. E cabe a cada país, empreender esforços para adequar as metas estabelecidas na pauta global que se relacionam com: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria (ONU, 2015, p. 02).

Contudo, os meios de implementação da Agenda parecem distantes, sendo que o próprio documento destaca que as fontes de financiamento público e privado; junto à governança global, “que pressupõe pessoas agindo em suas comunidades locais” (MONTEIRO, 2019, p.158) também são correlações de destaque para o cumprimento dos ODS.

---

<sup>8</sup> O conjunto de indicadores globais foi elaborado para acompanhar e avaliar os objetivos e metas ao longo da implementação da Agenda 2030. Estes podem ser consultados em vários endereços eletrônicos: <https://undocs.org/A/RES/71/313/>; <https://www.ipea.gov.br/portal/>; <https://indicadoresods.ibge.gov.br/> (página oficial do IBGE, que monitora os ODS no Brasil).

E como o turismo é um agente que desempenha um papel fundamental na busca pela sustentabilidade, vale destacar que ele possui transversalidade e potencial para colaborar, desenvolver e implementar, de forma direta ou indireta, todos os 17 ODS da Agenda. E tendo em vista que o presente estudo adota o turismo criativo como alternativa para o desenvolvimento sustentável no pós-mineração, entende-se que o tema deve tornar-se pauta diária e deve correlacionar sua coerência com a Agenda 2030.

Nesse estabelecimento de elos, deve-se remeter ao momento desafiador do qual o setor está emergindo: a pandemia do COVID-19, que provocou impactos significativos na vida da humanidade e também no turismo. No entanto, as crises também podem gerar oportunidades e na tônica de contribuir com a Agenda 2030, pode-se criar mecanismos para tornar o turismo mais inclusivo.

Entretanto, não se trata, aqui, de decompor as diversas metas da Agenda 2030, mas em especial, apresentar cinco Objetivos. Nessa leitura transversal, os Objetivos 8, 12 e 14 são mencionados em uma relação textual e direta com o turismo na Agenda 2030. Com isso, ao invés de relacionar o turismo criativo em Congonhas somente com essa tríade, este estudo compreende que o ODS - 11: cidades e comunidades sustentáveis e o ODS - 17: parcerias e meios de implementação, também precisam ser aqui indicados. Este recorte adicional em incluir o turismo nesses dois objetivos pode contribuir para o entendimento de como certas políticas públicas de fomento à atividade também se alinham à matéria.

A respeito dessa visão sistêmica, ao eleger o ODS 8 - “Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos” (ONU, 2015, s.p.), observa-se que ele se aporta ao desenvolvimento socioeconômico dos destinos turísticos, a fim de fortalecer a economia local, qualificar as pessoas, gerar emprego e renda (entre outros) e está diretamente ligado aos ODS 1. Erradicação da Pobreza e 4. Educação de Qualidade; o que favorece as cadeias de valor; reconhecida na meta 8.9 e que prevê:

Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais (ONU, 2015, s.p.).

Como o turismo é um empregador global, oferecer oportunidades aos trabalhadores das comunidades, contratar mão-de-obra locais e proporcionar capacitação contribuem para a diminuição do desemprego, fazendo com que se registre o aumento do crescimento econômico das populações. Além disso, há que se coibir do trabalho as condições análogas à escravidão, como trabalho infantil, recrutamento enganoso e outros malefícios.

No caso do ODS 12 - “Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis” (ONU, 2015, s.p.), o turismo pode contribuir para acelerar o movimento global em direção a melhores resultados econômicos e socioambientais. Mas o alcance desse ODS depende de seus colaboradores e da comunidade se conscientizarem para o exercício de medidas que reduzam o consumo de água, energia e outros recursos.

Além dessa tarefa, faz-se preciso implementar ferramentas para reduzir a geração de resíduos, com a adoção de técnicas de reciclagem e reuso de materiais, com uma orientação constante sobre consumo sustentável, conforme preceitua a meta 12.b:

Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais (ONU, 2015, s.p.).

Destaca-se, ainda, que a meta 12.8, versa que o Brasil deve:

Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, em consonância com o PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental (ONU, 2015, s.p.).

Ao reportar ao ODS 14 - “Vida na Água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015, s.p.); deve-se apontar que a meta 14.7 recomenda que:

Aumentar os benefícios econômicos para todos os países, em especial os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir da gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca, aquicultura e turismo (ONU, 2015, s.p.).

Como o Brasil é um ‘país em desenvolvimento’ e a Agenda se reporta a pequenos estados insulares em desenvolvimento e LDC (países menos desenvolvidos como os da África Subsaariana e do Sudeste Asiático), destaca-se que este não é o caso brasileiro. E ao somar a esse dado que Congonhas não é cidade costeira, não caberia apontar o ODS neste estudo.

Entretanto, compreende-se que todas as atividades associadas ao turismo também devem contribuir para a gestão sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos; pois a atividade humana, como o aumento populacional, a crescente urbanização e outros, exercem pressões que interferem nas condições climáticas do planeta, intervêm nos processos naturais, tais como: umidade, variação de temperaturas, comportamento das águas dos oceanos e deterioração marinha, pois:

A porção terrestre sofre uma alta influência de fenômenos associados com a proximidade ao mar, enquanto a porção marinha sofre uma alta influência de processos que ocorrem em terra (BALICA; WRIGHT; VAN DER MEULEN, 2012, p. 78).

Desta feita, mesmo com a reserva em não apontar todas as sinergias existentes e nem todas as possibilidades de como o turismo criativo pode contribuir para o alcance dos ODS e se tornar alternativa de desenvolvimento sustentável principalmente no pós-mineração em Congonhas, o seu elevado grau de sinergia é evidente. Afinal, o turismo acontece entre comunidades; com parcerias e meios de implementação.

Ao passo que o território desta investigação, não obstante ao seu dinamismo peculiar, às suas características, a seus processos de desenvolvimento e crescimento, deve ser analisado e conectado a mais dois princípios: os ODS 11 e 17. Nessa importância, o ODS11 - “Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015, s.p.); em seus quinze indicadores, representa um ponto de chegada e uma forma de monitoramento, para mostrar que o desenvolvimento sustentável acontece primeiramente nas cidades. Um ponto a ser aqui mencionado é a criação da Rede de Cidades Criativas da UNESCO, que dá robustez à prática deste Objetivo 11.

Notadamente, é nas cidades que se encontram os atores sociais, os coletivos criativos, as novas economias de base intangível e as manifestações da cultura. E em sua dimensão territorial, “novos significados são transferidos a esses espaços pela classe criativa e impactam no aspecto da paisagem, na relação da população com o ambiente, na economia e na política das cidades” (SANTOS, 2011, p. 15).

Nesse contexto, o turismo criativo tende a exercer um papel específico com relação a esse movimento de (re) organização, pois ele trabalha com uma afinidade, um apego sentimental, que pode ser traduzido como “vínculo afetivo estabelecido entre pessoas e cenários físicos”

(FELIPPE; KUHLEN, 2012, p. 01). Nessa afetividade concebida, o sujeito social sente que é parte do lugar e que o lugar é parte dele. Com isso, esses vínculos emocionais geram o sentimento de pertença com o lugar e esse elo afetivo pode atuar positivamente nas relações entre residentes e visitantes. É o que Pereira e Abib dizem:

A afetividade é a capacidade que os indivíduos têm de serem positiva ou negativamente afetados, com maior ou menor intensidade, por uma dada situação, de forma que cada um deles estabelece um tipo de relação afetiva com essa situação e lhe atribui um sentido particular (PEREIRA; ABIB, 2016, p. 860).

Sobremaneira, o ODS também prevê medidas como o incentivo à reciclagem, o adequado armazenamento e o reaproveitamento dos resíduos da mineração, o controle da emissão de gases e ruídos, manutenção e criação de espaços verdes comuns; temas que são muito caros à atividade turística e especificamente a Congonhas: território minerado.

Na combinação da meta 11.4, que trata de “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo” (ONU, 2015, s.p.); comprova o quão é importante esse ODS para Congonhas, que tem como marca o seu “Patrimônio Cultural da Humanidade”, sua diversidade histórica e suas riquezas minerais, que geram prosperidades e dicotomias.

Nesse Objetivo, a meta 11.a, aborda a prática de “apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento” (ONU, 2015, s.p.). O que é complementado por Emmendoerfer e Fioravante, que assinalam oito ODS que devem ser priorizados com políticas e projetos para que as cidades se tornem mais criativas:

• ODS 3 - Boa saúde e bem-estar; • ODS 4 - Educação de qualidade; • ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura; • ODS 10 - Redução das desigualdades; • ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; • ODS 17 – Parcerias e meios de implementação; • ODS Emergente - Ações contra mudanças climáticas (EMMENDOERFER; FIORAVANTE, 2021, p. 214).

Com isso, pode-se dizer que planejar a atividade turística ajuda no organizar e reorganizar a cidade. Neste sentido, a ação também contribui diretamente para valorizar e renovar os saberes e práticas culturais locais, além de ressignificar a identidade urbana de lugares pouco privilegiados, como “os laboratórios para inovação e solidariedade democrática” (EMMENDOERFER, 2020, p.415), que podem aproveitar os ativos, fomentar a participação social e criar espaços promotores de saúde e bem-estar, destacando que as áreas e monumentos protegidos precisam ser beneficiados pela atividade.

Ao explicitar o último ODS 17 – “Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015, s.p.), pode-se afirmar que ele relaciona à aplicação de todos ODS, pois para alcançar qualquer outro Objetivo é preciso de parceria. Nesse sentido e para o desenvolvimento do turismo, cabe observar a necessidade de se promover a cooperação entre os atores públicos, entre o público e o privado; sendo imperativo conscientizar sobre o papel de cada ente na implementação da Agenda.

Essa prática precisa ser transparente e deve incluir as comunidades nessas tarefas, pois a atividade turística se dá necessariamente na localidade. E muitos dos aspectos que afetam o turismo se correlacionam com diversas outras pastas como impostos, empregos e melhorias, que estão alinhadas a esse objetivo.

Todavia, para uma cooperação legitimada entre o turismo e os ODS, é preciso aplicar a criatividade na atividade, além de financiamento e investimento em tecnologia e inovação, infraestrutura e recursos humanos, além da tomada de decisões. Mas, para alcançar metas, é preciso “sensibilizar atores, implantar governança, adequar metas globais e definir indicadores nacionais” (IPEA, 2018, p.15).

Por isso, rotineiramente, é essencial integrar os setores em ações conjuntas, conforme observação da ONU (2020): “a pandemia da COVID-19 é um forte aviso de como estamos todos interligados - uns com os outros e com a natureza.” Com isso, as práticas criativas devem ser fomentadas em um ambiente atrativo para moradores e visitantes, o que pode ser um arremate para avançar na coautoria da implementação da Agenda 2030.

E ao adaptar esses princípios para áreas rurais e de comunidades menos favorecidas, estes se mostram potentes ferramentas para gerar empregos, promover a inclusão social, visando novas atuações e empreendedorismo no setor para as mulheres e para a juventude.

Nesse raciocínio, Ban Ki-Moon, secretário-geral das Nações Unidas, considera que: “o aproveitamento dos benefícios do turismo será crucial para o alcance dos ODS e a implementação da agenda de desenvolvimento pós-2015” (ONU, 2015, s.p.). Deste modo, não resta dúvidas de que turismo está apresentado na Agenda 2030 como uma solução inteligente.

O que se confirma pelas inter-relações do setor com a educação de qualidade, trabalho decente, redução das desigualdades e igualdade de gênero, e outros.

Além disso, ele se mostra oportuno e com potencial para conciliar objetivos ambientais, econômicos, sociais e também culturais, com os instrumentos de criatividade e inovação. Nessa tarefa, os setores e atores envolvidos, de todas as esferas, precisam atuar conjuntamente na análise dos cenários para a tomada e legitimidade das decisões.

E no caso específico de Congonhas, onde se registram conflitos entre o turismo e mineração, medir e monitorar esses dois setores, por meio de uma política de dados confiáveis, deve ser uma das prioridades dos gestores de turismo; mesmo que as instituições responsáveis pelo monitoramento da Agenda 2030 no Brasil, apontem que:

O país não apresenta progresso satisfatório em nenhuma das 169 metas dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, estabelecida pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2015. Das 169 metas, 54,4% estão em retrocesso, 16% estagnadas, 12,4% ameaçadas e 7,7% mostram progresso insuficiente (AGÊNCIA CÂMARA, 2021, p.1).

E esse quadro precisa ser mudado, pois os ODS não indicam apenas metas; eles são necessários para que todas as pessoas façam parte do processo de desenvolvimento. Todavia, faz-se necessário criar uma janela de ação, que requer maturidade institucional, pois uma cidade para ser criativa precisa aproveitar seus ativos e vocações e se pautar em um cenário 2030, que ofereça uma economia diversificada e com participação social integrada em uma rede de governança, que dialogue com as múltiplas fontes. Mesmo que pareça utópico, a Agenda serve como um farol para que a humanidade não se distancie de suas raízes e o planeta esteja em melhor condição em 2030 do que está hoje.

### **1.9. Turismo criativo e desenvolvimento sustentável territorial**

O turismo criativo se mostra como uma atividade solidária de aprendizagem, que contribui para aumentar a qualidade de vida da população local receptora e para melhorars serviços aos turistas. O setor está posicionado na Agenda 2030 e com o avanço da economia criativa, se mostra como indutor de “desenvolvimento”. Termo que o ex- ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, definiu durante a abertura da Conferência do I Fórum Cultural Mundial em São Paulo:

Há pouco tempo, aliás, julgava-se necessário adjetivar a palavra “desenvolvimento”: ora falava-se de “desenvolvimento econômico”, ora falava-se de “desenvolvimento social”, de acordo com a ocasião e o público. Abordava-se também o “desenvolvimento cultural”, mas só nos círculos restritivos da reflexão antropológica. A obsessão por adjetivos denota um papel de concepções parciais e que excluíam o processo de desenvolvimento da humanidade [...] Das visões unidimensionais veio finalmente a visão multidimensional de desenvolvimento, que nos permite pensar o desenvolvimento em termos de acesso efetivo ao conjunto dos direitos humanos, de três tipos: os direitos políticos, ou seja, a cidadania e a democracia; os direitos econômicos, sociais e culturais; e os direitos difusos, coletivos, como o direito à cidade, ao ambiente saudável, e também o direito ao desenvolvimento (GIL, 2004, s.p.).

Nessa leitura, o economista chileno Manfred Max-Neef associa o desenvolvimento à dignidade do ser humano e privilegia suas potencialidades com o trabalho e a conservação do ambiente. E se mostra contrário à economia do ter (crescimento), e baseia-se na sociedade do ser, em que “o desenvolvimento se refere às pessoas e não aos objetos.” (MAX-NEEF, 2001 p.36). Portanto, o desenvolvimento é no ser; é na escala humana. E tem o respeito e a proteção aos direitos humanos como bases. O autor ainda acrescenta:

O desenvolvimento se orienta ao melhoramento da qualidade de vida da população, e se sustenta no respeito à diversidade e em renunciar a conversão de pessoas em instrumentos de outras pessoas e os países em instrumentos de outros países (MAX-NEEF, 2001, p. 88).

Nesse entendimento de que o desenvolvimento busca a satisfação humana (assim como também é o turismo), a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento das Nações Unidas (1987) publicou a definição de “desenvolvimento sustentável”:

Aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (ONU, 2015, s.p.).

Ao que Anicet e Rüttschilling descreveram que para compreender a sustentabilidade, é preciso equilibrar “o tripé social, econômico e ecológico”; pois “um produto não pode ser considerado sustentável se tiver baixo impacto ambiental, baixo custo econômico, mas for fabricado com trabalho escravo” (ANICET; RÜTHSCHILLING, 2013, p. 02).

Assim, serão empregados os termos “desenvolvimento sustentável e sustentabilidade” de acordo com Isabella Pearce de C. Monteiro, que os tomam como:

Termos sinônimos – ambos significam um novo paradigma civilizacional. No máximo, poder-se-ia considerar que existe uma mera diferença de abrangência: o desenvolvimento sustentável é o tipo de desenvolvimento que atende ao paradigma civilizacional da sustentabilidade, de forma que o primeiro termo está abrangido no segundo; mas, no final das contas, o propósito incrustado nos dois termos é o mesmo (MONTEIRO, 2019, p.24).

Sendo que Monteiro, ainda menciona que:

Desenvolvimento sustentável é aquele que promove de forma integrada e concomitante crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Os objetivos não poderiam ser mais claros: o desenvolvimento sustentável almeja, ao mesmo tempo, fazer crescer a economia (em especial a dos países em desenvolvimento), incluir socialmente todos e proteger o ambiente (MONTEIRO, 2019, p.98).

Nessa tarefa, “o turismo tem sido apontado como importante alternativa de criação de oportunidades de trabalho em projetos de desenvolvimento sustentável, seja no âmbito nacional ou local” (IPEA, 2010, p. 327); sendo protagonista em algumas localidades e, em outras, se apresenta secundário. Mas para o setor cumprir o seu papel de indutor de desenvolvimento sustentável e ser “balizador da integração regional” (MOESCH, 2000, p. 100); ele precisa valorizar a “qualidade” no lugar da “quantidade”; e atentar às necessidades essenciais da população.

Além disso, deve-se reduzir o uso de matérias-primas e de produtos, e somar à reutilização e a reciclagem, com o pacto de preservar para as futuras gerações. Porém, os valores humanos voltados à cooperação e à responsabilidade com as gerações futuras ainda estão frágeis. Prova disso são as tímidas políticas públicas adequadas às decorrentes necessidades e aos projetos construídos de forma unilateral, sem ser partilhados.

Para tanto, é necessário mudar o comportamento, que deve ser demarcado pelo diálogo e reconhecimento da finitude dos recursos naturais, sendo urgente persistir na importância de se respeitar o ser humano e a natureza, sendo possível “sonhar” para se construir um mundo melhor. Para tanto, é “preciso iniciar um aprendizado individual e coletivo que nos leve a outras formas de manifestação concreta da nossa natureza e que possibilite uma perspectiva de mudança em nosso modo de viver”. (GONÇALVES, 2005, p.05).

Com isso, mesmo com os desafios, a sustentabilidade (tema transdisciplinar) se apresenta como uma agenda de futuro a ser trilhada por todos, para que se crie novas estratégias de “progresso social”, principalmente em territórios minerados. E quando se fala de território (concreto e simbólico) há que se tratar da territorialidade (individual e coletiva). O primeiro vai além da delimitação de um espaço físico e “representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades” (ABRAMOVAY, 2000, p.08). Ao que Santos descreve:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas

superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 08).

E cada ator social desse espaço estabelece relações e exerce um papel, sendo que Albagli também considera que o território não se limita à dimensão material ou concreta; ele vai mais adiante e se apresenta como “uma teia ou redes de relações sociais, que se projetam dentro do espaço” (ALBAGLI, 2004, p. 26), sendo:

Construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação (...) o território é objeto de análise sob diferentes perspectivas - geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, bioecológica - que percebem, cada qual, segundo suas abordagens específicas. O território assume ainda significados distintos em cada formação socioespacial (ALBAGLI, 2004, p. 26).

E para Milton Santos, “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, moramos, mas também um dado simbólico, sem o qual não se pode falar de territorialidade” (SANTOS, 2007, pp. 83-84). Ele ainda acrescenta que a territorialidade não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele se mantém. Essa afirmativa é corroborada por Albagli (2004):

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas - uma localidade, uma região ou um país - expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade (ALBAGLI, 2004, p. 28).

Parte daí, a necessidade de se compreender a importância do “viver junto” entre comunidade e natureza, conforme mostra Hamel e Grubba:

(...) Uma possibilidade de utilização (produção e consumo) consciente e sustentável de um meio ambiente equilibrado, levando em consideração as gerações atuais e vindouras. O desenvolvimento sustentável, nesse sentido, deve perceber a proteção do ambiente como parte integrante do processo de desenvolvimento, não podendo ser considerado de forma isolada (HAMEL; GRUBBA, 2016, p. 109).

Nesse sentido, se faz necessário, lembrar que as práticas econômicas, principalmente dos “territórios minerados” devem respeitar os recursos naturais e orientar “para que seja mantido/preservado o bem-estar da população” (GRUBBA; NISTLER, 2016, p. 130):

Assim, se for certo que se devem resguardar as mesmas possibilidades para as

gerações futuras, também parece certo que deve partilhar essas mesmas possibilidades com as pessoas da época atual, impedindo o alargamento das injustiças de acesso à melhoria da qualidade de vida, em razão de diferenças de raça, etnia, nascimento, gênero, ou questões econômicas. Garantir que o mundo seja um lugar de vida saudável e gratificante, atual e futuramente parece ser o grande desafio do desenvolvimento (GRUBBA, 2017, p. 161).

Nesse viés, ao falar da territorialização, há que se referir à mineração e às suas relações de dominação formadas em processos de (des)territorialização; como os rompimentos de barragens de rejeitos de mineração em Minas Gerais, precisamente em Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Estes desastres-crimes ceifaram vidas, expropriaram famílias de seus territórios, transfiguraram comunidades, desvirtuaram ancestralidades e mostram que o debate sobre a “sustentabilidade na mineração” precisa continuar, porque:

Os recursos naturais do Planeta são finitos e os impactos da sua utilização desenfreada são perigosos. A continuidade desse modelo de produção, extração e consumo deve ser questionada quanto à sua viabilidade a curto, médio e longo prazo (HAMMEL; GRUBBA, 2016, p. 106).

No entanto, não se trata de seguir na contramão do “progresso” e contradizer a mineração. O que se defende é a salvaguarda da memória cultural, social e ambiental, tendo em vista que a extração minerária decorre de dois pontos paradoxais: um é a própria jazida a ser lavrada, que é um bem não renovável, que produz interferências e causa diversos danos. E de outro lado, os produtos extraídos do minério são importantes à humanidade.

Desta forma, a reflexão sobre o turismo criativo como indutor de desenvolvimento sustentável no processo de reconversão criativa dos territórios minerados se faz urgente e necessária, pois com o esgotamento do minério, esses territórios precisam encontrar possibilidades de superação dessa minero-dependência. E devido ao ritmo acelerado da extração, o futuro já se faz no presente.

#### **1.10. Pós-mineração: reconversão criativa de territórios minerados**

A mineração é uma atividade econômica essencial para o Brasil, que possui uma das maiores reservas minerais do mundo. A atividade compreende desde as etapas de estudos e pesquisas até a comercialização da matéria-prima, além da transformação dos minerais em bens de consumo. O setor minerário é responsável por quase 5% do PIB nacional<sup>9</sup> gera milhares de empregos e

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/opiniaao/a-importancia-da-mineracao-na-economia-brasileira/>> Acesso em: 06.abr.2023

abastece importantes campos da economia como: siderurgia, metalurgia, petroquímica, informática, fertilizantes, entre outros.

No entanto, existe uma controvérsia quanto ao papel da mineração como vetor para o desenvolvimento dos espaços territoriais onde ela acontece (ENRÍQUEZ, 2007, p. 25); pois a extração mineral é um dos setores de produção que possui enormes probabilidades de gerar grandes recursos financeiros, mas as regiões de base mineradora enfrentam muitos desafios para superar os problemas do tão almejado desenvolvimento.

Nesse ponto, é também necessário dizer que “a mineração é potencialmente degradadora do meio ambiente, podendo alterá-lo de forma significativa e até irreversivelmente, caso não seja bem conduzida” (FERNANDES, 2007, p.17). Mas se ela for bem administrada, ela não só registra impactos negativos.

No entanto, Farias mostra que “no Brasil, os principais problemas oriundos da mineração podem ser englobados em quatro categorias: poluição da água, poluição do ar, poluição sonora, e subsidência do terreno” (FARIAS, 2002, pp.12-13). Isso torna primordial debater esse modelo de exploração mineral e implementar instrumentos de gestão nos empreendimentos minerários para minimizar o passivo ambiental, qualificar os sistemas de segurança e saúde dos funcionários, para que se tenha uma mineração mais responsável que atenda aos interesses das populações e comunidades afetadas pela atividade.

Desta feita, a temática do pós-mineração pode ser vista, mesmo que o tema “fechamento consequente das minas em operação” seja matéria recente no Brasil. Os territórios minerados precisam enfrentá-lo desde agora, pois se houver omissão em tratar a questão, poderá acarretar em impactos impensados em um futuro próximo. Assim, no presente, é forçoso preparar os residentes para o momento de exaustão da mineração para que eles não fiquem dependentes economicamente da atividade.

Sabe-se que o padrão minerador instalado no Brasil é o exportador, pois ele alimenta ao capital e aos interesses estrangeiros. E, a exploração de minas subterrâneas e de superfície (a céu aberto), mesmo sendo regulada por uma legislação ambiental complexa, esbarra na pouca fiscalização para implementar essas leis. Com isso, o quadro que se vê são solos esburacados e com intermináveis vazios, além dos ônus descritos por Coelho:

Podemos ainda identificar como ônus minerador: a contaminação, destruição e

assoreamento de rios e reservatórios de água; as renúncias fiscais na água, energia e no imposto de circulação de mercadorias; os gastos com a criação e manutenção de infraestrutura de transportes (tanto em estradas como em minério-dutos e ferrovias); a construção e manutenção de represas de rejeitos; destruição de formas de produção tradicionais; a sobrecarga do sistema de saúde local; o aumento da violência urbana; os gastos com o crescimento populacional repentino; a instabilidade nos preços do minério de ferro no mercado internacional; a concentração de renda; a renúncia ao incentivo de outras atividades econômicas; os constantes “acidentes” de trabalho; a superexploração do trabalho (com efeitos drakonianos, como a silicose e mortes em ambiente de trabalho); a limitada oferta de postos de trabalho (COELHO, 2012, p. 140).

Nesse paradoxo, com a instalação de uma mina, registra-se um crescimento da receita municipal e uma significativa melhoria dos serviços públicos durante a extração mineral. E com o fechamento da mesma, as autoridades públicas enfrentam dificuldades relativas à diminuição da receita municipal, o que ocasiona na decadência dos serviços que eram ofertados durante a operação da mina. Somados a esses impactos, notam-se quedas nas vendas do comércio, diminuição nos valores dos imóveis e outros agravos.

Assim, ao encerrar as atividades produtivas de uma mina deve-se priorizar as comunidades que receberam os impactos desde a implantação do projeto até o pós- mineração. Para tanto, é preciso despertar o potencial natural e humano existente no território e criar um Plano de Fechamento de Mina, que deve atender à Resolução 68/2021 da Agência Nacional de Mineração, que preconiza a seguinte normativa:

Conjunto de procedimentos para o descomissionamento da área da mina após a atividade de mineração, envolvendo a desmobilização das estruturas provisórias de suporte às operações de lavra e beneficiamento, a estabilização física e química das estruturas permanentes e seus monitoramentos, bem como a habilitação da área para um novo aproveitamento mineral ou outro uso futuro ( Resolução ANM n° 68/2021, 04/05/2021).

Diante da habilitação da área para “outro uso futuro”, é preciso carregar um novo conceito de fechamento de mina. Este deve ser acompanhado de ações que visem reduzir a dependência econômica da mineração e mitigar seus impactos socioculturais de forma que este ato seja tão importante quanto aplacar os impactos ambientais. Logo, o pós- mineração deve ser visto muito mais do que um período posterior em que se fecha ou desativa uma mina. Ele precisa ser marcado por etapas inter-relacionadas, sendo que ao iniciar uma etapa não se pode esperar que a anterior finalize o seu ciclo de forma decisiva.

Nesse raciocínio, as etapas convivem entre si e não se afastam por períodos contextualizados e demarcados. Elas devem acontecer de forma gradual para não gerar um "desastre". E, mesmo

sabendo que é difícil uma área recuperada ser como era antes da extração, o pós-mineração não precisa ser um caminho de “desastre”. Ele pode se apresentar como nova alternativa gerada por várias forças vocacionadas, que buscam a inovação e aplicação de tecnologias capazes de contribuir para a sustentabilidade das comunidades locais e circunvizinhas.

Para tanto, são necessários recursos para o seu fomento. Estes devem ser aplicados de acordo com as peculiaridades do lugar, de forma a agregar valor à cultura e à criatividade, capacitar a mão-de-obra com competências básicas e diferenciadas, além de incluir produtos e serviços da experiência empreendedora. E mesmo que o pós-mineração gere alguns impactos, se ele for bem planejado, estes tendem a ser minimizados.

Assim sendo, não se pode apenas esperar o “caos” para o período e nem sempre se pode afirmar que a crise pode significar uma recuperação. O que se pode é desejar uma convocação do poder público para que as mineradoras integrem, no presente, o processo de reconversão socioeconômica dos territórios com um plano prospectivo e inclusivo.

Tendo em vista a necessidade de uma aprendizagem continuada que se ajuste a esse novo cenário, as mineradoras precisam direcionar recursos para um instrumento de política pública. Este pode advir de um Fundo Municipal ou uma nova renda minerária numa perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável, na qual possam ser criadas alternativas de ações participativas e com possibilidades de arranjos para preparar no campo as alternativas à mineração.

Ademais, a sociedade precisa compreender que a arrecadação da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM<sup>10</sup> é fundamental para viabilizar a distribuição dos benefícios minerais, mas ela só existe enquanto houver mineração no território. Por isso, as organizações do setor produtivo mineral precisam somar esforços junto ao poder público, às organizações, movimentos e comunidades receptoras para adotarem práticas de responsabilidade social ativa(e não reativa) para o manejo dos recursos naturais integrados aos socioculturais.

---

<sup>10</sup> A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais foi instituída pela Constituição Federal de 1988. Conhecida pela sigla CFEM, é devida aos estados, municípios e órgãos da administração da União, como forma de compensação pela utilização dos recursos minerais de seu território. Disponível em <<https://institutominere.com.br>. > Acesso em: 05 fev. 2023.

Nesse processo criativo, é essencial que cada ator social cumpra o seu papel como planejador

do pós-mineração, pois como “o futuro ainda não está escrito, vamos escrevê-lo nos próximos anos” (MONTEIRO, 2019, p. 114). E essa tarefa não é mais uma opção. Ela é uma obrigação de agir rápido, dentro de uma premissa ética e justa (ODS 16) de se pensar no presente e no futuro, entendendo que o pós-mineração não é mais só futuro.

Ele também é presente e se refere à presente geração. E precisa ser pensado rumo a uma reconversão produtiva e criativa, de modo a “refazer muitas coisas partindo do zero e conceber possibilidades radicalmente diferentes” (MAX-NEEF, 1988, p. 63). Nesse exercício, a presente e as futuras gerações precisam ter suas próprias necessidades atendidas, tanto no agora, quanto no futuro próximo. E estes não podem ser incertos, tanto para as presentes, quanto para as próximas gerações.

## Capítulo 2

### **POLICY DESIGN NO TURISMO CRIATIVO: UMA ABORDAGEM INOVADORA PARA DESENVOLVER POLÍTICAS PÚBLICAS**

O turismo criativo tem se destacado em valorizar e promover a cultura local, as tradições, as artes e a criatividade, como elementos centrais para impulsionar o desenvolvimento econômico e cultural de uma região, por meio de experiências autênticas e enriquecedoras. Essa atividade proporciona interações entre os visitantes e a comunidade local, gerando benefícios sociais, culturais e econômicos. E para promover e sustentar o turismo criativo, é fundamental implementar políticas públicas bem projetadas e eficazes.

Nessa perspectiva, este capítulo apresenta os conceitos fundamentais das políticas públicas e expõe as soluções criativas do design para as políticas públicas. A partir dessas temáticas, o Policy Design no turismo criativo emerge como uma abordagem inovadora e estratégica para o desenvolvimento de políticas públicas, que envolve um processo participativo, no qual são ouvidas as vozes de diferentes grupos de interesse.

Ato contínuo em que são demonstradas as contribuições do Policy Design nas políticas públicas do turismo criativo, com ênfase ao desenvolvimento sustentável do setor, são descritas ferramentas que podem contribuir para a criação de um ambiente favorável, de modo a facilitar a colaboração entre os atores envolvidos, incentivar a preservação do patrimônio cultural, apoiar a capacitação dos profissionais locais, promover ações de marketing e divulgação, além de realizar atividades criativas para a oferta de produtos e serviços diferenciados aos visitantes.

Na sequência, a gestão e as políticas públicas de turismo de Congonhas também são descritas, momento em que também são identificadas as redes de atores na política pública de turismo no município. Ao que é importante considerar suas dinâmicas e valorizar as contribuições de todos os atores envolvidos.

#### **2.1. Políticas Públicas: conceitos fundamentais**

A área de políticas públicas surgiu como uma área acadêmica multidisciplinar na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos, com foco na análise científica da ação governamental em democracias estáveis. Essa abordagem foi impulsionada pela Guerra Fria e pela valorização da tecnocracia.

O político Robert McNamara introduziu o tema como ferramenta das decisões do governo e a proposta de aplicar métodos científicos às formulações e decisões governamentais se expandiu para outras áreas, abrangendo a política social. Ao que Bobbio, enfatiza que é essencial conceituar e compreender a definição de política (*politics*) para entender como as sociedades se organizam e como o poder é disputado pelos indivíduos e grupos.

A política pode ser definida como a atividade que se ocupa da tomada de decisões que dizem respeito à coletividade, a partir da competição pelo poder e com base nas regras estabelecidas pela sociedade [...] a política é uma atividade que se desenvolve no interior de uma sociedade, ou melhor, que é indispensável à existência de uma sociedade organizada, pois se ocupa da distribuição do poder necessário para a vida em comum (BOBBIO, 2002, p. 11-13).

Em partida, Secchi mostra que a “política pública (*publicpolicy*) trata do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2016, p.1). Ou seja, a política pública é um processo que envolve orientações para decisão e ação, e “buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum” (DIAS, 2003, p. 121).

Pelo exposto, a definição de política pública é um tema complexo que reflete diversas perspectivas teóricas. Apesar de ser uma dimensão importante da política, a sua definição pode variar de acordo com o contexto em que é utilizada, sendo que não há consenso sobre seu conceito claro. Alguns estudiosos, como Laswell (1936) e Easton (1965), a definem como um conjunto de medidas e programas implementados pelo governo para resolver problemas públicos. De outro lado, Lindblom (1959) e Lowi (1972) concentram-se na análise dos processos políticos envolvidos no formular e implementar as políticas.

Lasswell se dedica a aplicar as ciências sociais no campo da governança e governo. Ele enfoca a comunicação política, o processo de tomada de decisão e a formulação de políticas públicas, reconhecendo a importância da comunicação em massa e das dinâmicas de poder. Ele defende uma abordagem multidisciplinar, combinando o método quantitativo para uma análise abrangente dos fenômenos políticos, que, “à luz dos sucessos alcançados, não há razão para duvidar que [...] a batalha pelo método foi ganha”(LASSWELL, 1951, p. 7).

Easton também adota uma abordagem sistêmica da política pública, onde formulação, resultados e ambiente estão interligados. Ele destaca a influência de partidos políticos, mídia e

grupos de interesse nas políticas públicas, que são vistos como produtos do processo político. Segundo o autor, “o que distingue a interação política de todos os outros tipos de interação social é que ela é predominantemente orientada à alocação impositiva de valores numa sociedade” (EASTON, 1965, p. 50).

De modo que a política envolve o exercício do poder e a tomada de decisões que afetam a distribuição de recursos e o estabelecimento de normas e regras. Essa natureza “impositiva” da interação política a torna única em relação a outros tipos de interação social e isso reflete na busca por tomadas de decisões, que afetam coletivamente os membros de uma comunidade.

Por outro lado, Lindblom enfatiza o processo de tomada de decisão política, no qual atores com interesses divergentes negociam e buscam compromissos. O autor destaca a importância da análise racional de políticas e defende o modelo incremental como a forma viável de ação pública, salvo em situações excepcionais. Ele ressalta a relação intrínseca entre economia e política, e afirma que “o essencial da política é econômico e o grosso da economia é político” (LINDBLUM, 1980, p.10). Portanto, suas reflexões destacam a necessidade de compreender a interseção entre o cerne da política que é econômico e como a economia é influenciada por questões políticas na tomada de decisões.

Já Lowi destaca a influência dos grupos de interesse na formulação de políticas e critica a concentração de poder. Ele vê a política como um processo de barganha entre esses grupos, baseando-se no critério do "impacto esperado na sociedade", que refere-se à avaliação dos efeitos e consequências que uma ação, projeto ou iniciativa pode ter em uma determinada coletividade. Para o autor, as políticas constitutivas “são regras sobre os poderes e regras sobre as regras” (LOWI, 1985, p. 74); ressaltando a importância da distribuição equitativa do poder para promover o interesse público.

De forma que esses autores compartilham o objetivo de compreender e analisar a política e a formulação de políticas públicas; cada um com suas abordagens específicas. Ressalta-se que esses são apenas exemplos de estudiosos que fornecem diferentes perspectivas sobre o conceito de política, e que existem várias outras abordagens e definições disponíveis na literatura para compreender como as políticas são traduzidas em ações concretas e como os resultados são alcançados.

Para aprimorar a definição e implementação de políticas públicas e promover a reflexão sobre a participação e responsabilidade dos atores envolvidos nesse processo, Secchi levanta a

questão se as políticas públicas são exclusivamente elaboradas por atores estatais ou se também podem envolver atores não estatais. Além disso, ele questiona se as políticas públicas também abrangem a inclusão da omissão e negligência. Por fim, ele indaga se as diretrizes operacionais são consideradas políticas públicas ou se apenas as diretrizes estruturantes de nível estratégico são relevantes para uma compreensão abrangente e efetiva desse campo. (SECCHI, 2016, p.2).

Ao que a abordagem estatista defende que apenas atores estatais podem elaborar políticas públicas, pois possuem “autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante” (SARAVIA, 2006, p.31).

Por outro lado, a abordagem multicêntrica reconhece a influência e o papel de atores não estatais, como ONGs, grupos de interesse e empresas, na tomada de decisões e definição da agenda política. Essa abordagem tem como base as contribuições de Harold Lasswell, em 1971, na teoria política e comunicação política. E também o modelo incremental de Lindblom. Ele argumenta que, diante da complexidade e incerteza envolvidas, é mais eficaz adotar um processo de improvisação gradual e adaptativo com ajustes com base no feedback e resultados observados, em vez de buscar soluções predefinidas. Ele expressa que “o incrementalismo desconexo é uma entre várias formas possíveis de análise estratégica, e a análise incremental simples é um entre vários elementos na análise incremental desconexa” (LINDBLOM, 1959, p. 83).

De modo que Lasswell e Lindblom argumentam que atores não estatais desempenham um papel relevante nas políticas públicas. No entanto, essa dinâmica pode suscitar questionamentos acerca de legitimidade e representatividade, exigindo mecanismos regulatórios para garantir uma colaboração efetiva e regulada entre todos os envolvidos.

Outro debate é se a inação do Estado diante de um problema público pode ser considerada uma política pública. Autores como Bachrach e Baratz afirmam que “não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública” (BACHRACH; BARATZ, 1962, pp. 947-952). Essa inação governamental também chamada de “caixa-preta governamental” (EASTON, 1965, p.105) é uma forma de política pública, que pode interferir no resultado em termos de efetividade e alcance social.

Em sua análise das políticas públicas, Secchi aborda as diretrizes estruturais e operacionais, sendo as primeiras relacionadas a leis, regulamentos e metas gerais estabelecidas pelo Estado,

enquanto as segundas são mais específicas, abordando a implementação prática das políticas. Ele sustenta que, ao considerar as políticas públicas como orientações estratégicas, deve-se reconhecer que sua implementação bem-sucedida está sujeita a um grande número de variáveis e condições que podem afetar o resultado final. Portanto, uma análise abrangente das políticas públicas deve examinar não apenas sua formulação, mas também os fatores que influenciam sua implementação, a fim de compreender plenamente seu alcance e impacto real (SECCHI, 2016, p.6).

De certo, a abrangência das políticas públicas pode ser vista de diferentes ângulos. Ao que Nunes da Silva descreve:

A política pública não é apenas um processo técnico de escolha dos melhores meios para se atingir determinados fins. Ela é também um processo político de distribuição de custos e benefícios que implica a utilização de instrumentos econômicos, legais e administrativos (NUNES DA SILVA, 2006, p. 69).

Portanto, “entender a política pública é uma arte e um ofício” (DYE, 1984, p. 17). E para explicar essa complexidade, Secchi fez a seguinte metáfora:

A árvore entendida como a macropolítica; a raiz, o tronco e os galhos entendidas como as políticas de nível intermediário; e as folhas e os frutos entendidas como as políticas operacionais (SECCHI, 2016, p. 8).

Essa metáfora evidencia a diversidade de entendimentos sobre os problemas e soluções em cada nível da política pública, e as diferentes configurações institucionais, atores e interesses envolvidos. Dessa forma, as políticas públicas refletem tanto o pensamento quanto a ação do governo, uma vez que são direcionadas para as demandas do coletivo.

Dada a natureza da ação estatal, os processos relacionados à implementação de políticas públicas são inesgotáveis. Eles podem variar no conteúdo (mudar prioridades), podem variar na forma (uso de diferentes instrumentos), podem variar em termos de atores (estatais ou não estatais). Mas a legitimidade da existência do estado é definida por sua capacidade de colocar políticas públicas em prática, materializando e dando vida concreta a elas (LOTTA, 2019, pp. 33-34).

Sendo o campo de políticas públicas o principal mecanismo do "Estado em ação", Lowi apresentou quatro categorias de políticas públicas. Elas fornecem uma análise dos diferentes tipos de intervenção governamental com objetivos e impactos distintos, sendo importante que os tomadores de decisão tenham conhecimento dessas diferenças.

Políticas regulatórias; estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos ou privados [...] Políticas distributivas; geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda

a coletividade/contribuintes [...] Políticas redistributivas; concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores [...] Políticas constitutivas; são regras sobre os poderes e regras sobre as regras (LOWI, 1985, p. 74).

Assim, mesmo com as dificuldades para implementar as políticas públicas, os gestores devem buscar soluções eficientes para materializá-las, pois a dimensão das mesmas:

É dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”. Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público. As políticas públicas envolvem, portanto, atividade política (RUA, 1997, p. 2).

E para desenvolver o turismo, os papéis do Estado, iniciativa privada e comunidade são fundamentais. De forma que cabe ao Estado estabelecer as políticas públicas:

Podemos definir a política pública como o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum (DIAS, 2003, p. 121).

Diante dos posicionamentos de Rua e Dias, conclui-se que as políticas públicas têm como foco o atendimento das necessidades da sociedade como um todo; sendo um conjunto de ações exclusivas do Estado. Portanto, para entender a dimensão pública das políticas públicas é essencial compreender a sua importância na promoção do bem-estar social e sua responsabilidade em interferir na vida das pessoas.

Para tanto, o papel do analista de políticas públicas é fundamental para prevenir falhas de implementação (*implementation gaps*), ao que lhe cabe a análise de políticas públicas (SECCHI, 2016, p. 3):

O problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento. Metaforicamente, a doença (problema público) precisa ser diagnosticada, para então ser dada uma prescrição médica de tratamento (política pública), que pode ser um remédio, uma dieta, exercícios físicos, cirurgias, tratamento psicológico, entre outros (instrumentos de política pública) (SECCHI, 2016, p. 5).

Para contribuir com o tema, Secchi apresenta a abordagem racionalista e a argumentativa das políticas públicas. A primeira se baseia no positivismo e foca na adequação entre fins e meios, na projeção de resultados e na maximização do bem-estar em termos de utilidade. E a segunda

prioriza a participação dos cidadãos no processo decisório, sendo baseada no construtivismo social. Para o autor, enquanto o analista racionalista busca a eficiência, o argumentativista se preocupa com a legitimidade (SECCHI, 2016, pp. 69-93).

Pelo exposto, ao longo do tempo, distintas teorias surgiram para ressignificar o conceito das políticas públicas como um componente essencial dos sistemas democráticos. E para melhor compreender como o Estado lida com os problemas e necessidades da sociedade, o design desempenha um papel significativo nas políticas públicas.

O design é uma disciplina versátil, que se aplica a diversos campos, desde a criação de produtos e serviços até a concepção de interfaces digitais, ambientes físicos, políticas públicas e estratégias de negócios. Seu objetivo principal é trazer inovação, funcionalidade e beleza melhorar a qualidade de vida das pessoas. Neste desenho, ele “dá forma” às etapas pelas quais uma política pública passa desde a sua concepção até a sua avaliação; contribuindo para que as mesmas sejam mais claras, eficientes, inclusivas e centradas no cidadão; conforme tema do próximo tópico.

## **2.2.Design para soluções criativas em políticas públicas e turismo**

Do ponto de vista etimológico, o design representa “uma tensão dinâmica, entre um aspecto abstrato de conceber/projetar/atribuir e outro concreto de registrar/configurar/formar”. E também se mostra como elemento de junção, que atribui “forma material a conceitos intelectuais” (CARDOSO, 2008, p.20).

Já o designer é uma profissão que surgiu durante a Revolução Industrial, na qual as fábricas precisavam de trabalhadores capacitados para criar objetos e produtos para atender às demandas do mercado. No entanto, a perspectiva explícita de design nas teorias de políticas públicas só começou com Dahl e Lindblom (1953), que notaram um grande crescimento nas formas de design utilizadas pelos governos para atingir seus objetivos políticos, especialmente no período pós-guerra. Desde então, o designer passou a ser reconhecido como uma figura importante na criação de objetos que facilitam a vida humana, ou seja, “o design nasceu com o firme propósito de pôr ordem na bagunça do mundo industrial” (CARDOSO, 2012, p.15).

Nos anos 70, “o modo de pensar do design” começou a ser evidenciado devido à complexidade dos problemas enfrentados pela sociedade contemporânea como mudanças climáticas e falta de

acesso a serviços básicos o que levou ao nascimento do designer thinking. Essa abordagem enfatiza a compreensão das necessidades dos usuários que não desejam só o design de produtos, mas querem resolver problemas complexos de forma criativa e eficaz.

Já nos anos 80 e 90, o designer thinking passou a descrever os modelos mentais e a filosofia do designer, sendo “inovativo, altamente criativo e ferramenta interdisciplinar responsiva às reais necessidades humanas” (PAPANEEK, 1971, p. 15). De forma que o design passou a ser compreendido como “uma cultura e uma prática relativas ao modo como as coisas deveriam ser a fim de alcançar as funções e os sentidos desejados” (MANZINI, 2017, p.68).

A partir de 2000, o papel do design nas políticas públicas mudou. Ele se tornou uma prática reflexiva que deixou de ser vista como uma receita de inovação. O designer thinking passou a ser um modelo mental criativo, crítico e aberto que combina diferentes racionalidades para a prática do design, que difere da construção de modelos estáveis e envolve uma criação interativa:

O design como disciplina é também confortável com complexidade e incerteza, sendo, portanto, normalmente usado como método de inovação – como modo de antecipação de futuro de estado ainda inimaginável e intangível, no qual coloca processos concretos, conhecimento, meios e resultados como algo que constantemente tem que ser reinventado e validado (BASON, 2014, p. 229).

Nessa leitura, o design passou a ter uma "função social", pois ele ajuda os usuários a entenderem suas necessidades, e ao mesmo tempo que cria políticas, produtos e serviços que atendam a essas necessidades. Nessa abordagem equilibrada no design, “as coisas devem ter forma para serem vistas, mas devem fazer sentido para serem entendidas e usadas” (KRIPPENDORF, 2006, p.29).

Nesse entendimento, ao contextualizar o design para soluções criativas em políticas públicas, principalmente para o turismo criativo, é importante destacar a sua abordagem sistêmica. Ao que Buchanan destaca que o escopo do design evoluiu significativamente ao longo do tempo e adota “As Quatro Ordens do Design”: gráfico, industrial, interação e sistemas (BUCHANAN, 2001, p.12).

O Design Gráfico concentra-se na criação de elementos relacionados à comunicação visual e envolve “a apresentação de imagens e palavras impressas” (BUCHANAN, 2001, p. 8), como o

uso de tipografia, cores e layout para transmitir mensagens esteticamente agradáveis e de forma eficaz. O Design Industrial refere-se à “concepção e planejamento de produtos” (BUCHANAN, 1992, p. 20), ou seja, a criação de produtos físicos integrados a aspectos estéticos e funcionais para atender às necessidades dos usuários. Já o Design de Interação envolve a criação de fluxos de interação e layouts que permitem a interação entre pessoas e tecnologia, especialmente em interfaces digitais, sendo “capaz de direcionar para novos e diferentes resultados através da mediação de operações intencionais” (BUCHANAN, 1992, p. 6).

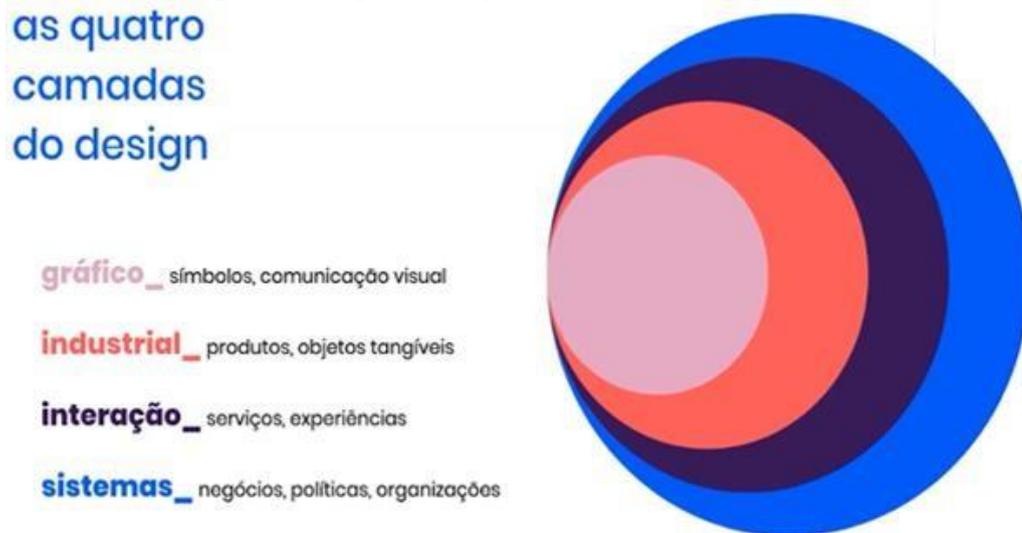
Por fim, o Design de Sistemas aborda a concepção e organização de sistemas complexos, como infraestruturas, serviços públicos, redes sociais e ecossistemas, “abrindo uma ampla gama de novas questões e preocupações práticas ou reenergizando velhos debates” (BUCHANAN, 1992, p. 11).

Essas camadas representam as diferentes áreas de especialização dentro do design e demonstram a abrangência e a diversidade da disciplina. Cada uma dessas camadas desempenham um papel fundamental na criação de soluções estéticas, funcionais e significativas para atender às necessidades dos usuários em diferentes contextos.

Ou seja, “o design é uma área essencialmente interdisciplinar” (CROSS, 2001, p.54), e cada camada se preocupa com uma área específica; sendo responsável por criar objetos e produtos que atendam a diferentes necessidades.

No caso das políticas públicas, elas integram a camada do design "sistemas" conforme Figura 1. Essa camada refere-se a uma abordagem mais ampla e sistêmica para lidar com questões políticas, que inclui não apenas as políticas em si, mas as organizações envolvidas para implementar essas políticas. Daí, para otimizar a eficiência e desempenho das mesmas, o design dá forma a análise dos componentes, fluxos de informação, interações e experiências dos usuários e das partes interessadas dentro desses sistemas.

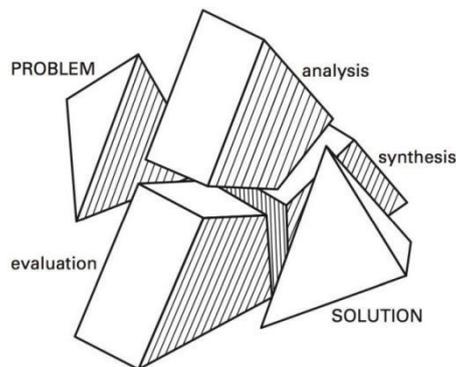
Figura 1 - Diagrama: as quatro camadas do design.



Fonte: BUCHANAN, 2001, p.12. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br>>

Desta forma, o designer que atua na camada de sistemas não pode esquecer que a relação entre um problema e sua solução é intrínseca, conforme Figura 2.

Figura 2 - Diagrama: relação entre problema e solução no processo de design.



Fonte: LAWSON, 2005, p.49.

Para tanto, o designer pode ajudar de maneira contínua e iterativa a resolver, gerar ideias, avaliar diferentes abordagens, criar objetos e soluções que levem em consideração a complexidade do problema para obter a solução mais viável e adequada no contexto das políticas públicas. Esse trabalho envolve parceria com diferentes profissionais e especialistas, além de abranger os usuários e os stakeholders (partes interessadas) no processo de criação e desenvolvimento das soluções para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Os problemas do design geralmente não seguem uma abordagem linear. Ao contrário de alguns campos onde os problemas podem ser abordados por meio de etapas sequenciais, o design envolve uma abordagem mais iterativa e exploratória. Os designers lidam com problemas complexos que requerem uma compreensão holística, considerando diversos fatores, como restrições, necessidades do usuário e contexto. Desta maneira, o passo-a- passo para solução de um processo não pode ser aplicado como um modelo fechado, que pode ser repetido em problemas posteriores (LAWSON, 2005, p.122).

Isso mostra a importância do design para desenvolver soluções inovadoras e criativas para as políticas públicas. Nesse contexto, Cross destaca a necessidade de “assumir uma abordagem sistêmica ampla para o problema” (CROSS, 2011, p. 75). Essa abordagem permite aos designers considerar de forma abrangente os diversos aspectos envolvidos, levando em conta as interações complexas e as múltiplas variáveis presentes no contexto das políticas públicas.

No entanto, essa prática requer aproximar a cultura da aprendizagem a partir da experimentação do design no setor público, pois geralmente os designers trabalham em agências e setores públicos, mas a figura do "designer de governo" é rara. Por isso, a falta de uma abordagem estratégica e sistemática para o design nas políticas públicas é um desafio a ser superado.

O design é um campo de estudo ainda muito pouco apropriado pelos estudiosos de política pública e uma das principais razões para isso seria a visão ainda restrita sobre o que se concebe atualmente como design (AZEVEDO; BONATES, 2014, pp. 369-389).

E quando se trata do turismo criativo, o papel do design nas políticas públicas pode ser ainda mais crucial, pois o turismo criativo envolve a criação de experiências autênticas e imersivas para os turistas, cabendo ao designer desempenhar um papel fundamental na concepção e implementação de iniciativas que promovam a atividade de maneira sustentável e responsável; afinal o design é um ato criativo, e “um processo de síntese de padrões, em vez de reconhecimento de padrões” (CROSS, 1982, p.224).

Para isso, é necessário superar os desafios mencionados anteriormente, como a cultura da experimentação, que incentiva a criação de soluções inovadoras e fora da caixa, a profissionalização da prática de design, que garante a implementação de soluções eficazes e eficientes, e a adoção simultânea de um olhar humano e sistêmico, que considera as necessidades dos turistas e das comunidades locais envolvidas no turismo criativo.

Ao que Kelley (2023) destaca a necessidade da “confiança criativa, que é a crença de que todos são criativos e que a criatividade não é a capacidade de desenhar, compor ou esculpir, mas uma maneira de entender o mundo”<sup>11</sup>. Assim sendo, essa afirmação está alinhada com o conceito de turismo criativo e com as possibilidades de colaboração entre designers, profissionais de turismo e governantes locais para promover políticas públicas de turismo de maneira ética e sustentável. Abordagem esta, que será discutida a seguir.

### **2.3. Policy Design: uma abordagem para políticas públicas de turismo criativo**

A política pode ser usada em diferentes situações, sendo que na língua inglesa ela pode ser utilizada como: *polity*, que diz respeito às organizações e instituições políticas e às regras que orientam os processos políticos; *politics*, menciona aos processos políticos, ao caráter conflituoso da atividade política em tomar decisões por meio de debates, negociações em contextos plurais; e *policy*, que trata das iniciativas de ação pública (FREY, 2000, pp. 216-217).

Ao que as políticas públicas (*policies*) envolvem atividades políticas para promover mudanças sociais. Para tanto, a aplicação de tecnologias de Policy Design (desenho de políticas públicas) pode ajudar a garantir que as políticas públicas sejam baseadas em evidências e que contemplem as necessidades e preocupações dos cidadãos (HOWLETT; MUKHERJEE; WOO, 2015, pp. 165-176). Ademais, com essa abordagem, as políticas públicas terão “dispositivos político-administrativos coordenados [...] em torno de objetivos explícitos” (MULLER & SUREL, 2002, p. 11).

Assim, a abordagem do Policy Design que é “explicitamente focada na rigorosa aplicação das ciências a questões que afetam a governança e o governo” (deLEON, 2008, p. 39); é um processo de planejamento e implementação de políticas públicas. Ele envolve uma série de etapas, desde a identificação do problema ou necessidade, a análise das possíveis soluções, até a avaliação dos resultados e impactos; e pode ser aplicada nas diversas áreas da administração pública.

Importa dizer que o termo Policy Design se refere ao processo de criação, planejamento e implementação de políticas públicas, sendo utilizado em 1971, por Harold Lasswell. Essa área visa entender como as políticas públicas são elaboradas e implementadas, e busca identificar as

---

<sup>11</sup> Disponível em: < <https://designthinking.ideo.com/> > Acesso em: 11 mai. 2023

melhores práticas e metodologias para alcançar os objetivos pretendidos com a “intenção da aplicação do conhecimento científico na solução de problemas de políticas públicas” (ANDREWS, 2005, p. 14).

Para orientar o processo de design de políticas públicas são várias as ferramentas e os modelos que podem ser usados, como: "ciclo de políticas públicas", "advocacy coalition framework", "múltiplos fluxos" e "arenas de políticas", entre outros. Embora todos tencionem tornar as políticas mais eficazes para atender as necessidades da sociedade, cada um tem uma abordagem específica.

E como Lasswell considera que as políticas públicas devem ser estudadas como um objeto de estudo próprio, ele delinea essa abordagem e a analisa como um processo (Policy Process). Isto é, “um conjunto inter-relacionado de estágios por meio dos quais os temas e as deliberações fluem de forma mais ou menos sequencial, dos inputs (problemas) aos outputs (políticas públicas)” (HOWLETT, 2011, p. 18).

Assim, com a aproximação do design ao serviço público, novas possibilidades para classificar as etapas do processo de políticas públicas foram exploradas. Ao que o Policy Design empregado em diversos setores e contextos, inclusive no turismo, com alcance de bons resultados na criação inovadora de produtos, projetos, modelos e serviços centrados no usuário, ou seja, favorece “incorporar inteligência ao processo das políticas” (ANDREWS, 2005, p. 14).

E dada a especificidade da dinâmica das políticas públicas e da importância da construção de um modelo analítico, enquanto guia na busca de respostas, a ideia do uso de múltiplas abordagens integrativas para entender a formulação dessas políticas fornecem orientação para a tomada de decisões para os problemas públicos; o que contribui para o sucesso da política pública.

Ademais, a perspectiva do Policy Design é fluida e adota "a própria diversidade como símbolo de seu pensamento e percurso evolutivo" (MORAES, 2006, p.145). De forma que é uma ferramenta não previsível nem linear, que utiliza de “métodos criativos e racionais" na busca para solucionar problemas previamente definidos.

Essa abordagem no uso da formulação e implementação de políticas públicas concentra-se na criação de instrumentos estruturados e apropriados para resolver problemas, com inovação e eficácia. O que encontra fundamentação em Cross, que destaca três razões para defender o uso

do design. Primeiro, o design desenvolve habilidades para resolver problemas reais e mal definidos. Segundo, ele apoia o desenvolvimento cognitivo nos modos concreto e icônico de cognição. Por fim, o design oferece oportunidades para o desenvolvimento de habilidades abrangentes em pensamento e comunicação não verbal (CROSS, 1982, p.226).

O Policy Designer também é um modelo colaborativo que se concentra nas pessoas e oferece oportunidades para criar mudanças. Ele valoriza o processo como resultado e reconhece que o erro pode ser útil junto com outros conhecimentos. Dessa maneira, ao usar técnicas como a pesquisa empática, que envolve observar, participar e ter empatia com os usuários, o progresso da pesquisa pode se tornar uma característica única do pensamento acadêmico no contexto do design thinking. Além disso, o pensamento livre e o brainstorming (técnica de geração de ideias em grupo que incentiva a criatividade) são enriquecidos ao incorporarem as emoções, a empatia e a criatividade, elementos-chave para atingir os melhores resultados possíveis (AMORIM, 2013, p. 14).

Por sua vez, a prototipagem, permite testar e refinar ideias, possibilitando que “o conhecimento seja vivenciado e experimentado na prática” (BÜCKER, 2015, p. 42). Complementando os exemplos, o teste de soluções visa garantir que as soluções atendam às necessidades e expectativas dos usuários, e “através de técnicas como croquis, esboços e prototipagem [...] tornam as soluções tangíveis” (BOSCHI, 2012, p. 65).

A adoção dessas abordagens amplia a capacidade do design de identificar e resolver problemas, proporcionando soluções mais inovadoras e com maior potencial de impacto. Essas ferramentas, quando aplicadas com base na compreensão da complexidade do mundo atual, conforme ressaltado por Cardoso, permitem uma abordagem sistêmica com “muitos elementos, camadas e estruturas, cujas inter-relações condicionam e redefinem continuamente o funcionamento do todo” (CARDOSO, 2012, p.26).

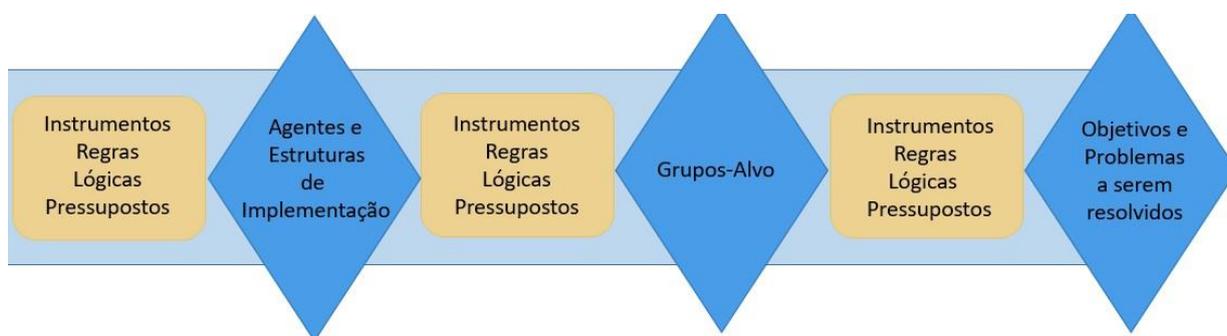
A confirmação de que o uso das ferramentas exemplificadas pode auxiliar na identificação e resolução de problemas com soluções inovadoras e impactantes também é apoiada por Cross. Ele ressalta que os métodos formalizam procedimentos para evitar omissões, negligências e erros comuns em abordagens informais. Além disso, ele afirma que os métodos têm o potencial de ampliar tanto o escopo do problema de design quanto a busca por soluções adequadas, estimulando os designers a pensar além da primeira ideia que lhes vem à mente (CROSS, 2011, p.46).

Desta forma, a contribuição do Policy Designer para a política pública de turismo é a de trazer uma perspectiva mais criativa e centrada no turista e no residente para a formulação e implementação de políticas públicas. Howlett, Mukherjee e Woo consideram que o Policy Design auxilia os formuladores de políticas a refletir sobre as políticas adotadas, compreender suas limitações e potencialidades e até identificar, avaliar e propor novas alternativas de políticas mais eficazes e inclusivas (e seus impactos potenciais) para atender às necessidades das populações-alvo, estimular a economia local, preservar o patrimônio cultural e histórico e aumentar a qualidade de vida das comunidades envolvidas (HOWLETT; MUKHERJEE; WOO, 2015, pp. 165-176).

O Policy Design constitui o conteúdo da política, como também são as práticas sociais pelas quais as políticas são transmitidas e as subsequentes consequências associadas a suas práticas. Os policy designs são fenômenos observáveis encontrados em estatutos, diretrizes administrativas, decretos judiciais, programas e, até mesmo, nas práticas e nos procedimentos de atores que estão diretamente envolvidos com a implementação do programa, assim como suas interações (SCHNEIDER; INGRAM, 1997, p.4).

Schneider e Ingram criaram o “Quadro de Referência para o Design de Políticas” para facilitar o entendimento da complexidade do processo de formulação de políticas públicas. As autoras fornecem uma estrutura sistemática para identificar e avaliar os diferentes elementos envolvidos. Com isso, ao analisar cada um desses elementos, os formuladores de políticas podem desenvolver políticas mais eficazes e eficientes que atendam às necessidades das populações-alvo, levando em consideração os recursos disponíveis e as restrições políticas e institucionais. Diante o exposto, o diagrama também ajuda a avaliar as implicações e os impactos potenciais da política antes de sua implementação; sendo que os componentes empíricos fundamentais estão representados na Figura 3.

Figura 3 - Diagrama “Policy Design Framework” ou “Quadro de Referência para o Design de Políticas”.



Fonte: Adaptação de SCHNEIDER; INGRAM, 1997.

Ao analisar a ferramenta visual e os efeitos do planejamento de políticas públicas sobre o processo de formulação de políticas, no "Policy Design Framework" ou "Quadro de Referência para o Design de Políticas", as autoras destacam os referenciais do Policy Design em três níveis principais: os objetivos ou problemas a serem resolvidos, as populações-alvo e os agentes envolvidos e as estruturas de implementação da política. Os instrumentos, as regras, as lógicas e os pressupostos/ suposições subjacentes integram todos os níveis. O que mostra que todos esses aspectos são importantes para garantir que a política pública seja eficaz e justa e que promova a cidadania e fortaleça as instituições democráticas (SCHNEIDER; INGRAM, 1997, pp. 141-159).

Ao responderem a demandas por abordagens integrativas para pesquisa de políticas, Schneider e Ingram mostram opções disponíveis em desenho clara e sistemática, de forma a revelar quem faz o quê, quando, com quem, com que recursos e por que razões. As autoras também consideram a eficiência, eficácia, relevância, além de justiça, cidadania e instituições democráticas itens importantes para avaliar a resolução de problemas (SCHNEIDER; INGRAM, 1997, pp. 141-159); mesmo que a implementação de políticas distribua benefícios a alguns grupos, enquanto impõe ônus a outros.

No contexto do turismo criativo, o Policy Design dialoga com medidas e estratégias de criação eficientes, capazes de equilibrar o atendimento às demandas e necessidades dos setores representativos do turismo e da comunidade local. E como o Policy Design e a política são dotados de intencionalidade, ou seja, eles querem um resultado de valor, podem ser apontadas diretrizes, considerando diferentes variáveis e fatores específicos que influenciam a situação em questão. Estas soluções devem ser resultantes de um processo conjunto e articulado, ou seja, devem ser construídas em parceria com uma sociedade civil ativa e participativa. Após serem validadas, tais soluções colaborativas serão entregues à sociedade em resposta aos desafios apresentados.

Ademais, "o turismo é um sistema aberto que, de certa forma, é um microcosmo da sociedade mais ampla. Por esta razão é um contexto importante onde podem ser testadas teorias desenvolvidas em áreas mais tradicionais" (SCOTT, 2011, p.4). Nesse sentido, é fundamental a participação da comunidade local na tomada de decisões e na implementação das medidas, garantindo a sua representatividade e a inclusão de suas demandas, já que suas influências e interesses afetam o conteúdo e a direção da política estabelecida.

E no caso do turismo criativo, que envolve diferentes atores e fatores interconectados, o Policy Design contribui para a criação de uma oferta turística mais autêntica e diversificada, agregando valor ao destino e promovendo um turismo mais sustentável.

Nesse sentido, o Policy Design utiliza de uma série de instrumentos para dinamizar o turismo criativo que é pensado de forma sistemática e precisa ser resolvido de forma estratégica. E o uso de um diagrama pode ajudar a visualizar as diferentes etapas e processos envolvidos na criação de políticas públicas de maneira mais clara e acessível.

Ou seja, o Policy Design desempenha um papel fundamental ao longo das diferentes etapas do processo de formulação de políticas públicas, exercendo uma influência significativa. Para ilustrar essa importância, é possível citar algumas diretrizes como exemplos: identificar problemas e oportunidades do turismo criativo em uma determinada região, criar soluções eficazes e desenvolver estratégias para qualificar o turismo, incentivar a participação cidadã por meio de métodos colaborativos de design e consultas públicas no processo de tomada de decisão, desenvolver uma identidade visual para as políticas, facilitar a comunicação clara, melhorar a experiência do usuário e desenvolver sistemas de avaliação e monitoramento das políticas públicas implementadas, entre outras.

No entanto, caso essas diretrizes ilustrativas fossem implementadas utilizando o Policy Design, seria necessário estabelecer, de acordo com Howlett, que os adeptos do pensamento de design precisam expandir seu alcance e considerar não apenas as circunstâncias que facilitam a geração de novas ideias, mas também as lições de abordagens mais tradicionais sobre os desafios políticos e outros enfrentados na formulação e implementação de políticas (HOWLETT, 2011, p.49).

A citar um exemplo mais específico. Se fosse criado um “modelo” para ações de regulação, incentivos fiscais e financeiros, promoção e informação de turismo criativo em que se aponta a abordagem do Policy Design, este utilizaria das ferramentas políticas mais eficazes e inclusivas em políticas públicas. De forma que o trabalho seria modelado pelo design, com a melhoria dos processos internos, conhecimento da demanda do usuário, e fomento da inovação.

Nessa diferenciação dos atributos, a regulação pode ser utilizada para garantir a preservação do patrimônio cultural e natural, estabelecendo normas e padrões de qualidade para a oferta turística. Os incentivos fiscais e financeiros podem ser utilizados para apoiar os pequenos

empreendedores locais e atrair investimentos para o setor. A promoção e a informação podem ser utilizadas para divulgar os produtos e serviços turísticos oferecidos pelo turismo criativo. Assim, ao acionar os diversos campos do conhecimento dando-lhes uma modelação para que sua aplicação prática se torne possível, o design visa sempre aprimorar os resultados obtidos e desenvolver soluções mais inovadoras, ou seja, com uma nova visão para o problema, além de potencializar a criatividade.

Ademais, ele coloca o ser humano no centro do debate, de modo que o problema e a solução se tornam indissociáveis. Nessa abordagem dinâmica, e em constante evolução, importa dizer que as políticas públicas devem ser continuamente monitoradas e avaliadas para garantir que estejam respondendo às necessidades do público-alvo.

E uma matéria que tem se difundido nas últimas duas décadas, trazendo uma perspectiva estratégica para o Estado contemporâneo é o tema da inovação. Nesse processo de transformação, é notável a adoção de abordagens inovadoras na Administração Pública, especialmente a prática do design, que tem se destacado na experimentação de novas soluções para os desafios enfrentados.

O design atualmente é valorizado por sua capacidade de agregar benefícios às organizações e instituições, indo além do papel tradicionalmente atribuído às profissões de design. Em áreas como educação [...], os designers estão contribuindo não apenas para criar novos produtos, cenários e sistemas inovadores, mas também para o planejamento e gestão eficaz dos processos de desenvolvimento (HUNT, 2012, p.5).

Ocorre que no Brasil, o movimento de criação de laboratórios de inovação no governo tem se expandido. Como resultado, há um crescente debate no setor público sobre a adoção de novas ferramentas, métodos e estratégias para impulsionar a inovação; porém,

esse fenômeno ainda é pouco estruturado, e seu mapeamento ainda é objeto de constantes alterações [...] pois essa discussão é muito concentrada nos países anglo-saxões e escandinavos, sendo ainda tímida nas ciências sociais brasileiras (CAVALCANTE; MENDONÇA; BRANDALISE, 2019, pp.33-48).

Em acordo com os autores, pode-se dizer que o Policy Design é um tema relativamente novo na Administração Pública brasileira, principalmente nas ciências sociais, como o turismo criativo. De maneira que, estabelecer essa abordagem apresenta muitas contribuições à política pública, como as formas de conhecer e de definir os problemas, além dos modos de refletir e de lidar com a experimentação, temas que são tratados de forma mais criativa e com foco nas necessidades dos servidores públicos e dos usuários.

Para reduzir a fragmentação burocrática e acelerar o fluxo de conhecimento, tanto dentro quanto fora do governo, propõe-se “aumentar a prontidão organizacional, com o objetivo de, finalmente, fazer com que a mudança ocorra” (CAVALCANTE, MENDONÇA & BRANDALISE, 2019, pp.35). Ao realizar a revisão dos modelos organizacionais, é importante ter em mente que, “enquanto a abordagem tradicional parte na busca por solução única, maximizadora, já presente, faltando apenas ser descoberta, a proposta do design thinking é gerar muitas possibilidades ao longo do processo” (CAVALCANTE, MENDONÇA & BRANDALISE, 2019, p.47). Portanto, o objetivo é estimular a experimentação de novas abordagens que permitam uma atuação mais eficiente do Estado, utilizando o design como uma ferramenta de destaque.

No entanto, aplicar o Policy Design ao setor de turismo em uma abordagem inovadora e interdisciplinar não é uma tarefa tão simples, pois surgem desafios específicos de cada localidade ou destino turístico na busca por soluções e entregas de valor público à sociedade, sendo que a complexidade dos problemas enfrentados exige a integração de vários campos do conhecimento.

O design no governo enfrenta algumas restrições, como a dinâmica política em constante mudança e a presença de ideologias em disputa, que podem limitar a implementação de soluções inovadoras. Além disso, emergências e crises podem exigir soluções rápidas e efetivas, o que pode dificultar a adoção de abordagens mais reflexivas e colaborativas. No entanto, apesar dessas restrições, o design continua sendo uma ferramenta valiosa para enfrentar os desafios da gestão pública, contribuindo para a criação de políticas mais eficazes e inclusivas.

Para alcançar resultados concretos na promoção e desenvolvimento de políticas públicas, especialmente no âmbito do turismo criativo, é essencial adotar uma abordagem colaborativa e baseada em evidências; reconhecendo as incertezas e opiniões inerentes aos processos de implementação. De maneira que é fundamental trabalhar em conjunto e valorizar a diversidade de perspectivas, pois as partes envolvidas têm a oportunidade de compartilhar conhecimentos, habilidades e experiências, promovendo o crescimento e o sucesso mútuo. Além disso, a fundamentação das ações em evidências oferece um apoio para embasar as decisões e minimizar o impacto das incertezas. Ao passo que a variedade de opiniões e visões de mundo trazidas por diversas perspectivas possibilita a identificação de soluções mais inovadoras e eficazes; afinal

“as diferenças entre gerações tem sua importância na definição da estratégia corporativa” (BARRETO, 2017, p.35).

Portanto, a combinação dos fatores supracitados cria uma base sólida para enfrentar os desafios da gestão pública de maneira mais efetiva; pois o processo de design de políticas públicas é, por natureza, não linear e requer um contínuo exercício de reflexão. Essa abordagem contínua permite a busca por soluções inovadoras e efetivas, adaptando-se às necessidades e demandas da sociedade. Ou seja, o design deve “conceber e dar forma a produtos materiais e imateriais que possam tratar dos problemas humanos em uma escala ampla e contribuir para o bem-estar social” (MARGOLIN, 2014, p.132).

Em conclusão, o uso do Policy Design é importante para promover o turismo criativo em políticas públicas. Sendo fundamental que essas políticas também sejam criadas e implementadas com a participação ativa dos usuários finais, bem como de grupos marginalizados e de organizações da sociedade civil que trabalham nessas questões. Essa abordagem pode ajudar a garantir que as políticas públicas estejam mais alinhadas às necessidades dos usuários e sejam mais eficazes na promoção da inclusão social.

Felizmente, ela já está sendo adotada em vários países e em diferentes áreas de políticas públicas, mostrando a sua eficácia em promover mudanças positivas na sociedade. O que mostra que a “atenção ao desenho de políticas nos lembra essencialmente que a democracia está nos detalhes” (SIDNEY, 2003, p.86).

Para delinear, na próxima seção apresentaremos o modelo “Ciclo de Políticas Públicas”, uma ferramenta conceitual, que é utilizada para compreender como as políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas ao longo do tempo.

#### **2.4. O Ciclo das Políticas Públicas: processos e impactos**

O Ciclo das Políticas Públicas é um modelo teórico, um recurso metodológico, que objetiva oferecer uma visão em etapas das principais fases pelas quais as políticas passam. Considerado relevante para a compreensão da dinâmica política, o ciclo é uma abordagem útil para avaliar programas e ações em diversas áreas, incluindo o turismo criativo. Entre as principais referências dessa abordagem citam-se: David Easton (1953); Harold Lasswell (1971); Simon (1957); Lindblom (1959); Charles O. Jones (1984); Willian Jenkins (1978); Leonardo Secchi (2013).

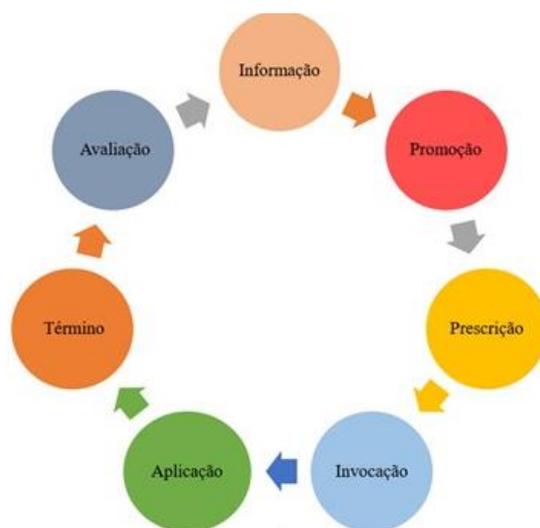
O primeiro a criar o Ciclo das Políticas Públicas foi Harold Lasswell, em 1971 (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p.13). Este modelo foi o ponto de partida para novos modelos e teorias da análise de políticas públicas; mesmo com as diversas formas de analisar os seus estágios. No caso, Lasswell apresenta a abordagem em sete estágios, descrevendo as etapas pelas quais as políticas públicas passam desde sua formulação até a sua extinção, sendo: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, término e avaliação. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p.13).

Embora muitos pesquisadores questionem a representatividade do modelo de Lasswell como uma visão simplificada da realidade, com falta de precisão e que não considera a complexidade para a análise de questões sociais e políticas; ele tem sido desenvolvido por diversos autores. A sua definição ainda é a mais difundida, pois ela incentiva a uma reflexão crítica sobre as escolhas e decisões políticas.

Tanto que Lasswell, ao usar os cinco elementos: quem (actors), diz o quê (content), por que canal (channel), para quem (audience) e com que efeito (effect) e ao fazer a pergunta: "quem ganha o quê, por quê e que diferença faz" (SOUZA, 2006, p. 24), expande o enfoque para a compreensão sobre as políticas públicas e ajuda a garantir uma tomada de decisão mais fundamentada e responsável pelos governantes.

A seguir, apresenta-se na Figura 4 o modelo conceitual de Lasswell, em que cada etapa é importante para a efetivação das políticas públicas, desde a identificação do problema até a avaliação de seu desempenho e o aprimoramento contínuo do processo para atender às necessidades da sociedade. Esse modelo teórico descreve a dinâmica de produção de políticas públicas, sendo que "a representação sequencial das políticas não deve ser utilizada de forma mecânica" (MULLER, 2010, p. 27). Por isso, a ideia de etapas no ciclo de políticas públicas foi muito debatida e evoluiu para considerar fatores externos, como a participação dos atores sociais nas políticas públicas.

Figura 4 - O Ciclo de Políticas Públicas – Lasswell



FONTE: elaboração da autora, baseado em LASSWELL, 1971, p. 11; HOWLETT;RAMESH; PERL, 2013, p.13.

No entanto, como dito anteriormente, existem críticas ao ciclo proposto por Laswell e a outros autores que trabalham com essa abordagem. Alguns estudiosos argumentam que o ciclo é uma representação idealizada do processo e que ele não é capaz de dar conta de todas as variáveis, interesses, atores e dinâmicas envolvidas na formulação e implementação de políticas públicas. Já outros, dizem que o ciclo é muito prescritivo e não leva em conta as contingências e particularidades de cada caso.

Um desses críticos é Kingdon. Para ele, o processo político não ocorre de forma ordenada e linear, e as alternativas são defendidas e ponderadas antes de serem colocadas na agenda, ao invés de serem geradas após o agendamento (KINGDON, 2011, p. 205).

Jenkins-Smith e Sabatier consideram o ciclo uma “abordagem de manual”:

- (a) Os diferentes ‘estágios’ não são ligados por um componentecausal;
- (b) Não oferece uma base clara para testes empíricos;
- (c) A sucessão de ‘estágios’ não descreve o processo de forma acurada;
- (d) O foco legalista e top-down leva os analistas a negligenciar outros fatores descritivo-explicativos importantes;
- (e) O ciclo de políticas é tomado de forma imprópria como a unidade temporal de análise, quando o foco deveria ser em ciclos múltiplos e interativos, que envolvem múltiplos níveis de governo;
- (f) Há uma falha na integração da análise de política com o aprendizado orientado por políticas (JENKINS-SMITH;SABATIER ,1993, p.44).

Fischer e May também tecem críticas. Fischer argumenta que o modelo do ciclo de políticas públicas "tende a ser uma representação linear e mecânica do processo de políticas públicas, que

pode ser simplista e inadequada" da realidade. Ele defende que é preciso adotar uma abordagem mais holística e complexa, que leve em consideração as interações dinâmicas entre os atores envolvidos e os múltiplos contextos em que as políticas são formuladas e implementadas. (FISCHER, 2003, p. 7)

Já May, justifica que o ciclo é uma abordagem muito prescritiva e não leva em conta a complexidade e a imprevisibilidade do processo de políticas públicas na prática. "Embora os estágios possam ter algum valor heurístico, eles geralmente são muito prescritivos e muitas vezes obscurecem as complexidades dos processos reais de política e implementação". Ele destaca que as políticas públicas são processos dinâmicos e contingentes, e que a análise dos problemas e soluções deve levar em conta as especificidades de cada caso (MAY, 1992, pp. 163-197).

No entanto, Muller tem outro ponto de vista:

O modelo das etapas tem sido o ponto de partida para a maioria das abordagens, metáforas e enquadramentos teóricos da análise das políticas públicas, porque permite relacionar de forma coerente todos os aspectos das mesmas (MULLER, 2010, p.25).

Outro defensor é Thomas Dye, que destaca o ciclo como forma de compreender a distribuição de poder e recursos na sociedade, e afirma que a política pública é "o que o governo escolhe fazer ou não fazer" (DYE, 1984, p. 2). Daí, a compreensão de que certas questões só se tornam prioridades na agenda pública por meio das decisões políticas.

Nessa leitura, destaca-se que a formulação e aplicação de políticas públicas são influenciadas por considerações políticas e interesses de grupos, sendo preciso análise e correção dos problemas públicos para aumentar a eficácia das políticas. Sendo que o foco analítico deve ser feito de forma a "utilizar metodologias que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de se atingir os objetivos e metas predefinidos" (DIAS; MATOS, 2012, p. 14).

Desta maneira, a abordagem de Lasswell oferece maneiras de compreender as etapas do processo de como as políticas públicas são desenvolvidas e implementadas. E essa ferramenta tem sido útil para aprofundar o conhecimento de gestores públicos e pesquisadores.

Para tanto, é estratégico definir as escalas de análise adequadas e aprofundadas para avançar na compreensão da temática e levar a melhores resultados e benefícios para a sociedade como um

todo. Essa definição de escalas é um esforço importante, que sempre requer soluções criativas, assim como o turismo criativo.

Matéria a ser tratada a seguir, na qual será adotado um enfoque da gestão e da política pública de turismo de Congonhas, que deve ser orientado para o desenvolvimento sustentável, de forma que a cidade poderá maximizar o potencial do turismo, impulsionar a economia local e oferecer experiências enriquecedoras aos visitantes.

## **2.5. Congonhas: gestão e políticas públicas de turismo**

A gestão pública do turismo “deve propiciar os meios e as condições para que os envolvidos possam atuar em todas as etapas do processo, discutindo, apresentando ideias, tomando parte na construção do consenso e na tomada de decisões” (BENI, 2003, p.127). E o turismo, necessariamente, deve passar pelo poder público para que este favoreça o seu ordenamento e ele possa constituir em benefício comum a todos.

Ao que Vignati ainda reforça: “o Estado é um dos atores principais, pois a ele cabe, em regra, atividades de apoio ao desenvolvimento e ao marketing do destino turístico” (VIGNATI, 2008, p.15). Nesse raciocínio, é necessário que a Prefeitura de Congonhas promova uma gestão participativa que envolva os atores locais na elaboração e implementação de políticas públicas para o setor do turismo, pois:

A função específica dos órgãos institucionais públicos deverá ser a determinação de prioridades, a criação de normas e a administração de recursos e estímulos. O governo dará as diretrizes e proverá as facilidades (BENI, 2003, p. 102).

Desta feita, para melhor compreensão da política pública de turismo de Congonhas, recorre-se inicialmente ao estudo da estrutura organizacional do Município no que concerne à gestão pública do setor. A Prefeitura Municipal dispõe da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas (FUMCULT), pessoa jurídica de direito privado, fundada em 1986; que objetiva promover a cultura, o lazer, o turismo e o esporte no município. A instituição elabora e executa planos, programas, projetos e eventos utilizando recursos próprios, doações ou recursos captados por meio das leis de incentivo.

A FUMCULT administra o Museu da Imagem e Memória e o Museu de Congonhas, assim como a Romaria, a Estação Ferroviária, o Parque Ecológico da Cachoeira, a Rádio Educativa

FM 97.5. Além disso, a Fundação também atua no planejamento e implantação das ações de requalificação dos equipamentos históricos públicos do município (PREFEITURA, 2020).

A DTUR - Diretoria de Turismo de Congonhas é outra entidade pública gestora do turismo em Congonhas. Criada em 2006 como órgão vinculado à então Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDEC; ela foi transferida para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia; e atualmente pertence à SECULTE - Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer, Eventos e Turismo. Ela é composta por dois setores: Desenvolvimento de Programas e Projetos em Turismo; e Incentivo a Políticas de Turismo. E tem como atribuição:

Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do setor; determinar normas e regulamentos de prevenção do patrimônio; criar mecanismos de controle; captar recursos e financiamentos através de parcerias público-privadas; realizar pesquisas e estatísticas sobre o turismo municipal; incentivar a capacitação profissional e fomentar a promoção de Congonhas, como um destino turístico estruturado e organizado (PREFEITURA, 2016).

A DTUR é responsável pela administração dos dois CAT's (Centros de Apoio ao Turista), que se encontram em pontos estratégicos da cidade, um na entrada e outro na Praça do Santuário. Esses espaços desempenham um papel crucial no atendimento e recepção de visitantes e turistas, além de serem responsáveis pela promoção do município por meio da oferta de informações turísticas e serviços de atendimento, o que requer qualidade.

Tanto a DTUR/ SECULTE quanto a FUMCULT possuem orçamentos definidos para investimentos no turismo, incumbindo-lhes o planejamento e a execução de atividades correlatas ao município no âmbito turístico. Dessa forma, para compreender a situação financeira do setor de turismo e suas implicações econômicas, é fundamental analisar as receitas e despesas relacionadas à atividade.

Assim, ao analisar os orçamentos específicos destinados ao turismo, por meio da Lei 4.129/2022<sup>12</sup>, que estima a receita e fixa a despesa do Município para 2023, verificou-se que: a FUMCULT tem uma receita de R\$11.840.000,00 e a SECULTE de R\$19.078.000,00; cabendo R\$5.502.500,00 às pastas mistas da Diretoria de Cultura e Turismo e R\$5.860,00 à Diretoria de Esporte, Lazer e Turismo (PMC, Legislação, 2022).

---

<sup>12</sup> Disponível em: < <https://www.congonhas.mg.leg.br/transparencia/lei-orcamentaria-anual>> Acesso em:01 mai 2023.

A análise dos dados acima revela um forte incentivo financeiro ao turismo em Congonhas, com a alocação significativa de recursos nas pastas envolvidas. Adicionalmente, uma comparação é feita com as cidades vizinhas de Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco, levando em conta fatores que ajudam a entender os valores consideráveis destinados ao turismo em Congonhas.

Para a escolha das cidades, o primeiro fator é a proximidade geográfica das quatro cidades. O segundo, é a presença de atrações turísticas históricas. Congonhas é famosa por suas estátuas de Aleijadinho e o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Ouro Preto é conhecida por sua arquitetura barroca e minas de ouro, também sendo reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Conselheiro Lafaiete possui igrejas e construções antigas, enquanto Ouro Branco possui a Igreja de Santo Antônio e a Serra de Ouro Branco, tombada como patrimônio estadual pelo IEPHA-MG.

Essas quatro cidades também têm uma importância histórica significativa devido ao passado relacionado à exploração de ouro durante o período colonial do Brasil. Essa história compartilhada entre elas pode influenciar o desenvolvimento turístico, fornecendo um contexto comum para comparação.

No entanto, para comprovar a capacidade de investimento no setor turístico de Congonhas, priorizou-se em apresentar a disponibilidade de recursos públicos em cada localidade, a fim de comparar a capacidade de investimento entre Congonhas e as outras três cidades mencionadas. Esse indicativo está demonstrado no Quadro 3, que apresenta projeções de receita estimada para o turismo nos municípios e a alocação de despesas para impulsionar o desenvolvimento e a promoção do setor. Esses números indicam o compromisso e a importância atribuída ao turismo como fonte de receita e desenvolvimento econômico para a região; sendo possível fazer uma análise comparativa das condições de investimento no turismo entre as quatro cidades.

Quadro 3. Estimativa de receita e despesa do turismo municipal/2023.

<b>Investimento no Turismo</b>				
<b>Estimativa de Receita e Fixação de Despesa 2023</b>				
<b>DADOS</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>			
	<b>Cons. Lafaiete</b>	<b>Ouro Preto</b>	<b>Congonhas</b>	<b>Ouro Branco</b>
Posição por população/MG	Posição: 23 <sup>a</sup>	Posição: 51 <sup>a</sup>	Posição: 65 <sup>a</sup>	Posição: 91 <sup>o</sup>
População Censo/2010	116.512 pessoas	70.281 pessoas	48.519 pessoas	35.268 pessoas
Área territorial/2022	370,246 km <sup>2</sup>	1.245,865 km <sup>2</sup>	304,067 km <sup>2</sup>	258,726km <sup>2</sup>
PIB per capita/2020	19.668,85 R\$	114.801,85 R\$	54.043,71 R\$	114.801,85R\$
Salário médio mensal/2020 Trabalho formal	1,8 salários mínimos	3,1 salários mínimos	2,9 salários mínimos	3,5 salários mínimos
Instrumento Estima Receita Fixa Despesa/2023	Lei Municipal nº 6.170/2022 de 29 de dezembro de 2022.	Lei Municipal nº 1.325/2022, de 22 de dezembro de 2022.	Lei Municipal nº 4.129/2022, de 19 de dezembro de 2022.	Lei Municipal nº 2.633/2022, de 29 de novembro de 2022.
Orçamento do Órgão Gestor Municipal	Secretaria Desenvolvimento Econômico  Indústria R\$1.744.035,50 Comércio/Serviços R\$211.477,91	Secretaria Cultura e Turismo R\$8.637.550,00	FUMCULT R\$11.840.000,00  SECULTE R\$19.078.000,00	Secretaria Esportes, Lazer, Cultura e Turismo R\$9.362.505,22
<b>Orçamento Total/ 2023</b>	R\$1.955.513,41	R\$8.637.550,00	R\$30.918.000,00	R\$9.362.505,22

\*Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

\*Dados disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/>>

<<https://ouopreto.mg.gov.br/secretaria/0149>> <<http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v1/leis-2022/>>

<<https://www.congonhas.mg.leg.br/>> <<https://www.ourobranco.mg.gov.br/>>

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_municipios\\_de\\_Minas\\_Gerais\\_por\\_populacao](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_municipios_de_Minas_Gerais_por_populacao)>

<[https://sistemasigla.com.br/arquivos/prestacaocontas/Lei\\_Orcamentaria\\_Anuual.pdf](https://sistemasigla.com.br/arquivos/prestacaocontas/Lei_Orcamentaria_Anuual.pdf)> Acesso em: 4 jun.2023

Em termos de população, Conselheiro Lafaiete é a cidade mais populosa entre as quatro mencionadas, ocupando a 23<sup>a</sup> posição por população em Minas Gerais, com 116.512 habitantes. Ela é seguida por Ouro Preto com a 51<sup>a</sup> posição em Minas Gerais e uma população de 70.281 habitantes. Congonhas fica na 65<sup>a</sup> posição, com uma população de 48.519 pessoas. Embora seja menos populosa do que as duas cidades anteriores, ainda tem uma quantidade significativa de habitantes. Ouro Branco é menos populosa entre as mencionadas, ocupando a 91<sup>a</sup> posição em Minas, com uma população de 35.268 pessoas.

A respeito das extensões territoriais, Ouro Preto possui a maior área territorial, abrangendo 1.245,865 km<sup>2</sup>. Essa extensão territorial considerável pode ser explicada pela sua história e importância cultural, uma vez que Ouro Preto foi uma das principais cidades do ciclo do ouro no Brasil colonial. Conselheiro Lafaiete possui a segunda maior área, com 370,246 km<sup>2</sup>. Congonhas ocupa a terceira posição em extensão territorial, com 304,067 km<sup>2</sup>. Embora seja menor do que as duas cidades anteriores, ainda tem uma área considerável. Ouro Branco possui a menor área territorial entre as quatro cidades, com 258,726 km<sup>2</sup>.

No que diz respeito ao PIB per capita e ao salário médio mensal, Ouro Preto e Ouro Branco apresentam um PIB per capita mais elevado em comparação com Conselheiro Lafaiete e Congonhas. Isso indica que essas duas cidades têm um produto interno bruto (PIB) mais alto em relação à sua população, o que pode ser indicativo de uma economia mais desenvolvida. Além disso, as cidades de Ouro Preto e Ouro Branco também possuem salários médios mensais mais altos em relação às outras duas cidades, o que pode refletir melhores condições de trabalho e níveis de renda mais altos para a população.

Quanto aos recursos financeiros disponíveis para a gestão pública, Congonhas possui o maior orçamento, totalizando R\$ 30.918.000,00, o que pode permitir investimentos em diversos setores e serviços para a população. Ouro Branco também apresenta um orçamento considerável de R\$ 9.362.505,22. Ouro Preto tem um orçamento de R\$ 8.637.550,00, enquanto Conselheiro Lafaiete possui o menor orçamento entre as quatro cidades, com R\$ 1.955.513,41. Esses valores indicam que essas duas cidades possuem menos recursos financeiros disponíveis para a gestão pública do turismo em comparação com Congonhas e Ouro Branco.

Esses dados fornecem uma visão comparativa das condições de investimento no turismo entre as quatro cidades, considerando sua população, extensão territorial, PIB per capita, salário médio mensal e recursos financeiros disponíveis para a gestão pública. Considerando esses aspectos, Congonhas apresenta condições muito favoráveis para investimentos no setor de turismo. Além de ter uma população considerável, a cidade possui uma área territorial significativa e um orçamento municipal mais robusto, o que pode proporcionar recursos financeiros para desenvolver a infraestrutura turística e aprimorar a oferta de serviços turísticos.

Esses elementos podem ser interpretados como um incentivo importante para o desenvolvimento do setor de turismo de Congonhas. De forma que a dimensão econômica

desses dados mostra que Ouro Preto e Congonhas têm um forte investimento no setor de turismo em 2023, com base em seus orçamentos significativos e outros indicadores econômicos positivos. Esses investimentos trazem bons resultados para a economia local, contribuem para o crescimento econômico, criam empregos e promovem o desenvolvimento sustentável por meio do turismo, melhorando assim a qualidade de vida da população.

No entanto, é necessário ressaltar que o orçamento do órgão gestor municipal reflete a disponibilidade de recursos para investimentos e despesas públicas. Entretanto, a forma como esses recursos são geridos e alocados também é crucial para determinar o impacto efetivo na área de estudo, que é o turismo. Portanto, embora esses dados forneçam uma ideia geral sobre os recursos financeiros disponíveis para a gestão pública, é necessário uma análise mais detalhada da aplicação desses recursos, como eficiência na administração, transparência e responsabilidade fiscal, para uma compreensão completa da situação financeira e do impacto das políticas públicas nessas cidades.

Destaca-se, ainda, que cada cidade possui suas particularidades e potenciais para o turismo. Uma análise mais aprofundada considerando outros fatores, como atrativos turísticos, infraestrutura existente, acessibilidade, parcerias público-privadas e estratégias de marketing, seria necessária para uma avaliação completa das oportunidades de investimento no turismo em cada uma dessas cidades.

De tal modo, que no caso específico de Congonhas, a análise dos orçamentos destinados ao turismo evidencia a presença de duas entidades responsáveis pela gestão: a FUMCULT e a SECULT, que atuam de forma na promoção do turismo. A existência de dois órgãos gestores, se trabalharem em harmonia e cooperação, pode facilitar o incentivo da atividade turística na localidade.

Para melhor explicitar a estrutura hierárquica dessas duas entidades, bem como a divisão entre os diferentes setores, apresentam-se a seguir duas figuras (5 e 6), nas quais é possível identificar as relações de subordinação e colaboração entre as áreas, mostrando que o organograma é uma ferramenta importante para a compreensão da estrutura organizacional e também para o planejamento de ações e projetos.

Figura 5. Organograma da SECULTE - Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer, Eventos e Turismo



Fonte: Elaborado pela autora em consonância com a Lei n.º 4.023, de 7 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Organização e a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Congonhas, 2023.

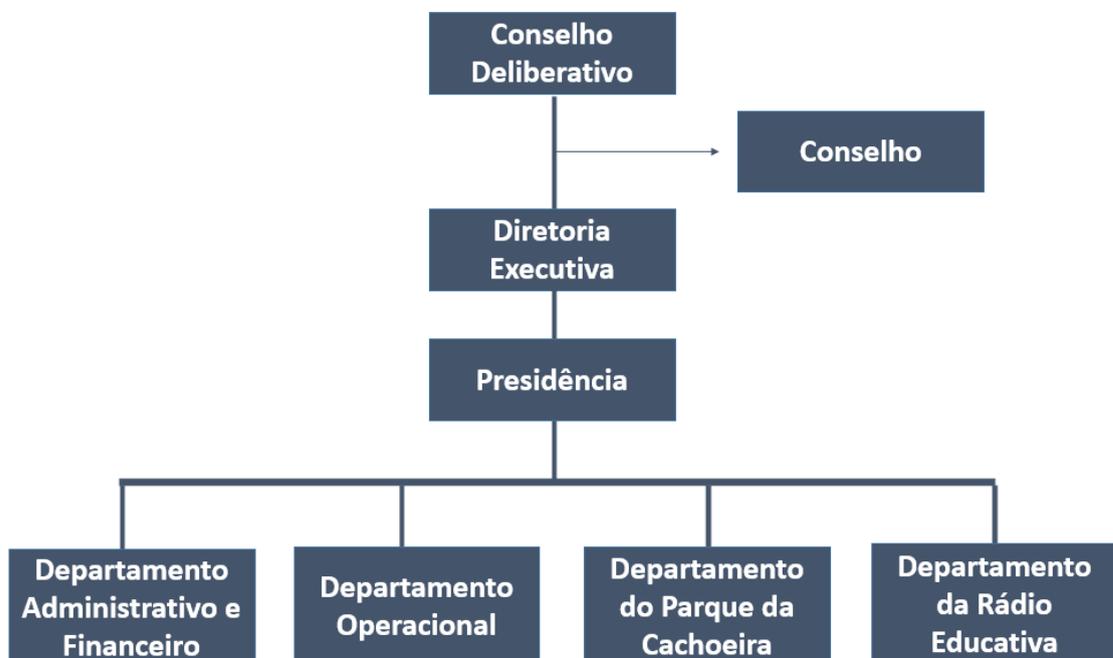


Figura 6 - Organograma da FUMCULT- Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo

Fonte: Elaborado pela autora em consonância com a Lei n.º 2.960, de 7 de maio de 2010, que dispõe sobre a Estrutura organizacional da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo/Congonhas-MG, 2023.

E para fortalecer a descentralização das ações do setor turístico, é preciso estabelecer relações que incentivem a participação dos segmentos sociais e de outras esferas da administração pública. Ao que o governo deve manter:

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), assim como a Política Municipal de Turismo, o Plano Municipal de Turismo (PMT) e o fomento da atividade turística por meio do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e ICMS Turístico são instrumentos para o desenvolvimento responsável do turismo no município (MINAS GERAIS, 2014, p. 24).

Desta forma, a primeira articulação da política de turismo de Congonhas foi a criação do COMTUR - Conselho Municipal de Turismo, em 1997, órgão colegiado composto por representantes do poder público e da sociedade civil, de caráter permanente e deliberativo. Ele tem como objetivo principal deliberar sobre ações, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do turismo em nível local.

O papel do COMTUR é fundamental na formulação de políticas públicas voltadas ao turismo, uma vez que permite a participação direta da sociedade na definição das diretrizes a serem adotadas. No entanto, a instalação do conselho por si só não é suficiente, é necessário que ele cumpra seu papel desafiador, que consiste:

Em constituir espaço democrático destinado a alcançar três objetivos essenciais: promover a construção da cidadania e a educação política; viabilizar a identificação e captação permanente das demandas da sociedade; e exercer controle social sobre o governo (GOMES, 2003, p.5).

A existência formal do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) em Congonhas traz vantagens significativas, pois ele é um instrumento de relevância que oferece representatividade para diferentes setores envolvidos na atividade turística.

Outra ferramenta de suma importância para o fomento da atividade turística é o Plano Municipal de Turismo. O mais recente “Plano de Implementação da Política Municipal de Turismo de Congonhas” foi estabelecido com validade para o período de 2018-2020; e inclui diversas propostas para o aprimoramento do turismo local, e enfatiza que:

O grande desafio do turismo em Congonhas, que tem um patrimônio conhecido mundialmente, é fazer com que o turista permaneça mais dias no município e conseqüentemente aumente o gasto médio por visitante (PREFEITURA, 2018, p.12).

Entre os pontos de relevância para o desenvolvimento turístico de Congonhas, ele aponta:

Pontos Negativos: • Falta de uma gestão compartilhada entre os setores da cadeia produtiva do turismo que dificulta sua organização, promoção e principalmente a comercialização; • Baixa eficiência dos serviços e equipamentos turísticos locais; • Pequena permanência e gasto médio do visitante no município; • Deficiências na infraestrutura básica; • A insuficiência de mão-de-obra qualificada para atuação nos âmbitos gerenciais e operacionais necessários à prestação de serviço com qualidade; • Pequena participação da sociedade junto ao direcionamento da atividade turística do município; • Falta de estrutura e acessibilidade para terceira idade e pessoas portadoras de necessidades especiais.

Pontos Positivos: • Maior conjunto de obras primas do Barroco Mineiro do Mestre Aleijadinho, elevado a Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO; • Criação do Circuito Municipal de Museus; • Município pertencente ao trajeto Estrada Real; • Localização estratégica, próxima a outras cidades históricas e turísticas de Minas Gerais; • Grande potencial para o turismo cultural, religioso e de eventos; • Proximidade com a capital Belo Horizonte; • Grandes empresas ao redor do município; • Extensa oferta de espaços para realização de eventos, como a Romaria, anfiteatro do Museu de Congonhas, Parque da Cachoeira e Estação Ferroviária; • Município com sinalização viária interpretativa nos padrões internacionais; • Município contemplado no Programa do PAC das Cidades Históricas (PREFEITURA, 2018, p.13).

O Plano também apresenta oito programas para direcionar as ações e solucionar os problemas relacionados à atividade turística em Congonhas:

1 - Monitoramento da Demanda e da Oferta Turística; 2 - Promoção Turística; 3 - Roteirização Turística Regional; 4 - Infraestrutura de Apoio ao Turismo; 5 - Sensibilização e Mobilização; 6 - Qualificação Profissional; 7 - Estruturação de Atrativos e Serviços Turísticos; 8 - Desenvolvimento do Turismo Cultural e Religioso (PREFEITURA, 2018, pp.17-18).

Em suma, o Plano 2018-2020 apresentou importantes propostas para o desenvolvimento turístico local e reconhece a importância do patrimônio cultural mundial da cidade, além de apontar como desafio o aumento da permanência e o gasto médio do visitante no município. Ele destaca pontos negativos e positivos para o desenvolvimento turístico e apresenta oito programas para direcionar as ações e solucionar os problemas relacionados à atividade turística.

Com essas medidas, espera-se que haja uma gestão mais compartilhada entre os setores da cadeia produtiva do turismo, aumento da eficiência dos serviços e equipamentos turísticos locais, melhoria da infraestrutura básica, participação da sociedade no direcionamento da atividade turística, e desenvolvimento do turismo cultural e religioso, ao que pode-se incluir o turismo criativo.

Entretanto, os prazos do Plano de Turismo estão expirados, o que pode haver consequências negativas para o desenvolvimento do turismo local, pois as estratégias e metas estabelecidas podem estar desatualizadas ou não atender às demandas e desafios atuais do setor. É importante

que seja elaborado um novo plano de turismo que leve em consideração as mudanças ocorridas no mercado e na sociedade desde a criação do plano anterior, a fim de garantir a sustentabilidade e o sucesso do turismo em Congonhas.

O Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR foi instituído pela Lei 3.331, de 19 de dezembro de 2013, mas encontra-se inativo (PREFEITURA, 2023). A ausência de um FUMTUR compromete significativamente a capacidade do município em captar recursos financeiros que poderiam ser destinados ao fomento do turismo local, como o ICMS Turístico, que é um recurso de relevância que poderia ser aproveitado para investimentos em infraestrutura, promoção turística e capacitação dos profissionais que atuam no setor. Com o uso adequado desses recursos, é possível potencializar o turismo local e, conseqüentemente, gerar impactos positivos na economia da região.

Além disso, a lacuna de um FUMTUR pode limitar a capacidade do município em atrair investimentos privados, uma vez que a ausência de recursos para investimento pode ser vista como um sinal de falta de comprometimento do poder público com o setor turístico.

Diante desse contexto, é fundamental que Congonhas trabalhe para ativar o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e garantir sua função legal. Essa “conta municipal” tem a finalidade de concentrar recursos de diferentes fontes para promover e fortalecer a atividade turística no município. E deve ser administrada pelo COMTUR, envolvendo gestores públicos e a sociedade civil, e atender ao disposto no Plano de Desenvolvimento Municipal. Além de promover a autonomia financeira do desenvolvimento turístico, por meio das deliberações do Conselho Municipal de Turismo, o Fundo Municipal de Turismo facilita a captação de recursos e contribui para a concretização de projetos voltados para o desenvolvimento do turismo (GOVERNO DO PARANÁ, 2017)<sup>13</sup>. De tal modo que um fundo municipal com uma gestão eficaz e transparente pode contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável local.

A legislação urbana de um município é um instrumento fundamental para o uso adequado do solo e a qualidade de vida da população, o que requer planejamento, que "é a base da formulação de políticas" (VAN DOORN, 1982, p. 155). Nesse sentido, a revisão periódica do Plano Diretor, da

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/>. Acesso em 1 mai.2023

Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Código de Posturas é essencial para adequar as normas à realidade atual, considerando as transformações urbanas e socioeconômicas do município. Essa atualização é necessária para lidar com as demandas e desafios que a atividade turística apresenta, acompanhar as mudanças no setor e garantir uma regulamentação efetiva para a proteção do patrimônio cultural e natural, bem como para a gestão sustentável do turismo.

Apesar de ter havido avanços nas ações preservacionistas nos últimos anos, a defasagem da legislação em vigor pode dificultar a proteção adequada desses bens. Além disso, a ausência de um inventário do Sítio Histórico representa uma lacuna importante na gestão do patrimônio cultural de Congonhas. Embora o Iphan possua inventários de alguns bens móveis e integrados do Santuário, Passos, Profetas e Matriz de Nossa Senhora da Conceição, é fundamental que o inventário do Sítio Histórico (como um todo) seja elaborado para uma gestão mais integrada do patrimônio cultural.

Desta forma, ao tratar da importância do poder público na gestão do turismo em Congonhas, é necessário ressaltar a presença de órgãos municipais específicos para essa finalidade, assim como orçamentos destinados ao setor. No entanto, a efetividade desses recursos precisa ser analisada para garantir sua eficiência e eficácia.

Alguns desafios, como a rotatividade na Diretoria de Turismo, a falta de um Conselho Municipal de Turismo ativo, a descontinuidade do Plano de Implementação da Política Municipal de Turismo e a inatividade do Fundo Municipal de Turismo podem comprometer o desenvolvimento do setor. De tal modo que, para incentivar a diversificação da oferta turística, gerar empregos e renda, não causar “desmonte das instâncias, dos instrumentos e mesmo da cultura pública de planejamento” (CARDOSO JUNIOR; GARCIA, 2015, p.50), torna-se fundamental manter um FUMTUR fortalecido e atualizar as legislações urbanísticas e de preservação do patrimônio histórico, visando garantir um turismo sustentável e responsável.

À guisa de uma conclusão, a considerar que a gestão pública refere-se às ações e decisões tomadas pelo governo para administrar e orientar as atividades turísticas, enquanto a política pública envolve a formulação de diretrizes, regulamentos e estratégias para impulsionar o setor de turismo, no contexto específico de Congonhas, a gestão e a política pública de turismo devem ser orientadas para as pessoas e para as características únicas da cidade, com foco no desenvolvimento, planejamento e promoção do turismo.

Em resumo, a gestão e a política pública de turismo de Congonhas devem adotar uma abordagem integrada para que a cidade possa maximizar o potencial do turismo criativo, impulsionar a economia local e oferecer experiências enriquecedoras aos visitantes. Para tanto, a rede de atores no turismo é de suma importância para conectar e fortalecer relações, compartilhar conhecimentos e promover colaboração.

## **2.6. Redes de atores na política pública de turismo em Congonhas**

A implementação de políticas públicas é um processo complexo e influenciado por diversos atores e interesses. A compreensão desses atores e de seus interesses é fundamental para a formulação de políticas mais efetivas e que atendam às demandas da sociedade. E é por meio da colaboração das redes de atores envolvidos no setor, que é possível estabelecer uma governança compartilhada e cooperativa que pode garantir o sucesso de iniciativas turísticas.

Rhodes (2006) propôs a perspectiva das redes de políticas públicas (*policy networks*), que se tornou uma das mais influentes no estudo das redes. Segundo o autor, essa abordagem pluralista permitiu desenvolver explicações não apenas sobre o relacionamento entre o Estado e os diferentes grupos que buscam influenciar a produção de políticas públicas, mas também o interesse do próprio Estado em obter apoio desses grupos. As redes representam uma abordagem que rompe com a dicotomia Estado-sociedade, ao entender que atores pertencentes aos quadros governamentais são também atores sociais e mantêm relações constantes com outros atores numa ampla rede de relacionamentos (RHODES, 2006, p.427).

Através da participação de empresas, organizações governamentais e não-governamentais, e da comunidade local, é possível criar uma estrutura que permita a implementação de projetos turísticos sustentáveis. E a governança participativa pode garantir uma gestão eficiente dos recursos e uma distribuição equitativa dos benefícios gerados pelo turismo, além de contribuir para a preservação do patrimônio cultural e natural da região.

E ao falar em governança, deve-se destacar que o seu surgimento se deriva do conceito de governo e sua conceituação tem passado por uma evolução. Entretanto, a “governança não é o mesmo que governo” (ROSENAU, 2000, p. 15), sendo preciso compreender que:

Governança é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas (ROSENAU, 2000, pp. 15-16).

A governança se apresenta justamente no inverso, no qual o seu conceito abrange uma ação mais ampla e conjugada entre sociedade e estado modernizado, para que os problemas e desafios coletivos sejam solucionados em parceria. Ou seja, ela vai além dos aspectos gerenciais e administrativos do estado e se refere à ideia de que outros organismos de coordenação fora do governo (redes de atores ou o mercado), são melhores escolhas para implementação de programas.

Nessa organização horizontal e integral, Santos mostra que a governança se apresenta em:

Padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”, e envolve “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos (SANTOS, 1997, p. 342).

Diante do exposto, interpreta-se que a governança se apresenta como um processo de conexão entre atores sociais, políticos e administrativos, que se integram para produzirem políticas públicas, nas quais todos são corresponsáveis pelas decisões tomadas por meio de parcerias e redes.

Governança aparece como poder partilhado ou ação coletiva gerenciada, sendo particularmente pertinente para tratar organizações de natureza cooperativa, democrática e associativa. O termo torna-se uma categoria analítica, associada a conceitos como participação, parceria, aprendizagem coletiva, regulação e práticas de bom governo, tal como orçamento participativo e ações de desenvolvimento local e regional (RODRIGUES; MALO, 2006, s.p.)

Portanto, o conceito de governança é crucial para o desenvolvimento do turismo sustentável, que requer o compartilhamento de responsabilidades entre os atores da comunidade para construir políticas locais efetivas. Assim sendo, a discussão sobre a política de turismo e governança turística é importante para lidar com conflitos e ação dos agentes públicos e privados na gestão e deliberações coletivas.

O tema tem ocupado, de forma progressiva, os discursos políticos e as pesquisas acadêmicas, visto que o turismo é um objeto de política pública e precisa ser gerido de forma sustentável. Com isso, fica implícito que a governança e o turismo requerem uma integração coordenada para o desenvolvimento e a cidadania, de maneira menos burocrática e impositiva. Essa dimensão pode ser assim descrita:

Governança do turismo ou a governança turística seria uma nova forma de liderar os processos de inovação, fortalecimento e mudança das dinâmicas turísticas em um espaço determinado, incorporando os atores públicos e privados com a intenção de tomar decisões coletivas (VELASCO GONZÁLEZ, 2013, p.508).

Nesse sentido, a governança turística integra os atores envolvidos na atividade turística em uma região para tomar decisões coletivas e coordenadas visando o desenvolvimento sustentável do turismo. Ela é uma abordagem participativa que promove a cidadania e o desenvolvimento de maneira integrada e coordenada. Ao que muitos “governos têm se dedicado a formular políticas públicas para resolução de problemas, além de desenvolver e planejar determinadas atividades a fim de assegurar ganhos para a sociedade” (KNUPP; EMMENDOERFER; GONZÁLEZ, 2021, p. 218).

Como exemplo, cita-se a institucionalização da governança no setor de turismo no Brasil, iniciada com o PNMT, Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Essa iniciativa foi adotada no âmbito da Política Nacional de Turismo para descentralizar as políticas públicas no país e buscar maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística. Com a reestruturação da Política Nacional do Turismo em 2007/2010, deu-se uma "especial ênfase na função social do turismo"(BRASIL/PNT, 2007, p.11).<sup>14</sup>

Ao passo que desde 1999, o Estado de Minas Gerais ao formular e implementar a gestão descentralizada dos Circuitos Turísticos (CT's) por meio da SETUR, adotou a regionalização do turismo. Os CT's, atualmente reconhecidos como IGRs (Instâncias de Governança Regional), são constituídos com a participação conjunta do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, sendo instrumentos de “aperfeiçoamento da organização da sociedade civil em base local/regional” (EMMENDOERFER; DA SILVA; LIMA, 2011, p.398).

Os circuitos turísticos são a Instância de Governança Regional – IGRs integrados por municípios de uma mesma região com afinidades culturais, sociais e econômicas, que se unem para organizar, desenvolver e consolidar a atividade turística local e regional de forma sustentável, regionalizada e descentralizada, com a participação da sociedade civil e do setor privado (BRASIL, 2022, p.01).

---

<sup>14</sup> Disponível em: < <https://ricardoshimosakai.com.br/wp-content/uploads/2010/10/plano-nacional-de-turismo-2007-2010.pdf>> Acesso: 04 jan 2023.

No caso específico de Congonhas, várias são os exemplos de gestão descentralizada do turismo. Embora o município estabeleça filiações com diversas organizações, ele se desvincula em algum momento e posteriormente decide retornar e restabelecer a filiação novamente. Assim, mesmo com as interrupções esporádicas em sua filiação, o município é afiliado ao Circuito Turístico do Ouro, que desde 1992 tem promovido a cooperação entre municípios e desenvolvido projetos e ações integradas de turismo.

O Circuito do Ouro foi um dos primeiros Circuitos Turísticos (CTs) a ser instituído em Minas Gerais e sua adesão está em consonância com a política nacional que regula o setor por meio do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil “(...) um modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões” (BRASIL, 2013, p. 21).

Ao aderir ao Circuito Turístico do Ouro, o município aumenta sua visibilidade no mercado turístico ao ampliar sua oferta de roteiros e serviços, além de promover a integração e cooperação com outros municípios participantes, visando fortalecer o setor e promover o desenvolvimento sustentável, sendo que a própria definição de circuito é:

Conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional (MINAS GERAIS, 2003, p.1).

Sobre essa prática, o MTur destaca que:

As diretrizes voltadas para a região turística devem ser compreendidas e ajustadas para a ação municipal, uma vez que o processo de desenvolvimento se inicia no município. Por isso, são dinâmicas, ajustam-se aos tempos e aos estágios de cada município, Estado e região, respeitam os compromissos pactuados e incorporam novos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.138).

Considerando o contexto turístico da localidade do Circuito do Ouro, é notório que essa região tem obtido crescente relevância. Entretanto, é necessário fortalecer ainda mais a sua posição no cenário turístico, já que as Instâncias de Governança Regional - IGRs, são oficialmente incumbidas do papel de "executores, interlocutores e articuladores da descentralização e da regionalização do Turismo em Minas Gerais" (MINAS GERAIS, 2022, s.p.), demandam maior integração para planejar e definir de forma participativa e sustentável o futuro da região.

Outra estratégia adotada por Congonhas para integrar e fortalecer o turismo local é a filiação, também eventual, à Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais (ACHMG), uma entidade civil de direito privado composta por trinta municípios que remontam ao ciclo do ouro e à arte barroca. A ACHMG é um exemplo de convivência e cooperação, que tem como compromisso apoiar e fomentar o turismo, a cultura e o patrimônio dessas cidades associadas.

Por meio dessa filiação, Congonhas passa a ter maior representatividade e a se beneficiar de ações conjuntas promovidas pela entidade em prol do turismo regional, como o estabelecimento de parcerias e a realização de projetos com entes públicos e privados, tendo em vista que:

A Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais tem como objetivo principal a valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural das cidades que integram sua rede. Essas ações desempenham um papel fundamental na promoção do turismo regional, ao atrair um número maior de visitantes interessados na rica herança cultural das cidades. Além disso, essa demanda turística impulsiona o desenvolvimento econômico local, ao criar oportunidades de negócios e empregos relacionados ao setor do turismo (ACHMG, 2021, pp.5-6).

Congonhas está categorizada como um destino turístico de nível C no Mapa do Turismo Brasileiro, atualizado pelo Ministério do Turismo em 2019-2021 (BRASIL, 2022). Esse instrumento criado pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT), do Mtur, e classifica os municípios brasileiros de acordo com sua oferta turística e sua capacidade de gestão do setor; sendo que essa disposição é realizada com base em critérios definidos pelo Ministério em parceria com as instâncias de governança regional.

A classificação dos municípios no Mapa do Turismo, que vai de A a E, indica a relevância turística e capacidade de gestão. Congonhas é classificada como nível C, o que significa que possui potencial turístico bom, mas precisa avançar em infraestrutura e gestão. A classificação é dinâmica e pode mudar com os investimentos realizados pelos municípios.

Entretanto, ela é “uma ferramenta essencial para a orientação de políticas públicas do Ministério do Turismo em todo o país permitindo ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região” (BRASIL, 2023, s.p.).

Outro exemplo é a integração de Congonhas como pertencente à Estrada Real <sup>15</sup>, a maior rota turística do Brasil, com 1.630 quilômetros de extensão, que passa por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Ela surgiu no século 18, quando a Coroa Portuguesa oficializou os caminhos para o trânsito de ouro e diamantes de Minas Gerais até os portos do Rio de Janeiro

(IER, 2023, p.1). E, no sentido oposto, eram transportados todos os tipos de mercadorias para as cidades do interior. O Instituto Estrada Real foi criado para resgatar as tradições desse percurso e, em 2005, em parceria com a Diretoria de Turismo, realizou a sinalização indicativa e interpretativa do trecho principal da Estrada Real em Congonhas.

Outra iniciativa na gestão regionalizada do turismo é o projeto CRER - Caminho Religioso da Estrada Real. Esse projeto abrange 38 municípios, sendo 32 em Minas Gerais e 6 em São Paulo, e tem como objetivo resgatar os valores do encontro entre a fé e a cultura por meio de um percurso de peregrinação que liga o Santuário da Piedade - MG ao Santuário Nacional de Aparecida - SP. O projeto é fruto de uma parceria entre o Setor de Cultura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Santuário de Nossa Senhora da Piedade, o Santuário Nacional de Aparecida, os governos de Minas Gerais e São Paulo e seis arquidioceses.

A iniciativa do CRER é um exemplo de como a gestão regionalizada do turismo pode ser um instrumento efetivo na promoção de valores culturais e religiosos, e como a colaboração entre entidades públicas e privadas pode impulsionar a atividade turística em regiões historicamente relevantes.

Dentro das redes de colaboração, cabe destacar que o governo brasileiro é signatário de todas as convenções da UNESCO no campo da cultura. Nesse sentido, a organização assume o compromisso de monitorar o estado de conservação dos bens inscritos, fomentar a articulação e a cooperação internacionais e promover a divulgação e valorização desses bens. Congonhas, por sua vez, tem um sítio inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, o que atribui às autoridades locais, juntamente com os órgãos de patrimônio nacional e estadual, a responsabilidade de adotar medidas para a preservação e valorização desse bem cultural de excepcional valor universal:

Cabe, portanto, ao gestor público a responsabilidade de cuidar e valorizar um patrimônio que é de toda a humanidade, prestar contas desse trabalho ao conjunto dos Estados – parte da Convenção, além de, é claro, valer-se do título como parte da sua estratégia para ampliar os benefícios socioeconômicos do patrimônio para a população que nele vive (MACHADO; BRAGA, 2010, p.19).

---

<sup>15</sup> Com o objetivo de preservar este patrimônio histórico, foi criado um projeto em 2001 para transformação dessa estrada em ponto turístico. São 1512 km formados por 177 municípios, sendo 162 em Minas Gerais, 8 no Rio de Janeiro e 7 em São Paulo. Disponível em <https://www.guiaviajarmelhor.com.br/viaje-de-carro-pela-estrada-real/>. Acesso em 22 out. 2022.

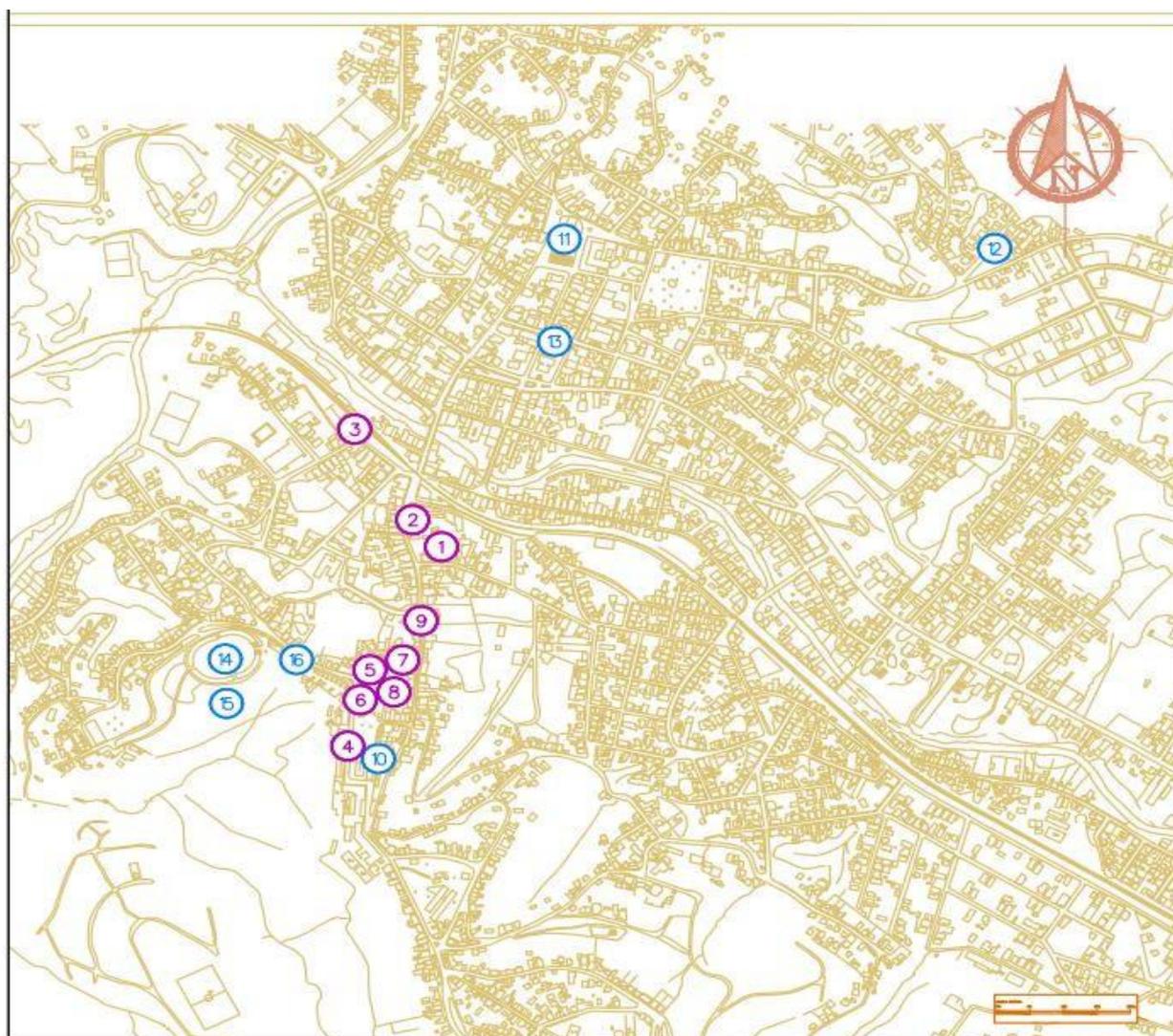
E uma relevante colaboração para preservar e restaurar o patrimônio de Congonhas foi a implementação de dois programas do Governo Federal: o Monumenta (2009) e o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Cidades Históricas (1993). Ambos foram importantes instrumentos que resultaram na restauração e conservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, por meio de uma equipe multidisciplinar com especialistas em arquitetura, engenharia, história da arte, conservação e restauração de bens culturais, que entre os vários órgãos envolvidos na gestão do patrimônio histórico da cidade contou com a então Secretaria de Gestão Urbana/Diretoria de Patrimônio Histórico (PREFEITURA, 2020).

As obras de restauração e preservação do Centro Histórico de Congonhas, conforme Figura 7 (a seguir) são de importância para a cidade e para o turismo local. Com grande parte do patrimônio histórico restaurado, a cidade se torna referência em preservação do patrimônio brasileiro e atrai cada vez mais visitantes interessados em conhecer a riqueza cultural e arquitetônica do local; demonstrando o compromisso do Governo Federal para a diversificação da economia local.

Dessa forma, a preservação do patrimônio histórico e o investimento no turismo são importantes para o desenvolvimento sustentável de Congonhas; ações que requerem o permanente compartilhamento de responsabilidades entre os diversos atores da comunidade. Essa abordagem cria uma rede de conscientização e engajamento dos moradores, tornando o turismo responsável e respeitoso com o meio ambiente e culturas locais. Ao passo que a participação dos moradores e empresas na gestão do turismo contribui para a criação de uma oferta turística autêntica e exclusiva.

Contudo, para que o patrimônio seja sustentável, é preciso ir além de sua restauração física, uma vez que preservar monumentos e edifícios históricos demanda mais do que simplesmente restaurá-los. No entanto, a restauração não é o fim do processo de preservação, ela representa apenas o começo. Após o restauro, é necessária uma manutenção constante para garantir que o patrimônio histórico continue a ser preservado; pois a falta de manutenção pode levar a danos ao longo do tempo, e exigir novas intervenções.

Figura 7 - Requalificação do Núcleo Histórico de Congonhas – MG. Principais obras financiadas pelos programas do Governo Federal - MONUMENTA e PAC Cidades Históricas.



- PROGRAMA MONUMENTA**
- 1-RESTAURAÇÃO DA IGREJA SÃO JOSÉ- 2003
  - 2-CONSTRUÇÃO DA PRAÇA SÃO JOSÉ - 2004
  - 3-RESTAURAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA- 2007
  - 4-RESTAURAÇÃO DA BASÍLICA DO BOM SENHOR DE MATOSINHOS - 2005
  - 5-RESTAURAÇÃO DAS CAPELAS DOS PASSOS - 2005
  - 6-RESTAURAÇÃO DAS PINTURAS PARIETAIS DAS CAPELAS DOS PASSOS- 2009
  - 7-CONTENÇÃO DA ENCOSTA DO BECO DOS CANUDOS- 2005
  - 8-DRENAGEM E PAISAGISMO DO JARDIM DOS PASSOS- 2006
  - 9-FIAÇÃO SUBTERRÂNEA DA LADEIRA - 2008

- PAC CIDADES HISTÓRICAS**
- 10-RESTAURAÇÃO BASÍLICA DO BOM SENHOR DE MATOSINHOS-2015
  - 11-RESTAURAÇÃO DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
  - 12-RESTAURAÇÃO DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
  - 13-RESTAURAÇÃO DO CINE TEATRO LEON
  - 14-RESTAURAÇÃO E REFORMA DA ROMARIA
  - 15-CONSTRUÇÃO DO PARQUE DA ROMARIA
  - 16-REVITALIZAÇÃO DA ALAMEDA CIDADE DE MATOSINHOS DE PORTUGAL

Fonte: Diretoria de Patrimônio Histórico/ Prefeitura Municipal de Congonhas, 2023.

Portanto, é importante que Congonhas estabeleça planos e políticas para a manutenção do patrimônio histórico, incluindo a definição de responsabilidades para garantir sua conservação; sendo as redes de atores e a política pública fundamentais para que o turismo seja uma atividade benéfica tanto para a economia quanto para manter viva a história e a identidade cultural da comunidade.

Além das parcerias citadas, o município também tem firmado redes de colaboração para integrar projetos voltados ao desenvolvimento regional e compartilham conhecimentos e recursos para solucionar problemas. Essas instituições interrelacionam políticas públicas ao turismo. Entre essas diversas entidades, citam-se: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Associação Mineira de Municípios (AMM); Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Paraopeba (Amalpa); Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG); Consórcio Público de Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP).

### Capítulo 3

#### O CONTEXTO HISTÓRICO E TURÍSTICO DE CONGONHAS/MG

Neste capítulo apresenta-se o município de Congonhas, localizado em Minas Gerais, Brasil. De maneira especial, a cidade é caracterizada por (des)encontros que retratam seus desafios urbanos e suas (des)igualdades sociais. Ao que se pode dizer que:

Os espaços urbanos não se limitam também a ser locais ou palcos da produção industrial, da troca de mercadorias, ou lugares onde os trabalhadores vivem. Eles são tudo isso e muito mais; são produtos: edifícios, viadutos, ruas, placas, postes, árvores, enfim, paisagem que é produzida e apropriada sob determinadas relações sociais. A cidade é objeto e também agente ativo das relações sociais (MARICATO, 1997, p. 42).

Assim, a pesquisa delinea o contexto histórico e turístico de Congonhas e expõe aspectos de sua formação, estrutura e desenvolvimento urbano, desde a sua fundação até a contemporaneidade, somado às inter-relações sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Desta maneira, ao se tratar das origens do município aborda-se o entrelace de dois alicerces: a atividade minerária (do ouro ao minério de ferro) e o culto de devoção ao Senhor de Matosinhos, onde a religiosidade e a riqueza obtida com o ouro resultaram na edificação de seu Santuário; grande representação artística e cultural. Esses dois referenciais influenciam o desenvolvimento socioeconômico do território; fazendo com que a população flutuante sempre supere a população ativa; o que potencializa o turismo.

Ao referir à organização do espaço geográfico local (físico e humano) somada às suas inter-relações, a pesquisa também retrata a cultura do congonhense. Assim, ao descrever a história tecida junto à ambiência social e religiosa do território, é possível observar que esta é marcada por valores de uma cultura barroca, intermediária entre o mundano e o divino. Esse estilo deixou não só em Congonhas, mas em Minas Gerais, um legado de costumes, valores e relações sociais, além de pinturas, esculturas, imaginárias e obras de talha em ouro como peças decorativas para as igrejas. Desta forma, a arte barroca é uma singular atração da “Cidade dos Profetas”; como Congonhas também é conhecida.

E ao abordar a importância da mineração para a sociedade são apresentados dados coletados in loco, que mostram a relação econômica e simbólica de dominação das mineradoras nas dinâmicas territoriais em Minas Gerais e a (trans)formação de parte de seus municípios, como

Congonhas. Ao que considera-se que esse domínio simbólico “é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (BOURDIEU, 1998, p. 15).

No entanto, o processo de ocupação da cidade foi desordenado e hoje, em meio aos bens tombados, ainda reflete o descumprimento de regras neste campo. Ela vive um processo de adensamento e um centro comercial com uma forte tendência em substituir o uso residencial por comércio e serviços. Prática que tem atraído moradores de rendas mais elevadas e vem excluindo os moradores de suas residências originárias.

Esse surgimento do processo de “gentrificação”, mesmo incipiente, em Congonhas ocorre muito mais devido às indústrias de mineração e siderurgia e não propriamente a requalificação do Centro Histórico e a conseqüente exploração turística local (ARAÚJO, 2021, p. 211). E somado à intensa extração de minério para atender às demandas nacional e internacional, a cidade de pequeno porte, apresenta problemas típicos de capitais.

Desta maneira, é feita uma leitura de Congonhas, somada à interação e às relações da comunidade com o turismo e a mineração, para que esses parâmetros representem e se relacionem com a percepção coletiva para o pós-mineração. Os termos das estruturas físico-urbanísticas e os espaços socioculturais com identidade e potencial a serem apropriados pela população também são considerados. Entre as potencialidades para práticas de sustentabilidade cita-se o turismo criativo como uma alternativa que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável dessa “cidade turística e minerada”.

### **3.1. O contexto histórico de Congonhas: aspectos de sua formação**

O município de Congonhas, localizado em Minas Gerais, Brasil, integra a Estrada Real e possui um importante acervo representativo da evolução da arte civil e religiosa, com manifestações e construções do Barroco Mineiro. Registra ainda arquitetura eclética dos séculos XIX e XX; sendo que o Santuário do Senhor Bom Jesus é patrimonializado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Situado no Quadrilátero Ferrífero (região onde se concentra a maior produção de minério de ferro do estado), Congonhas se localiza na Microrregião de Conselheiro Lafaiete, sendo constituída por doze municípios. A cidade, de pequeno porte, enfrenta problemas típicos de grandes centros e vive uma dependência econômica da mineração.

Suas origens são de data incerta, devido a um total silenciamento de sua história. Pouco se conhece sobre a presença de indígenas como seus primeiros habitantes. As referências às suas identidades são discretas, sendo necessário investigá-las e também pesquisar sobre as populações africanas em Congonhas (os escravos e os seus descendentes), a partir do século XVIII.

No entanto, seus primeiros registros foram no Arraial Redondo, atual distrito de Alto Maranhão; localidade ligada à produção de alimentos. Entre 1691 a 1700,<sup>16</sup> o local foi ocupado por mineradores portugueses, atraídos pelo ouro e pelo extrativismo dos recursos florestais e agrícolas; embora o território já era povoado pelos indígenas. A produção de ouro foi efêmera no arraial. Mas em fins do século XVIII, devido aos primeiros achados de ouro de lavagem no rio Maranhão e a existência de ouro abundante em Congonhas do Campo, foi registrado um crescimento populacional, que também foi ampliado devido à devoção ao Senhor Bom Jesus.

O nome da localidade se deve à presença na região da planta congõi - "congonha" (*Luxemburgia polyandraum*); um arbusto típico "do campo" do sudeste. De etimologia tupi quer dizer "o que alimenta", "o que sustenta", sendo que de suas folhas se prepara um tradicional chá (ENGRÁCIA, 1958, pp.20-23). Embora exista muitos debates sobre a data de criação da Freguesia de Congonhas, o que se sabe é que em 1734 ela foi elevada a freguesia, constituindo-se em próspero centro de mineração (JULIÃO, 2016, p. 8):

Há algumas controvérsias sobre a data da criação da Freguesia de Congonhas. Xavier da Veiga cita sua criação por Alvará Régio de 03 de abril de 1745; entretanto o Cônego Trindade menciona o ano de 1734 e informa ainda que a Freguesia foi elevada à condição de Colativa (nomeação para benefício eclesiástico) por Alvará Régio de 06 de novembro de 1749. O livro da Lotação página 4 (verso) das Freguesias do Arquivo Eclesiástico de Mariana - MG, registra informação mais detalhada e confiável sobre a criação da Freguesia de Congonhas: "foi erigida por ordem de Sua Majestade em 1734 e depois, pelo Ordinário, em curato e, pelo Alvará de 13 de novembro de 1746."<sup>17</sup>

E como era de costume, em todo núcleo minerador de Minas Gerais, sempre que se descobria uma lavra de minério, construía-se casas, sobrados e uma capela.

---

<sup>16</sup> Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros. Acervos das capitais, São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, 1994.

<sup>17</sup> Jornal Congonhas nº 12, 1995, p. 02. Acervo Prefeitura de Congonhas. Consulta: 21 mar.2022.

Congonhas do Campo foi rapidamente povoada à margem direita do Riacho, por ser mais rica no minério aurífero e melhor planejada para habitações, sendo a montanha do lado oposto íngreme e pobre do desejado metal (ENGRÁCIA, 1958, s.p.).

De maneira, que na conformação territorial de Congonhas, no alto de um de seus morros foram erguidas duas igrejas em homenagem a Nossa Senhora: sendo uma do Rosário (final século XVII) e outra da Conceição, em 1734. Nesse período, a vida do arraial se reunia em torno da Matriz; sendo que a ocupação da margem esquerda do Rio Maranhão aconteceu em meados do século XVIII. Na parte baixa, “prossequindo o percurso feito pelos antigos mineradores, foi construído um templo devotado a São José e no alto da colina, foi construído o Santuário do Senhor Bom Jesus” (BAZIN, 1971, s.p).

Sobremaneira, por volta de 1818, o viajante John Luccock assim descreveu Congonhas:

Caancunha, [ou Congonhas] situada sobre as íngremes barrancas do rio, apresenta agradável aspecto, quando contemplada pelo norte. Contém cerca de duzentas casas e algumas igrejas. Uma delas, posto que diminuta em tamanho, rivaliza por seus esplêndidos ornatos com os mais admirados dos edifícios eclesiásticos do Brasil. [...]. Sob mais de um ponto-de-vista, merece considerar-se como a Loretto deste país. Não pelo exterior que essa igreja faz jus a tais pretensões, enquanto digna seja sua aparência (LUCCOCK, 1975, p. 346).

Já Hasenclever,<sup>18</sup> em 1839, apresenta a cidade da seguinte maneira:

Congonhas do Campo é um arraial bem bonito, mas as ruas são incomodamente íngremes e o calçamento péssimo. O lugar merece seu nome, pois não é possível imaginar uma paisagem mais perfeita de uma região de campos como aquela de Congonhas. Sua localização na encosta do morro tem a vantagem de permitir que se possa avistar dali toda a região [...]. A igreja principal é famosa e, durante um mês ao ano, torna-se o local de romaria mais famoso no Brasil (HASENCLEVER, 2015, p. 205-207).

Outro relato de Congonhas é de James Wells, engenheiro de Londres:

Um dia de cavalgada sem incidentes [...] levou-nos às proximidades da muito pitoresca cidade de Congonhas do Campo. No primeiro plano, à esquerda, ficam os prédios espalhados, de considerável pretensão e tamanho, da igreja, convento e colégio de Nossa Senhora da Conceição, tornando as casas da cidade bem inferiores em comparação; no terreno côncavo a nossos pés ficam os telhados vermelhos e paredes brancas reluzentes das casas e lojas. O Rio Maranhão, um curso de águas claras no fundo do vale, meandra sobre cascalho e matações, por entre margens de relva verde; além dele, na elevação, ficam as casas da vila e a igreja de Matozinhos, acima das quais estão os renques serrilhados da Serra da Boa Morte, elevando-se em picos, cones e cristas, um atrás do outro [...] (WELLS, 1995, p. 97-98).

---

<sup>18</sup> Os relatos de Ernest Hasenclever resultaram no livro, “Viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”.

E em 1938, foi criado o município de Congonhas do Campo, que pertenceu e depois foi desmembrado de Conselheiro Lafaiete e de Ouro Preto (ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros, 1959). Em 1948, seu nome foi simplificado para Congonhas e, em 2003, foi realizado um plebiscito para resgatar o seu primeiro nome, mas prevaleceu o nome “Congonhas”, que é formado por 3 distritos: Congonhas/distrito-sede, Alto Maranhão e Lobo Leite; 10 povoados e 37 bairros. (PMC, Legislação, 2003). E nos caminhos da cidade, “não circulam somente as mercadorias, isto é, os artigos de comércio, ou os produtos do trabalho na terra, mas também a cultura, com as ideias em evolução, as línguas faladas e escritas, as crenças” (BITTENCOURT, 1995, pp.187-206).

Por fim, a contextualização histórica de Congonhas remonta ao período colonial brasileiro, quando a região era conhecida por sua riqueza aurífera e atraiu uma grande quantidade de mineradores, que buscavam fortuna na região e fundaram povoados e vilas, fazendo com que a cidade se desenvolvesse em torno da atividade mineradora. Com o tempo, o povoado cresceu e se consolidou como um importante centro religioso e cultural, devido à construção do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, que até hoje atrai fiéis de todo o país. Hoje, Congonhas é uma cidade minerada e é reconhecida como um importante patrimônio histórico e cultural do Brasil.

### **3.2. O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos: um conjunto religioso e paisagístico**

O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, é um importante conjunto religioso e paisagístico do Brasil. Sua história se inicia com o minerador português Feliciano Mendes, que à cata de ouro, “viu-se acometido de doença, em meio à labuta e voltou suas vistas para o benfeitor celestial, e fez-lhe ardente promessa de dedicar-se inteiramente a seu serviço, caso conseguisse restabelecer a saúde do corpo combatido pela enfermidade” (FALCÃO, 1958, p. 45). Ao alcançar a graça, ele “debitou tal fato à graça do Bom Jesus” e se dedicou à construção da igreja a partir de 21 de junho de 1757; data em que recebeu a permissão do bispo de Mariana para erigir a ermida (ENGRACIA, 1958, p. 162).

Ao iniciar a coleta para construir o templo, Feliciano doou seus bens e passou a recolher esmolas com um pequeno oratório com a imagem do Cristo Crucificado, sendo que os devotos foram os verdadeiros financiadores de todas as obras.

No ano de 1759, requereu todas as licenças necessárias, tanto ao poder espiritual quanto ao civil. Com as licenças, em mãos, ele pôde colocar uma cruz no morro ao lado esquerdo do Rio Maranhão, construir um nicho onde colocou a imagem do Bom Jesus Crucificado, tomar “o hábito, a caixinha e o bordão de Ermitão” e sair a esmolar pela província, levando consigo seu oratório portátil e a história milagrosa de sua cura (ENGRACIA, 1958, p. 17).

Mendes não viu o Santuário concluído, pois faleceu nove anos após iniciar sua missão. Mas, sua promessa foi cumprida com fixação da imagem do Crucificado no altar-mor.

Após a morte de Feliciano, continuaram a levantar a Basílica do Bom Jesus e seu complexo, os ermitões Feliciano Mendes (1757-1765), Custódio Gonçalves de Vasconcelos (1765-1776), Inácio Gonçalves Pereira (1776-1790), Tomás da Maia Brito (1790-1794), Vicente Freire de Andrada (1794-1809) e João Pedro Ribeiro da Costa (1813). Foi durante esse período que a maioria das obras artísticas e arquitetônicas do complexo do Bom Jesus foi feita: a Sala dos Milagres, as Romarias, a Residência [...], o Colégio de Matosinhos, os Passos, as estátuas da Via Crucis e os Profetas esculpidas por Aleijadinho e sua equipe (ENGRACIA, 1958, pp. 46-84).

Entre 1796 e 1799, durante a gestão de Vicente Freire de Andrade, Antônio Francisco Lisboa - O Aleijadinho, considerado o maior artista e arquiteto do período colonial brasileiro, foi contratado para esculpir as 66 estátuas em madeira de cedro rosa, em tamanho natural, e compor as 6 capelas, dispostas em ziguezague. Estas representam a Via Sacra da Paixão de Cristo, sendo: Santa Ceia, Horto das Oliveiras, Prisão de Cristo, Flagelação e a Coroação de Espinhos, Subida ao Calvário e Crucificação. Essas representações barrocas foram encarnadas<sup>19</sup> por Manoel da Costa Athayde, artista de grande expressão da arte colonial brasileira.

Ao terminar a execução das imagens dos Passos, Aleijadinho e seus oficiais esculpiram os Doze Profetas em pedra-sabão, de 1800 a 1805, sendo que eles, a céu aberto, estão harmonicamente dispostos e integrados à frontaria da igreja. Sendo eles: Isaías, Jeremias, Ezequiel, Daniel, Baruc, Oséias, Jonas, Joel, Abdias, Habacuc, Amós e Naum.

O Barão de Eschwege<sup>20</sup>, em viagem a Congonhas, em 1811, fez a seguinte referência à obra de Aleijadinho:

---

<sup>19</sup> O termo encarnação vem designar a pintura realizada nas imagens mostrando a cor da pele e, possivelmente, a vestimenta, visto que não há outro pagamento para serviços de pintura nos referidos objetos. O termo técnico, conforme destaca a professora Beatriz Coelho, é carnação. COELHO, Beatriz; QUITES, M. R. E. Estudo da escultura devocional em madeira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 75.

<sup>20</sup> Eschwege, conhecido por barão de Eschwege, foi um geólogo, geógrafo, arquiteto e metalurgista alemão. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Wilhelm\\_Ludwig\\_von\\_Eschwege](https://pt.wikipedia.org/wiki/Wilhelm_Ludwig_von_Eschwege)

Chega-se primeiro à Igreja do Nosso Senhor do Matosinho, erigida no planalto acima de Congonhas, famosa em toda a região pela imagem milagrosa de Nossa. (Nota: No original está Nossa Senhora do Matosinho, retificado na corrigenda de 1824 para Nosso Senhor; a imagem milagrosa é do Senhor Morto) Muitas doações, presentes e esmolas tornaram a igreja muito rica, e grandes somas são gastas em sua ornamentação. Ela é simples e limpa, escadaria da entrada principal é ornada com muitas estátuas de santos, (Na realidade, são os famosos profetas esculpidos por Aleijadinho) esculpidas em pedra em tamanho natural. Tem em sua volta um adro calçado com pedras de cantaria. Atrás da igreja tem um gracioso jardim florido, também enfeitado com estátuas, e repuxos e cactos muito crescidos. Existe um plano, cuja execução já foi iniciada, de representar a Paixão de Cristo em esculturas de tamanho natural, em forma escalonada (ESCHWEGE, 2002, p. 255).

O poeta Drummond também comparou os profetas de Aleijadinho ao povo mineiro:

São mineiros esses profetas. Mineiros na patética e concentrada postura em que os armou o mineiro Aleijadinho; mineiros na visão ampla da terra, seus males, guerras, crimes, tristezas e anelos; mineiros no julgar friamente e curar com bálsamo; no pessimismo; na iluminação íntima; sim, mineiros de há cento e cinquenta anos e de agora, taciturnos, crepusculares, messiânicos melancólicos (ANDRADE, 1975, p. 31).

Outra referência da materialização da fé anexo ao Santuário é o Museu de Ex-Votos ou Sala dos Milagres; que contém uma coleção de 89 ex-votos pintados por artistas populares, além de outros oferecimentos que testemunham o encontro entre o humano e o divino, “como um modo de agradecer o milagre alcançado” (ABREU, 2009, p. 33).

Desde o início de sua construção, o Santuário já era considerado o maior centro de peregrinação religiosa de Minas Gerais, com fiéis advindos de todo o mundo. Ele foi patrimonializado pela UNESCO (em 1985) e oferece uma visão panorâmica das montanhas e da própria (des)urbanização da cidade, onde pode-se observar que a arquitetura colonial está restrita a apenas um eixo. E o Santuário, além de ser um importante atrativo turístico, também contribui para o desenvolvimento socioeconômico local.

### **3.3. O culto e a devoção ao Bom Jesus: as celebrações do Jubileu**

A devoção ao Senhor Bom Jesus se refere *ao culto* à imagem do Cristo Crucificado<sup>21</sup>, que possui suas origens em Portugal e de onde foi levada aos países de colonização portuguesa, como o

---

<sup>21</sup> “A devoção ao Bom Jesus é das mais remotas. Nicodemos, discípulo de Jesus, teria esculpido cinco imagens do Cristo Crucificado e, em seguida, ameaçado pelos judeus, lançou-as ao mar. Onde as imagens chegaram, surgiu a devoção ao Bom Jesus. Uma dessas imagens alcançou a costa portuguesa e foi resgatada pela população em Matosinhos, em 3 de maio do ano 124. A imagem, desprovida de um braço, foi recolhida ao Mosteiro de Bouças. Em vão, tentou-se repor o membro superior, mas nenhum dos braços que foram feitos se encaixava no corpo da imagem. Cinquenta anos mais tarde, uma mulher, após recolher lenha na praia, viu que uma peça de madeira não queimava, e saltava fora sempre que era lançada ao fogo. Tratava-se do braço que faltava à imagem do Senhor de Bouças, fato anunciado milagrosamente por sua filha, que era surda-muda”. (CLETO, 2019, p. 63-97)

Brasil. Em Congonhas, mesmo antes do Jubileu<sup>22</sup>, em 1764, já havia registros da vinda de romeiros no sítio; conforme o Visitador Ordinário do Bispado:

Como foi informado, é certo que os fiéis que vem a dita capela cumprir os seus votos de ação de graças, orações e esmolos, também trazem esmolos de Missas para se dizerem na mesma capela [...] fevereiro 20 de 1764.<sup>23</sup>

E, em acordo com a documentação da Irmandade do Bom Jesus, as festividades do Jubileu de Congonhas, denominado como a grande romaria, se inicia em 1779.

Neste ano, o Papa Pio VI oficializou e transformou a peregrinação em um Jubileu, publicando uma série de breves que concediam a possibilidade de se conseguir a indulgência plenária para o perdão das penas dos pecados cometidos pelos fiéis. Para isso bastava que visitassem a Igreja no período das comemorações, recebessem os sacramentos da confissão e da comunhão e dessem assistência aos necessitados (PIMENTEL, 2008, p. 118).

O primeiro que relatou a devoção e os encantos da Igreja do Bom Jesus foi Tomás Antônio Gonzaga, entre 1788-1789, em suas “Cartas Chilenas”:<sup>24</sup>

Distante nove léguas desta terra/ há uma grande ermida; que se chama/ Senhor de Matosinhos; este templo/ os devotos fiéis a si convoca/ por sua arquitetura, pelo sítio/ e, ainda muito tempo mais; pelos prodígios/ com que Deus enobrece a Santa Imagem(GONZAGA, 1957, pp. 26-27).

Inicialmente, as festividades do jubileu eram realizadas em duas épocas do ano: uma na semana de 3 de maio, dia da Invenção da Santa Cruz, e a outra na semana de 14 de setembro, dia da Exaltação da Santa Cruz. E devido às chuvas que tornavam os caminhos inacessíveis, em 1790, extinguiu-se o jubileu do mês de maio (JORNAL Senhor Bom Jesus, 15/out/1931, p. 1). Anos depois, os padres tentaram restabelecê-lo, mas ele permaneceu somente em setembro, reunindo uma multidão de romeiros.

Este patrimônio cultural e seus bens intangíveis são portadores de elementos que definem uma coletividade e sua história. Trazem consigo uma enorme riqueza de práticas, usos, costumes, musicalidade, assim como de saberes e saber fazer. O Jubileu transmite a imaterialidade produzida pela cultura de um povo como representativa de sua identidade e história (LEMOS, 2004, p. 41).

---

<sup>22</sup> A palavra “Jubileu” significa solenidade em que se recebeu tal indulgência. Significa o quinquagésimo aniversário de solenidade e/ou função.

<sup>23</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livro de Receita da Capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. Prateleira K, livro 1 A. & 12. f.

<sup>24</sup> As Cartas Chilenas é um conjunto de 13 cartas (poemas satíricos), que circularam em Vila Rica, entre 1787 e 1788, criticando e denunciando, de maneira indireta, a administração e o governador mineiro da época. Disponível em <https://mafua.ufsc.br/2018/gonzaga-cartas-chilenas-e-carater-revolucionario/>

O jubileu era realizado por leigos e isso intensificou práticas que circundam entre o sagrado e o profano, promovendo o intercâmbio dos fiéis de diversas origens. Com isso, as romarias deram novas direções nas relações sociais, artísticas e econômicas da cidade.

Desde fins do século XVIII, a Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas e de outros lugares com a mesma invocação conseguiu obter muitas indulgências e esses santuários transformaram-se em grandes centros de peregrinação, com frequentíssimos jubileus anuais. No século XIX e mesmo no XX, a popularidade da maior parte desses santuários mantém-se (SCARANO, 2004, p.31).

Vale destacar, que até os anos 1900, as pessoas vinham para as festividades a pé, de carro de boi, a cavalo, em caravanas. Os moradores alugavam quartos, quintais e alpendres para acolher os romeiros; sendo que partir de 1908, muitos passaram a vir no “Trem do Bispo”, um ramal férreo idealizado por Dom Silvério (ENGRACIA, 1958, p. 226-233).

Entretanto, a partir de 1950, a visitação ao jubileu se transformou. Devido ao uso de caminhões, ônibus e carros, diminuiu-se a permanência de romeiros, mas o fluxo de pessoas que vinham e retornavam no mesmo dia aumentou significativamente; fazendo com que a Prefeitura Municipal passasse a compartilhar a organização da logística da festividade com a igreja.

E mesmo com as reformas administrativas, as práticas religiosas características da Igreja Católica ainda permanecem vivas na festa. Até hoje, os devotos ainda têm a prática de ofertar ex-votos, confessar, assistir missas, receber indulgências, cumprir promessas, agradecer as graças alcançadas, visitar o Asilo dos Pobres, fazer peregrinações e adotar outras práticas por meio do poder das orações, como a “Fila do Beijo” que consiste no ato de beijar a fita sobre os pés do Senhor Morto (Jacente).

Essas ações fortalecem e propagam a fé no poder de cura do Bom Jesus. Mas nessa comemoração religiosa, o profano também se faz presente, como a diversão dos devotos na feira e nos bares da cidade. No passado, do ‘outro lado da ponte’ eram realizados “bailes, jogos e outras atrações mundanas. Vinham de fora diversos artistas e os mais famosos circos. Apareciam museus de cera ambulantes e exposição de bichos curiosos. O jubileu era uma grande festa” (JORNAL Senhor Bom Jesus, 1/set/1947, p.1).

E essa festa ainda conserva os modos de se fazer as práticas religiosas e as celebrações e se mantém vivo junto à população local e aos romeiros. Entretanto, mesmo sendo um dos mais singulares patrimônios imateriais de Congonhas, esse bem cultural ainda não é registrado pelos órgãos de Patrimônio. O que cabe uma atenção, pois a sua história se relaciona aos limites das

alterações no contexto da religião, da cultura, das comunicações, da infraestrutura, da política e do próprio município.

### 3.4. Estrutura e desenvolvimento urbano de Congonhas

As edificações de Congonhas foram construídas no início do século XVIII e início do XIX, no morro de acesso ao Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, dando origem à rua Direita, hoje denominada Ladeira do Bom Jesus. Essas construções respeitaram a arquitetura barroca, sendo seus primeiros registros de 1757 a 1761.

Com o expressivo aumento de fiéis que vinham para as festividades do jubileu, os padres redentoristas (administradores do Santuário), a partir de 1923, iniciaram um Plano de Restauração do Santuário e contrataram o paisagista Burle Marx<sup>25</sup> para conceber o jardim da Basílica. Período em que também iniciaram a construção de diversas casas de hospedagem para os romeiros, calçaram ruas, construíram aterros e reforços nas encostas de morros, aquedutos, pontes, ramal da linha férrea e edificaram a “Romaria”<sup>26</sup> (1932), uma grande pousada para os devotos.

Este edifício foi construído para os romeiros mais pobres (conhecidos como mendigos) que não tinham onde se alojar na cidade. Ao fundo da Romaria e dela isolada, está à hospedagem dos mendigos, anunciada por um grande letreiro que diz “Bem Aventurados os Pobres (CASAIS, 1942, p. 45).

Com a chegada da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre 1914 e 1917<sup>27</sup>, os trilhos foram implantados paralelos ao rio Maranhão. Essa barreira física exigiu soluções para interligar as duas encostas onde, aos poucos, ocorreu a expansão urbana de Congonhas.

E em 1938, o Sphan tombou o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Congonhas. Já em 1941, protegeu o seu núcleo urbanístico. Na década de 1980, o Iepha/MG - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de

---

<sup>25</sup>Roberto Burle Marx (1909-1994) foi um artista plástico brasileiro. Autor de mais de três mil projetos de paisagismo em 20 países. Foi também pintor, escultor, tapeceiro e criador de joias. Disponível em:< [https://www.ebiografia.com/roberto\\_burle\\_marx/](https://www.ebiografia.com/roberto_burle_marx/)> acesso em: 20 mai 2022.

<sup>26</sup>Em 1966, o conjunto foi demolido, salvando-se apenas os pórticos de entrada e parte dos alicerces de pedra das antigas alas. Ata da Reunião Ordinária do Conselho Curador do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, página 49, 03 de setembro de 1980. Em 1995, a Prefeitura Congonhas reconstruiu a Romaria considerando o projeto original do espaço.

<sup>27</sup>Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Variante\\_do\\_Paraopeba](https://pt.wikipedia.org/wiki/Variante_do_Paraopeba).

Minas Gerais iniciou o tombamento dos torreões e das áreas que restaram da Romaria. Essas sucessivas proteções “foram as responsáveis pela manutenção de sua paisagem urbana primitiva” (BOLETIM SPHAN, 1988, p. 2).

A cidade também enfrentou uma recessão econômica e quase não cresceu até a década de 1950. Com isso, preservou, quase que de forma involuntária, sua conformação original (BOLETIM SPHAN, 1988, p. 2). Mas, entre 1960 e 1980, ela ampliou sua mancha urbana em decorrência do crescimento descontrolado e da falta de fiscalização do sítio tombado. O que descaracterizou parte do casario e interferiu no conjunto protegido.

Com as instalações da Açominas, Companhia Siderúrgica Nacional - CSN e de outras mineradoras a economia local foi totalmente alterada e posicionou Congonhas entre as maiores arrecadoras de impostos em Minas Gerais. Mas elas também contribuíram para o aumento exagerado da população da cidade, que era de 20.374 habitantes em 1971 e passou para 30.788 na década de 1980 (SEBRAE, 2021, p. 13).

Essa “dinâmica” causou impactos ambientais, ocupação desordenada, com a expansão da periferia e surgimento de novos bairros, o que despertou o interesse de proprietários de terras, que empreenderam em parcelamentos do solo. A possibilidade de um mercado imobiliário promissor alterou a paisagem local e transformou-a em um canteiro de obras e de moradia. A cidade também se tornou ponto comercial e de abastecimento para os trabalhadores e para os numerosos desempregados que afluíram em busca de trabalho.

E essa ocupação não foi legislada por um controle de uso do solo. Com isso, ela cresceu de forma rápida, confusa e labirintada com os problemas daí decorrentes, como: construções edificadas sem obediência às leis, ocupações irregulares e sem fiscalização às margens dos rios, comercialização de loteamentos irregulares e em processo de (des)urbanização. Essa omissão ocasionou prejuízos ambientais, riscos à população residente e descaracterização do entorno dos monumentos.

Mesmo com essas transformações, o conjunto arquitetônico e artístico do Santuário não foi descaracterizado; sendo elevado em 1985, a Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. E em 2004, a mesma paisagem foi eleita como a “Imagem de Minas Gerais”, por meio de um concurso realizado pela Rede Globo Minas.

Cabe salientar que a peregrinação ao Santuário sempre redimensionou a todas atividades da cidade, mas essa prática não alterou a percepção ao conjunto sacro, que no passado, dominava toda a paisagem do vale e suas adjacências. Mas, ao longo de décadas, estas imediações foram urbanizadas e restaram apenas uma pequena parte do casario colonial. Muitos casarões se “modernizaram” e ainda apresentam variações que descaracterizam a paisagem. Mesmo com o tombamento e a legislação para não ocorrer verticalização<sup>28</sup> e interferências, algumas construções ainda expõem perdas e má conservação.

E o município, de pequeno porte, também registra problemas típicos de capitais: sobrecarga de espaço; especulação imobiliária; desordenamento do trânsito; ineficiência do transporte público; além de um centro conturbado e com tendência em substituir o uso residencial por comércio e serviços, o que atrai moradores de rendas mais elevadas e exclui os moradores de suas residências originárias, causando um processo de “gentrificação”,<sup>29</sup> mesmo incipiente. Nesse cenário, o traçado viário original, em formato de cruz, marca o leito do rio Maranhão e o eixo ferroviário, historiando um processo de apropriação e ocupação do sítio pelas atividades urbanas. E esse traçado precisa ser visto como um elemento estruturador da cidade, conforme descrito por Saint-Hilaire:

A aldeia de Congonhas do Campo [...] é construída sobre dois morros opostos, entre os quais corre o riacho que tem o mesmo nome da povoação. O rio das Congonhas servia de limite entre a comarca de Vila Rica e a de S. João d'El Rei e assim a aldeia pertence a duas comarcas diferentes. A maior parte das casas se acha sobre o morro que fica à margem direita do riacho, e no alto desse morro em meio a uma praça alongada que se acha a igreja paroquial, notável pelo seu tamanho. No morro que fronteiro ao que venho falar vê-se a Igreja de Nosso Senhor Bom Jesus de Matozinhos que goza de grande celebridade, não somente nos arredores mas fora da província (SAINT-HILAIRE, 1941, pp.165-166).

Desta maneira, falar desse processo histórico em uma leitura integradora à cidade é primordial, pois ele também aponta as estruturas físico-urbanísticas e os espaços políticos socioculturais com identidade e com potencial a serem apropriados pela população.

---

<sup>28</sup> O termo “verticalização” é usado por técnicos para citar o processo de crescimento vertical das cidades.

<sup>29</sup> Gentrificação refere-se a processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. ALCÂNTARA, M. F. "Gentrificação". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: USP, 2018.

### 3.5. A mineração e o pós-mineração em Congonhas

A mineração tem uma histórica importância na ocupação do território brasileiro e no desenvolvimento urbano, político e socioeconômico de Minas Gerais; tendo singular destaque em Congonhas. A abertura minerária da cidade se deu com a exploração aurífera, no início do século XVIII, e impulsionou a formação da sociedade congonghense. Entretanto, a partir da segunda metade do século XVIII, as jazidas de ouro passaram por um esgotamento e a atividade mineradora entrou em decadência, conforme Prado Júnior:

Não se deu um passo para introduzir na mineração quaisquer melhoramento; em vez de técnicos para dirigi-la, mandava-se para cá cobradores fiscais. O pessoal com que se formava as intendências eram burocratas gananciosos e legistas incumbidos de interpretar e aplicar os complicados regulamentos que se destinavam, quase unicamente, a garantir os interesses do fisco. Não se encontra nelas, durante um século de atividades, uma só pessoa que entendesse de mineração. E enquanto os mineradores esgotavam com o oneroso tributo que sobre eles pesava, qualquer crítica, objeção ou simples dúvida era imediatamente punida com castigos severos (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 63).

Assim, quando restou o ouro de maior profundidade, os mineradores não tinham recursos técnicos para continuarem a exploração, o que ocasionou a queda da produção. Com isso, Congonhas entrou em crise e a população precisou se adaptar à nova realidade, sendo que a agricultura e a pecuária passaram a ser praticadas na área minerada.

Embora o ferro tenha sido inicialmente relegado pelos desbravadores, a sua importância foi essencial para que os recursos auríferos fossem explorados. Naquele período, a produção era caseira e o processo de fundição era precário, sendo que os melhores fornos e fábricas eram projetados por africanos, que tinham conhecimentos em metalurgia.

Assim, no início do século XIX, o Barão Eschwege, diretor de minas da Coroa Portuguesa, “descobriu” jazidas de minério de ferro em Congonhas e, em 1812, instalou com os irmãos Monteiro de Barros a “Fábrica de Ferro Patriótica”; o primeiro centro siderúrgico do país, que funcionou até sua falência, em 1822. (MILANEZ, 2011, p.201).

Como consequência do fechamento da fábrica, a cidade estagnou-se e registrou um esvaziamento populacional e um desaquecimento econômico, que só eram diminuídos com a vinda dos romeiros ao Jubileu, em setembro. E como não foram criadas opções além da

mineração, Congonhas não se desenvolveu e retornou a produção de cana-de-açúcar, pecuária e manufaturas diversas; ficando com problemas socioeconômicos, até meados do século XX, período em que recebeu maior atenção com a abertura de grandes minas (MILANEZ, 2011, p. 201).

Quando a capital de Minas Gerais foi transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 1897, Congonhas tornou-se um entreposto comercial entre a nova capital e Queluz de Minas (Conselheiro Lafaiete). E ao inaugurar a Estação de Congonhas, em 1914, o entreposto se estabeleceu ainda mais devido à economia mineira e ao sistema ferroviário. Sendo que, após a Segunda Guerra Mundial, Congonhas iniciou a exploração do minério de ferro com a abertura da CSN - Companhia Siderúrgica Nacional,<sup>30</sup> proprietária da mina Casa de Pedra; Ferteco Mineração, adquirida pela Vale<sup>31</sup> - proprietária da Mina de Fábrica; Açominas; H.W. Muller; Cosipa; Namisa; além de outras indústrias de menor porte. Para além do ouro e com o avanço da extração do minério, a partir de 1960, essas mineradoras passaram a intervir na identidade sociocultural local, de forma que até hoje “os impactos causados pela mineração, associados à competição pelo uso e ocupação do solo, geram conflitos socioambientais pela falta de metodologias de intervenção, que reconheçam a pluralidade dos interesses envolvidos” (FARIAS, 2002, p.11).

Ao se referir ao crescimento populacional, Congonhas possuía em 1980 uma população de 30.788 habitantes. E, em 2021, ela foi estimada pelo IBGE em 55.836 pessoas, demonstrando que ela quase duplicou em 40 anos (IBGE, 2021). Desde então, conforme o então DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral, os direitos minerários de ferro em Congonhas tem “elevada taxa de ocupação de seu solo, que é 39,5% de sua área total, que corresponde a 304,067 km<sup>2</sup>” (IBGE, 2022); “dos quais 74,3% são ocupados pelas atividades mineradoras e por áreas de preservação e mananciais” (PMC, 2011).

O aumento da mineração também interfere na degradação de boa parte do patrimônio edificado (sobretudo aquele que não é protegido oficialmente), altera a silhueta da Serra da Casa de Pedra,

---

<sup>30</sup> A CSN Mineração S.A., principal controlada da CSN é a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil e a sexta do mundo. Disponível em <https://www.csn.com.br/mineracao>

<sup>31</sup> Nascida em 1942 como a estatal Companhia Vale do Rio Doce, a Vale é uma empresa privada que figura entre as maiores mineradoras globais. Além da mineração, atua em logística – com ferrovias, portos, terminais e infraestrutura de última geração -, em energia e em siderurgia. Disponível em <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>

considerada a moldura do conjunto dos Profetas e dos Passos da Paixão, e afeta as áreas urbanas e as rurais; em destaque aos bairros que circunvizinham as instalações das minas (Casa de Pedra, Eldorado, Dom Oscar, Bairro Preto, Cristo Rei, Residencial, Basílica, Pires, Campos das Flores e Lobo Leite).

Essas minas, ao longo dos anos, tem “avançado” sobre as áreas urbanizadas e interferem na “centralidade” do município, gerando muita poeira em suspensão, que causa problemas de saúde nas pessoas, principalmente no sistema respiratório. Além disso, registra-se um impacto estético negativo na cidade, que está sempre “suja”. Com isso, pode-se comparar os impactos socioambientais negativos causados pela mineração em Congonhas aos da cidade mineira de Itabira, conforme conflitos descritos por itabiranos em uma audiência pública:

Qualidade do ar; gestão da água; rejeitos; despejo do estéril, barragens e diques e resposta de emergência; gestão de resíduos; recuperação de áreas degradadas, desmatamento; poluição sonora; saúde ocupacional; pesquisa e desenvolvimento para lidar com impactos ambientais; preocupações com participações comunitárias para lidar com o fechamento de minas; preocupações com a diversificação do mono setor no município; preservação histórica e cultural da cidade; investimento em educação ambiental para a comunidade; comunicações sobre meio ambiente; invasão de minas e/ou a destruição da vizinhança (devido à expansão) e/ou questões de assentamento; impacto no tráfego na comunidade local, falta de comprometimento para melhorar a qualidade de vida ou degradação da qualidade de vida da comunidade (TUBINO, 2011, p.313).

De tal modo que, ao relatar sobre a mineração em Congonhas também há que se falar de sua importância para a economia regional, pois os valores econômicos oriundos da atividade superam as taxas de crescimento nacionais. Mas paradoxalmente, a cidade, enquanto fornecedora de matéria-prima, se torna “um desestímulo” a outros investimentos, que de certo modo, perderam forças econômicas para o setor mineral.

Isso demonstra que Congonhas precisa investir em outros setores produtivos; cabendo ao município seguir uma linha análoga à Itabira, que se estabeleceu como uma cidade monoindustrial,<sup>32</sup> mas que agora, com o “já previsto esgotamento das reservas que está datado para 2031”,<sup>33</sup> estuda ações para garantir sua diversificação econômica.

---

<sup>32</sup> As cidades monoindustriais têm uma coisa em comum – sua sobrevivência depende inteiramente de uma única empresa, ou consórcio ou empresas do mesmo ramo, que emprega ao menos um quarto da população. Todas foram constituídas em torno de fábricas, de grandes centros florestais industriais e da disponibilidade de fontes de matéria-prima. Disponível em <https://pt.unesco.org/courier/2019-2/cidades-da-russia- monoindustriais-uma-economia-diversificada manter devido à forte concorrência pela mão de obra>” (GUIMARÃES; MILANEZ, 2017).

<sup>33</sup> Doce fel da minero-dependência nas cidades mineiras: Brumadinho e Itabira em perspectiva. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/M8zZC5dR46tZZckbW9dR4Nw/> Acesso em: 21 abr.2022.

E como já apontado, a mineração não gera só malefícios. Ela é responsável pela arrecadação de impostos e criação de empregos. E a compensação pela exploração mineral é respeitável na composição do PIB local, sendo que Congonhas recebe alto valor “absoluto pela Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM” (MILANEZ, 2011, p.204) na região central de Minas.

Dado que é corroborado pela Fundação João Pinheiro e pela Prefeitura de Congonhas:

As primeiras posições do recolhimento do CFEM intercalam entre cidades mineiras e paraenses, sendo 8 do Pará e 21 de MinasGerais. Após Conceição do Mato Dentro e Itabirito, aparecem seis municípios mineiros entre a quinta e 11ª posição: *Congonhas* R\$ 270.629.813,64, Mariana R\$205.133.111,66, Itabira R\$ 204.350.048,90, Nova Lima R\$189.173.336,05, São Gonçalo do Rio Abaixo R\$170.646.108,79, Belo Vale R\$ 146.947.550,13, Itatiaiuçu R\$ 132.516.093 (BLOG.CFEM, 2021).<sup>34</sup>

Desta forma, pode-se destacar a clara dependência das finanças municipais em relação ao desempenho do setor extrativista. Ademais, as constantes mudanças de demanda, alta ou baixa por minério, que se devem ao cenário internacional, reforça os efeitos dessa dependência, que “gera subordinação frente a mercados globais de commodities, onde são definidos os preços dos minérios exportados, instabilizando social e economicamente os locais minerados devido a flutuações nos preços” (COELHO, 2012, p. 142).

Sobremaneira, há que se anotar que Congonhas registrou um “produto interno bruto per capita em 2020 com um montante de R\$54.043,71; um percentual das receitas oriundas de fontes externas em 2015 de 66,9 %; e um IDHM<sup>35</sup> - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2010 de 0,753” (IBGE, 2010).

Com base nos dados apresentados, sugere-se que Congonhas evite cair “no padrão armadilha do caixa único” (ENRÍQUEZ, 2007, p.360). Segundo a autora, é fundamental envolver os diferentes atores locais, como governo, empresários, comunidade e academia, na criação de um plano abrangente para diversificar a economia da cidade, especialmente se ela é dependente da mineração.

Para tanto, a aplicação adequada da CFEM pode servir como um elo entre o uso adequado da

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://blog.cfem.com.br/itabirito-e-congonhas-estao-entre-as-cidades-que-mais-arrecadam-com-cfem-no-brasil/>> Acesso em: 1 out. 2022.

<sup>35</sup> Esse índice mede o grau de desenvolvimento humano de acordo com três dimensões (longevidade, educação e renda). Seu valor varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior o grau de desenvolvimento.

renda advinda da mineração e a distribuição justa dos benefícios minerais. Essa abordagem representa um dos caminhos para o desenvolvimento de oportunidades de emprego, renda e negócios no município, reforçando a necessidade de buscar alternativas para resolver o passivo da mineração e reduzir a dependência econômica dessa atividade.

Nesse procedimento, o pós-mineração também conhecido como reabilitação de áreas mineradas e restauros de paisagem, precisa ser visto para além dessa prática. Ele deve se consistir em um processo de requalificação ambiental, social, cultural e econômica de áreas que foram afetadas pela mineração. Para tanto, ele requer planejamento no tempo presente e em ciclos decisivos e inter-relacionados; que devem ir além da extração e da recuperação.

Nessa dinâmica, há que se buscar uma economia plural, com a diversificação de atividades econômicas sustentáveis, como o turismo, a agricultura orgânica, a produção de energias, entre outros, em acordo com a vocação do lugar. E nesse ato de ocupação e resistência, é preciso compreender que atividade minerária é realizada somente no lugar de sua ocorrência, com prazo de validade e previsão:

(...) Minas Gerais, Pará e Mato Grosso do Sul são os estados que devem suportar a produção prevista para os próximos 20 anos. Suas reservas, confrontadas com a produção de 2005, mostram horizonte de exaustão de 32 anos em Minas Gerais, 142 anos no Mato Grosso do Sul e 15 anos para o Pará. Portanto, nos dois grandes estados produtores (MG e PA), as reservas não são muito confortáveis para suportar o aumento de produção para os próximos anos, até 2030. As reservas inferidas e novos recursos precisam ser transformados em reservas lavráveis para atender confortavelmente as previsões futuras de abastecimento ao mercado nacional e às exportações, se mantida a posição de país exportador de bens minerais primários (MME, 2009, p. 1)<sup>36</sup>

Assim como a história de Congonhas se registra na mineração, espera-se que própria atividade tenha a “capacidade de criar encadeamentos aos demais setores” (ARAÚJO, 2013, p.36), pois é “preciso se preocupar não só com a etapa de operação, mas também com a pós-exaustão, principalmente nos casos em que há dependência socioeconômica das comunidades locais quanto aos empregos e às rendas dela advindos” (VIANA, 2012, p. 25).

E o ano de 2030 e a Agenda 2030 da ONU, que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), podem ser um referencial para o processo de diversificação da economia de Congonhas. A agenda busca o desenvolvimento sustentável, equilibrando as dimensões

---

<sup>36</sup> Disponível em MME (MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA). Produto 09 - Minério de Ferro. Relatório Técnico 18. Perfil da Mineração de Ferro. Brasília: J. Mendo Consultoria, 2009. Disponível em: <<http://www.ret.gov.au/resources/Documents/LPSDP/BPEMMonitoring.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

econômica, social e ambiental, e visa erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir prosperidade para todos.

Já diversificação da economia de Congonhas pode-se alinhar com os ODS, por meio do estímulo a atividades econômicas sustentáveis, como o turismo criativo e outras vocações do município. Mas estas precisam gerar atividades de trabalho formal para a população local, promover o desenvolvimento socioeconômico da região e preservar o meio ambiente. Portanto, a ação de se cumprir os ODS pode ser um norte para que a gestão pública se mostre eficiente e integrada, capaz de promover um desenvolvimento sustentável e justo em Congonhas, tanto no agora, quanto no pós-mineração.

### **3.6. A relação entre o congonhense e a mineração**

Para o universo deste estudo, é importante abordar que a relação entre o congonhense e a mineração é uma questão complexa e multifacetada; sendo que a sua identidade se assenta na cultura da mineração e na forte religiosidade católica. Ou seja, as minas e o culto de devoção ao Bom Jesus têm um papel importante no desenvolvimento e nas inter-relações existentes da cidade, que se expressam em uma cultura barroca, cheia de conflitos e de contrastes diante da extração e do consumo; e entre a ocupação e a resistência decorrentes do processo minerário.

Essa relação iniciou-se com a extração de ouro e das demais riquezas. Com essa prática, criou-se um forte vínculo entre a população local e a mineração. Mas essa relação também gerou impactos negativos, que culminaram em alterações e interferências na paisagem, na cultura e na história local. Prova disso, é que ao receber empreendimentos mineradores, a cidade passou (e passa) por uma (des) organização urbana, com diversas transformações em seu território, mostrando as dificuldades dos congonhenses em conjugar passado (tradição), presente e futuro. Ou seja, nessa resistência às “mudanças modernizadoras”, eles vivem conflitos, pois “o homem mineiro é o homem do passado. O passado não larga o mineiro, em toda a sua vida. É a sua força. É a sua estabilidade. É a sua dignidade” (LIMA, 1983, p. 29).

E nessa “modernização”, os espaços naturais e singulares em que nasceu a cidade, como o rio Maranhão e as montanhas, foram poluídos e degradados. E eles não receberam tratamentos diferenciados de preservação e não são vistos como elos entre as gerações e bens de integração urbana da própria formação do “ser de Congonhas”. Ao passo que a relação do mineiro e as montanhas é assim ilustrada:

O fenômeno mineiro é condicionado, todo ele, pela montanha. A montanha representa horizonte limitado, ritmo lento de andar, economia extrativa, vontade dominando a imaginação, vida sóbria e difícil, concentração psicológica e dispersão demográfica. A montanha é, antes de tudo, limitação do horizonte (LIMA, 1983, p. 43).

No entanto, a maioria dos congonhenses só “vê” a Serra da Casa de Pedra quando ela está encoberta de poeira de minério e espalha sujidades pelos ares, causando problemas respiratórios aos moradores. Nesse mesmo processo, pode-se dizer que os congonhenses também se relacionam pouco com seus rios, o que mostra o abandono histórico em que estes patrimônios se encontram. Muitos residentes dão “as costas” aos rios, principalmente ao Rio Maranhão, que recorta a cidade, e estes só são vistos ao transbordarem em períodos de chuvas, pedindo socorro para serem integrados aos espaços urbanos. Ademais, eles seguem seus cursos com ligações clandestinas de esgoto, assoreamento, resíduos domésticos e de minérios, além de produtos químicos e venenos.

E nessa relação complexa com mineração, o congonhense vivencia diversos antagonismos, como: a comunidade local do Pires, que enfrenta situações de injustiças ambientais e vive em conflitos com as mineradoras; as desigualdades fundiárias nas áreas rurais; os desafios e impactos socioambientais enfrentados pelos moradores; as lutas diárias dos defensores do meio ambiente; o comprometimento da segurança e da saúde dos trabalhadores da mineração; os inúmeros moradores que vivem apreensivos em decorrência da “maior barragem de rejeitos de mineração localizada em território urbano na América Latina. São 103 milhões de metros cúbicos de lama e rejeito. Embaixo dela, cerca de 5 mil pessoas vivem na área de risco” (DOTTA, 2022, p.1).

A referida barragem <sup>37</sup> é pertence à CSN e está entre “as nove represas do tipo considerado mais arriscado, além de diques, baias e similares, cuja área de drenagem segue em direção a Congonhas” (OLIVEIRA, 2019, p.1); o que coloca as vidas e a segurança das mesmas à prova e pode causar um processo de (des)territorialização, caso haja seu rompimento; como os desastres-crimes de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), que ceifaram vidas, desvirtuaram ancestralidades e potencializam as dores pelo “não encontro”.

---

<sup>37</sup> De acordo com o Relatório da Prefeitura de Congonhas (2019) a cidade possui “24 barragens de quatro empresas. A CSN tem o maior número de estruturas (13), seguida pela Vale e Gerdau (cinco cada uma) e Ferrous (1). (...) A maior delas, a Barragem Casa de Pedra, da CSN, localizada próxima à área urbana, tem 21 milhões de metros cúbicos; há quem conteste a informação, dizendo que o total chega a 50 milhões. São 107,5 milhões de metros cúbicos de rejeito de mineração e água acondicionados nas represas da cidade”. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/02/11/>

Quanto à população afetada pela mineração, é fato que cabe a ela participar das decisões, fornecer informações e propor ações, para uma mitigação dos efeitos, nos quais o debate sobre a “sustentabilidade na mineração” seja realizado. Nesse diálogo, o Estado precisa pensar em futuro comum e “mediar o conflito entre capital e população local e garantir que o montante investido promova o desenvolvimento regional” (ARAÚJO, 2013, 37).

No entanto, o congonhense demonstra possuir uma “cultura de garimpeiro”, que contribui para que esses instrumentos sejam timidamente implementados. É certo que a prática do garimpo deixa inúmeros legados e diversificadas culturas, que permitem trocas de experiências e intercâmbio com a convivência; que se baseia na procura de se descobrir o mineral e melhorar a condição de vida. Mas a vivência do homem garimpeiro é solitária, e quando se encontra um metal, não se tem a cultura da cooperação em compartilhar a “sua pedra preciosa” com os seus pares. E esses persistentes esperam que seus sonhos se concretizem mas, paradoxalmente, não compartilham suas descobertas entre si.

Assim é a rica cultura de Congonhas. Muitos cidadãos mantêm vivas as tradições relativas ao modo de viver; lutam e conseguem trocar experiências e assimilar seus conhecimentos comuns. Porém, uma pequena parcela se acostumou com a vida na “pendenga”<sup>38</sup> e se satisfaz apenas com a rotina, permanecendo em esperas individuais e não compartilhando sua “pedra preciosa”. E nessa junção, pode-se concluir que “nos garimpos quem mais lucra não são os garimpeiros, mas o agente comprador”.<sup>39</sup>

E assim são muitas as representatividades de Congonhas, onde os operários da mineração trabalham de sol a sol, se calam, e as mineradoras cumprem o papel de obter lucros atrelados à dinâmica da atividade de minerar e exportar:

Auxiliados por uma tecnologia que se desenvolve ao longo de um século, o homem se vinga da montanha: perfura-a, explode-a, mói suas vísceras, e a exporta para longe, onde será irremediavelmente transformada em bens de consumo (SAMPAIO, 1977, p.13).

Nessa relação, a atividade minerária ainda é associada como a maior fonte de emprego, conforme “Figura 16 - Evolução de empregados por setor econômico”; visão que gera conflitos entre os que trabalham na atividade e aqueles que procuram por maneiras de desenvolvimento

---

<sup>38</sup> Pendenga: Dialeto popular/ significa falta de dinheiro, necessidade das coisas.

<sup>39</sup> GUIMARÃES, Bernardo. O garimpeiro. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, s/d. pp. 73 e 87.

sustentáveis. Mas, caso a mineração desacelere, outros setores podem passar por estagnação e apresentar dificuldades de recuperação de suas economias.

Nesse contexto, crises internacionais na mineração podem ter um impacto significativo nas economias locais, especialmente em regiões fortemente dependentes da atividade mineradora. Quando ocorrem quedas nos preços das commodities minerais, como minério de ferro, ou quando há uma diminuição na demanda global por esses produtos, as empresas de mineração podem enfrentar dificuldades financeiras.

Essas dificuldades podem levar as empresas a reduzir sua produção, implementar cortes de custos, demitir funcionários ou até mesmo fechar operações. Como resultado, o desemprego formal pode aumentar, uma vez que a indústria de mineração é frequentemente uma grande empregadora direta e indireta em muitas regiões.

Quando as empresas de mineração enfrentam dificuldades financeiras, elas também podem tomar a decisão de encerrar suas operações em determinados locais. Isso pode ocorrer se os custos de produção forem muito altos em relação aos preços de mercado, tornando a atividade não lucrativa. A saída de empresas de mineração de um município pode ter um impacto significativo na economia local, levando à redução de postos de trabalho e à diminuição da atividade econômica geral.

Esse exemplo, conhecido como “Doença Holandesa”<sup>40</sup> ou “estudo da maldição dos recursos”, mostra que ao explorar os recursos minerais abundantes há uma concentração de esforços na extração de produtos primários voltados à exportação, sem incentivo ao desenvolvimento de outros setores. E ao descuidar de outros campos da economia, reforça-se um ciclo vicioso da região explorada. Ao que Baptista descreve que a relação de dependência existente entre Congonhas e a mineração revela-se sob múltiplas dimensões, sendo possível confirmar um quadro de “maldição”, uma vez que já se identificou: especialização produtiva, dependência fiscal da CFEM e correlação entre a diminuição do nível de emprego com o aumento do preço do minério de ferro (BAPTISTA, 2019, p.22), além de carga nos sistemas de saúde e educação.

---

<sup>40</sup> “Doença Holandesa” é um termo econômico que tem origem na Holanda e é usado para explicar situações em que o aumento da receita com a exportação de recursos naturais valoriza demais a moeda local e leva à desindustrialização do setor manufatureiro, que fica menos competitivo em relação aos produtos externos. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1408200809.htm>>. Acesso em: 20 set.2022

No entanto, esse tema precisa ganhar contornos em Congonhas e ser debatido em um campo de mudança. E mesmo que a mineração esteja favorável no presente, há que se tratar do pós-mineração, pois ambos integram o mesmo processo e “são duas faces de uma mesma moeda, constituindo-se de forma circular/dependente” (IPEA, 2020, p.12). E o morador, ao ter essa relação de minério-dependência, reforça que esse “fenômeno que não se resume à dependência econômica da atividade de mineração, ela é uma relação de dominação que extrapola o campo econômico e atravessa relações políticas, sociais e subjetividades das populações” (QUINTÃO; TEODÓSIO; FREITAS, 2022, p.1).

E nesta dependência, há um “envolvimento socioemocional, afetivo e cultural que consolida o desenvolvimento por meio da mineração como história, memória e destino, quase inquestionável, em direção a um futuro de modernização” (QUINTÃO; TEODÓSIO; FREITAS, 2022, p.2). E Canclini acrescenta que entre esses processos existe uma oscilação:

(...) A perda da relação 'natural' da cultura com os territórios geográficos e sociais, e, ao mesmo tempo, certas relocalizações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas (CANCLINI, 2007, p. 281).

Nesse contexto, traçado por uma cultura barroca e minerária, na qual “o mineiro é psicologicamente conservador (...) e desconfia de mudanças” (LIMA, 1983, p. 30); o desafio é diversificar e promover a reconversão produtiva de acordo com a vocação local, para não depender somente dos royalties.

E como o fechamento das minas não tem data marcada, mas tem data prevista. O que se sabe ao certo é que as reservas minerais são finitas. Com isso, o congonhense precisa de “continuidade, quanto ao passado. Fidelidade, quanto ao presente. Temperança, quanto ao futuro” (LIMA, 1983, p. 44). Ele também precisa conjugar o elemento “global” como “local”, valorizar (no agora) sua história, as distintas condições geográficas, a localização estratégica e a qualidade dos recursos existentes, enquanto abundantes.

Nesse argumento, a transparência, a participação cidadã, o respeito aos direitos humanos e ambientais precisam nortear essa relação entre o congonhense e a mineração. Para tanto, ele precisa ocupar posições de sujeito e integrar as políticas públicas para a reconversão econômica, com ênfase nas vocações identitárias locais.

### 3.7. O contexto do turismo em Congonhas

Ao tratar de uma das quatro cidades mineiras que abriga um sítio do patrimônio mundial da UNESCO,<sup>41</sup> e que sempre atraiu turistas de várias partes do mundo, importa descrever que, para contextualizar Congonhas há que se falar de um bem coletivo que guarda uma série de significados.

Para tanto, há de se manter um profundo diálogo de cada sujeito com Congonhas, para apropriar-se dela e dar-lhe o devido valor. E essa conversa “ancora-se, por um lado, nas ações públicas de preservação do patrimônio que determinam os sentidos que irão circular nesse espaço, e do outro, nas práticas que os cidadãos exercem a partir desses códigos, reelaborando-os” (CARVALHO; SIMÕES, 2011, p.14).

E esses códigos de Congonhas se assentam em suas histórias e culturas; comemorações religiosas, folclóricas e cívicas; artesanato e quitandas; paisagens naturais com serras e cachoeiras, ruralidades e riquezas minerais; modos de vida, hábitos e costumes, que constituem elementos estratégicos para o desenvolvimento de diferentes segmentos turísticos. Somam-se a essas riquezas e manifestações, alternativas de lazer e até mesmo opções para o turismo de eventos e de negócios, dada a referência econômica da cidade.

Assim, para contextualizar o turismo em Congonhas, há que se destacar que a atividade é importante para a economia local, que tem como base seu patrimônio cultural e religioso, que reflete a história e a cultura da região. E diferente das inúmeras cidades brasileiras, o município disponibiliza de orçamento e recursos financeiros para se investirem infraestrutura turística e programas estratégicos, conforme apresentado no Quadro 3, para que se crie processos produtivos de cocriação, em que o visitante “experencie” Congonhas em sua integralidade.

No entanto, essa ação não tem arrojo e o turismo segue retratando seus inúmeros desafios. A competitividade global, com a concorrência internacional no mercado turístico cada vez mais acirrada, aponta para a necessidade de tornar o destino turístico “Congonhas” mais atraente e competitivo; considerando as dimensões da sustentabilidade.

---

<sup>41</sup> O Estado de Minas Gerais se destaca no cenário nacional como o que mais possui sítios do PM. Além de Congonhas que abriga o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos (1985), há ainda o Centro Histórico de Diamantina (1999); o Centro Histórico de Ouro Preto (1980); e o Conjunto Moderno da Pampulha - Belo Horizonte (2016). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>>. Acesso em 07 jun 2022.

A sazonalidade do turismo e a pouca permanência do visitante em Congonhas são pontos que merecem ser estudados. Muitos turistas visitam a cidade durante o Jubileu e causam uma sobrecarga nos recursos locais; mas registra-se uma sazonalidade e pouca permanência das visitas. Isso faz com que Congonhas seja geralmente considerada uma cidade de passagem, onde os turistas vão principalmente para visitar o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos e não para passar vários dias.

No entanto, as várias possíveis razões pelas quais os turistas podem não pernoitar em Congonhas, dependem das circunstâncias individuais, das mudanças de seus comportamentos, como a preferência por experiências autênticas e sustentáveis. E entre as questões que podem exigir a adaptação de políticas e programas para atender as necessidades dos mesmos em Congonhas, podem incluir que: a cidade pode não ter muitas opções de hospedagem adequadas às expectativas e necessidades dos turistas, incluindo a falta de hotéis de luxo e hostels. As atrações turísticas, além do Santuário, podem não estar roteirizadas e integradas para manter os turistas ocupados por vários dias. O município pode ser visto como pouco desenvolvido para oferecer uma variedade de áreas de lazer, como bares, restaurantes, lojas, teatros ou cinemas. A ineficiência do transporte público, pode dificultar o deslocamento dos turistas para que eles explorem a cidade e a região circundante.

Pode-se inferir que outras situações podem influenciar a pouca permanência do turista em Congonhas, mas a falta de dados precisos, de uma sistematização e/ou disponibilização de informações, a começar pela desatualização do inventário da oferta turística local, tem dificultado a entrega de respostas. Com isso, prejudica-se a avaliação de impactos e resultados, a aplicação de medidas corretivas para garantir que o turismo seja um instrumento de desenvolvimento, que colabore na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais ao longo do ano.

Também observa-se uma dificuldade de diálogo e de coordenação entre as diversas instituições governamentais, que muitas vezes, executam atividades parecidas e não atinentes às necessidades locais. A descontinuidade das ações implementadas de uma gestão para outra com a desconexão e interrupção de projetos também comprometem os resultados e afetam a qualidade dos serviços prestados aos turistas e a competitividade de Congonhas como destino.

Portanto, é importante que seja desenvolvido um processo de “ampla cooperação e articulação de estruturas privadas, sociais e públicas orientadas para melhorar a rentabilidade e a

atratividade do destino turístico” (VIGNATI, 2008, p. 15) durante todo o ano.

Aliado a isso, é preciso perceber que o destino turístico “Congonhas” tem um patrimônio cultural destacado, mas ainda precisa alcançar um melhor nível de competitividade; sendo que “uma vez planejado e vivenciado, o destino turístico passa a fazer parte da memória dos turistas” (FLORES; MENDES, 2014, p.234). E a cidade tem campo para criar projetos e programas inovadores, principalmente aqueles que visem potencializar os atrativos e transformá-los em produtos regionalizados e com valor agregado para a comunidade local e para o turista, conforme apresentado no Capítulo 4.

Mas diante de todos os diversos desafios e barreiras para alcançar resultados efetivos na atividade, o maior deles é o risco do rompimento da barragem. As medidas de prevenção que foram adotadas pelas autoridades governamentais e mineradoras, como o uso de placas de sinalização com o alerta “Rota de Fuga” em toda a cidade, têm causado impactos extremamente negativos ao turismo. O excesso de indicações tem preocupado tanto os moradores quanto os turistas.

O número total de placas é de 2.056, estabelecido com base na unificação das manchas de inundação de 17 barragens da CSN Mineração, Gerdau e Vale, para criar o Plano de Evacuação Integrado (...) Além de placas de rota de fuga e ponto de encontro, serão instaladas as de orientação de sirene e zona de risco em um segundo momento (...) Há placas de rota de fuga de uma barragem apontando para outra barragem (CORREIO DA CIDADE, 2022) <sup>42</sup>.

As Figuras 8, 9 e 10 fornecem evidências visuais desse problema, enquanto as entrevistas realizadas, destacadas no Capítulo 4, reforçam o alarme sentido por esses grupos. Essas questões devem ser consideradas na formulação de políticas e estratégias urbanas para garantir uma experiência positiva tanto para os moradores quanto para os turistas.

Ao que muitos moradores nem podem esclarecer os fatos aos turistas, pois eles próprios desconhecem o plano de contingência, o mapeamento das áreas de risco e o plano de redução de riscos; denotando assim, a inexistência de uma comunicação clara e eficaz sobre a realidade da barragem, conforme informações apresentadas no Capítulo 4.

---

<sup>42</sup> Disponível em: <<https://www.jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/26822-pmsb-esclarece-questoes-sobre-sinalizacao-orientativa-que-ja-e-implantada-na-area-urbana>>. Acesso em: 29 fev. 2023.

Figura: 8 - Placas de sinalização de 'Rota de Fuga' em toda a cidade. Parte 1



Fonte: Fotografias 1,2,3. Créditos da autora, 2023.

Detalhe: Entrada da cidade. O turista que chega a Congonhas depara-se com as placas de sinalização de trânsito e recebe o alerta da 'Rota de Fuga'.

Figura: 9 - Placas de sinalização de 'Rota de Fuga' em toda a cidade. Parte 2



Fonte: Fotografias 1,2,3. Créditos da autora, 2023.

Detalhe: Rodoviária. O turista que chega a Congonhas depara-se com o alerta da 'Rota de Fuga'

Figura: 10 - Placas de sinalização de 'Rota de Fuga' em toda a cidade. Parte 3



Fonte: Fotografias 1, 2, 3, 4. Créditos da autora, 2023.

Detalhe: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (em destaque) e Prefeitura Municipal de Congonhas (canto inferior esquerdo). O Patrimônio Cultural (des)integrado com as placas de alerta da 'Rota de Fuga'.

Assim sendo, há de se implementar uma política de turismo compatível com os desafios da cidade. E para cumprir essa tarefa, é preciso criatividade e conhecimento somados a uma visão estratégica e sistêmica, com foco no planejamento, na regionalização, na promoção adequada, na comunicação clara e efetiva entre as lideranças, profissionais e stakeholders, além de uma gestão eficaz dos recursos existentes, que possibilitem a continuidade dos projetos e políticas públicas de turismo para além de uma única gestão.

### 3.8. A cadeia produtiva do turismo de Congonhas

Uma forma de apreender uma cadeia produtiva é por meio da seguinte definição:

Cadeia produtiva é como a malha de interações sequenciada de atividades e segmentos produtivos que convergem para a produção de bens e serviços (articulação para frente e para trás), articulando o fornecimento dos insumos, o processamento, a distribuição e a comercialização, e mediando a relação do sistemaproductivo com o mercado consumidor (SEBRAE, 2008, p.9).

Já a cadeia produtiva do turismo, “é uma atividade econômica que interage com 52 outras atividades produtivas da economia, constituindo, portanto, uma malha ampla e complexa de encadeamento” (SEBRAE, 2008, p. 11).

Nessa leitura, pode-se dizer que a cadeia produtiva do turismo é um conjunto de atividades econômicas interconectadas que envolvem a oferta e a demanda de serviços e produtos turísticos. Ao que Beni considera que um produto turístico possui três principais características: “a imaterialidade, o contato direto entre prestador e cliente, e a participação do usuário na produção do serviço ofertado” (BENI, 2003, p. 189).

Assim sendo, a cadeia é composta pela oferta de atrações turísticas, como patrimônios naturais, culturais e históricos, além de eventos, serviços de hospedagem, alimentação, transporte e outras atividades complementares. Já a demanda por esses produtos e serviços é gerada pelos turistas, que buscam experiências de lazer, entretenimento, aprendizado e cultura. Quanto às empresas e aos profissionais que atuam na cadeia produtiva do turismo estes precisam oferecer serviços de qualidade e inovação, para gerar satisfação no turista e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

Entretanto, para que a cadeia produtiva do turismo alcance resultados positivos é necessário a colaboração entre diversos setores e atores envolvidos, bem como a implementação de políticas públicas adequadas e que incentivem e promovam o turismo de forma responsável e integrada. De modo que:

Os escritórios regionais de turismo, as secretarias de turismo, as agências de desenvolvimento, as associações, as fundações e as ONGs ligadas ao desenvolvimento do turismo têm como papel principal a divulgação de destinos e produtos turísticos. São muito importantes na cadeia produtiva do turismo, pois atuam diretamente na governança local. Esses canais são imprescindíveis e podem ajudar a consolidação dos destinos em que atuam. Incentivam o andamento dos atores envolvidos e elaboram projetos para a captação de recursos para diversos fins (RICHTER, 2016, pp. 284-285).

Mediante o posicionamento de Richter, esta pesquisa atentou-se em perceber, por meio de revisão documental e bibliográfica, da observação *in loco* e incursões preliminares (realização de levantamentos de campo, análise de dados secundários, conversas com conhecedores) de como se dá a dinâmica e as relações existentes entre os elos da cadeia produtiva do turismo de Congonhas.

Inicialmente, destaca-se a importância de identificar e manter um cadastro atualizado dos

artistas/criativos para facilitar a gestão cultural, promover oportunidades de apoio e fomento, além de fortalecer o cenário artístico e cultural do município. No entanto, a SECULTE não possui um cadastro abrangente de todos os artistas/criativos locais. Em vez disso, a secretaria disponibiliza de uma lista que homologa os resultados dos projetos apresentados pelos artistas locais e apoiados pela Lei Aldir Blanc em Congonhas, referentes aos recursos emergenciais da Lei Federal nº 14.017/2020, de 29 de junho de 2020, conforme Quadro 4.

Quadro 4: Artistas/criativos apoiados pela Lei Aldir Blanc em Congonhas em 2021.

<b>Artistas/criativos apoiados</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Quantidade</b>
Dança	3
Teatro	5
Artes Visuais	10
Cinema e Vídeo	6
Literatura	3
Música	14
Música Autoral	6
Música Coral	2
Congado	3
Folia de Reis	1
Capoeira	3
Artesanato	59
Transmissão de saberes	
<b>TOTAL</b>	<b>115</b>

Fonte: dados fornecidos pela SECULTE, 2023.

Destaca-se que esse referencial representa apenas uma parcela dos artistas/criativos da cidade, uma vez que a secretaria ainda não possui um registro completo de todos os talentos artísticos e culturais atuantes em Congonhas. Portanto, a obtenção de um cadastro abrangente é essencial para uma gestão cultural mais eficiente e inclusiva.

Em seguida, a atenção foi direcionada à infraestrutura de apoio ao turismo e constatou-se que todos os domicílios, incluindo os localizados em áreas rurais, contam com o fornecimento de energia elétrica pela Cemig. Os geradores de energia, por sua vez, são utilizados apenas em estabelecimentos de saúde e em grandes eventos.

A cidade possui 4 emissoras de rádio e capta imagens de televisão das principais redes, além de tv's por assinatura. Existe acesso gratuito à internet sem fio em locais públicos, mas estes não estão sinalizados para o turista. Quanto aos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicas) estes permitem saque com cartão de crédito ou débito internacional, que é um fator relevante para os destinos turísticos.

Sobre o quesito da educação, Congonhas sedia um IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais, compartilha com Ouro Branco, a UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei / Campus Alto Paraopeba e tem “1.505 alunos matriculados no ensino superior. Possui 37 escolas de ensino fundamental e 6 de ensino médio” (SEBRAE, 2021)<sup>43</sup>, mas não possui instituição de qualificação acadêmica e profissional em áreas relacionadas ao turismo. Os cursos livres de qualificação em turismo são oferecidos por instituições contratadas pela Prefeitura.

O setor de saúde conta diversas clínicas particulares e duas instituições principais: a Unidade de Pronto Atendimento - UPA e o Hospital Bom Jesus, com serviços de atendimento de emergência 24h; e 20 estabelecimentos de Programa Saúde da Família. Quanto à segurança pública, o município conta com corporações estadual e municipal: Polícia Militar de Minas Gerais, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Guarda Municipal, que também presta serviço de atenção ao turista.

A cidade apresenta muitos desafios para o acesso às vias urbanas (de forma autônoma), principalmente por pessoas com deficiência e necessidades especiais; em particular nos locais onde os turistas mais visitam. A acessibilidade urbana é comprometida devido aos elementos observados: calçadas estreitas e com obstrução de ambulantes, mesas e cadeiras de bares, calçamentos irregulares (com desníveis e buracos), pisos que não facilitam o deslocamento de deficientes visuais, ausência de semáforos sonoros para o deslocamento de deficientes visuais, calçadas sem rampas adaptadas para cadeirantes, vagas de estacionamento exclusivas insuficientes para cadeirantes e idosos e sem sinalização indicativa/informativa em braile. O município não possui ciclovias ou ciclofaixas nas principais áreas turísticas, e outro serviço demandado, mas não oferecido, são os pontos de retirada e devolução de bicicleta na cidade.

Os dois aeroportos mais próximos de Congonhas são: Pampulha e Confins – Aeroporto Internacional Tancredo Neves. O primeiro opera voos regionais e situa-se em Belo Horizonte, a 78 km de Congonhas. O segundo é o principal aeroporto do Estado e o sétimo mais movimentado do Brasil e está localizado a 39 Km de Belo Horizonte.

A principal rodovia de acesso a Congonhas é a BR-040, que também interliga os municípios da região e os grandes centros. A cidade possui linha de ônibus interurbanos e conta com a existência de ligação regular direta entre os principais centros emissivos (São Paulo,

---

<sup>43</sup> Disponível em: <<https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/congonhas> > Acesso em: 30 abr.2023.

Belo Horizonte, Rio de Janeiro) com regularidade, de forma que há integração entre os modos de transporte, preço e segurança. Mas a rede desses serviços para os destinos turísticos precisa se qualificar para gerar tráfego de turistas, principalmente para Ouro Preto, cidade que também é “Patrimônio Cultural da Humanidade” e é muito demandada pelos turistas que visitam Congonhas de ônibus.

O terminal rodoviário possui boas características estruturais, mas Congonhas enfrenta problemas relacionados à circulação de veículos. Os congestionamentos têm sido um desafio para os moradores e turistas, e até o momento (2023) não foram observadas ações técnico-operacionais, nem tecnologias de controle do trânsito (como um plano viário) para organizar melhor a malha urbana.

A cidade possui uma política de saneamento básico estabelecida pela Lei 3.730 de 27.12.2017. Essa lei cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e o Fundo Municipal de Saneamento, que são responsáveis por coordenar e gerir as ações relacionadas ao saneamento básico na cidade. Além disso, Congonhas também conta com o Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído pela Lei 3.732 de 27.12.2017. Esse plano é uma exigência do Governo Federal e tem como objetivo viabilizar a captação de recursos para investimentos em ações de saneamento, tais como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, drenagem urbana, manejo de águas pluviais, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (PMC, Legislação, 2017).

O abastecimento de água e esgoto sanitário é realizado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); sendo que 80,04% da população tem acesso aos serviços de abastecimento de água; 64,01% recebem serviços de esgotamento sanitário e 100% da população é atendida com coleta de resíduos domiciliares.<sup>44</sup>

No que concerne à gestão ambiental, o município possui uma Política Municipal de Meio Ambiente bem estruturada, respaldada por sua própria legislação ambiental (Lei nº 3.096, de 05 de julho de 2011). Além disso, o Sistema de Meio Ambiente implementou e regulamentou o Fundo Municipal de Meio Ambiente. Para garantir a efetividade dessas medidas, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) conta com a DGAM - Diretoria de Gestão Ambiental

---

<sup>44</sup> Disponível em: <<https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/congonhas>> Acesso em: 30 abr.2023.

e a Diretoria de Fiscalização e Controle Ambiental, sendo esta última responsável pelo DEFMA - Departamento de Fiscalização e Monitoramento Ambiental.

Como um importante suporte às decisões relacionadas ao meio ambiente, o município também estabeleceu o CODEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente). Esse órgão colegiado, consultivo, deliberativo e paritário, foi criado anteriormente ao Sistema de Meio Ambiente, por meio da Lei nº 2372 de 08 de novembro de 2002. O CODEMA desempenha um papel fundamental ao assessorar e contribuir para a tomada de decisões relacionadas às questões ambientais no município, visando à sustentabilidade e à preservação dos recursos naturais.

Figura 11 - “Contrastes” urbanos



Fonte: Fotografias 1,2,3,4. Créditos da autora, 2023.

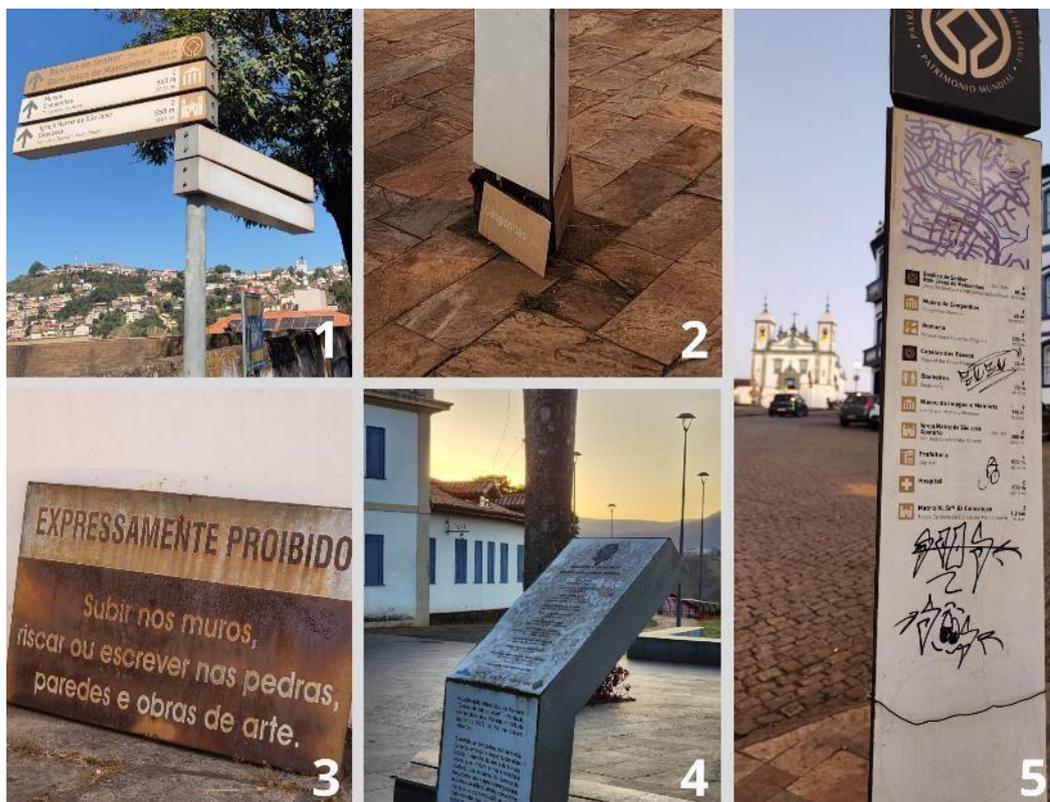
Detalhe: Mobiliário e equipamento urbano; ponto de ônibus e lixeira deteriorados e em mau estado de conservação. No canto superior esquerdo, o Banheiro Público em bom estado.

Entre as ações socioambientais adotadas, o aterro controlado, a coleta seletiva e as campanhas para conscientizar sobre os problemas decorrentes do consumo desenfreado e a consequente geração de resíduos sólidos são três bons exemplos. A coleta seletiva, além de preservar o meio

ambiente, gera renda para os membros da Associação dos Catadores de Papel de Congonhas (ASCACOM), que junto à Prefeitura processa os materiais e os vendem às empresas parceiras. Nas áreas turísticas existem itens do mobiliário urbano (Figura 11), como lixeiras, abrigos nos pontos de ônibus e banheiros públicos.

A respeito dos serviços e equipamentos turísticos, a maior parte da sinalização turística viária se adequa aos padrões do Guia Brasileiro de Sinalização Turística do IPHAN (Figura 12). Porém, uma placa específica que trata das regras de funcionamento no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em português e em idioma estrangeiro, não está de acordo com os padrões, além de apresentar sinais de deterioração (Figura 13).

Figura 12 - Sinalização de orientação turística padronizada



Fonte: Fotografias 1, 2, 3, 4, 5. Créditos da autora, 2023.

Detalhe: As placas indicativas e interpretativas estão em conformidade com os padrões do IPHAN, porém exibem sinais de deterioração. No entanto, a placa 3 não segue o padrão estabelecido, encontra-se danificada e no chão, e não está em um idioma estrangeiro.

Figura 13 - Sinalização de Patrimônio Cultural da Humanidade



Fonte: Fotografias 1,2. Créditos da autora, 2023.

Detalhe: A placa indicativa não está em conformidade com os padrões do Guia Brasileiro de Sinalização Turística do IPHAN e apresenta sinais de deterioração.

Em algumas poucas áreas turísticas existe a oferta de totem com o mapa turístico e existe sinalização interpretativa em idioma estrangeiro, de acordo com as Figura 14 e 15. Estes equipamentos explicam detalhes históricos e culturais do local, porém se encontram em péssimas condições, as informações não estão disponibilizadas em braile e a sinalização não orienta o visitante quanto aos horários de funcionamento dos atrativos.

O município possui dois CAT's - Centros de Apoio ao Turista, sendo um localizado na entrada da cidade e o outro na Praça do Santuário, que são administrados pela Diretoria de Turismo. Nestes espaços, os funcionários recepcionam e fazem controle de visitantes, mas encontram dificuldades em atender em idiomas estrangeiros.

No receptivo são oferecidas visitas guiadas, que são realizadas pela Associação dos Guias e Condutores de Turismo. Esta conta com guias de turismo cadastrados pelo Ministério do Turismo e condutores locais que prestam atendimento em outros idiomas. Os profissionais da entidade atuam com frequência na Praça do Basílica e quase não operam nas demais localidades.

Figura 14 - Sinalização Turística Interpretativa de Congonhas - Parte 1



Fonte: Fotografias 1, 2, 3, 4. Créditos da autora, 2023.

Detalhe: as placas de sinalização interpretativa encontram-se em más condições. É possível identificar a marca da UNESCO, mas a placa está descascada e com pouca visibilidade para leitura.

Sobre a estrutura para a realização de eventos, destaca-se que o município não possui centro de convenções, centros de conferências e pavilhões para feiras. Mas tem diversos locais para eventos, como a Romaria, espaços multifuncionais, Parque de Exposições, Parque da Cachoeira e salas em hotéis para pequenos e médios eventos; sendo que está em fase de inauguração a restauração do Cine Teatro Leon e o Teatro Municipal.

Quanto às agências de viagens existentes, elas trabalham com o turismo emissivo e destas, somente uma se encontra no Cadastur - Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo (2023), que certifica ao turista que o serviço é legalizado, seguro e confiável<sup>45</sup>. As empresas de locação de automóveis do município também não estão inscritas no referido cadastro.

<sup>45</sup> Disponível em: <<https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/resultados>>. Acesso em 1 mai 2023.

Figura 15 - Sinalização Turística Interpretativa de Congonhas - Parte 2



Fonte: Fotografias 1,2,3. Créditos da autora (2023)

Detalhe: Mapa indicativo da cidade na entrada do CAT - Centro de Apoio ao Turista.  
As intempéries são evidentes na observação do equipamento.

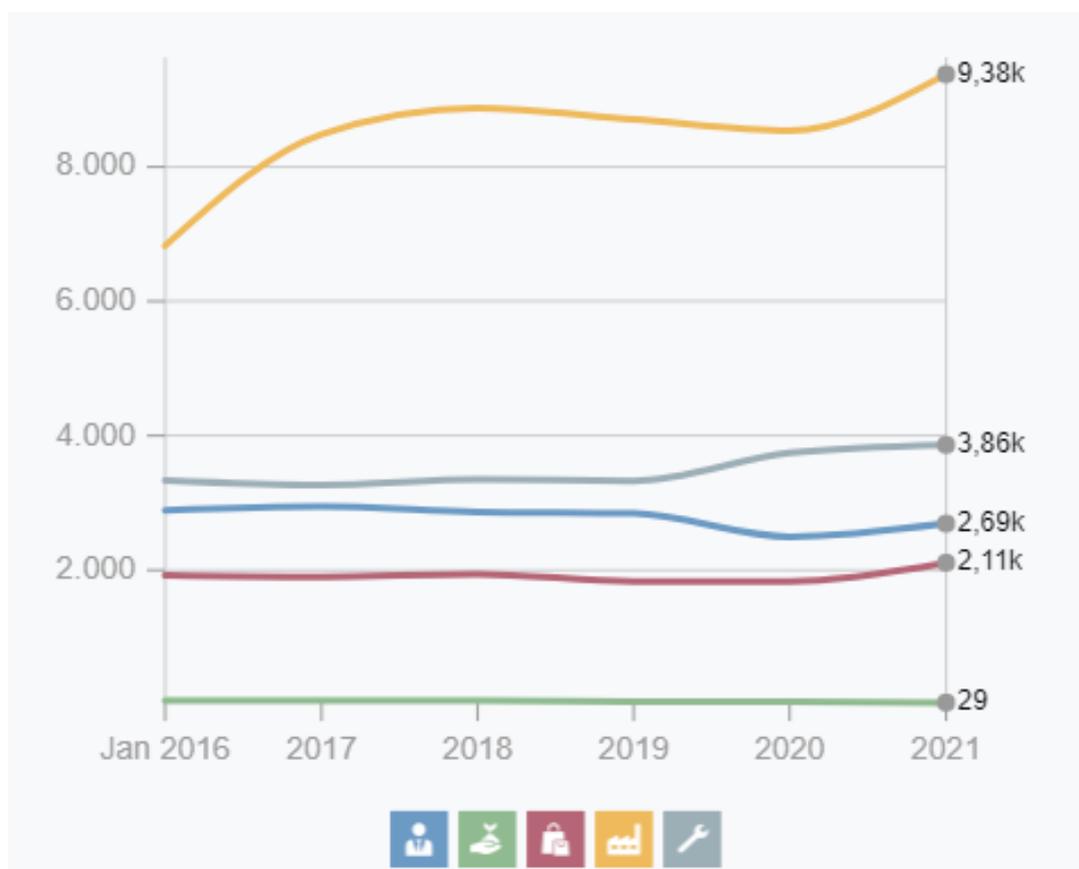
A oferta de meios de hospedagem conta com 14 estabelecimentos (DTUR, 2023)<sup>46</sup>, entre hotéis convencionais, hotel fazenda, hotel histórico, pousada, cama & café e área de camping; mas nenhum está no Cadastur (2023). Eles disponibilizam sistemas de reservas online, acesso à internet, mas não cumprem os quesitos de acessibilidade. Além disso, identificou-se em apenas dois equipamentos a existência de políticas ou programas de incentivo para adoção de tecnologias limpas focadas na questão ambiental.

De acordo com a Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal (2023), existem mais de 30 estabelecimentos que integram a categoria de “Restaurante, Cafeteria, Bar e Similares” em atividade e somente um empreendimento está cadastrado no Cadastur (2023). Eles possuem alvará de funcionamento, sendo obrigatória a participação em cursos de capacitação em higiene e manipulação de alimentos para obtenção do documento. Os serviços de alimentação prestados por ambulantes também são regularmente avaliados pela fiscalização da Vigilância Sanitária.

<sup>46</sup> Dados coletados na Diretoria de Turismo de Congonhas. Prefeitura de Congonhas. 2023.

Segundo o Sebrae, os trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação de Congonhas, no ano de 2021, correspondiam a 673 empregados, com uma remuneração média do trabalhador de R\$1.484,71. Entretanto, não existe um dado dos trabalhadores de toda a atividade turística, sendo este demonstrado pelo setor de serviços, conforme Figura 16 que “mostra a evolução dos empregados na cidade de Congonhas por setor econômico. Em 2021, 18.067 empregados foram reportados, 51,9% em Indústria, 21,4% em Serviços, 14,9% em Administração pública, 11,7% em Comércio e 0,16% em Agricultura”. (SEBRAE, 2021, s.p.)

Figura 16 - Evolução de empregados por setor econômico

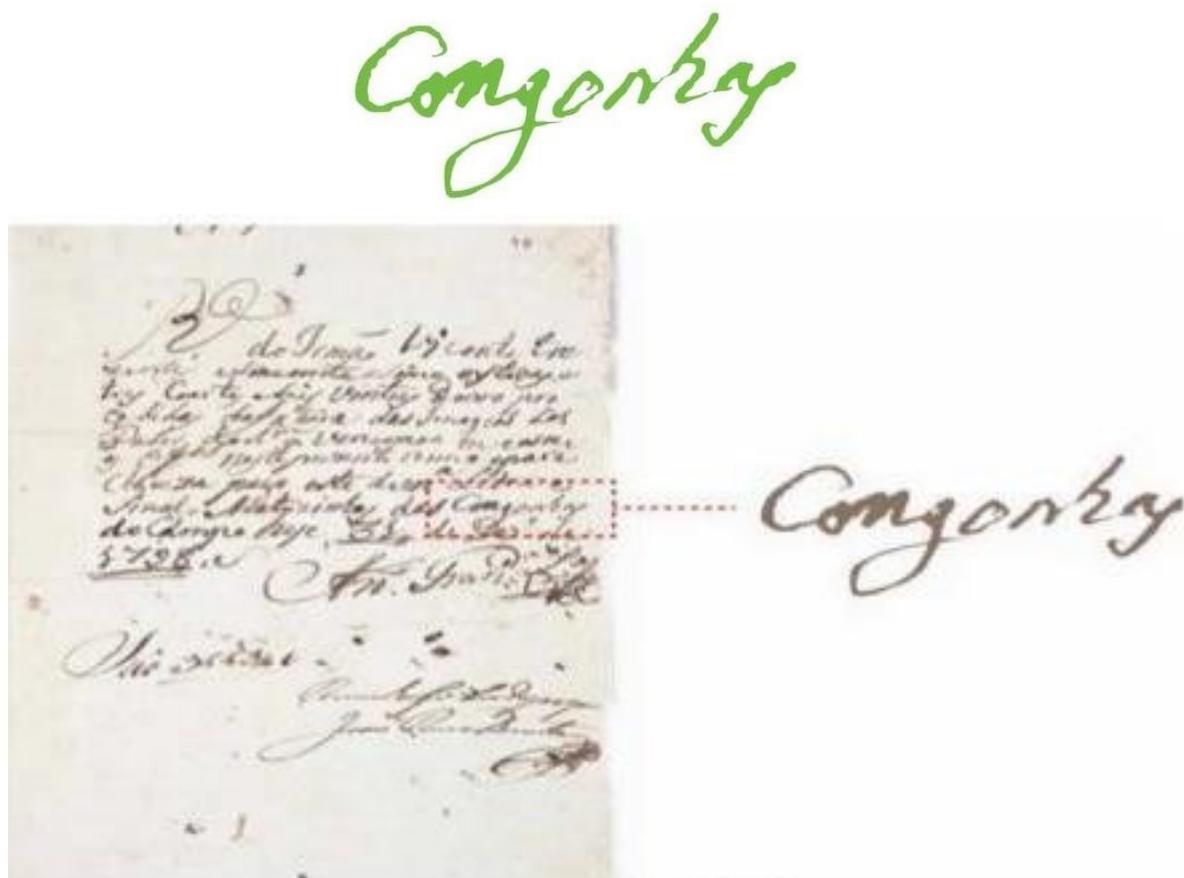


Fonte: dados do SEBRAE (2021) fornecidos por RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

Para efeitos de competitividade do destino, o município possui um Plano Municipal de Turismo (denominado “Plano de Implementação da Política Municipal de Turismo”), que é exercido de forma fragmentada; mas não possui um Plano de Marketing de Turismo. Com isso, não se tem desenhado uma estratégia que apresente uma tática para identificar as oportunidades de negócio e manter um posicionamento de mercado.

Destarte, em 2019, foi criada uma marca da cidade, que utilizou como identidade a assinatura do mestre barroco: o Aleijadinho; apresentada na Figura 17. Ela vinculou a imagem de patrimônio internacional de Congonhas à marca da UNESCO e foi utilizada para a divulgação turística da cidade, sendo que as cores da região foram utilizadas em vários segmentos institucionais do município (como secretarias e diretorias).

Figura 17 - Herança barroca: a marca da cidade inspirada na assinatura de Aleijadinho



Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas, 2016. Criação de Luis Sardá.

Detalhe: A caligrafia de Aleijadinho, encontrada em documentos de época, serviu como fonte de inspiração para concepção da museografia do Museu de Congonhas, bem como para a criação dos manuais de identidade visual da instituição, da cidade e do patrimônio histórico local.

No entanto, a utilização da marca promocional turística foi substituída por outra marca, mais institucionalizada, dando ênfase ao Brasão da cidade e à Prefeitura Municipal de Congonhas, como mostrado na Figura 18.

Figura 18 - Reinventando identidades: a 'nova marca' da cidade



Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas, 2023.

Detalhe: A "nova marca" da cidade foi utilizada no stand de divulgação do destino de Congonhas durante o Festival Internacional de Turismo e Cultura de Ouro Preto, realizado de 01 a 03 de junho de 2023.

Entretanto, é necessário que essa decisão seja cuidadosamente analisada, pois interromper as ações relacionadas a essa marca pode ter um impacto negativo na promoção turística e na escolha do destino. Portanto, é fundamental considerar os benefícios e o alcance da marca "Patrimônio Mundial" como um fator importante na tomada de decisões para atrair visitantes e preservar o patrimônio cultural; pois os estudos especializados indicam “que a marca Patrimônio Mundial continua sendo respeitada e valorada, tanto para os sítios quanto para os turistas que se referenciam por ela para decidir sobre que lugares visitar” (MACHADO; BRAGA, 2010, p. 91).

Com tantas potencialidades turísticas, a cidade possui apenas um roteiro de turismo devidamente formatado (de dois dias e uma noite) intitulado “Entre Cenários da História: Congonhas, Ouro Branco, Ouro Preto e Mariana”. Ele é comercializado pelo Circuito do Ouro (Figura 19) e conta com estratégia de distribuição, comercialização e promoção com operadoras e agências de viagem.

Figura 19 - Roteiro “Entre Cenários da História”



Fonte: Associação dos Municípios do Circuito do Ouro, 2023. <sup>47</sup>

Sobre a participação em feiras e eventos promocionais de turismo, Congonhas tem compartilhado (de forma esporádica) stands por meio de associações a que se integra. Essa abordagem, requer uma frequência, o que pode trazer benefícios significativos, como a redução de custos e a possibilidade de ampliar a divulgação de produtos e serviços, além de gerar networking, atrair mais visitantes e fortalecer a economia local.

Em conclusão, a análise da cadeia produtiva do turismo em Congonhas revela a sua importância para o desenvolvimento econômico e social local. E embora ela não tenha o mesmo impacto econômico que o turismo em larga escala, ela é capaz de gerar empregos, renda e fomentar a economia da cidade, que conta com um patrimônio histórico e cultural valioso, que atrai turistas de todo o mundo, mas estes não permanecem na cidade.

No entanto, Congonhas possui potenciais turísticos ainda pouco explorados e precisa diversificar sua economia, atualmente centrada na mineração; sendo essencial investir em políticas públicas e privadas para melhorar a infraestrutura turística, incluindo hotéis, restaurantes, agências de turismo e transporte. Além disso, a oferta de serviços e experiências de qualidade deve ser expandida para destacar as particularidades da região, atrair mais visitantes e melhorar a imagem do destino; que se encontra impactado pela barragem. Há desafios como a preservação do patrimônio cultural e natural, melhoria da acessibilidade urbana, qualificação da mão de obra do setor e promoção do destino. Tudo isso é necessário para que Congonhas explore seu potencial e aumente a permanência dos turistas na cidade.

<sup>47</sup> Disponível em: < <https://circuitodoouro.tur.br/entrecenarios/>>. Acesso em: 7 jun.2023.

### **3.9. O Patrimônio Cultural e os lugares de Memória em Congonhas**

Os bens culturais expressam a identidade e a história de um povo, sendo necessário fortalecer a participação cidadã para contribuir com a preservação do patrimônio. E em Congonhas, a comunidade tem registrado atos de defesas pela preservação do patrimônio, mas estes se dão de maneira pontual e não assídua. Já o setor privado tem dado apoio a projetos de preservação na disponibilização de frações de recursos, por intermédio das leis de incentivo, o que traz um excelente retorno em marketing às empresas, dada à grande importância do patrimônio local.

No entanto, as ações de proteção do patrimônio, em geral, partem do governo, o que em alguns casos gera um distanciamento e até uma resistência da população local em relação ao que se anseia proteger. Mas apenas os instrumentos de proteção, por si só, não asseguram conservar e reconhecer o bem da coletividade.

E o turismo é adotado como um grande aliado, que tem a habilidade de proporcionar aos cidadãos o encontro com os seus “lugares de memória”. Estes, especialmente significativos, são conceituados por Nora como materiais, funcionais e simbólicos e adquiriram ou têm a função de alicerçar memórias coletivas (NORA, 1993, p. 19).

E para compreender parte das memórias da ancestralidade do congonhense, cita-se um de seus múltiplos elementos: a comunidade Quilombola do Campinho, certificada no Diário Oficial da União em 2022, pela Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2022). E, ao destacar as interpretações e vivências coletivas da cidade, há de se valorizar, em primeiro lugar, a permanência de seu povo em seu próprio território, como um espaço que possibilite o exercício da cidadania.

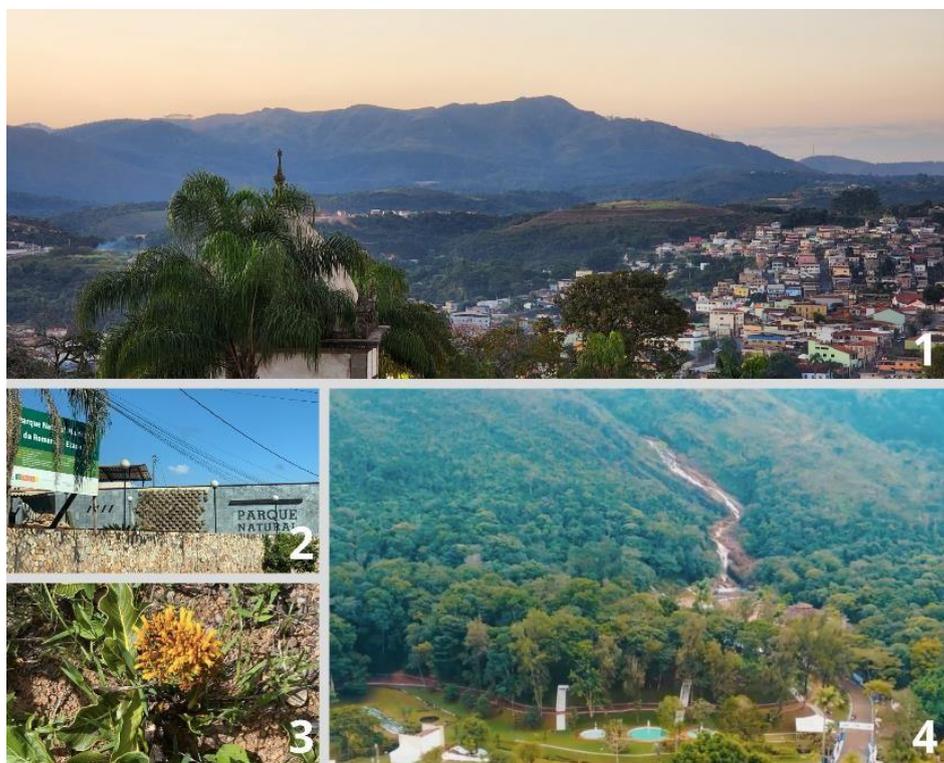
Nessa inclusão, em que o povo é o maior patrimônio do lugar, importa mostrar que os lugares de memória de Congonhas não são compostos só por igrejas, casario e museus; mas também pelas ladeiras, Beco dos Canudos, Alameda Cidade de Matosinhos de Portugal, Estrada Real, entre outros; de acordo com a Figura 20.

Figura 20 - Lugares de memória de Congonhas



Fonte: Fotografias 1, 3, 4 - Créditos de Matheus Moreira, 2023. Fotografia 2. Crédito da autora, 2023.  
Referência: 1. Beco dos Canudos; 2. Estrada Real; 3. Ladeira do Bom Jesus; 4. Alameda Cidade Matosinhos

Figura 21 - Congonhas: tesouros rurais e ecológicos em destaque

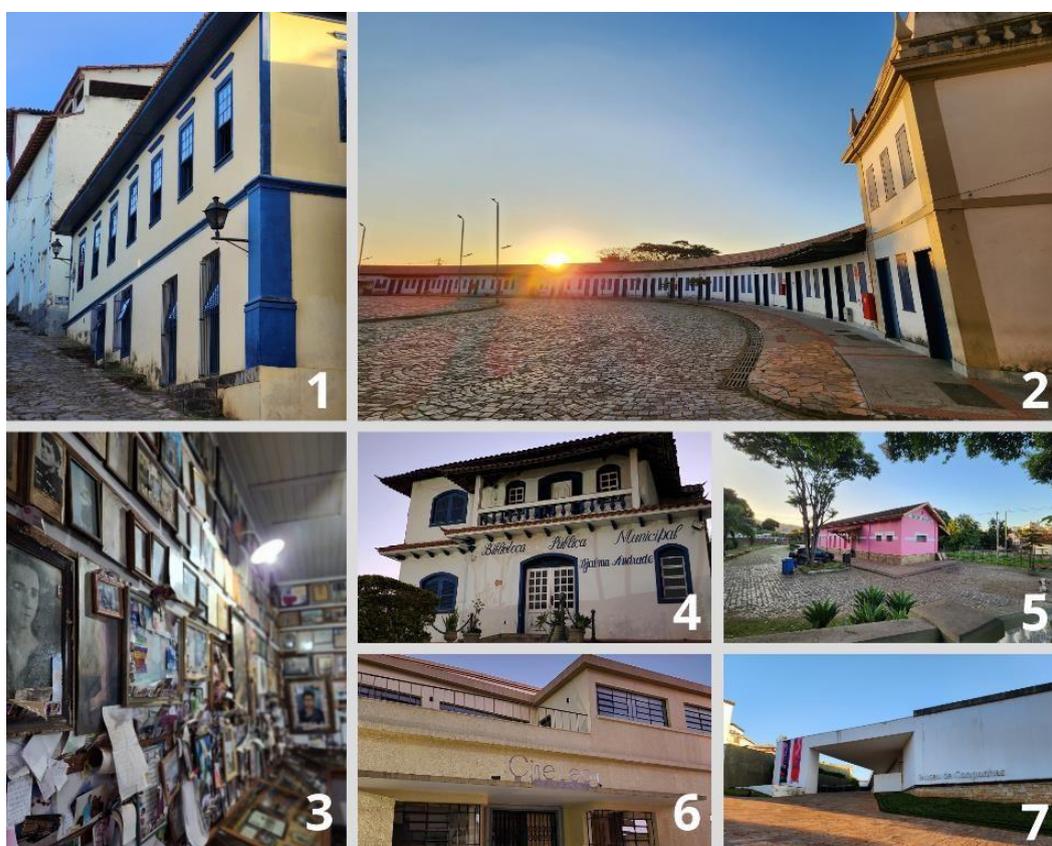


Fonte: Fotografias 1, 4 - Créditos de Matheus Moreira, 2023. Fotografia 2, 3. Créditos da autora, 2023.  
Referência: 1. Serra de Congonhas; 2. Parque Natural da Romaria; 3. Planta “congonha”;  
4. Parque Ecológico da Cachoeira de Santo Antônio

E além desses ambientes têm-se os segmentos rural e o ecológico, com ressaltos ao Parque Ecológico da Cachoeira de Santo Antônio, ao Parque Natural da Romaria, as serras do Rola Moça/Serra da Bandeira e dos Mascates, as cachoeiras e rios, cavernas e campos de cerrados, a flora (planta congonha) e a fauna, aos distritos de Alto Maranhão, Lobo Leite, às localidades de Esmeril, Pires, Barnabé e outras, conforme Figura 21.

E seu conjunto arquitetônico e urbanístico também conta com o Museu dos Ex-votos ou Sala dos Milagres, complexo da Romaria, Estação Ferroviária, Museu de Congonhas, Museu da Imagem e Memória, Biblioteca Pública Municipal Djalma Andrade e Cine Teatro Leon, em conformidade com a Figura 22.

Figura 22 - Congonhas: ouro em arquitetura, urbanismo e religiosidade



Fonte: Fotografia 1,2,3,4,5,6,7. Créditos de Matheus Moreira, 2023.

Referência: 1. Museu da Imagem e Memória; 2. Complexo da Romaria; 3. Museu dos Ex-votos ou Sala dos Milagres; 4. Biblioteca Pública Municipal Djalma Andrade; 5. Estação Ferroviária; 6. Cine Teatro Leon; 7. Museu de Congonhas

E como Congonhas, intitulada “Cidade dos Profetas”, se caracteriza por uma intensa religiosidade popular, ela guarda seis igrejas barrocas, sendo quatro delas na sede do município: Igreja do Rosário, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Santuário do Senhor Bom Jesus de

Matosinhos (Passos e Profetas) e Igreja Matriz de São José; e duas igrejas em Lobo Leite - Nossa Senhora da Soledade e Alto Maranhão - Nossa Senhora da Ajuda, de acordo com a Figura 23.

Figura 23 - Congonhas: religiosidade e fé



Fonte: Fotografias 1,2,5. Créditos de Matheus Moreira, 2023. Fotos 3,4,6,7. Créditos da autora, 2023.  
Referência: 1. Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos/ Profetas; 2. Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos/Passos; 3. Igreja do Rosário; 4. Igreja Matriz de São José; 5. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; 6. Igreja Nossa Senhora da Ajuda, no Alto Maranhão; 7. Igreja Nossa Senhora da Soledade, em Lobo Leite.

Entre as diversas festas religiosas e eventos culturais pode-se destacar: Festival de Folia de Reis e Pastorinhas, Festa de São Sebastião, Carnaval, Semana Santa, Festival da Quitanda, Festa de Corpus Christi, Festival de Inverno, Festa de Nossa Senhora da Ajuda, Semana do Aleijadinho, Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Festa do Rosário, Festa de Nossa Senhora da Conceição, entre outros, conforme Figura 24.

Figura 24: Congonhas: celebrações religiosas e culturais



Fonte: Fotografias 1, 2, 4, 5. Créditos de Matheus Moreira, 2023. Fotografia 3. Crédito da Prefeitura de Congonhas/ Eliane Gouveia, 2020. Fotografia 6. Crédito de Zezeca Junqueira, 2022.  
Referência: 1. Festival da Quitanda; 2. Festa de Corpus Christi; 3. Jubileu do Senhor Bom Jesus; 4. Evento cultural; 5. Evento Esportivo; 6. Tambores do Congado de Nossa Senhora do Rosário

Somando a esses atrativos, as Ruínas da Cadeia Pública, a Mina do Veeiro, o Parque Municipal do Alcatruz, o Embarcadouro se apresentam como potencialidades turísticas, que precisam de restauro para serem destinados à visitação e à convivência da população. O município ainda tem potenciais para desenvolver rotas de cultura e história, eventos com criadores e personalidades locais, e opções para prática de cavalgada, trekking, mountain bike, entre outros, conforme Figura 25.

**Figura 25 - Congonhas: riquezas históricas e natureza**



Fonte: Fotografias 1,2,3. Créditos da autora, 2023.

Referência: 1. Embarcadouro; 2. Bojo de hidroclassificação da Mina do Veeiro;  
3. Ruínas da Cadeia Pública do Alto Maranhão (Edificação Menor)

Dentro desses potenciais, há que se destacar as áreas mineradas. Estas podem ser reabilitadas para o desenvolvimento de atividades turísticas, a exemplo de diversos lugares; como a região do vale do Rühr, na Alemanha, onde as minas de carvão antigas foram transformadas em museus, nos quais podem ser observados todo o contexto da exploração; de forma que:

A herança mineradora dá espaço às mais variadas paisagens culturais. Pavilhões industriais são transformados em centros de arte e cultura e, em nenhum outro lugar da Europa, existem tantas opções de teatro, música, museus e arquitetura (ALBUQUERQUE, 2023, p.2)

Outra boa iniciativa que demonstra como é possível transformar um patrimônio industrial em um atrativo turístico, gerando benefícios econômicos e culturais, é o caso da cidade de Mariana, em Minas Gerais. Nesse contexto, a Mina de Ouro da Passagem, que foi a principal mina do distrito aurífero de Ouro Preto - Mariana, transformou-se em um atrativo turístico, unindo os setores de mineração e turismo.

Com base nesse potencial histórico e cultural, Mariana encontrou uma maneira inovadora de aproveitar a herança da mineração de ouro, revitalizando a Mina de Ouro da Passagem para receber visitantes. De maneira que os turistas podem explorar o interior das minas, conhecer a história da mineração e apreciar as riquezas naturais e culturais da localidade. Essa iniciativa valoriza o patrimônio industrial, impulsiona o desenvolvimento econômico por meio do turismo e gera empregos e renda para a comunidade local, preservando sua identidade cultural.

A Mina da Passagem, atualmente desativada, pertence à Companhia de Minas de Passagem - CMP e está aberta à visitação diariamente com cobrança de taxa. A descida para as galerias subterrâneas se faz de através de um trolley, em um plano inclinado que chega a 315 m de extensão e 120 m de profundidade. Esta é a principal mina de ouro aberta ao público no Quadrilátero Ferrífero.<sup>48</sup>

Diante desses exemplos, é possível considerar que Congonhas também pode explorar a possibilidade de combinar turismo e mineração. Assim como Mariana, Congonhas possui uma rica cultura que se destaca em diversos segmentos, como artes visuais, audiovisual, dança, literatura, música, patrimônio, artes plásticas e cênicas, culturas afro, popular e urbana, artesanato, quitandas, escolas e espaços culturais formais e informais, culinária mineira e gastronomia variada, conforme demonstrado na Figura 26.

E para promover essas atividades como produto turístico, se faz necessário elaborar um calendário integrador de eventos e divulgá-lo com bastante antecedência no mercado (operadoras, agências de viagens, consumidor final). Pois o que se observa é uma espontaneidade na divulgação dos certames, o que compromete as datas pré-definidas. Por outro lado, é preciso ter cautela para atender o mercado, pois as vivências culturais não podem se transformar em simulacros de consumo, nem se descaracterizarem:

Esses espaços (...) são importantes promotores do turismo por possuírem elementos capazes de gerar produtos e serviços de interesse dos turistas. Fundadas no capital cultural, as cidades criativas são consideradas espaços propícios ao desenvolvimento das artes em geral e surgem entre os principais destinos turísticos dos que privilegiam a autenticidade das vivências culturais (ASHTON, 2013, p. 231).

---

<sup>48</sup> Disponível em: <https://mariana.minasdapassagem.com.br/#apresentacao>. Acesso em: 29 mar.2023

Figura 26 - Congonhas: unindo turismo e mineração em um mosaico cultural



Fonte: Fotografias 1,2,3,4,5, 6. Créditos de Matheus Moreira, 2023.

Referência: 1. Quitandas; 2. Terços/Religiosidade; 3. Musicalidade; 4. Artesanato em pedra-sabão/panelas; 5. Artesanato em pedra-sabão/miniaturas de profetas; 6. Chá da planta “congonha”.

Nessa definição, ao elencar o patrimônio cultural e os lugares de memória de Congonhas para promover o turismo, ressalta-se que os turistas demandam produtos culturais identitários e inovadores, e que provocam uma atmosfera decisiva para o desenvolvimento local e regional. Para tanto, é necessário que os planejadores e organizadores do turismo construam estratégias conjuntas para o engajamento da sociedade, por meio de seus potenciais e capital humano disponíveis.

### 3.10. Variáveis do turismo de Congonhas

O emprego de indicadores ainda é pouco utilizado entre os poderes públicos e muitos atores da cadeia produtiva do turismo. Mas, em outra vertente, a sustentabilidade tem sido bastante debatida e difundida em diversos setores no Brasil. Assim, devido à abrangência do tema é preciso oportunizar instrumentos para monitorar suas variáveis.

E em Congonhas não é diferente. O município não investe em tecnologia para analisar o perfil, tempo de permanência e grau de satisfação do turista. Além disso, não são realizadas pesquisas junto à hotelaria, rodoviária, atrativos turísticos, festas e eventos, entre outros, o que impossibilita obter uma estimativa precisa do número de empregos diretos e indiretos gerados pelo setor do turismo. Essa falta de estudos de dimensionamento da demanda prejudica a compreensão do impacto econômico e a elaboração de estratégias efetivas para o desenvolvimento turístico da região.

Portanto, o uso de indicadores como ferramenta de planejamento é de extrema necessidade, pois “quem não avalia é conduzido por circunstâncias que ignora e somente chegará ao destino escolhido por obra exclusiva do acaso” (BARBOSA; GARCIA, 2001, p.121-122). Ao que Moldan & Bilharz ao defenderem a importância dos indicadores para auxiliar os tomadores de decisão, especialmente aqueles do setor público, mostram que “a efetividade do processo de tomada de decisão pode ser incrementada pelo uso adequado da informação, portanto, os indicadores podem ajudar neste sentido, fornecendo informações em todas as fases do ciclo do processo decisório” (MOLDAN; BILHARZ, 1997, p.60).

Dentro dos estudos de sustentabilidade turística de Congonhas, um dado estratégico a ser observado é o comparativo entre os recursos advindos da mineração e aqueles voltados para o fortalecimento do turismo. Desta forma, de acordo com a Lei Municipal 4.129/2022, que estima a receita e fixa a despesa do município para 2023, o orçamento destinado ao setor de turismo na Prefeitura de Congonhas é composto pelas receitas de dois órgãos oficiais: a FUMCULT, com um montante de R\$ 11.840.000,00, e a SECULTE, que abrange 5 diretorias, com um total de R\$ 19.078.000,00. Isso resulta em um total de R\$ 30.918.000,00, sendo R\$ 5.502.500,00 destinados efetivamente às pastas mistas da Diretoria de Cultura e Turismo, e R\$ 5.860,00 à Diretoria de Esporte, Lazer e Turismo, conforme estipulado na PMC, Legislação de 2022.

No que concerne à arrecadação em royalties de minério de ferro, somente em janeiro de 2023, Congonhas se destacou em terceiro lugar entre as cidades mineiras e recebeu o valor de R\$ 19,3 milhões em apenas um mês, respondendo a 6,5% do valor total do Estado de Minas Gerais (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2023).<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/economia/para-volta-a-ultrapassar-mg-na-arrecadacao-da-cfem/>> Acesso em: 01 mai. 2023

Como resultado, a cidade desfruta de uma situação econômica bastante favorável em comparação a outros municípios do país, com um Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes municipal de 2.989.103,48 milhões de reais (dois bilhões, novecentos e oitenta e nove milhões, cento e três mil e quarenta e oito reais), em 2020, o que equivale a um PIB per capita de 54.043,71 reais (cinquenta e quatro mil, quarenta e três reais e setenta e um centavos), conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Atividades econômicas do município de Congonhas - MG

<b>Congonhas - MG / Código do IBGE: 3118007</b>		
<b>Atividade/ Dado Econômico</b>	<b>Fator Multiplicador x1000</b>	<b>Ano de Referência</b>
PIB a preços correntes	2.989.103,48	2020
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços Correntes	191.942,25	2020
PIB per capita	54.043,71	2020
Valor adicionado bruto a preços correntes	2.797.161,23	
Agropecuária	2.905,52	2020
Indústria	1.460.743,72	2020
Serviços - Exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	925.143,77	2020
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	408.368,22	2020

FONTE: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, 2023. Adaptado pela autora.<sup>50</sup>

Dentro dessas informações sobre a atividade econômica do município, destaca-se que a indústria tem uma contribuição significativa, pois do valor total do PIB a preços correntes, 1.460.743,72 milhões de reais (1 bilhão, quatrocentos e sessenta milhões, setecentos e quarenta e três mil reais e setenta e dois centavos) provêm do setor industrial, principalmente representado pelas mineradoras na cidade. Esse dado ressalta a relevância do setor industrial na economia local, contribuindo com a maior parcela do valor adicionado bruto.

Os dados econômicos também revelam que o setor de serviços, excluindo a administração pública, defesa, educação, saúde pública e seguridade social, representa uma parcela considerável do PIB, totalizando 925.143,77 milhões de reais (novecentos e vinte e cinco

<sup>50</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/congonhas/pesquisa/38/46996?tipo=grafico&indicador=46997>> Acesso em: 25 jun.2023. Nota: Os dados de 2020 estarão sujeitos a revisão na próxima divulgação do IBGE.

milhões, cento e quarenta e três mil, setenta e sete reais). Embora esse valor não represente necessariamente a arrecadação total proveniente das atividades turísticas, ele evidencia a importância do desenvolvimento do turismo para a economia da cidade.

Esses dados revelam a dependência de Congonhas em relação à atividade mineral, com destaque para as mineradoras, mas também evidenciam a relevância do setor de serviços para a economia local. A diversificação das atividades econômicas, incluindo o turismo, pode ser uma estratégia importante para garantir o crescimento e a sustentabilidade econômica da cidade no longo prazo.

Nessa observação em que a base da atividade econômica de Congonhas é o minério de ferro, o DNPM destaca que “há uma predominância dos direitos minerário de ferro, com aproximadamente 39,5%, sobre a área do município de Congonhas” (FERREIRA, 2012, p.73), chegando a ultrapassar, em área, as extensões do próprio núcleo urbano, gerando impactos ambientais, como riscos às nascentes e à qualidade da água, poeira e outros.

Mas a mineração também traz contributos, como os benefícios socioeconômicos gerados pelos royalties. Porém, é importante ressaltar que esses benefícios são temporários e dependentes da atividade de geração mineral. De forma que, considerando a natureza finita das minas, Congonhas precisa buscar alternativas à mineração e planejar para o período pós-mineração, de modo a integrar o capital finito da mineração com o capital infinito do turismo criativo. Nesse processo, a criatividade desempenha um papel crucial, tanto por parte dos planejadores de turismo quanto das comunidades locais, para alcançar resultados positivos nessa transição.

Ademais, a cidade possui um rico patrimônio cultural e um orçamento adequado para promover o turismo. Além disso, tem recebido recursos federais do programa PAC Cidades Históricas, no valor de R\$ 60 milhões (PMC, 2022), para requalificar e restaurar seus equipamentos culturais. Embora os resultados dessas intervenções ainda não tenham sido avaliados, espera-se que sejam positivos devido ao efeito multiplicador do turismo, que agrega na economia e desempenha um papel importante na produção local e regional, conforme definido por Lage e Milone.

1. Multiplicador da renda: representa as variações da renda interna causadas pela variação inicial dos gastos turísticos; 2. Multiplicador do emprego: simboliza as variações do número de empregos ofertados, causados pela variação inicial dos gastos turísticos; 3. Multiplicador do produto: demonstra as variações do produto, ocasionadas pela variação inicial no nível de gastos turísticos; 4. Multiplicador das importações: indica o valor associado das importações de bens e serviços com cada unidade de gasto adicional do

turismo; 5. Multiplicador das receitas do governo: representa o montante de receita do governo, criada a cada unidade adicional de gasto turístico (LAGE; MILONE, 1991, p. 91).

Com essas variáveis decorrentes, é possível quantificar os níveis de gastos com os produtos turísticos existentes; porém o município de Congonhas ainda não disponibiliza de um estudo que aponta sobre os investimentos realizados no turismo e os seus efeitos. Entretanto, em uma análise parcial do fluxo turístico na cidade constatou-se que nem todos os atrativos possuem um controle de visitação. Entretanto, foram disponibilizados dados pelos coordenadores de dois atrativos específicos: o Museu de Congonhas (de 2016 a 2022) e o Centro de Apoio ao Turista, localizado na entrada da cidade (de 2017 a 2022), conforme Quadro 6 e Quadro 7.

A metodologia adotada associa os dados de frequência de turistas em Congonhas para avaliar o fluxo turístico. Com base na presença de turistas no Museu de Congonhas (Quadro 6) e no CAT (Quadro 7), observa-se uma relativa estabilidade no fluxo do museu nos primeiros quatro anos, seguida por uma diminuição devido à pandemia de COVID- 19 nos anos de 2020 e 2021. No entanto, em 2022, ocorre uma recuperação no fluxo de visitantes. Já no CAT, há flutuações no fluxo, indicando uma diferença significativa de visitas de um equipamento para o outro.

Quadro 6 - Fluxo turístico do Museu de Congonhas com base na frequência de visitantes

Ano	Total de visitantes
2016	67.446
2017	52.095
2018	60.061
2019	57.627
2020	8.145*
2021	1.728*
2022	30.411

\*Setor fechado devido à crise sanitária global - COVID 19

Fonte: dados fornecidos pela administração do Museu de Congonhas, 2023.

Destaca-se, ainda, que no Centro de Apoio ao Turista constam 5.952 assinaturas (2017) e 5.440 assinaturas (2018). E para a realização da estimativa do fluxo foi sugerida a multiplicação de cada assinatura pelo numeral 5, como correspondente a 5 visitantes em cada veículo que permaneceu no local. Por ora, essa estimativa pode ser passiva de falhas, tendo em vista que nem todos os carros podem ter seus lugares totalmente ocupados. No entanto, a frequência apresentada pelo CAT (2023) é a que se apresenta no Quadro 7:

Quadro 7 - Fluxo turístico do CAT - Centro de Apoio ao Turista

da entrada da cidade com base na frequência de visitantes

Ano	Total de visitantes
2017	5.952 assinaturas x 5= 29.760
2018	5.440 assinaturas x 5= 27.200
2019	14.349
2020	3.420*
2021	6.776
2022	14.141

\* Setor fechado devido à crise sanitária global - COVID 19 Fonte: dados fornecidos pela administração do CAT. Congonhas, 2023.

Durante a observação, foram utilizados livros de assinaturas como instrumentos de coleta de dados no museu e no CAT. Embora tenha sido mencionado como o recurso mais usado, sua eficácia é questionada devido ao fato de nem todos os visitantes o assinarem.

Ao analisar a metodologia de controle de visitaç o/registro empregada em Congonhas, percebe-se que essa pr tica   realizada diariamente durante o hor rio de funcionamento e abrange tanto os visitantes que pagam ingresso quanto aqueles que t m acesso gratuito, como idosos, crian as e cadeirantes.

No entanto, em rela o ao uso dessas informa es, n o h  uma periodicidade definida para sua divulga o. A coleta e consolida o dos dados enfrentam desafios, conforme apontado por alguns representantes dos setores envolvidos. Um dos obst culos citados   que muitos visitantes n o t m disposi o para assinar os livros de registro ou preencher as pesquisas de perfil. Al m disso, a falta de funcion rios tamb m   um fator que dificulta a obten o de dados precisos sobre o perfil dos visitantes e sua experi ncia.

Essas limita es na coleta de dados e na concretiza o das informa es podem comprometer a an lise e o entendimento completo do fluxo tur stico em Congonhas, bem como a avalia o dos impactos e a formula o de estrat gias adequadas para o desenvolvimento do turismo na regi o.

Sendo a internet facilitadora de comunica o, foi indagado se existe um monitoramento de informa es por meio das redes sociais. No entanto, esse servi o n o   realizado por nenhum dos equipamentos; embora o museu promova a es de produ o de conhecimento e divulga a institui o, utilizando as redes sociais (facebook e instagram) em seu perfil.

E mesmo com os dados disponibilizados de apenas dois equipamentos observa-se, ainda, uma dificuldade para traçar um perfil geral de visitação turística em Congonhas, pois não existe uma metodologia padronizada para sistematizar os dados, de forma a qualificar o resultado e a credibilidade das informações.

Prova disto é que os últimos dados, a que se tem registro dos tipos de turismo existentes e a serem explorados em Congonhas, são da Jornada Técnica do Programa Turismo Competente, realizada pelo Sebrae Minas em 1998, que destacam:

1. Cultural - obras de arte; 2. Religioso - Jubileu; 3. Lazer - Parque da Cachoeira; 4. Estudantil - pesquisas; 5. Desportivo - campeonatos; 6. Aventuras - trilhas; 7. Compras - artesanato; 8. Negócios - empresas. (SEBRAE, 1998, s.p.)

Esses subsídios mostram a vocação de Congonhas principalmente para as áreas da cultura, religiosidade e criatividade. E a cidade reúne manifestações e práticas; usos e costumes; artes, artesanato e arquitetura; natureza e lugares; histórias e memórias, gastronomia e aventuras, entre outros.

Com tanta riqueza, propõe-se o emprego do Policy Design para monitorar como essas atividades se interagem no município, com a participação dos atores envolvidos. Vale lembrar que o design desempenha um papel importante no turismo, ajudando a criar ambientes atraentes, experiências memoráveis e facilitando a comunicação com os visitantes. Essa ação precisa se pautar em uma gestão compartilhada, com investimento em infraestrutura, promoção e divulgação para atrair turistas e diversificar a economia, para além da mineração.

## Capítulo 4

### **O POTENCIAL DO TURISMO CRIATIVO NO PÓS-MINERAÇÃO: AS PERSPECTIVAS DOS CONGONHENSES**

Este capítulo apresenta as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em Congonhas. A abordagem adotada é de natureza qualitativa, utilizando a metodologia da história oral e amostragem em snowball (bola de neve). Essa escolha visa promover uma exploração mais ampla e aberta dos dados relacionados ao objeto de estudo; considerando perspectivas do sujeito pesquisado sobre o potencial do turismo criativo como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável, especialmente no contexto pós-mineração em Congonhas.

Enquanto os cientistas sociais que trabalham com estatística visam criar modelos, descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Entre elas há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações (MINAYO, 2009, p. 22).

Nesse sentido, busca-se obter respostas que ajudem a responder às seguintes questões principais: a) Os congonhenses estão cientes da dependência do município em relação à mineração e compreendem as consequências decorrentes do declínio dessa atividade produtiva? b) O turismo criativo pode ser uma opção econômica viável, especialmente no pós-mineração em Congonhas?

A pesquisa examina o potencial do turismo criativo como uma solução para impulsionar o desenvolvimento sustentável e econômico de Congonhas após a mineração. Ela oferece insights sobre a situação atual da região e avalia se o turismo criativo pode desempenhar um papel fundamental na diversificação da economia local e na promoção de novas oportunidades para os congonhenses. As entrevistas realizadas foram fundamentais para avaliar a viabilidade dessa alternativa sustentável, identificando desafios e oportunidades associados a essa estratégia de desenvolvimento. Os resultados e análises obtidos fornecem uma visão abrangente sobre o potencial do turismo criativo no contexto pós-mineração em Congonhas.

#### 4.1. Matriz de entrevistas e respondentes

Com o objetivo de garantir uma amostra diversificada, foram traçados os critérios de seleção dos entrevistados com representatividade dentro do município de Congonhas. Antes de definir o número de participantes, a matriz de entrevistas foi dividida de acordo com a governança no turismo. Esta pode ser entendida como:

Uma organização social que conta com a participação de representações do poder público, da sociedade civil organizada e de entidades empresariais vinculadas ao turismo em determinado território: país, estado, região ou município (VIANA, 2012, p. 67).

Assim, a organização social foi composta 24 representantes, sendo: 7 do poder público municipal; 9 da comunidade/atores do turismo; e 8 da iniciativa privada. Esses números foram determinados com base na relevância da diversidade de atores durante a investigação, conforme Quadro 8:

**Quadro 8** - Sujeitos da pesquisa/ respondentes

Sujeitos da pesquisa/ respondentes		
Poder público (7)	Comunidade/ Atores do Turismo (9)	Iniciativa privada (8)
Prefeito. Vereador. Gestores públicos municipais das seguintes áreas: 1. Turismo, Cultura e Esporte. 2. Educação. 3. Meio Ambiente. 4. Museus. 5. Desenvolvimento Econômico.	Hoteleiro. Turista. Turismólogo. Agente de viagens. Dona de casa. Trabalhador/operário da mineração. Historiador/pesquisador. Representante de associação comunitária de bairro central. Representante de associação comunitária de distrito.	Representante de associação de artistas, artesãos e quitandeiras. Empresário do ramo alimentício. Religioso da Igreja Católica e atuante em movimentos sociais e atingidos da mineração. Promotor de eventos. Gestor de Instância regional de turismo. Prefeito de Associação regional de turismo, cultura e patrimônio. Representante da Associação Comercial, Industrial e de Serviços. Representante do Sindicato dos Trabalhadores da área de mineração.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

O poder público municipal é selecionado para fornecer informações sobre políticas, regulamentos e iniciativas de turismo e mineração, pois ele é o responsável pela

Formulação e implementação da política de turismo, oferecendo o suporte para as decisões de planejamento, em função da sua visão de longo prazo e da definição clara dos limites e dos objetivos de desenvolvimento (SOLHA, 2006, p. 98).

A comunidade local e os atores são indicados, pois estão envolvidos em atividades relacionadas ao turismo e à mineração, representam a população e conhecem as necessidades, expectativas e preocupações dos moradores em relação às duas áreas:

O elemento anfitrião deve funcionar como mola propulsora para a tomada de decisões e refletir sobre questões que possam trazer melhorias para o bem estar social. Uma comunidade que recebe o turismo [...] deve de forma organizada debater e pensar sobre quais são as melhores condições de execução da atividade do turismo (ALVES, 2008, p. 20).

Já a indicação da iniciativa privada perpassa pelo seu papel fundamental para impulsionar o turismo e a mineração, por meio do empreendedorismo, investimentos e inovação. No entanto, enquanto as empresas criam oportunidades e melhoram a infraestrutura, podem também causar impactos ambientais e sociais; sendo crucial que as mineradoras estejam cientes desses impactos e adotem medidas responsáveis para mitigá-los. A experiência da iniciativa privada também fornece percepções sobre os impactos e desafios enfrentados pelo setor privado nas duas atividades.

Após definir esses 3 grupos de interesse, entendeu-se que as razões para a seleção dos respondentes seriam a representatividade do entrevistado no grupo e as experiências práticas no local, em acordo com os objetivos e o escopo da pesquisa; de modo que “a escolha dessas ‘unidades qualitativas’ entre os integrantes de determinada categoria requer um conhecimento prévio do objeto de estudo” (ALBERTI, 1990, p.14).

Para alcançar esse objetivo, foram usados contatos pessoais e “sementes”; em consonância com um roteiro previamente elaborado. O que compreendeu uma seleção estratégica de diferentes indivíduos a serem amostrados, entre aqueles que vivenciam as mudanças resultantes da transição e trabalham nos setores do turismo e da mineração, conforme demonstrado no Quadro 9.

E para alcançar a viabilidade prática da pesquisa, foram conduzidas 24 entrevistas, uma vez que as mineradoras não forneceram respostas. Além disso, para enriquecer a análise da percepção das mineradoras, foram empregados dados secundários.

O número de participantes foi obtido levando em conta o “princípio de saturação teórica”, que ocorre quando a coleta atinge a profundidade necessária para responder às perguntas da pesquisa e obter uma compreensão significativa do fenômeno estudado, sem a necessidade de mais dados. Em outras palavras, “a saturação é um termo usado para descrever o ponto em que os dados coletados tornam-se repetitivos por não gerar novas informações, ou seja, começa a haver recursividade de informações” (SILVA JÚNIOR; SILVA; MESQUITA, 2014, p.138);

atuação que não contribui para o conhecimento adicional do estudo. Assim, em vez de buscar novas fontes de informação, deve-se concentrar na interpretação dos dados existentes.

Florestan Fernandes (1959) abordou a saturação de dados na pesquisa sociológica, especialmente na qualitativa, ressaltando a importância de coletar informações por meio de entrevistas, observações e análise de documentos para obter uma compreensão rica e contextualizada. Ele argumentou que a pesquisa sociológica vai além de números e estatísticas, exigindo uma análise sistemática e interpretação dos dados, considerando diversas dimensões e perspectivas dos processos históricos, sociais e culturais dos fenômenos estudados, como no caso de um destino turístico. Fernandes enfatizou que os pesquisadores devem ter uma formação sólida e crítica para compreender profundamente os fenômenos, pois a simples acumulação de informações não gera conhecimento científico.

Nesse contexto, “as condições sociais ambientes exercem uma influência ativa e contínua na organização e no funcionamento das instituições científicas, bem como na formação do horizonte intelectual do cientista” (FERNANDES, 1958, p.210); de maneira que o conhecimento científico não se produz de forma desvinculada das condições sociais, mas é influenciado e moldado por elas.

De modo que a saturação de dados é uma abordagem qualitativa que se concentra em “quem?” em vez de “quantos?” sujeitos investigados para determinar a validade da pesquisa. A relevância está no “quem?”. Está na representatividade dos indivíduos selecionados e em sua capacidade de representar determinados grupos, não no número de pessoas, pois “os discursos dos personagens refletem representações ideológicas, uma visão de mundo, o ponto de vista sobre a realidade, a justificativa e a explicação da ordem social” (BITTENCOURT; CARRIERI, 2005, p.17).

Com isso, pesquisa qualitativa busca uma amostra representativa da população e alcança a saturação de dados (redundância de informações) quando o pesquisador compreende holisticamente as informações coletadas, sem adicionar novos temas repetidos que não alteram os resultados já obtidos.

Isso significa até que (a) nenhum dado novo ou relevante pareça surgir em relação a uma categoria, (b) a categoria esteja bem desenvolvida em termos de propriedades e de dimensões, demonstrado variação e (c) as relações entre categorias estejam bem estabelecidas e validadas. [...] O pesquisador precisa coletar dados até que todas as categorias estejam saturadas, caso contrário, a

teoria será construída de forma irregular e não terá densidade e precisão (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 205).

Fernandes destaca que a saturação permite aos pesquisadores identificar padrões, temas e conexões, construindo um conhecimento sociológico sensível e crítico sobre problemas sociais. No entanto, ele levanta questionamentos sobre a margem de liberdade concedida aos pesquisadores nesses procedimentos, apontando que eles “podem escolher casos dentro de limites razoáveis, baseados em critérios de similaridade ou dissimilaridade” (FERNANDES, 1974, p. 69). Isso requer escolhas estratégicas por parte do pesquisador para garantir a integridade e a utilidade do conhecimento científico na sociedade. (FERNANDES, 1958, pp.210-211).

Continuaremos a produzir um conhecimento insensível aos aspectos mais profundos e dinâmicos do controle dos problemas sociais pelo homem – e então manteremos também nosso conformismo diante dos inconvenientes da situação imperante. Ou produzimos o tipo de conhecimento exigido pela intervenção racional nos problemas sociais humanos – e então seremos levados a refletir criticamente sobre os fatores que perturbam o uso social construtivo dos conhecimentos sociológicos na sociedade em que vivemos (FERNANDES, 1974, p. 297).

Para ele, o sujeito-investigador deve assumir toda a carga possível da saturação - limite de seu papel intelectual e tomar posições diante das questões sociais e políticas; e não deve se esconder atrás da suposta neutralidade, mas sim intervir racionalmente para uma mudança positiva. O que é ilustrado por Freire:

(...) Minha posição não pode ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo (FREIRE, 1999, p. 63).

Para tanto, é preciso ser agente que busca por soluções que gerem uma produção científica relevante e transformadora.

(...) Não compartilho da ideia-refúgio de que a ‘neutralidade científica’ e a ‘condição profissional’ isentam o sociólogo da responsabilidade intelectual e política - não só como um ‘momento de opção moral ou teórica’, mas também como um ‘momento de opção prática’: o que quer dizer que defendotoda a carga possível da saturação-limite dos papéis intelectuais dos sociólogos não-servos do poder, porém agentes do conhecimento e da transformação do mundo (FERNANDES, 1980, p.32).

Minayo (2017) destaca que os pesquisadores não estão restritos a um único método ao utilizar os dados, podendo empregar tanto a categorização a priori quanto a posteriori. A categorização a priori usa critérios e categorias predefinidos antes da análise, enquanto a categorização a posteriori se baseia em características observadas após uma análise detalhada. Ambos os processos são úteis para compreender a complexidade do objeto e contribuem para

a construção das teorias sociológicas. Conforme ilustrado pela autora:

Todos os achados empíricos iam sendo confrontados com uma vasta literatura que, a partir de uma revisão inicial, fui descobrindo e dela me apossando durante e depois do estudo empírico. As questões surgidas no campo me ajudaram a entender as referências teóricas e vice-versa. Caso me perguntasse esgotei todas as possibilidades e se houve uma saturação na compreensão do objeto, direi que não. Mas, tenho certeza de que me aproximei bastante do objeto e consegui mostrar como o tema é complexo (MINAYO, 2017, p.7).

Por fim, a saturação é uma técnica útil em pesquisas qualitativas que envolvem um grupo de indivíduos semelhante ao de Congonhas, onde entrevistá-los completamente seria impraticável sem comprometer a integridade ou a confiabilidade dos resultados. Esse método é respaldado pela literatura e permite obter conclusões confiáveis:

É possível encontrar na literatura outros estudos que ajudam na operacionalização da saturação teórica. Thiry-Cherques (2009) recomenda um mínimo de oito observações, sendo necessárias duas observações depois de encontrado o ponto de saturação para confirmação. Esse autor também constatou que, em ciências sociais, o ponto de saturação costuma ocorrer até a 12ª entrevista. Outro estudo publicado sobre o tema é de Guest, Bunce e Johnson (2006), onde os autores já haviam constatado que a saturação ocorre por volta da 12ª entrevista e, além disso, defendem que categorias centrais tendem a aparecer até a 6ª entrevista [...] Estudos empíricos na área também corroboram essa constatação, pois Latham (2013) e Hoffmann et al. (2016) encontraram o ponto de saturação na 11ª entrevista (FALQUETO; HOFFMANN; FARIA, 2018, pp.50-51).

Com base na fundamentação apresentada, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que revelaram informações e interações socioculturais do ambiente estudado. Embora os resultados não possam ser generalizados para a população como um todo, eles são valiosos para compreender a situação investigada e fornecem uma base contextualizada para a análise do território como espaço de trocas simbólicas. Esses insights enriquecem a compreensão da complexidade social e cultural, explorando experiências individuais e aspectos sutis da realidade social.

Assim, foram realizadas entrevistas com vários representantes de Congonhas para compreender suas perspectivas e identificar oportunidades de colaboração. As entrevistas foram conduzidas com consentimento e preservação da identidade dos participantes. Para facilitar a análise, foram utilizados referenciais para atribuir corretamente as falas a cada entrevistado, como: idade, gênero, profundidade das respostas e outros. A abordagem adotada contribuiu para a interpretação dos resultados da pesquisa, que foram analisados, organizados e categorizados de acordo com os objetivos do estudo, visando identificar padrões e insights relevantes. E para uma compreensão mais aprofundada do objeto de estudo, utilizou-se a revisão bibliográfica.

## 4.2. Etapas da coleta de dados

A coleta de dados ocorreu durante os meses de abril e maio de 2023 e deu-se a partir da aplicação de entrevistas seguindo um roteiro pré-elaborado. Este contemplou a fala do participante e o interrogatório direto, que permitiu espaço para perguntas adicionais, de forma a criar um ambiente para que os entrevistados se sentissem à vontade para expressar suas opiniões.

Para as entrevistas, foi criado um mapa dividido em 3 categorias de atores: a primeira representa o Poder Público Municipal, a segunda abrange a comunidade local e os atores envolvidos na área do turismo, e a terceira é composta por representantes da iniciativa privada. Ao realizar as entrevistas divididas nessas três categorias de atores, as áreas estratégicas de cada categoria foram analisadas e deu-se início ao estudo do grupo a ser pesquisado. Durante o plano, identificaram-se os setores cruciais e seus representantes que precisavam ser entrevistados devido às atribuições específicas de seus cargos.

Para que se tenha uma visão do procedimento adotado para a realização das etapas da entrevista, apresenta-se, a Figura 27.

De maneira que a "Categoria Um" abrangeu o Poder Público com 7 entrevistados. Os 5 primeiros foram abordados diretamente pela pesquisadora como representantes-chave, incluindo o Prefeito Municipal, responsável pela formulação e implementação de políticas públicas, além de suas interações com a comunidade e a iniciativa privada. Desta forma, entender a perspectiva e ações do Governo é fundamental para compreender o papel do Poder Público Municipal nesse contexto. Nessa lógica, “o acesso de pessoas de maior visibilidade pode não ser considerado uma desvantagem, dependendo do tipo de população a ser acessada e o tipo de pesquisa a ser realizada” (BOCKORNI; GOMES, 2021, p. 109). Na sequência da abordagem, 1 convidado não respondeu a entrevista e o outro foi indicado pela “Semente 1” e respondeu à entrevista prontamente.

Na “Categoria Dois”, denominada “Comunidade/Atores do Turismo”, foram efetivadas 9 entrevistas. Destas, 1 respondeu diretamente à pesquisadora e a "Semente 2" recomendou 2 participantes. A partir dessas indicações iniciais, 1 deles respondeu à entrevista, enquanto o outro não respondeu. A pesquisadora então voltou à "semente 2", que sugeriu 1 novo respondente. Já a "Semente 3" desempenhou um papel que facilitou o contato com um grande número de entrevistados. Além de revelar dados importantes da história de Congonhas, a referida semente indicou 4 nomes a serem abordados, levando em consideração as áreas estratégicas de cada

categoria do estudo. De forma sucessiva, foram estabelecidos contatos com os 4 indicados, seguindo a amostragem em bola de neve. Destes, 3 responderam e 1 não respondeu a entrevista. Ao que a pesquisadora retornou à “semente 3”, que indicou novo respondente.

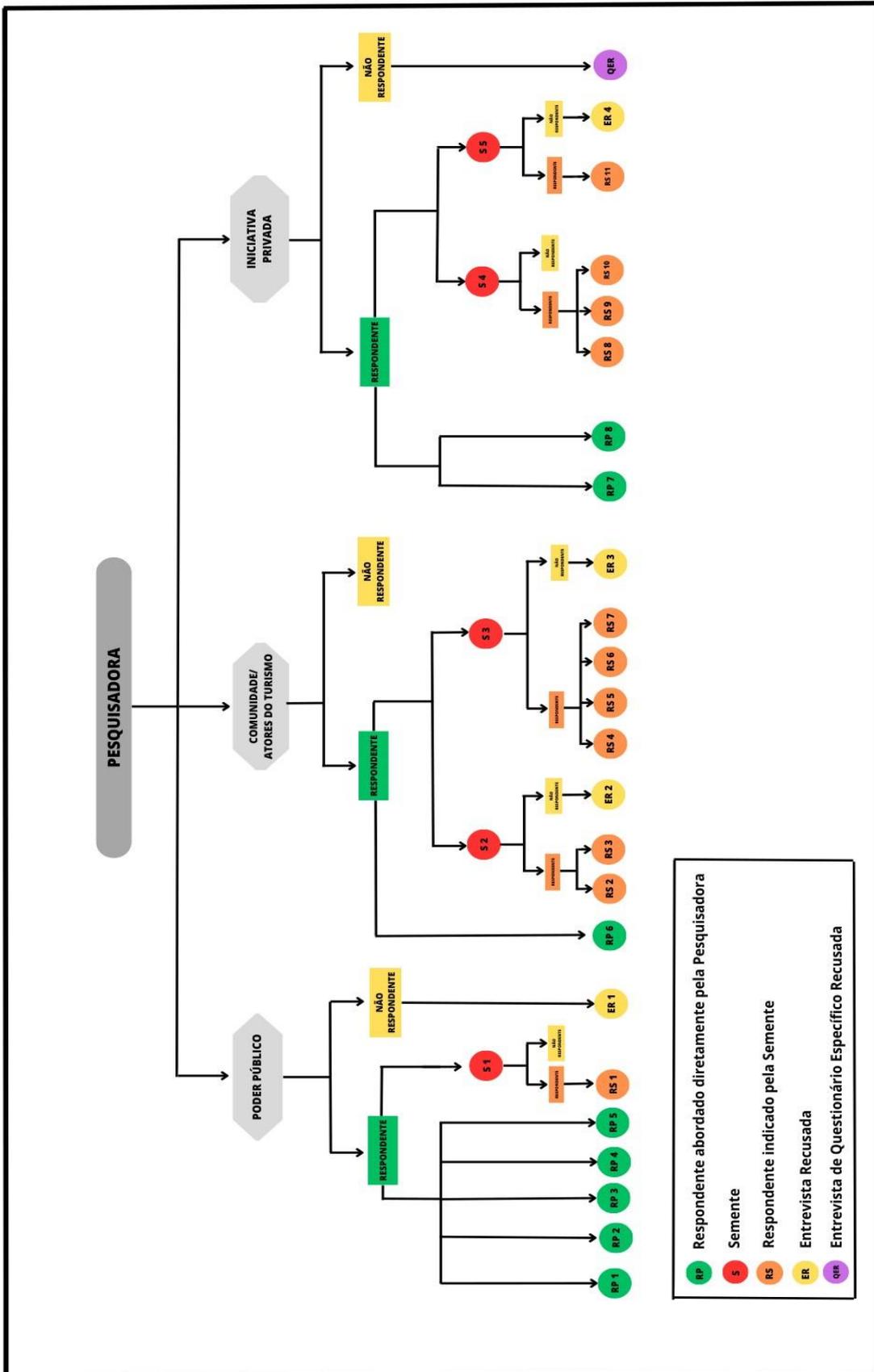
Na "Categoria Três", que corresponde à iniciativa privada, foram entrevistadas 8 pessoas. Dentre elas, foram abordados diretamente 2 representantes de instituições privadas e 1 gestor de mineração, devido à sua relevância representativa. Para o gestor, seria aplicado um "Questionário Específico". No entanto, as mineradoras abordadas não responderam à questão. Ao passo que 2 representantes-chave foram selecionados como "sementes 4 e 5". No caso, a “Semente 4” indicou 3 respondentes. A “Semente 5” sugeriu 2 representantes. Destes, 1 não concedeu a entrevista e o outro participou, mas enfatizou ser necessário o “segredo da conversa”.

Ressalta-se que durante o processo de entrevistas, o receio de alguns respondentes em relação à divulgação de seus nomes e dados que pudessem revelar seus posicionamentos foi recorrente. Eles foram tranquilizados e assegurados que nenhum nome seria divulgado, assim como qualquer informação que pudesse identificar ou relacionar aos posicionamentos de cada entrevistado. Esse compromisso em respeitar o segredo do outro e a confidencialidade dos participantes foi fundamental para criar um ambiente de confiança e encorajá-los a compartilharem suas opiniões e experiências.

Durante as entrevistas, houve 4 convidados que não participaram do procedimento. Todos apresentaram uma “não resposta” idêntica: inicialmente atenderam as ligações e responderam às mensagens concordando com as entrevistas, mas em seguida não deram mais continuidade aos contatos, culminando na falta de respostas. Sendo importante ressaltar que o silêncio e a falta de respostas também são uma forma de posicionamento e postura daqueles que optaram por não participar da entrevista.

Embora não tenham expressado claramente suas razões ou motivações, 2 dos 4 participantes compuseram sutilezas referentes à dinâmica político-partidário e 1 adotou postura referente à falta de conhecimento sobre o assunto. O fato é que a ausência de participação pode indicar diferentes motivos, como uma decisão consciente de não se envolver no estudo, desinteresse, desconfiança, restrições pessoais ou é simplesmente uma escolha deliberada de não responder.

Figura 27 - Rede de Contatos - Pesquisa Qualitativa/Amostragem em Bola de Neve



Elaborado pela autora - Pesquisa de campo, 2023.

Com isso, é importante notar que a "não resposta" também pode ser considerada uma forma de resposta. De acordo com Depner, a "não resposta" é definida como a omissão de informações e qualquer forma de evitar responder às perguntas durante uma entrevista (DEPNER, 2007, p.10). Tanto as respostas quanto as "não respostas" são elementos relevantes a serem considerados durante a análise de dados qualitativos, pois exigem uma abordagem sensível e contextualizada. Essas respostas e o silêncio podem fornecer insights sobre as perspectivas e comportamentos dos participantes em relação à pesquisa. Ao que cada "não participante" é único, e suas razões para o silêncio podem variar.

Mas um fato de relevância para aproximar os respondentes foi a amostragem em "bola de neve". A expansão da rede de entrevistados por meio das indicações dos participantes anteriores enriqueceu a pesquisa e facilitou a aproximação ao estabelecer os primeiros contatos com os entrevistados, que compartilharam uma pluralidade de histórias.

Essa estratégia resolve o problema de acesso de forma conveniente: pelo menos se conhece alguém que pode ser observado ou entrevistado, e pode-se tentar fazer com que este indivíduo o apresente a outros e seja seu fiador, desse modo deflagrando uma espécie de amostragem em bola de neve (BECKER, 1993, p. 155).

E para garantir uma pesquisa eficaz é crucial comunicar claramente os objetivos aos entrevistados e definir o perfil desejado dos mesmos. É importante esclarecer os objetivos aos informantes, responder a suas dúvidas e buscar uma variedade de narrativas. Durante as entrevistas, um ambiente propício para a troca de informações deve ser estabelecido, promovendo uma interação fluída e livre de conflitos.

De tal modo que a execução da pesquisa envolveu definição clara dos objetivos, perguntas relacionadas, análise criteriosa dos dados coletados, garantia de confiabilidade e validade dos resultados por meio das técnicas adequadas de análise e interpretação.

### **4.3. Estruturação das entrevistas**

Para a realização da pesquisa, 24 participantes responderam aos "Questionários Padronizados", compreendendo um total de 24 questões. Esses questionários estão disponíveis no "Apêndice B" desta dissertação. A elaboração destes questionários foi conduzida em quatro etapas distintas, abrangendo um conjunto de perguntas uniformes, incluindo questões abertas e fechadas. Esse método resultou em respostas variando entre subjetivas e objetivas, possibilitando uma análise consistente das respostas obtidas.

Os dados de identificação dos entrevistados foram representados por indicadores, com o objetivo de garantir o anonimato. Dessa forma, o participante foi informado sobre os aspectos essenciais da entrevista, garantindo sua liberdade de participação, o sigilo de suas informações pessoais e a contribuição para os objetivos acadêmicos da pesquisa.

Na Parte I, foram apresentados os detalhes e condições de participação, destacando-se a natureza voluntária, a possibilidade de desistência a qualquer momento e a contribuição para os objetivos acadêmicos da pesquisa. Foi esclarecido que o tempo de resposta variaria de acordo com a evolução da entrevista. Antes de prosseguir, foi solicitada a anuência do participante em relação à declaração de voluntariedade e ausência de incentivo financeiro, e assegurada a preservação da identidade ao publicar os resultados.

Na Parte II da pesquisa, foi conduzida a "Abordagem Inicial" para coletar percepções e informações sobre a satisfação dos entrevistados em morar em Congonhas. Foram solicitadas reflexões e descrições da primeira imagem que vem à mente ao pensar em "Congonhas", bem como expectativas em relação ao futuro da cidade após o esgotamento da mineração e a conexão com os setores de mineração e turismo. A qualidade de vida foi avaliada usando uma escala de notas, explorando-se também as expectativas em relação ao fim da mineração e os impactos imaginados pelos entrevistados. Opiniões sobre os responsáveis por criar alternativas de renda após o fim da mineração foram buscadas, assim como a importância das atividades de mineração e turismo na vida da comunidade local através de parentes ou conhecidos dos entrevistados; para entender a importância dessas atividades na vida da comunidade local.

Na Parte III da pesquisa, o foco foi a "Alternativa de desenvolvimento sustentável" em Congonhas. Investigou-se se a cidade está se preparando para o pós-mineração e se os benefícios sociais oferecidos pelas mineradoras para a proteção do patrimônio cultural são conhecidos. Foram solicitadas sugestões de duas atividades que poderiam impulsionar o desenvolvimento sustentável após a mineração. Além disso, apresentou-se o conceito de Turismo Criativo, com a intenção de avaliar o nível de familiaridade dos respondentes com a atividade. Avaliou-se se o Turismo Criativo poderia ser uma alternativa viável de desenvolvimento sustentável para a cidade, visando à diversificação econômica e à preparação para o pós-mineração. E pediu-se que fosse indicada a área mais adequada para desenvolvê-lo em Congonhas. Por fim, investigou-se o envolvimento e participação da comunidade local na elaboração e implementação de produtos e roteiros turísticos, visando compreender o grau de engajamento da comunidade nesse processo.

A Parte IV, visou identificar a disponibilidade e interesse do entrevistado em participar de capacitação na área de turismo. Também foi perguntado qual atividade é mais importante para Congonhas, buscando obter a percepção do entrevistado sobre o desenvolvimento da cidade. Essa parte encerrou a coleta de dados dos 24 questionários.

Devido a restrições de tempo, logística e disponibilidade dos participantes, algumas entrevistas foram conduzidas por meio de tecnologias de comunicação (videoconferências e Google Forms). Essas opções permitiram a participação de respondentes em locais distantes e ofereceu flexibilidade de tempo de resposta. Apesar disso, a qualidade dos resultados foi mantida, pois todas as entrevistas abordaram as mesmas questões, garantindo consistência e comparabilidade nas respostas; sendo que as tecnologias usadas facilitaram a coleta eficiente dos dados. E em alguns casos, estas entrevistas foram gravadas para facilitar a transcrição dos áudios. E em outros casos, a transcrição direta foi suficiente, sem perda de dados.

Cada entrevistado foi incentivado a expressar sua opinião sobre o objeto de estudo, proporcionando dados da própria realidade dos munícipes. No item "4.3. Perspectivas de moradores para o pós-mineração em Congonhas", são apresentadas as percepções dos indivíduos em relação à cidade, ao turismo e à mineração, destacando respostas para dar “voz” aos participantes e obter retornos para a pergunta da pesquisa. No segundo item, "4.4. Considerações sobre as entrevistas e os dados secundários", é feita uma análise das respostas fornecidas no item anterior, destacando a conexão entre as entrevistas, os dados secundários e o tema da pesquisa.

#### **4.4. Perspectivas de moradores para o pós-mineração em Congonhas**

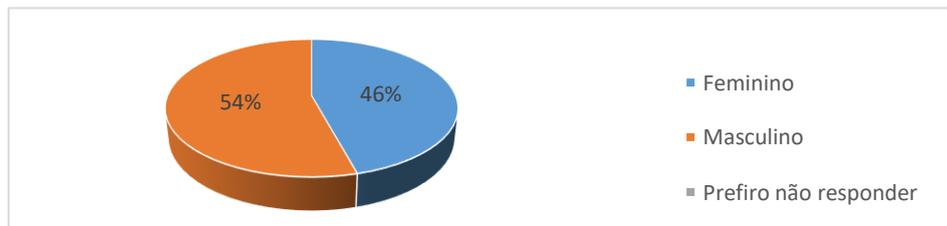
Neste item, moradores de Congonhas compartilham suas perspectivas em uma amostra de 24 entrevistados. Eles responderam a questionários padronizados, que resultaram narrativas únicas, porém com elementos comuns entre elas. As respostas semelhantes ou idênticas foram selecionadas e agrupadas para evitar repetições excessivas no texto. As questões estão destacadas em negrito, acompanhadas das respostas dos entrevistados. Vale ressaltar que, como a pesquisa tem viés social, nesta etapa não teve avaliação do conteúdo das respostas, apenas foi dada “voz” às pessoas.

**Questão 1.** Número total de entrevistados: 24. Neste contexto, a inclusão do número total de entrevistados como prática convencional de pesquisa, busca oferecer clareza acerca da extensão

do escopo amostral do estudo, ampliar a compreensão dos resultados alcançados e aferir a representatividade da análise.

**Questão 2.** Gênero: Os dados mostram a participação de 54% de homens e 46% de mulheres.

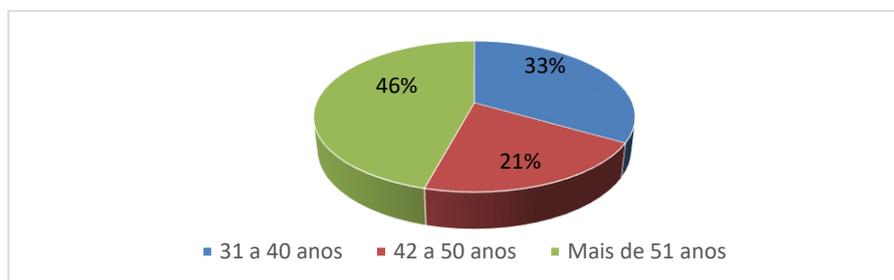
**Figura 28 - Distribuição de gênero**



Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

**Questão 3.** Idade: As idades dos respondentes variam de 31 a 40 anos (33%); de 42 a 50 anos (21%); mais de 51 anos (46%).

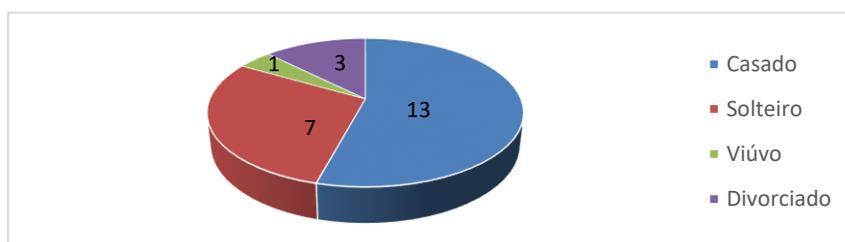
**Figura 29 - Variação de idade**



Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

**Questão 4.** Estado civil: Entre os respondentes, 13 estão casados, 7 são solteiros, 1 é viúvo e 3 estão divorciados.

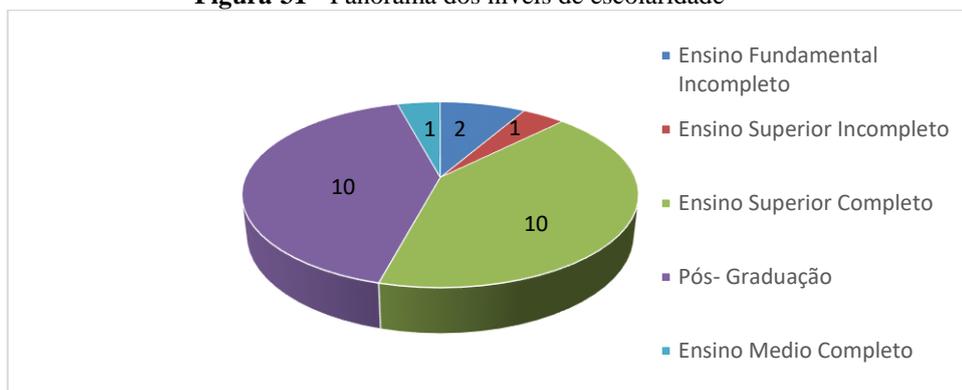
**Figura 30 - Comparativo: estado civil**



Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

**Questão 5.** Nível de escolaridade: A distribuição dos níveis de escolaridade indica uma variedade de formações educacionais, em que 10 entrevistados possuem Ensino Superior Completo, enquanto outros 10 possuem Pós-Graduação. Além disso, 2 respondentes possuem Ensino Fundamental Incompleto, 1 participante possui Ensino Superior Incompleto e outro participante possui Ensino Médio Completo.

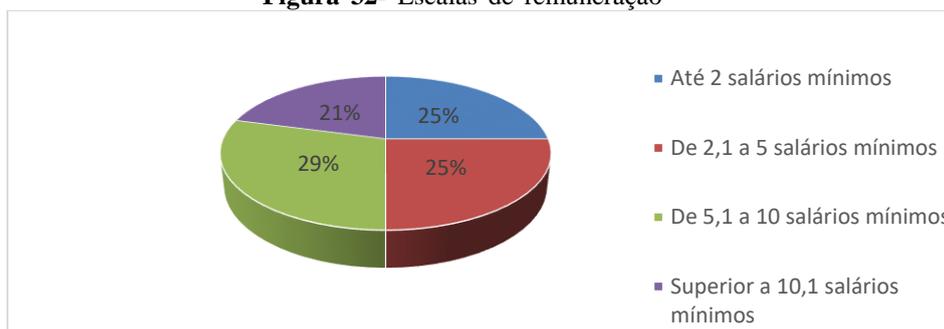
**Figura 31 - Panorama dos níveis de escolaridade**



Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

**Questão 6.** Remuneração: Quanto à remuneração os resultados mostram que 25% possuem uma renda de até 2 salários mínimos, enquanto outros 25% têm uma renda em uma faixa de 2,1 a 5 salários mínimos. Além disso, 29% dos participantes têm uma renda entre 5,1 a 10 salários mínimos, e uma parcela de 21% possui uma renda superior a 10,1 salários mínimos.

**Figura 32- Escalas de remuneração**



Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

**Questão 7.** Ocupação e/ou vínculo empregatício: A pesquisa revelou uma distribuição ocupacional com destaque para 11 servidores públicos, 2 trabalhadores voluntários e 2 aposentados. As ocupações dos outros 7 entrevistados, são: empresário, funcionário da área de mineração, trabalhador autônomo, dona de casa, representante sindical, religioso e

hoteleiro. Em relação ao regime de trabalho, um entrevistado é contratado pelo regime CLT e outro é MEI (Microempreendedor Individual).

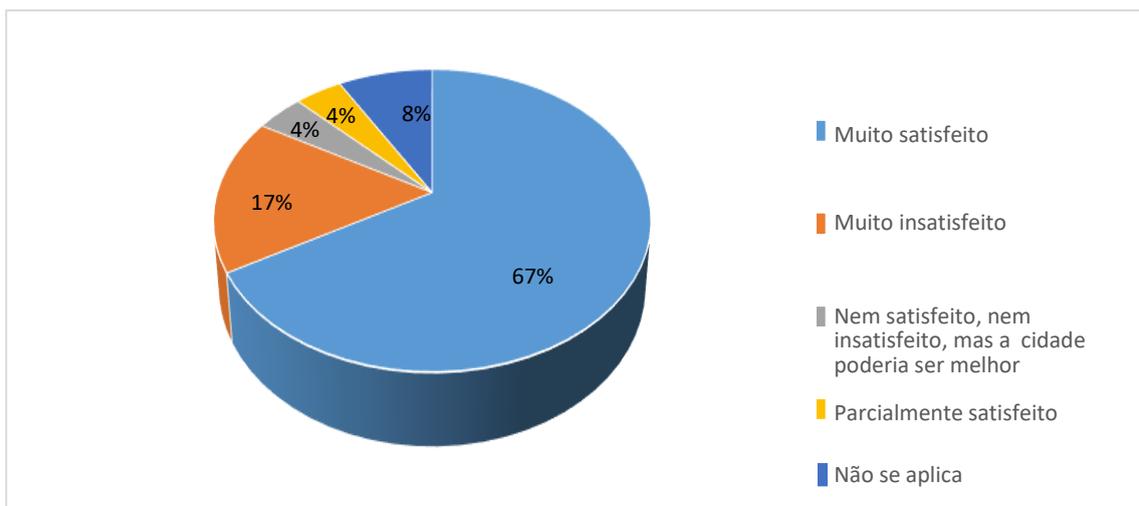
**Quadro 9:** Ocupação e/ou vínculo empregatício

Ocupação e/ou vínculo empregatício	Quantidade
Servidor Público	11
Trabalhador voluntário	2
Aposentado	2
Representante da Associação Comercial, Industrial e de Serviços	1
Funcionário da área de mineração	1
Trabalhador autônomo	1
Dona de casa	1
Representante sindical	1
Religioso	1
Hoteleiro	1
CLT - Agente de Viagens	1
MEI - Setor de Eventos	1

Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

**Questão 8.** No terceiro bloco da pesquisa, foi avaliada a satisfação dos participantes em morar em Congonhas. Dos entrevistados, 16 responderam "Sim" e 4 disseram "Não". Aqueles que expressaram “sim” apresentaram “a tranquilidade, acesso a serviços e a presença de familiares e amigos em Congonhas” como motivos. Alguns destacaram “o patrimônio histórico, as festas religiosas” e “Congonhas - cidade natal”, ou o “local escolhido para viver”. Já os 4 insatisfeitos expressaram preocupações com “a qualidade de vida, falta de investimentos e de infraestrutura, falta de suporte à população, problemas ambientais relacionados à mineração e ausência de opções de lazer”. Um entrevistado mencionou que “a cidade poderia ser melhor”; outro afirmou estar “parcialmente satisfeito e que aprecia o aconchego da população”, e o terceiro expressa insatisfação em relação à “falta de lazer, estrutura de suporte à população e a subserviência dos governos às mineradoras”. É importante destacar que 2 entrevistados não eram de Congonhas, um sendo turista e o outro representando uma associação regional de turismo.

**Figura 33** - Satisfação em morar em Congonhas.



Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”

**Questão 9.** Ao serem questionados sobre a primeira imagem que vem à cabeça quando se fala “Congonhas”, os participantes associaram diferentes aspectos à cidade. Essas associações foram agrupadas em três temas principais: turismo, mineração e família. Ao analisar as considerações dos participantes, pode-se perceber que esses temas emergiram como sendo relevantes nas respostas. No Quadro 10, as “falas” foram separadas de acordo com essas temáticas. Essas considerações revelam as múltiplas facetas de Congonhas, que se destaca não apenas por seu patrimônio cultural e turístico, mas também pelos desafios socioeconômicos e pelas relações afetivas que permeiam a vida dos residentes.

**Quadro 10** - Explorando temas relevantes nas respostas dos entrevistados

Qual é a primeira imagem que vem à sua cabeça quando se fala “Congonhas”?	
<b>Turismo</b>	Os Profetas (4); Obras de Aleijadinho (2); Cidade dos Profetas, Patrimônio Mundial da Humanidade; Santuário do Bom Jesus de Matosinhos; Basílica do Senhor Bom Jesus - em especial, a Capela do Santíssimo; Basílica do Bom Jesus juntamente com os Doze Profetas de Aleijadinho; Um dos maiores conjuntos arquitetônicos e urbanísticos do Brasil; O acervo artístico material do Santuário e seu portentoso jubileu devocional; Igrejas e a beleza da arte barroca; Cidade turística; Cultura e arte; Carnaval; Imagem de um povo que respira arte e cultura; Vinda de pessoas de outras cidades.
<b>Mineração</b>	Mineração e grandes empresas; Mineração e suas implicações; Minério e degradação; Antes era a imagem dos profetas de Aleijadinho, no último período é a Barragem; Poluição e Emprego; Vinda de pessoas de outras cidades; Roubo do minério da cidade.
<b>Família</b>	Família; Minha terra natal.

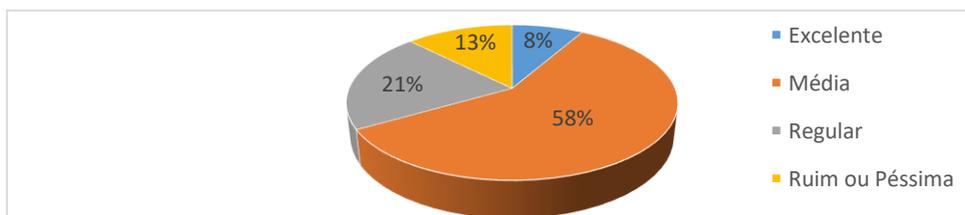
Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

Nota: O número dentro dos parênteses indica a quantidade de citações pertinentes a cada código.

**Questão 10.** Qual a nota que você dá para a qualidade de vida nesta cidade? A análise da

percepção dos respondentes em relação à qualidade de vida em Congonhas revela que 8 % considera a qualidade de vida na cidade como “Excelente”. A categoria "Média" registrou a maior porcentagem de respostas, com 58%; a categoria "Regular" recebeu 21% das respostas; e 13% avaliaram a qualidade de vida como ruim ou negativa.

**Figura 34** - Análise da qualidade de vida em Congonhas: opiniões de residentes



Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

**Questão 11.** Qual a sua percepção sobre a expectativa do fim da mineração em Congonhas nos próximos anos? Quais os impactos que você imagina na cidade? Para facilitar a compreensão, as respostas dos participantes foram organizadas em blocos de assunto, abordando impactos negativos e preocupações; diversificação econômica; preparação e planejamento, conforme Quadro 11.

**Quadro 11** - Percepções e impactos do pós-mineração em Congonhas

<b>Percepções e impactos do pós-mineração em Congonhas conforme relato dos entrevistados</b>
<b>Impactos negativos e preocupações</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Degradação ambiental e cultural causada pela atividade de mineração;</li> <li>2. Falta de discussão e planejamento do governo municipal em relação ao fim da mineração são fatores preocupantes;</li> <li>3. Desemprego em massa e perda de fonte de renda para a população;</li> <li>4. Impactos sociais, ambientais e econômicos, como contaminação do solo, poluição e extinção de espécies;</li> <li>5. “Vejo a cidade como se ela fosse as próprias pessoas. Estas, quando a mineração se esgotar estarão preocupadas, indecisas, desamparadas, sem estruturas. As pessoas ficarão apavoradas, sem recursos e sem empregos”;</li> <li>6. “Somos muito dependentes da mineração. Será um caos financeiro e um impacto social violento”;</li> <li>7. Endividamento e dificuldades financeiras das famílias dependentes da mineração;</li> <li>8. A reserva de minério de ferro do município é finita e sua exploração já dura mais de um século. “Quando essa reserva se esgotar, a receita do município será reduzida, causando um grande impacto negativo na economia regional como um todo”;</li> <li>9. “A mineração representa mais de 40% do orçamento público do município. Sem esse imposto, haverá uma perda financeira. E os problemas como saúde, contaminação e escassez de água continuarão sem solução”.</li> </ol>

<b>Diversificação econômica</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Preocupação com a dependência exclusiva da mineração como fonte de renda;</li> <li>2. Necessidade de estudar exemplos de cidades onde a mineração acabou, corrigir erros e buscar alternativas para minimizar os impactos;</li> <li>3. Investir em outros setores econômicos, como turismo, para diversificar a economia;</li> <li>4. “Se não houver diversificação econômica, Congonhas será um buraco negro”;</li> <li>5. “Se não houver ações rápidas, teremos uma cidade composta apenas por idosos, e nos tornaremos uma cidade dormitório. Os jovens, artistas e artesãos terão que se mudar para outra cidade para sobreviver”;</li> <li>6. “Uma parte da federação interessa à federação inteira. É importante que os royalties sejam empregados na diversificação da matriz econômica. A transparência é um aspecto fundamental”;</li> <li>7. “Congonhas precisa muito de diversificar sua economia por meio do turismo, comércio e novos investimentos, e seguir exemplos de outras cidades que superaram seus ciclos econômicos”;</li> <li>8. “Caso a cidade não busque diversificar sua economia, ela será habitada por indivíduos com um perfil conservador, que permanecerão nela por tradição, sem inovação”.</li> </ol>
<b>Preparação e planejamento</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ausência de planejamento. “Não estamos pensando no fim da mineração. Teremos muitos problemas para manter a estrutura de gastos da prefeitura”;</li> <li>2. Falta de investimento em outras áreas e falta de planejamento por parte do poder público para enfrentar um futuro sem a mineração;</li> <li>3. Falta de preparação da cidade para lidar com outras fontes de renda além da mineração;</li> <li>4. Ausência de expectativas claras sobre o fim da mineração na cidade;</li> <li>5. Na cidade, “não há um plano para acabar com a dependência total da mineração, e essa falta de planejamento é reforçada anualmente devido ao controle exercido pelas mineradoras sobre a cidade, o estado e até mesmo em nível federal. No futuro, quando a mineração deixar de ser viável, os impactos negativos e os problemas resultantes dessa atividade serão os únicos legados deixados”;</li> <li>6. “A expansão da mineração está gerando caos em Congonhas, apesar dos benefícios financeiros. O progresso econômico é alcançado à custa da exploração dos recursos naturais e da classe trabalhadora. Cerca de 80% dos salários na CSN estão próximos do salário mínimo. Dados do 'Olho no Cfm' revelam que 9% da população, aproximadamente 5 mil pessoas, vivem em extrema pobreza, com uma renda máxima de 200 reais por mês. O aumento na distribuição de cestas de alimentos pela Sociedade São Vicente de Paula reflete essa situação de empobrecimento”.</li> </ol>

Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

Nota: A numeração indicada é utilizada para ordenar as questões relevantes a cada bloco de assunto.

**Questão 12.** Na sua opinião, quais as entidades ou as pessoas que devem criar alternativas de renda para a cidade em meio à perspectiva do fim da mineração? - Após análise das respostas, verifica-se que a maioria dos participantes (7) reconhece que a busca por alternativas de renda é responsabilidade conjunta, entre governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada, incluindo “associações, cooperativas, conselhos municipais voluntários”. Essas “entidades

seriam responsáveis por propor alternativas viáveis” e “trabalhar em colaboração com o setor público e privado”.

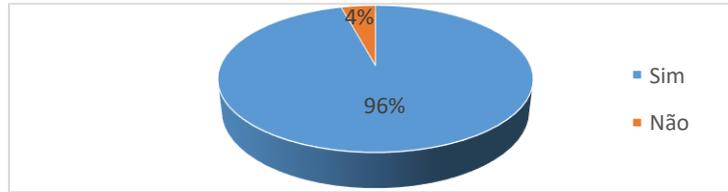
Dos outros 17 respondentes, 3 destacaram os governos municipal, estadual e federal como responsáveis por buscar soluções e aplicar os recursos do CEFEM para minimizar os impactos e promover a diversidade econômica. Sendo que 3 falaram do papel das empresas, principalmente as mineradoras, para pensar além da exploração presente e considerar as consequências futuras; sendo mencionada a “necessidade de parcerias com empresas de médio e grande porte para a instalação de indústrias” e o fortalecimento da economia. Ademais, 2 participantes mencionaram a necessidade da diversificação econômica, “especialmente com investimentos no turismo”. E 2 destacaram a transparência na aplicação dos royalties e a criação de uma “política nacional de diversificação da matriz econômica” como para o sucesso dessa transição. Outros dados relevantes incluem o desenvolvimento de setores como artesanato, artes visuais, quitandas, teatro, música e indústrias; todos inter-relacionados à economia criativa.

**Questão 13.** Quando a mineração se esgotar, como você consegue ver Congonhas no futuro? A pesquisa revelou perspectivas e preocupações diversas. Alguns participantes expressaram pessimismo, temendo que a cidade se torne uma "cidade fantasma" com problemas econômicos e “evasão de moradores em busca de emprego”.

Por outro lado, há otimismo em relação à “diversificação econômica por meio do turismo”, destacando “potencial turístico da cidade” e a “necessidade de investimentos nesse setor”, incluindo a “produção de orgânicos e produtos gastronômicos”. Alguns participantes expressaram “preocupação com a falta de ações rápidas”, alertando para o “risco de problemas econômicos generalizados”, tornando Congonhas um "buraco negro". Outras respostas mencionaram “o impacto atual da mineração, incluindo problemas econômicos, pobreza, alto custo de vida e déficit habitacional”, e ressaltaram a importância de “diversificar a economia rapidamente”. Além disso, há participantes que acreditam na “capacidade de reinvenção da cidade e das pessoas que nela vivem”, vislumbrando “um futuro com novas oportunidades” e fontes de renda diversificadas.

**Questão 14.** Você tem algum parente ou conhece alguém que trabalha na mineração? A maioria dos participantes (96%) responderam de forma afirmativa.

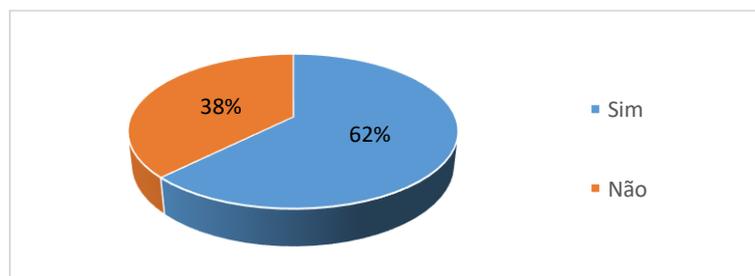
**Figura 35 - Vínculos na mineração: relações familiares e conhecidos**



Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

**Questão 15.** Você tem algum parente ou conhece alguém que trabalha no turismo? Uma porcentagem significativa dos participantes (62%) também respondeu afirmativamente.

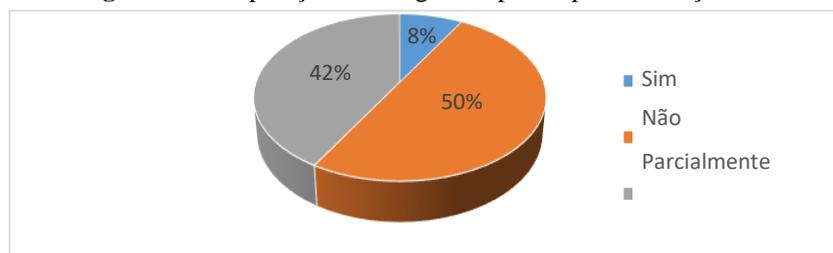
**Figura 36 - Relações no turismo: laços familiares e conhecidos**



Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

**Questão 16.** Você verifica se Congonhas está se preparando para o período em que as mineradoras finalizarão suas atividades de extração de minério? Verifica-se que Congonhas não está se preparando de forma adequada para o período em que as mineradoras finalizarão suas atividades de extração de minério. Dos entrevistados, apenas 8% responderam “sim”, enquanto 50% responderam “não” e 42% disseram que Congonhas está se preparando parcialmente.

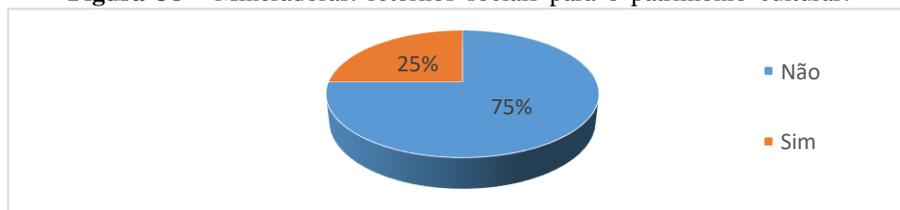
**Figura 37 - Preparação de Congonhas para o pós-mineração**



Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

**Questão 17.** Você sabe quais são os retornos sociais que as mineradoras oferecem para a proteção ao patrimônio cultural de Congonhas? Com base nos dados, a maioria dos participantes (75%) afirma que as mineradoras “Não” oferecem retornos sociais para a proteção do patrimônio cultural de Congonhas e apenas 25% disseram “Sim”.

**Figura 38 - Mineradoras: retornos sociais para o patrimônio cultural?**



Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

Ao analisar as justificativas, observa-se uma diversidade de argumentos que abrangem questões éticas e morais, preocupações práticas sobre os impactos negativos decorrentes de determinadas ações, e em fundamentos que os impostos devem ser voltados para ações socioculturais e ambientais, conforme Quadro 12.

**Quadro 12 - Mineradoras em Congonhas: retornos sociais para o patrimônio?**

<b>Justificativas dos participantes para "Não"</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. “Não consigo ver retorno social, os dirigentes das mineradoras não têm compromissos com o patrimônio cultural de Congonhas, pois residem fora do município” (Representante sindical).</li> <li>2. “Nada muito concreto, são doações esporádicas” (Agente de Viagens).</li> <li>3. “Não temos dados em relação ao turismo” (Gestor de Instância Regional de Turismo).</li> <li>4. “Vejo em escala menor, apenas com patrocínio pelos institutos em alguns evento” (Presidente de Associação Comunitária de distrito).</li> <li>5. Especificamente não” (Vereador).</li> </ol>
<b>Justificativas dos participantes para "Sim"</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. “As contrapartidas das empresas mineradoras podem ser aplicadas em projetos sociais, culturais e ambientais. É necessário desenvolver projetos direcionados a essas empresas para que eles tenham condições de serem executados” (Historiador/Pesquisador).</li> <li>2. “Sei que a Vale financiou parte do Museu de Congonhas ” (Representante da Associação Comercial, Industrial e de Serviços).</li> <li>3. ” Sim, elas retornam com impostos” (Representante de Instância Regional de Turismo ).</li> <li>4. “Congonhas recebe um valor expressivo do CEFEM e parte dessa verba é aplicada na conservação do patrimônio público” (Presidente de Associação Comunitária de Distrito).</li> <li>5. “ Conheço alguns projetos. O Museu de Congonhas tem projeto de manutenção com recursos de uma das empresas ” (Aposentado).</li> <li>6. “Investimento em eventos, que no meu ponto de vista é irrisório ” (Gestor público municipal/ Desenvolvimento Econômico).</li> <li>7. “Incentivos, intervenções e várias ações nas comunidades” (Representante de Associação de Artistas, artesãos e quitandeiras).</li> </ol>

Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

Nota: A numeração indicada é utilizada para ordenar as perspectivas relevantes a cada bloco de assunto.

**Questão 18.** Congonhas vive uma dependência econômica da mineração e os recursos minerários extraídos são esgotáveis. Sendo assim, cite duas atividades que você pensa que podem ser impulsionadas para se tornarem uma alternativa para o desenvolvimento sustentável de Congonhas no pós-mineração? Com base nas respostas fornecidas, a “Diversificação Econômica” emerge como uma solução promissora para impulsionar o desenvolvimento sustentável de Congonhas, sendo que o turismo foi a área mais destacada, conforme Quadro 13.

**Quadro 13** - Congonhas: rumo a um futuro sustentável além da mineração

Perspectivas / “vozes” de respondentes
Diversificação econômica/ solução promissora
Área de destaque: Turismo/Economia Criativa
<p><b>1. Turismo histórico e cultural:</b> “Congonhas é um destino turístico conhecido por seu patrimônio destacando-se a Basílica do Bom Jesus de Matosinhos e os Profetas de Aleijadinho” (Funcionário da área de Mineração).</p> <p><b>2. Turismo gastronômico:</b> “Congonhas possui uma cultura gastronômica rica, mas precisa investir em pratos típicos e regionais” (Turista).</p> <p><b>3. Turismo de aventura:</b> “Congonhas oferece belas paisagens que podem ser exploradas através de atividades como trilhas, passeios de charrete, caminhadas, ciclismo e outras experiências ao ar livre” (Turismóloga).</p> <p><b>4. Turismo religioso:</b> “Congonhas tem especial devoção ao Bom Jesus. O Jubileu e a Semana Santa oferecem celebrações emocionantes, enquanto as festas locais fortalecem essas tradições. A produção de itens religiosos sustenta a comunidade e mantém viva a expressão da fé” (Dona da Casa).</p> <p><b>5. Turismo de negócios, turismo de mineração/turismo de indústria:</b> “Congonhas deve aproveitar o potencial da BR 040 e investir no turismo de negócios e no turismo de mineração/indústria” (Representante de Associação de Artistas, artesãos e quitandeiras).</p> <p><b>6. Turismo rural de base comunitária:</b> “Congonhas tem potencialidade rural e deve combinar sua beleza natural, apesar de já bem degradada, com o rico e belo patrimônio histórico, que tem potencial turístico muito grande. Deve transformar a linha férrea em corredor cultural e transporte de passageiros e criar espaços para atividades culturais. Esta é uma solução para o trânsito congestionado, proporcionando experiências únicas aos moradores e visitantes”(Históriador/Pesquisador).</p> <p><b>7.</b> “Congonhas precisa investir em pousadas, hotéis e experiências de turismo rural, além de valorizar a agricultura familiar” (Funcionário Público/Cultura, Turismo, Esporte, Lazer e Eventos).</p> <p><b>8.</b> “Investir 4% do orçamento municipal em turismo impulsionaria o turismo de Congonhas, a exemplo de Dubai nos Emirados Árabes Unidos. Essa abordagem visionária garantiria um futuro sustentável e próspero, com uma economia impulsionada pelo turismo, assim como nos Emirados Árabes Unidos, onde 97% da população depende do turismo e apenas 3% do petróleo” (Hoteleiro).</p>
Demais Áreas: Agricultura, Educação e Tecnologia, Comércio/Serviços
<p><b>1.</b> “Agricultura orgânica e agricultura familiar: Investir em métodos de produção agrícola sustentáveis, incluindo a implementação de hidroponia em grande escala, pode impulsionar a produção de alimentos saudáveis em Congonhas. Além disso, essas práticas podem criar oportunidades de emprego e renda para a população local” (Representante da Associação Comercial, Industrial e de Serviços).</p> <p><b>2.</b> “Congonhas precisa desenvolver parcerias com grandes empresas de outros setores e estabelecer um polo industrial. Isso pode atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico local e resultar na geração de empregos e impulsionar a produção de bens e serviços na região” (Microempreendedor da área de Eventos).</p> <p><b>3.</b> “Setor educacional e tecnológico: Congonhas pode se beneficiar da presença de instituições de ensino superior, como a UFSJ e o IFMG. Aproveitando essa infraestrutura, seria possível criar um ambiente propício para desenvolver projetos tecnológicos e educacionais, como a criação de um Parque Tecnológico. Essa iniciativa poderia contar com o financiamento das mineradoras locais, estimulando a inovação e formando profissionais qualificados” (Presidente de Associação Comunitária da Área Central).</p> <p><b>4.</b> “Além do turismo, deve-se investir em agricultura e serviços” (Executivo Local).</p>

Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

Nota: A numeração indicada é utilizada para ordenar as questões relevantes a cada bloco de assunto.

**Questão 19.** Nas minas atualmente ocupadas pelas mineradoras, quais destinações podem ser dadas a essas áreas com o fim da atividade produtiva? Diversas destinações foram consideradas para essas áreas. A partir dos outros 19 respondentes, é possível identificar algumas possibilidades apresentadas por eles. O turismo emerge como uma alternativa promissora, sendo que a maioria das proposições para as áreas mineradas é que elas podem ser transformadas em atrações turísticas, oferecendo visitas e proporcionando aos visitantes a

oportunidade de conhecerem de perto o legado da atividade mineradora.

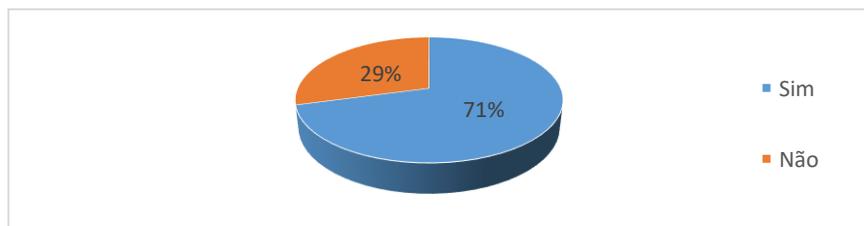
Para 1 respondente, pode-se desenvolver “o turismo relacionado à mineração, ao lado de turismo siderúrgico, ecológico, rural, religioso e gastronômico”. Para outro, o turismo “pode ser explorado, valorizando a história e a cultura local”. Um terceiro explicou que as minas podem ser utilizadas para o turismo de aventura com “passeios em veículos 4x4, a exemplo do que acontece em algumas praias onde turistas se divertem entre dunas de areia”.

Os entrevistados também evidenciam a importância de investir em projetos de recuperação ambiental, para devolver às áreas mineradas sua biodiversidade e características naturais originais. Para alguns, as áreas mineradas também podem ser utilizadas de forma sustentável para atividades rurais, como agricultura, agropecuária, promoção de produtos agrícolas orgânicos, ou projetos de economia solidária, bem como a valorização do artesanato e da cultura local. Para os respondentes, as antigas minas possuem um potencial significativo para serem aproveitadas na construção de museus, escolas, teatros e outros espaços culturais.

Durante uma entrevista, um respondente destacou que “as minas não apenas podem ser aproveitadas no futuro, quando o minério se esgotar, mas também podem ser visitadas atualmente por turistas”. Outras opções apresentadas pelos respondentes incluem o desenvolvimento de parques e espaços públicos de lazer, proporcionando áreas verdes para a população desfrutar. Sendo que 5 entrevistados disseram que “não sabem dar uma destinação às minas”, sendo que um destes respondeu: “as crateras são muito grandes... não tenho ideia”.

**Questão 20.** Você já ouviu falar em Turismo Criativo? - Os resultados revelam que a maioria dos respondentes (71%) já ouviu falar ou tem algum conhecimento prévio com o "Turismo Criativo". No entanto, é importante notar que cerca de 29% dos respondentes afirmaram não ter conhecimento sobre o tema.

**Figura 39** - Turismo Criativo: desvendando conhecimentos

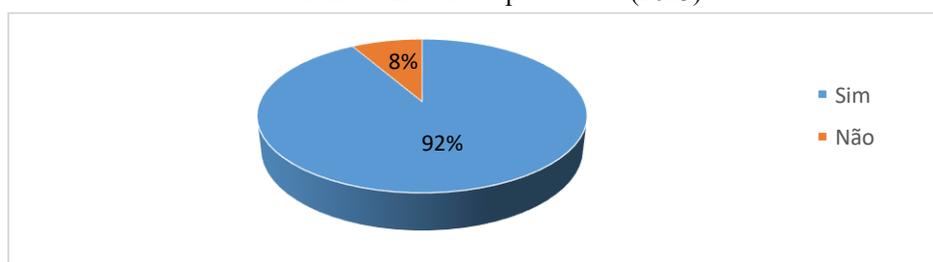


Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

Na sequência, foi apresentado o conceito de Turismo Criativo aos participantes. Após considerar o impacto positivo desse fenômeno social em outras regiões, a pergunta a seguir foi feita aos respondentes.

**Questão 20.1.** Você acha que o Turismo Criativo pode ser uma alternativa para diversificar economia de Congonhas principalmente no pós-mineração? - Com base nos resultados, 92% dos participantes concordam que o Turismo Criativo pode ser uma alternativa para diversificar a economia de Congonhas principalmente no pós- mineração, enquanto apenas 8% discordam.

**Figura 40** - Turismo Criativo: alternativa econômica em Congonhas  
Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.



**Questão 21.** Considerando o conceito de Turismo Criativo, qual a área mais vocacionada para trabalhar o Turismo Criativo em Congonhas? - A análise dos dados revela uma variedade de áreas vocacionadas mencionadas pelos participantes que podem ser explorados no contexto do Turismo Criativo. Estas foram descritas no Quadro 14 a seguir, com os Lugares de “Fala” dos entrevistados.

**Quadro 14** - Descobrimo a essência criativa de Congonhas

Perspectivas e opiniões dos entrevistados	
Áreas para o turismo criativo	Lugares de “Fala”
Cultura e religião (5)	“O patrimônio cultural e religioso de Congonhas, como o congado, pode ser explorado para criar experiências autênticas e imersivas para os visitantes” (Representante da Associação Comercial, Industrial e de Serviços).
Turismo histórico e arqueológico (3)	“Congonhas possui um rico acervo histórico, incluindo as obras do Aleijadinho. O turismo histórico e arqueológico pode enriquecer a experiência dos visitantes” (Agente de Viagens).
Turismo rural e ecoturismo (3)	Congonhas possui áreas rurais, propriedades agrícolas, montanhas, cachoeiras e áreas ecológicas que podem ser exploradas para “oferecer experiências de turismo rural e ecológico” (Vereador).
Os distritos (2)	Congonhas deve “investir em Lobo Leite, Esmeril e Alto Maranhão” (Executivo Local).

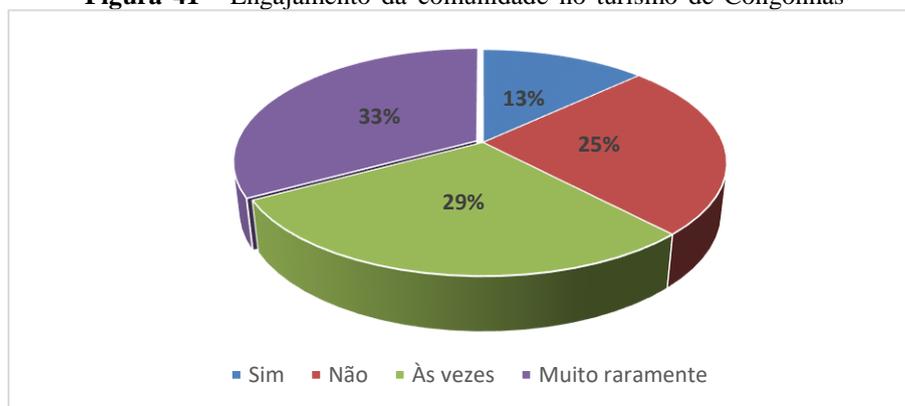
Áreas degradadas pelas mineradoras (2)	“Essas áreas podem ser transformadas em espaços de turismo criativo; incorporando a história das comunidades locais e dos povos originários que foram afetados pela mineração” (Microempreendedor do Setor de Eventos)
Artesanato (2)	“O artesanato local pode ser valorizado e integrado ao turismo criativo, oferecendo aos visitantes a oportunidade de conhecer e adquirir produtos únicos e tradicionais” (Representante de Associação de Artistas, artesãos e quitandeiras).
Gastronomia (2)	“A área gastronômica é uma oportunidade para criar experiências turísticas vinculadas aos insumos e à história local, como a produção de quitandas com temáticas relacionadas à região” (Presidente de Associação Comunitária de distrito).
Secretarias responsáveis (2)	É importante envolver as secretarias responsáveis pela gestão do turismo e do patrimônio cultural para desenvolver estratégias eficazes e promover a sinergia entre os diferentes atores envolvidos” (Empresário do Ramo Alimentício).
Eventos e atrações	“Investir no calendário de eventos pode atrair mais visitantes e estimular a economia local. Isso também pode aumentar as opções de produtos e serviços para os moradores da cidade” (Historiador/Pesquisador).
Guias de turismo, hotéis e restaurantes	“Esses serviços turísticos têm um papel fundamental na experiência dos visitantes, pois oferecem informações, acomodações e gastronomia de qualidade, além de estimular o estabelecimento de pousadas, hotéis, bares e restaurantes” (Hoteleiro).
Educação e pesquisa	“Congonhas poderia atrair universidades e escolas especializadas em mineração, geologia e mecânica, criando um turismo voltado para o aprendizado e pesquisa nessas áreas” (Gestor público municipal/ Meio Ambiente).

Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

Nota: o número dentro dos parênteses indica a quantidade de citações pertinentes a cada código.

**Questão 22.** Em sua opinião, a comunidade de Congonhas se envolve e participa das fases de elaboração e implementação de produtos e roteiros turísticos (local ou regional)? - Os resultados revelam que apenas 13% dos respondentes afirmam que a comunidade participa dessas fases, enquanto 25% afirmam que ela não se envolve. Por outro lado, 29% dos participantes indicam que a comunidade participa às vezes, e 33% afirmam que a participação dela é muito rara.

**Figura 41** - Engajamento da comunidade no turismo de Congonhas



Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

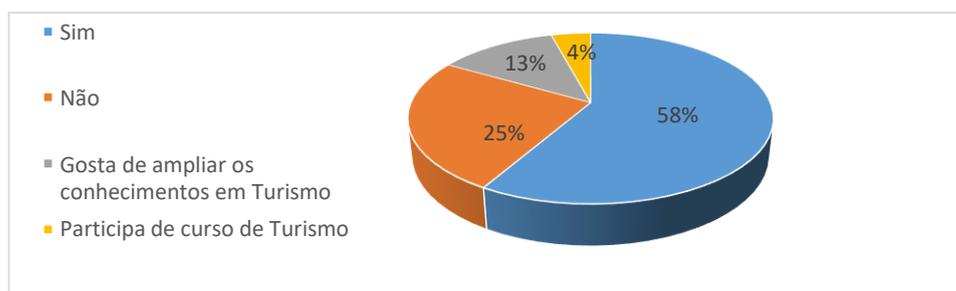
**Questão 23.** Você tem interesse em participar de alguma capacitação na área de turismo? Das 24

informações fornecidas, 58% dos entrevistados responderam "Sim" e expressaram uma variedade de interesses em participar de capacitação nas diferentes áreas. Destes que responderam afirmativamente, 2 mostraram interesse em caminhadas ecológicas criativas. Além disso, cada indivíduo expressa interesse em diferentes áreas, como: geoturismo, turismo religioso, turismo cultural, turismo criativo, gastronomia, turismo e comércio exterior, economia criativa, economia solidária, ecoturismo, agricultura familiar, elaboração de políticas públicas para desenvolvimento do turismo em cidades criativas e gestão em turismo.

Dos entrevistados, 3 destacaram que gostam de conhecer, discutir, ampliar e compartilhar saberes na área do turismo; e 1 mencionou que já participa de algum tipo de atividade de capacitação relacionada ao turismo. Inicialmente, 1 respondente recusou participar de algum curso por razões pessoais, mas percebeu a importância dessa participação tanto para as comunidades organizadas quanto para os membros do movimento do qual ele participa.

Por outro lado, 25% demonstraram que "Não" possuem interesse em participar de uma capacitação na área de turismo. Algumas dessas pessoas mencionaram falta de tempo como motivo para sua recusa. Um total de 13% expressou interesse em expandir seus conhecimentos em Turismo, enquanto 4% estão atualmente envolvidos em cursos relacionados à área.

**Figura 42** - Interesse em participar de alguma capacitação em turismo



Fonte: "Elaborado pela autora (2023)".

**Questão 24. Qual é a atividade mais importante para Congonhas?** - De acordo com as opiniões e percepções dos entrevistados em Congonhas, a atividade mais importante pode ser resumida assim: 50% consideram a mineração relevante, enquanto 21% acreditam que o turismo desempenha esse papel.

Enquanto o entrevistado de orientação religiosa enfatiza a dependência econômica da mineração e a falta de alternativas viáveis, o representante do setor educacional municipal sugere investir

tanto no turismo quanto na mineração para estimular o crescimento econômico, destacando a importância de ambas as atividades. O Executivo Municipal, por sua vez, destaca a relevância da agricultura; sendo que o representante do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Mineração ressalta que não se trata apenas de escolher entre turismo e mineração, mas de romper com o atual modelo de mineração para viabilizar o desenvolvimento de outros setores econômicos.

A complexidade de alcançar um equilíbrio entre setores, refletida nessas diversas perspectivas, demonstra a necessidade desse ajuste para estimular um crescimento econômico sustentável e diversificado, conforme o Quadro 15.

**Quadro 15:** Congonhas: descobrindo sua atividade mais importante

Opiniões e percepções dos entrevistados	Percentual
O turismo.	21%
A mineração.	50%
Atualmente é a mineração, mas precisamos potencializar o turismo e a agricultura familiar.	9%
No momento sem mineração, Congonhas não tem alternativa...	4%
A mineração desde que se rompa a relação de usurpação da riqueza que é a política do estado brasileiro.	4%
É a atividade para quem sobrevive.	4%
O turismo e a mineração são muito importantes.	4%
Agricultura.	4%

Fonte: “Elaborado pela autora (2023)”.

O responsável pelo Meio Ambiente na administração municipal destaca a agricultura como uma atividade complementar à mineração, ressaltando a necessidade de promover tanto o turismo quanto a agricultura familiar como alternativas ao excesso de dependência da mineração. O empresário do ramo alimentício reconhece a relevância de ambas as atividades, enfatizando que turismo e mineração são fundamentais para Congonhas e devem caminhar juntos.

O representante religioso também argumenta que para estimular outros setores econômicos, é imperativo romper “a relação de usurpação da riqueza na mineração e investir em áreas como universidades, tecnologia e turismo”, exigindo uma transformação na abordagem da mineração para contribuir o crescimento de outros setores. Por fim, o presidente da Associação Comunitária da Área Central afirma que “no momento, sem mineração, Congonhas não tem alternativa”. De forma que essas vozes convergem em consideração à necessidade de mudança para outros setores econômicos, evidenciando um debate crucial para o futuro de Congonhas.

#### **4.5. Estudo de dados secundários: cenário de mineradoras em Congonhas**

Apesar da intenção de compartilhar a visão de um gestor de mineradoras especializadas na produção de minério de ferro em Congonhas, as empresas contatadas não responderam às solicitações de entrevista, mesmo após o preenchimento dos protocolos necessários. A falta de retorno por parte dessas empresas inviabilizou a obtenção de informações diretamente dos gestores, dificultando assim a compreensão mais aprofundada sobre as perspectivas e desafios enfrentados por esse setor em Congonhas.

A falta de resposta pode ser atribuída a várias causas, pois a mineração em si já é um tema sensível. Mas importa ressaltar que a possibilidade de questões administrativas como motivo não se sustenta, uma vez que as solicitações de entrevista foram devidamente encaminhadas e recebidas pelos departamentos relevantes dentro das empresas. Portanto, é necessário buscar outras razões possíveis para a falta de resposta das empresas às solicitações de entrevista.

Nesse assunto, importa dizer que a pesquisa em ciências cognitivas revela que a ausência de uma resposta está também ligada à elaboração da pergunta (STRÖTGEN et al, 2006, p.4). Os autores sugerem que o entrevistado avalia a pergunta com base na presença de um elemento interrogativo e, posteriormente, por “meio de termos que caracterizam a pergunta, compara o evento com o conhecimento armazenado na memória de curto prazo” (JOHANN, 2008, p.53). E, quando há falha na identificação ou na recordação desses aspectos, pode ocorrer a ausência de uma resposta.

Para Lee, a “não resposta” também pode ocorrer tanto em relação ao instruído (indivíduo que recebeu as instruções) quanto ao item específico (questionário) do instrumento utilizado. E para verificar a adequação do questionário, ele propôs um check-list com três perguntas, a saber: os indivíduos que receberam as instruções conseguiram entender a pergunta? Eles são capazes de respondê-la? Os entrevistados estarão dispostos a responder à pergunta? Segundo o autor, para que o questionário seja considerado adequado, “todas as três perguntas devem receber uma resposta afirmativa”. Ao que é fundamental que o participante compreenda a pergunta, seja capaz de respondê-la e esteja motivado para fazê-lo. De tal modo que garantir respostas positivas a essas questões contribui para a qualidade do instrumento de pesquisa (LEE, 2006, pp. 760-779).

Tendo em vista que as perguntas são claras, objetivas e formuladas em conformidade com a metodologia da pesquisa. E mesmo após o preenchimento dos protocolos necessários, expõe-se que as empresas contatadas não responderam às solicitações de entrevista. Para tanto, apresentam-

se algumas ponderações sobre as possíveis explicações para a falta de resposta das mineradoras.

A agenda ocupada dos gestores e executivos das empresas pode dificultar sua disponibilidade para participar de entrevistas, devido aos compromissos constantes, como reuniões, conferências e visitas a outras operações. Ademais, a sobrecarga de trabalho enfrentada pelas empresas, devido às suas operações diárias e à crescente demanda por minério de ferro e outros minerais, resulta em uma falta de tempo para responder a todas as solicitações de entrevista que recebem.

No setor da mineração, as empresas podem priorizar suas atividades operacionais e estratégicas em detrimento de entrevistas e divulgações públicas. Em um ambiente competitivo, a produção, logística e estratégias de mercado podem receber maior atenção do que a comunicação com pesquisadores. Além disso, as empresas de mineração operam em um ambiente sensível, envolvendo questões de segurança, acordos comerciais e informações confidenciais, o que pode resultar em restrições internas à divulgação de informações durante uma entrevista.

A comunicação limitada também pode ser um fator relevante, já que algumas empresas de mineração podem não possuir um departamento específico para lidar com solicitações de entrevista acadêmica. Ao que a falta de disponibilidade ou interesse também pode ser uma causa, uma vez que as empresas podem estar enfrentando uma carga de trabalho intensa ou podem ter outras prioridades e compromissos que impedem sua participação na entrevista solicitada.

Podem ter sido estabelecidas políticas internas para restringir a participação dos funcionários em entrevistas externas, especialmente se não houver supervisão direta ou controle sobre o conteúdo divulgado. De maneira que o setor de mineração está sujeito a regulamentações rigorosas e requisitos legais, o que pode impor restrições adicionais às empresas em relação à divulgação de informações ou à participação em entrevistas sem a devida autorização ou conformidade legal.

Por fim, é possível que as empresas não estejam familiarizadas com a proposta da entrevista ou não vejam valor significativo em compartilhar suas perspectivas sobre o tema. O desconhecimento ou a falta de interesse na proposta também podem influenciar a decisão das empresas de não participar da entrevista solicitada.

Essas são apenas algumas possíveis causas para a falta de resposta das empresas de mineração em Congonhas. Cada empresa pode ter suas próprias razões específicas para não terem retornado às solicitações de entrevista. É importante ressaltar que a natureza competitiva e regulamentada

do setor de mineração pode influenciar a maneira como as empresas lidam com a divulgação pública e a disponibilidade para entrevistas.

A oportunidade de entrevistar uma grande mineradora em Congonhas permitiria obter informações sobre sua visão e planos para uma transição sustentável e inclusiva na região, bem como compreender suas opções de desenvolvimento sustentável pós- mineração. Embora não tenha sido possível obter respostas diretas do gestor, as 10 questões que seriam feitas nesse contexto, estão apresentadas no "ANEXO B". As observações descritas busca promover uma reflexão sobre o tema e fornecer entendimento sobre o conceito de reconversão econômica e sua importância para a sustentabilidade de Congonhas.

A primeira questão apresentada visa avaliar o conhecimento e a compreensão do gestor sobre o conceito de reconversão econômica e se a empresa reconhece a importância de promover práticas sustentáveis para garantir um desenvolvimento equilibrado e duradouro. Em seguida, a segunda pergunta busca a opinião dele sobre a viabilidade da economia criativa como uma alternativa para a reconversão econômica de Congonhas, explorando seu potencial em diversificar a economia da região.

Com a terceira questão, busca-se identificar as principais barreiras e desafios percebidos pelo gestor em relação à implementação da economia criativa em Congonhas, considerando questões como infraestrutura, capacitação profissional e limitações legais. A quarta pergunta visa obter a visão dele sobre os setores específicos da economia criativa que poderiam ser mais explorados em Congonhas, considerando a presença das empresas mineradoras na região.

Em seguida, a quinta questão procura explorar a visão do gestor sobre a forma como a integração entre as empresas mineradoras e os setores da economia criativa poderia ocorrer em Congonhas, destacando possíveis sinergias e colaborações. A sexta pergunta busca identificar as principais oportunidades e benefícios percebidos por ela na adoção da economia criativa para a reconversão econômica de Congonhas.

A sétima questão tem como objetivo saber se o respondente acredita que a reconversão econômica de Congonhas por meio da economia criativa poderia contribuir para a diversificação do mercado local, considerando a importância da diversificação econômica para a sustentabilidade da região.

Ao passo que a oitava pergunta procura explorar os possíveis impactos sociais da adoção da economia criativa em Congonhas, tanto para os trabalhadores locais quanto para a comunidade

em geral. A nona questão busca entender as medidas necessárias para promover a integração das empresas mineradoras com os empreendimentos da economia criativa em Congonhas, visando maximizar os benefícios para as duas partes.

Por último, mas não menos importante, a décima questão, que é considerada a pergunta principal, visa obter informações sobre a existência de um plano para o pós-mineração em Congonhas, incluindo previsões de período ou data para o encerramento das operações de mineração, programas de fechamento de minas, planos de recuperação ambiental e iniciativas de diversificação econômica.

Em conjunto, o intento dessas perguntas é compreender sobre o grau de conhecimento e compreensão do gestor sobre o conceito de reconversão econômica e sua importância para a sustentabilidade de Congonhas. A resposta dele permitiria entender se a empresa tem consciência da necessidade de diversificar as atividades econômicas da região, além da mineração, e se reconhece a importância de promover práticas sustentáveis para garantir um desenvolvimento equilibrado e duradouro.

Outro objetivo é avaliar o conhecimento do respondente sobre a reconversão econômica e sua importância para a sustentabilidade de Congonhas. Busca-se verificar se ele reconhece a economia criativa como uma alternativa viável e benéfica para diversificar a economia local. Além disso, deseja-se identificar as barreiras e desafios percebidos pelo gestor em relação à implementação da economia criativa na região, bem como as oportunidades e benefícios que ele enxerga nessa abordagem.

A integração entre as empresas mineradoras e os setores da economia criativa também é explorada, buscando identificar sinergias e colaborações possíveis. Pretende-se obter a visão do gestor sobre como essa integração pode ocorrer, incluindo possíveis parcerias, fornecimento de matéria-prima e apoio financeiro e logístico.

De maneira, que a importância da diversificação econômica para a sustentabilidade e resiliência da região também é avaliada, assim como os potenciais impactos sociais da economia criativa, tanto para os trabalhadores locais quanto para a comunidade em geral. Com base nas respostas do gestor, a proposição era traçar um panorama completo e embasar estratégias para impulsionar a reconversão econômica de Congonhas por meio da economia criativa, promovendo um desenvolvimento sustentável, diversificado e socialmente inclusivo.

Ponto em que busca-se compreender se o gestor possui conhecimento sobre os planos e estratégias existentes para lidar com a transição após o término das operações de mineração. A sua resposta poderia abordar se há um cronograma estabelecido para o encerramento das atividades de mineração, se existem planos de recuperação ambiental, programas de realocação de trabalhadores, iniciativas de diversificação econômica ou qualquer outra medida que esteja sendo adotada para o pós-mineração. Isso ajudaria a compreender a visão do gestor em relação ao futuro da região após o fim das operações de mineração em Congonhas.

Entretanto, diante da falta de resposta das mineradoras, foram empregadas estratégias de pesquisa para obter dados secundários sobre a atuação e atividades das empresas por meio de informações diretas em sites oficiais, relatórios anuais, comunicados à imprensa e publicações relacionadas à responsabilidade social e ambiental. O uso das informações de alguns dos 24 respondentes (da primeira etapa da pesquisa) e que atuam em questões ambientais e de sustentabilidade em Congonhas também contribuíram com uma perspectiva prática e local sobre a atuação das mineradoras.

A pesquisa foi realizada levando em consideração a importância da Vale e da CSN na região, bem como suas extensas experiências, recursos consideráveis e os impactos resultantes de suas atividades. Ambas as empresas possuem uma ampla gama de atividades econômicas, o que as torna relevantes para a pesquisa em termos de suas operações, práticas e impactos no meio ambiente, na comunidade local e na economia.

A Vale é uma das maiores empresas de mineração do mundo, com sede no Brasil e com operações em diferentes países, incluindo a produção de minério de ferro e outros minerais, tem como ponto de vista os seguintes aspectos: ela reconhece a importância de promover transparência e compartilhar informações relevantes sobre suas operações, projetos, sustentabilidade, governança corporativa e relatórios financeiros.

Para isso, ela mantém uma plataforma online em seu site, que oferece detalhes sobre esses assuntos, visando promover a transparência junto aos investidores, stakeholders e demais interessados. Segundo o site da própria empresa, a Vale busca “melhorar a vida e transformar o futuro, trabalhando em conjunto com seus parceiros e comunidades”. Ela também informa que “procura agir com integridade, valorizar seus colaboradores, fazer acontecer e respeitar o planeta e as comunidades onde atua” (VALE, 2023, s.p.)<sup>51</sup>.

---

51 Disponível em: < <https://www.vale.com/pt/>>. Acesso em 23 jun. 2023.

Em sua comunicação virtual, a empresa se apresenta comprometida com a prática de mineração sustentável em nível global, agindo de forma responsável nos países onde opera. Além disso, possui uma infraestrutura logística, que engloba a extração de minério de alta qualidade, bem como seu transporte por meio de ferrovias, portos e navios até centros de distribuição. A Vale também acredita que “é possível transformar recursos naturais em desenvolvimento, priorizando a segurança das pessoas e do meio ambiente”. E ainda destaca: “temos o compromisso de deixar um legado positivo para as comunidades onde atuamos e a sociedade em geral” (VALE, 2023, s.p.)<sup>52</sup>.

De acordo com o mesmo instrumento, ela também expõe que procura manter um diálogo transparente com as comunidades onde atua. Para isso, segue os princípios de ESG (Meio Ambiente, Social e Governança) e valoriza a cultura, o desenvolvimento de talentos, a diversidade e a inclusão. Ademais, apoia a educação e premia projetos que contribuem para o desenvolvimento das comunidades locais (VALE, 2023, s.p.).

Ainda de acordo com a empresa:

A Vale entende a importância do diálogo transparente com as partes interessadas e busca engajar as comunidades onde atua, com planos de relacionamento, formação de grupos gestores, reuniões participativas, visitas nas comunidades, fóruns de monitoramento, mecanismos de escuta e resposta para garantir que as vozes das partes interessadas sejam ouvidas”. A empresa também informa que apoia projetos sociais, investe na recuperação ambiental e no reflorestamento após o fechamento de minas, e prioriza a segurança das comunidades (VALE, 2023, s.p.).

Segundo a empresa, suas partes interessadas esperam dela uma gestão responsável e segura das barragens, medidas para prevenir rompimentos e transparência na gestão de riscos e impactos nas comunidades locais. Para tanto, ela está “implementando medidas para melhorar a gestão de rejeitos e barragens, adotando padrões internacionais e comprometendo-se a descaracterizar todas as barragens a montante até 2035” (VALE, 2023, s.p.).

A Vale conhece a importância da preservação dos recursos naturais e adota métodos e tecnologias para minimizar interferências e impactos ambientais. Ela estabeleceu metas de LGBTQIAP+, incluindo a cobertura de cirurgias de redesignação sexual. Ao que destaca:

Estamos focados em ser uma empresa cada vez mais diversa e inclusiva, agindo com respeito, diálogo aberto, segurança e integridade. Buscamos e valorizamos o talento individual e queremos que as pessoas possam ter orgulho de ser quem são na Vale (VALE, 2023, s.p.)<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> Disponível em: < <https://www.vale.com/pt/>>. Acesso em 23 jun. 2023.

<sup>53</sup> Idem.

A empresa reconhece desastres-crime ocorridos no passado, aos quais ela denomina de “acidentes/eventos”. E está empenhada em cumprir suas responsabilidades, garantindo a entrega integral de moradias, além de antecipar ações de reparação ambiental e social. Ela busca alcançar a conformidade com os requisitos do GISTM - Padrão Global da Indústria para Gestão de Rejeitos, garantindo a segurança das comunidades próximas às suas operações; para assegurar que “eventos como esses não se repitam no futuro”. Ponto em que ela reforça “aprendemos com a nossa história e seguiremos comprometidos em reparar integralmente as comunidades e as pessoas impactadas pelo rompimento da barragem B1 conforme o acordo judicial firmado” (VALE, 2023, s.p.).

A Vale destaca em pontos estratégicos do seu site a importância de fornecer informações claras e transparentes sobre a gestão de riscos e impactos nas comunidades locais, com um foco especial nas populações vulneráveis e no desenvolvimento territorial. As partes interessadas demonstram o desejo de compreender os compromissos da empresa com os direitos humanos e como essas obrigações são compartilhadas em toda a cadeia de valor. Além disso, esperam obter informações detalhadas sobre as ações da Vale em relação à recuperação da biodiversidade, aos impactos econômicos locais e aos riscos de invasão e uso indevido de terra (VALE, 2023, s.p.).

Essas demandas ressaltam a importância da transparência e da responsabilidade corporativa na gestão dos impactos e na promoção do desenvolvimento sustentável nas áreas de atuação da empresa. As partes interessadas acreditam que a Vale continuará aprimorando sua governança corporativa e fortalecendo a gestão de riscos; sendo fundamental que a empresa estabeleça um diálogo transparente com as comunidades afetadas, fornecendo informações precisas sobre seus projetos e operações (VALE, 2023, s.p.).

A empresa também se compromete em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e atingir a neutralidade de carbono até 2050, implementando medidas para aumentar a eficiência energética, reduzir o consumo de água e investindo em tecnologias de baixo carbono, como a substituição do diesel por veículos elétricos em suas operações (VALE, 2023, s.p.).

A segurança e saúde ocupacional são apresentadas como prioridades para a Vale, que busca garantir um ambiente seguro e saudável, adotando práticas rigorosas de segurança, promovendo o bem-estar físico e mental dos colaboradores e estabelecendo metas de redução de acidentes e doenças ocupacionais (VALE, 2023, s.p.).

A empresa reconhece a importância da inovação e da transformação digital para a sustentabilidade de suas operações, investindo em tecnologias avançadas como automação e inteligência artificial. E informa que “busca estabelecer parcerias com startups e instituições de pesquisa para impulsionar a inovação e desenvolver uma mineração sustentável, minimizando e impactos ambientais em suas operações”<sup>54</sup>.

Ela também reconhece que há desafios históricos relacionados a desigualdades sociais e se compromete em enfrentá-los estabelecendo metas internas de diversidade, equidade e inclusão, com o objetivo de aumentar a participação de mulheres na força de trabalho e em cargos de liderança. Além disso, salienta que valoriza a cultura, o desenvolvimento de talentos e a promoção da diversidade (VALE, 2023, s.p.).

Por fim, a Vale se mostra empenhada em empregar técnicas avançadas de recuperação ambiental, como reflorestamento e reconstituição do solo, para minimizar os impactos ambientais e restaurar a biodiversidade nas áreas mineradas. Ademais, ela se diz comprometida em divulgar informações transparentes sobre suas práticas e em cumprir suas responsabilidades ambientais ao “longo do ciclo de vida de suas operações” (VALE, 2023, s.p.).

A CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, por sua vez, é uma grande produtora de minério de ferro, com ativos de mineração em Congonhas, além de ter uma significativa capacidade de produção de aço, cimento, energia e logística. A empresa busca “ser o grupo nacional mais respeitado e reconhecido globalmente fortalecendo o significado de Ser Brasileiro” (CSN, 2023).<sup>55</sup>

Ela apresenta que seus valores incluem respeito à vida, ética, planeta e excelência operacional, e possui um Código de Conduta e uma Política Anticorrupção para combater fraudes e corrupção. Além disso, utiliza metodologias internacionais para avaliar e mitigar riscos estratégicos, operacionais, financeiros e regulamentares; visando garantir integridade corporativa e ética nos negócios (CSN, 2023, s.p.).

---

<sup>54</sup> Disponível em: <https://www.vale.com/pt/>. Acesso em 23 jun.2023.

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.csn.com.br/quem-somos/essencia-visao-missao-e-valores/> Acesso em:23 jun.2023

A CSN enfatiza em seu site que “a gestão de recursos hídricos é uma de suas prioridades ambientais e que participa de Comitês de Bacias Hidrográficas nas regiões em que opera, com altos índices de reuso e recirculação de água”<sup>56</sup>. De acordo com seus dados, ela investe em iniciativas sobre o uso consciente da água e implementa ações de economia de água em suas unidades. E também monitora a qualidade da água em locais onde está presente e adota instrumentos de gestão socioambiental (CSN, 2023, s.p).

A CSN se mostra solícita em “promover a Economia Circular” como uma alternativa para mudar a lógica da organização produtiva, “visando a reutilização e revalorização de materiais; e ela investe em inovação, eficiência e tecnologias, e transformação digital” (CSN, 2023, s.p.)<sup>57</sup>. Ademais, comunica em seu site que faz o levantamento de aspectos e impactos ambientais significativos, e possui uma Política Integrada de Sustentabilidade e HSE alinhada às diretrizes regulatórias e de melhores práticas globais.

Além disso, se mostra comprometida em promover a transparência, o diálogo com as comunidades locais (em que opera), e investe em projetos socioambientais (educação, cultura, esporte e saúde), fundamentados na valorização da ética, inclusão e respeito aos direitos humanos em toda a cadeia de valor. Ela informa que apoia iniciativas para crianças carentes, produz documentários brasileiros, mantém escolas técnicas, oferece cursos de qualificação profissional e patrocina programas de saúde. (CSN, 2023, s.p).

Em relação às mudanças climáticas, a Companhia ressalta que adota práticas que visam reduzir as emissões de carbono e realiza inventários de emissões de gases de efeito estufa desde 2010; o que culminou na obtenção de certificações por sua gestão climática. Além disso, participa de iniciativas sobre mudanças climáticas e “responde a questionários sobre gestão de mudanças climáticas e água” (CSN, 2023, s.p).

De tal modo que ela se apresenta comprometida com a gestão ambiental responsável; por meio de programas de monitoramento e mitigação dos impactos sociais e ambientais nas comunidades vizinhas, especialmente relacionados à dispersão de particulados, emissão de ruídos e aumento do tráfego de veículos pesados. Ela relata que adota medidas de controle e

<sup>56</sup> Disponível em: <<https://www.csn.com.br/quem-somos/sustentabilidade/agua/>> Acesso em: 23 jun.2023

<sup>57</sup> Disponível em: <<https://www.csn.com.br/quem-somos/sustentabilidade/diretrizes/>> Acesso em: 23 jun.2023

monitoramento da qualidade do ar e ruído, incluindo a limpeza automática de veículos pesados, e que disponibiliza canais de comunicação direta com representantes das comunidades locais (CSN, 2023, s.p).

Em termos de segurança, ela aponta que valoriza a proteção de seus colaboradores e tem alcançado resultados significativos, com zero acidentes fatais e uma redução na taxa de frequência de acidentes reportáveis. E o “Grupo CSN segue firme com o compromisso de descaracterização de todas as suas barragens alteadas pelo método a montante”.<sup>58</sup>

A CSN enfrentou desafios em 2022, incluindo chuvas intensas, pressões inflacionárias e o impacto da crise imobiliária na China devido à Covid-19, afetando seu principal mercado. Apesar disso, Enéas Diniz, diretor superintendente da CSN Mineração, subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), se mostra orgulhoso ao destacar que a Companhia se recuperou no segundo semestre e obteve resultados financeiros expressivos, com receita líquida de R\$ 12,4 bilhões, o EBITDA ajustado de R\$ 6 bilhões (margem em 48,5%) e o lucro líquido de R\$ 2,9 bilhões. E para expandir suas operações e diversificar seus produtos, a CSN Mineração divulgou que irá implantar nova planta<sup>59</sup> de beneficiamento de itabiritos, em Congonhas (MG), com capacidade de 10 milhões de toneladas por ano. O investimento no empreendimento, que ainda está em fase de licenciamento ambiental, será de aproximadamente R\$ 14 bilhões (JORNAL O TEMPO, 2023).

Ela também investe em pesquisa e desenvolvimento para inovação tecnológica, buscando melhorar a eficiência e sustentabilidade dos processos produtivos. Além disso, está comprometida com a transição para uma economia de baixo carbono, contribuindo para os ODS da ONU, focando em “energia limpa, indústria, inovação, infraestrutura, consumo e produção responsáveis, e ação climática” (CSN, 2023, s.p).

Em resumo, a CSN se mostra comprometida em operar de forma responsável, investindo em inovação, tecnologia e programas que promovam o desenvolvimento das comunidades onde atua. De forma que no âmbito social, ela reforça que continuará o fortalecimento de parcerias com instituições locais, governos e sociedade civil para conciliar seus objetivos de negócio

<sup>58</sup> Disponível em: < <https://www.csn.com.br/quem-somos/sustentabilidade/gestao-ambiental/> > Acesso em: 23 jun. 2023

<sup>59</sup> Disponível em: Relatório Integrado CSN: <file:///C:/Users/User/Desktop/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20consolidado/Vale%20e%20CSN/Relatorio-integradoCSN.pdf> Acesso em: 23 jun. 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/blogs/luiz-tito/csn-em-congonhas-1.3215908>. Acesso em 27.08.2023

com a preservação do meio ambiente, a segurança de seus colaboradores e o bem-estar das comunidades, visando criar valor de longo prazo para todos os stakeholders envolvidos (CSN, 2023, s.p).

Ambas as empresas, em suas comunicações virtuais, reconhecem a importância da transparência, responsabilidade corporativa e sustentabilidade. Elas estão empenhadas em promover o diálogo aberto e transparente com as partes interessadas, proteger o meio ambiente, contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais, sendo importante que elas cumpram suas responsabilidades socioambientais ao longo do ciclo de suas operações, trabalhando para reduzir os impactos negativos e promover o desenvolvimento sustentável.

## 7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa analisa as entrevistas de 24 participantes, sendo 13 homens e 11 mulheres, abrangendo idades de 31 e mais de 51 anos. Quanto ao estado civil, a maioria indicou ser casada.

A amostra revelou uma variedade de níveis educacionais, sendo que 10 entrevistados possuem Ensino Superior Completo, sugerindo a presença de profissionais com conhecimentos aprofundados e habilidades específicas em várias áreas. Adicionalmente, a presença de 10 entrevistados com Pós-Graduação indica profissionais com conhecimentos avançados e habilidades especializadas. Por outro lado, 2 entrevistados possuem Ensino Fundamental Incompleto, indicando a existência de uma parcela da população que, possivelmente, desempenha ou ocupa posições de base ou de início de carreira que não exigem formação acadêmica extensa. É importante ressaltar que houve 1 participante com Ensino Superior Incompleto e outro com Ensino Médio Completo, mas nenhum com Ensino Fundamental Completo ou Ensino Médio Incompleto foi entrevistado. Essa diversidade de níveis educacionais pode ser útil para análises futuras relacionadas à educação, qualificação profissional, experiência profissional, treinamento específico e competências adicionais que também podem influenciar a dinâmica do turismo e da mineração.

A distribuição de renda dos participantes abrange uma diversidade socioeconômica de 2 a mais de 10,1 salários mínimos. Essa diversidade revela uma parcela significativa da população com menor poder aquisitivo, com renda de até 2 salários mínimos. Há também uma proporção considerável de participantes pertencentes à classe média, com renda entre 2,1 e 5 salários mínimos, e uma faixa de renda mais alta, entre 5,1 e 10 salários mínimos. Esses dados são relevantes para pesquisas relacionadas a políticas econômicas, desigualdade social e planejamento financeiro.

As ocupações dos entrevistados são diversas, com destaque para servidores públicos (46%), aposentados (9%) e trabalhadores voluntários (9%). A predominância de servidores públicos em uma cidade mineradora é relevante, pois fornece contexto socioeconômico e revela características da comunidade, como estabilidade financeira, nível educacional, renda média e acesso a recursos. Isso influencia a receptividade da comunidade em relação ao turismo criativo como opção de desenvolvimento sustentável. Além disso, a ocupação como servidor público pode afetar a percepção da comunidade em relação ao turismo criativo, impactando atitudes e

expectativas em relação a novas iniciativas econômicas e turísticas. Os servidores públicos podem desempenhar papéis relevantes como facilitadores no processo de tomada de decisões e participantes no desenvolvimento de projetos turísticos criativos.

Ao analisar a satisfação em morar em Congonhas, a maioria dos entrevistados (67%) expressou satisfação, mencionando aspectos como a tranquilidade, acesso a serviços e a presença de familiares e amigos na cidade. No entanto, alguns entrevistados também demonstraram insatisfação (17%), apontando preocupações como a qualidade de vida, falta de investimentos, problemas ambientais causados pela indústria da mineração. Um participante mencionou que a cidade de Congonhas poderia ser melhor e outro disse que está parcialmente satisfeito em morar em Congonhas, apreciando o aconchego da população; sendo que ambos destacaram a necessidade de melhorias em áreas como lazer, estrutura de suporte à população e governança relacionada às mineradoras.

Dentre os respondentes, 8% não são residentes de Congonhas. Isso enriquece a pesquisa com a inclusão de perspectivas externas sobre a cidade, incluindo a visão de um turista e de dois representantes do setor turístico regional. A opinião do turista foi solicitada para obter um ponto de vista externo em relação à cidade, trazendo impressões pessoais sobre a experiência turística. Os representantes das associações regionais fornecem informações detalhadas e contribuem com um conhecimento mais aprofundado sobre Congonhas como destino turístico. A combinação dessas diferentes perspectivas contribui para uma análise mais completa e abrangente da realidade turística de Congonhas.

Ao explorar as associações vinculadas à primeira imagem que vem à cabeça quando se fala “Congonhas”, identificaram-se três temas relevantes nas respostas dos entrevistados: turismo, mineração e família. No contexto do turismo, Congonhas é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade e atrai visitantes pelo jubileu devocional, carnaval e beleza artística das igrejas; sendo que o turismo impulsiona a economia local, fortalecendo os laços entre moradores e visitantes.

A mineração em Congonhas, embora gere empregos, enfrenta desafios socioeconômicos e ambientais, incluindo preocupações relacionadas à poluição e degradação ambiental. Os principais desafios enfrentados pela comunidade estão relacionados às partículas de poeira que se espalham pela cidade. As fontes predominantes de emissão englobam a dispersão provocada

pelo vento nas pilhas de minério, sendo que tais emissões têm como consequência direta o surgimento de doenças, principalmente respiratórias, que impactam a saúde da população de Congonhas (MILANEZ, 2011, pp.199-228).

Além disso, a mudança na imagem associada à mineração é evidente. Anteriormente, a representação significativa da cidade era somente a dos profetas esculpidos por Aleijadinho, mas a barragem virou uma referência; o que pode ser atribuído aos desastres ocorridos em outras regiões, que geraram alerta em relação à segurança das estruturas em Congonhas.

O "roubo de minério" mencionado pode indicar problemas relacionados à atividade ilegal ou, simbolicamente, representar a perda e violação da essência, da terra, da riqueza e da história local. Isso sugere que a mineração ilegal está prejudicando os recursos naturais e culturais de Congonhas, resultando em danos ambientais, degradação do patrimônio histórico e impactos negativos na comunidade. Além disso, a mineração está associada ao emprego, mas atrai pessoas de outras cidades, o que pode impactar a dinâmica social e econômica da região. A situação revela as complexidades da mineração em Congonhas, abrangendo aspectos simbólicos, econômicos e sociais.

A atração populacional para os municípios mineradores provoca demanda por serviços, moradia e infraestrutura, e traz um exército de pessoas em busca de emprego, que, no entanto, ficam fora do mercado de trabalho, pois as oportunidades na área minerária, por vezes, exigem capacidade técnica, o que a grande parcela dos migrantes não apresenta (MIRANDA, 205, p. 49).

Ademais, Congonhas se destaca não apenas por seu patrimônio cultural e turístico, mas também pelos seus desafios socioeconômicos. A cidade também é associada ao valor afetivo e familiar, representando um local de origem e raízes para muitos residentes. Essa referência à família reforça o senso de pertencimento e a ligação emocional que permeia a vida de muitos moradores.

A qualidade de vida em Congonhas revela que enquanto uma minoria a considera excelente, a maioria a classifica como média (58%), indicando uma percepção neutra. Essa avaliação pode indicar que a cidade oferece condições razoáveis, mas ainda há espaço para melhorias em diversos aspectos. No entanto, uma parcela significativa avalia como regular, e uma porcentagem menor a considera ruim ou negativa. Esses resultados refletem percepções subjetivas; sendo que a qualidade de vida é um conceito complexo e multifacetado, influenciado por diversos aspectos que afetam a vida dos indivíduos. No entanto, ao abordar o conceito de

qualidade de vida, é comum entender que se está fazendo referência “a algo bom, digno e positivo” (SANTIN, 2002, pp.116-186).

Portanto, é fundamental considerar a diversidade de opiniões, sendo que essa análise indica a importância de investimentos e políticas públicas voltadas para melhorar a infraestrutura e os serviços na cidade, e com base nas avaliações e necessidades da população, elevar a qualidade de vida em Congonhas.

Como revelado pelas respostas, a possível interrupção da mineração em Congonhas nos próximos anos terá consequências significativas na cidade e na região. Enquanto alguns veem oportunidades de diversificação econômica e sustentabilidade e a necessidade de estudar exemplos de outras cidades e investir em setores como o turismo; outros expressam preocupação com o desemprego em massa, alto custo de vida, déficit de moradias, endividamento e perda de renda, além da degradação ambiental e cultural. Por outro lado, o encerramento das operações poderia trazer benefícios ambientais, como a recuperação de áreas degradadas e a redução da poluição. Além disso, há uma clara percepção da falta de preparação e planejamento da cidade para enfrentar um futuro sem a mineração visando a estabilidade econômica.

Para mitigar os impactos econômicos e reduzir a dependência exclusiva da mineração, os dados apontam de forma recorrente para a importância de diversificar a economia e desenvolver setores alternativos, como turismo/economia criativa, agricultura, educação e tecnologia, comércio/serviços.

Também é necessário levar em conta que a decisão de encerrar ou reduzir a mineração em Congonhas envolve considerações complexas que vão além dos impactos locais. Fatores como a demanda global por minério de ferro, políticas governamentais, questões ambientais e outros fatores econômicos também desempenham um papel importante nessa tomada de decisões. É fundamental que as decisões tomadas levem em conta não apenas os impactos imediatos, mas também os desafios da transição econômica em Congonhas. É imprescindível agir desde agora e buscar soluções que assegurem um futuro mais sustentável e próspero para a cidade.

No que diz respeito às entidades responsáveis por criar alternativas de renda para a cidade após o fim da mineração, as respostas destacam o papel do poder público (municipal, estadual e federal), da sociedade civil organizada e da iniciativa privada. É mencionada a importância

da governança fortalecida e da colaboração entre os diferentes setores. Além disso, reforça-se a sugestão de investir no turismo e diversificar a economia, focando no artesanato, indústrias e produção de alimentos. A transparência na aplicação dos recursos e uma política nacional para promover a diversificação da matriz econômica também são mencionadas como fundamentais.

Ao abordar como Congonhas será no futuro quando a mineração se esgotar, alguns participantes expressam pessimismo, temendo problemas econômicos e uma evasão de moradores. Outros são otimistas, enxergando possibilidades recorrentes para o investimento no turismo, diversificação da economia e busca por novas fontes de renda, destacando o patrimônio histórico e cultural da cidade, como os Profetas de Aleijadinho na Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. Também são mencionadas preocupações com a falta de ações rápidas, a necessidade de acelerar a diversificação econômica e a capacidade de reinvenção da cidade e de suas pessoas. O turismo criativo surge como uma abordagem promissora, para criar alternativas de renda, impulsionar o desenvolvimento econômico e gerar empregos, por meio da cultura, história, arte, gastronomia, produção de orgânicos e tradições locais para proporcionar experiências autênticas aos visitantes.

No entanto, é preciso ressaltar que a transição para uma economia turística exige planejamento cuidadoso, envolvimento das autoridades, investimentos em infraestrutura, capacitação da comunidade local e promoção efetiva do destino levando em consideração os impactos ambientais, a preservação do patrimônio cultural e a inclusão social. Também é necessário garantir que a diversificação econômica não seja limitada apenas ao turismo, mas que haja um esforço para promover outras atividades e setores, a fim de criar um ecossistema econômico mais resiliente e sustentável.

A maioria dos participantes afirmaram ter algum parente ou conhecer alguém que trabalha na mineração (96%), indicando a forte conexão e dependência da atividade mineradora dentro da comunidade de Congonhas. E uma porcentagem significativa dos participantes (62%) também afirmou ter algum parente ou conhecer alguém que trabalha no turismo. Embora esse número seja menor do que o relacionado à mineração, ainda indica que existe um mercado e um conhecimento sobre turismo.

Com base nesses dois dados pode-se observar a presença de conexões que Congonhas tem tanto

com a mineração quanto com o turismo. Essa percepção pode ser útil para orientar e desenvolver estratégias de transição econômica e diversificação, uma vez que há mercado e um certo grau de conhecimento e experiência relacionados ao setor. Com isso, ao argumentar que Congonhas necessita promover a diversificação econômica, pode-se dizer que existem pessoas que já estão envolvidas no setor turístico ou que têm alguma familiaridade com ele, e que podem facilitar a transição e a implementação de novas atividades nessa área.

No entanto, importa considerar que a dependência da mineração ainda é maior do que a presença do turismo. Isso pode indicar que são necessários esforços contínuos para aumentar a conscientização e capacitar a comunidade para impulsionar o crescimento do setor turístico, investir em políticas públicas de turismo e garantir que seja uma alternativa viável e sustentável para a economia local, e que contribua para a qualidade de vida da população local. No entanto, é necessário encontrar um equilíbrio entre a preservação das atividades de mineração existentes, considerando seu papel econômico e social, e o desenvolvimento de novas oportunidades no setor do turismo.

Com base nos dados oferecidos, verifica-se que Congonhas não está se preparando de forma adequada para o período em que as mineradoras finalizarão suas atividades de extração de minério. Dos entrevistados, apenas 8% responderam afirmativamente que a cidade está se preparando, enquanto 50% responderam negativamente e 42% disseram que a cidade está se preparando parcialmente. Essa distribuição de respostas indica que há uma preocupante maioria de pessoas que acreditam que a cidade não está se preparando adequadamente. Essa situação pode ser alarmante, ao considerar que a extração de minério é uma importante fonte de emprego e receita para Congonhas.

O término das atividades de extração de minério em Congonhas terá um impacto significativo na economia local e na vida da população. Para lidar com essa transição, é necessário um planejamento adequado e estratégias para diversificar a economia e garantir a sustentabilidade da região. Recomenda-se que as autoridades e líderes locais tomem medidas para enfrentar essa situação, como programas de desenvolvimento econômico, atração de investimentos, capacitação da mão de obra local, incentivo à diversificação econômica e investimentos em infraestrutura.

Além disso, é importante promover a conscientização sobre a preservação ambiental e buscar

alternativas sustentáveis para o uso dos recursos naturais; sendo essencial envolver a comunidade e promover diálogos abertos, consultas públicas e participação ativa na definição de políticas e projetos. Para tanto, faz-se necessário:

Sensibilizar e capacitar a sociedade civil e os gestores municipais para que a participação cidadã seja incorporada como método de gestão municipal, por meio do estabelecimento e do fortalecimento de mecanismos municipais de participação da sociedade civil - conselhos, audiências públicas e acesso à informação, entre outros (MCTI, 2022, p.116).

Assim, ao buscar as alternativas econômicas, Congonhas pode investir em setores apontados na pesquisa como turismo/economia criativa, agricultura, educação e tecnologia, comércio/serviços para enfrentar o fim das atividades mineradoras e garantir um futuro próspero e sustentável.

Quando questionados se as mineradoras oferecem retornos sociais significativos para a proteção do patrimônio cultural de Congonhas, observa-se que a maioria dos participantes (75%) respondeu "não", enquanto apenas 25% responderam "sim". Os entrevistados que responderam "não" apresentaram razões que variaram desde questões éticas e morais até preocupações práticas sobre os impactos negativos das ações das mineradoras. Por outro lado, os defensores do "sim" se justificaram na ideia de que os impostos devem ser direcionados para ações sociais, culturais e ambientais, como foi para o Museu de Congonhas.

Essas diferentes perspectivas destacam a complexidade do tema e a importância de um diálogo aberto e informado para promover a responsabilidade social das mineradoras. No geral, a percepção é de que os retornos sociais oferecidos para a proteção do patrimônio cultural de Congonhas são considerados insuficientes ou pouco concretos. Alguns participantes mencionaram a falta de compromisso dos dirigentes das mineradoras com o patrimônio cultural local, enquanto outros destacaram doações esporádicas ou parcerias em eventos específicos.

No entanto, houve menções positivas sobre o financiamento de projetos culturais e o investimento na manutenção do Museu de Congonhas por parte das mineradoras. Além disso, os recursos provenientes do CEFEM foram citados como sendo aplicados na conservação dos equipamentos e patrimônio público. Apesar das respostas divergentes, fica evidente que há uma necessidade de buscar parcerias consistentes e transparentes entre a sociedade, as autoridades locais e as mineradoras, para que estas possam se envolver no apoio e preservação do patrimônio cultural de Congonhas.

O desenvolvimento sustentável de Congonhas no pós-mineração é uma preocupação para garantir a continuidade econômica e a preservação do meio ambiente na região. E de acordo com os entrevistados, é necessário buscar alternativas econômicas que sejam viáveis e ecologicamente responsáveis. Assim, a diversificação econômica é apontada como fundamental para reduzir a dependência da mineração, de forma a aproveitar os recursos naturais e culturais de Congonhas. Ao passo que o turismo foi citado novamente como área recorrente, com destaque a seus segmentos: histórico e cultural, aventura, gastronômico, religioso, incluindo o turismo rural de base comunitária e o turismo de negócios/e indústria. Com isso, o turismo criativo se afiança como uma alternativa, pois promove experiências autênticas, envolve a comunidade local, contribui para a preservação da identidade cultural e a melhoria da qualidade de vida da população.

De maneira que nesse quesito, a citação do turismo foi seguida pela agricultura (familiar/orgânica), o desenvolvimento de parcerias industriais/comércio com a criação de um polo industrial, o incentivo ao setor educacional e tecnológico, e a transformação da antiga linha férrea em um corredor cultural (economia criativa).

Com o fim da atividade produtiva nas minas, o turismo surge como uma alternativa promissora, transformando as áreas mineradas em atrações turísticas. Investimentos em recuperação ambiental são destacados para restaurar a biodiversidade e características naturais originais. Para ressignificar essas áreas, foram considerados o reflorestamento, criação de áreas de proteção ambiental, trilhas para passeios, estudos/ pesquisas e espaços recreativos. Para os respondentes, as minas podem ser aproveitadas para construir museus, escolas, teatros e outros espaços culturais, proporcionando acesso à cultura e conhecimento para a comunidade. Essas áreas também podem ser utilizadas para atividades econômicas, como agricultura orgânica e agropecuária, economia solidária e valorização do artesanato e da cultura local. O desenvolvimento de parques e espaços públicos de lazer para atividades esportivas e de entretenimento também é uma opção apresentada.

A maioria dos respondentes (71%) já ouviu falar ou tem algum conhecimento prévio sobre o "Turismo Criativo". Essa é uma descoberta que pode ser promissora, pois sugere que o conceito está sendo difundido e reconhecido pela sociedade em geral. No entanto, é importante notar que cerca de 29% dos respondentes afirmaram não ter conhecimento sobre o Turismo Criativo, indica uma falta de conscientização ou exposição limitada a essa atividade. Esses resultados

sugerem que existe uma oportunidade significativa de educação e divulgação para aumentar a conscientização sobre o tema entre a população.

Considerando que o turismo criativo, envolve experiências imersivas e interativas que conectam os viajantes com a cultura local e estimulam a criatividade, esses resultados também podem ser interpretados como um reflexo do interesse e do desejo das pessoas em explorar novas formas de turismo que vão além das experiências tradicionais. No geral, essa análise preliminar mostra um cenário encorajador para o turismo criativo, com a maioria dos respondentes indicando familiaridade com o conceito. No entanto, é importante realizar mais pesquisas e promover a conscientização para garantir que mais pessoas possam se beneficiar e aproveitar as oportunidades oferecidas pelo turismo criativo.

Os resultados também indicam uma forte inclinação dos respondentes em relação à perspectiva de que o turismo criativo pode ser uma alternativa viável para diversificar a economia de Congonhas, especialmente no pós-mineração. Sendo que 92% dos participantes concordam com essa ideia, o que sugere que a comunidade reconhece o potencial e a capacidade do turismo criativo para desempenhar um papel importante na transformação econômica da região após o fim da atividade mineradora.

Essa perspectiva positiva pode ser atribuída a uma série de fatores. Primeiro, Congonhas possui um rico patrimônio histórico, incluindo o famoso conjunto escultórico de Aleijadinho, que já é um atrativo significativo e pode ser potencializado de forma criativa, oferecendo experiências autênticas e imersivas aos visitantes.

Além disso, a diversificação econômica se apresenta como uma estratégia fundamental para a sustentabilidade de uma comunidade após o declínio de uma indústria dominante, como a mineração. Para Sachs, diretora do Centro de Investimento Sustentável da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, “a América Latina precisa diversificar sua economia de produtos primários com uma gama mais ampla de setores competitivos para exportação” (BBC NEWS, 2015, p.1).

O turismo criativo pode trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais, estimular o empreendedorismo local, preservar a cultura e o meio ambiente, e ajudar a reduzir a dependência de uma única atividade econômica.

Embora os resultados sugiram um apoio amplo ao potencial do turismo criativo em Congonhas, é importante realizar mais pesquisas (para fornecer insights e embasar decisões), envolver as partes interessadas locais e realizar análises mais aprofundadas para entender melhor as oportunidades, desafios e medidas necessárias para implementar com sucesso essa alternativa econômica. Com essa perspectiva, a pesquisa acadêmica pode oferecer sua contribuição ao evidenciar que políticas com um design mais robusto têm uma maior probabilidade de identificar e abordar questões sociais, desempenhando um papel em prol do bem coletivo, em contraposição a políticas com deficiências de concepção, ou seja, mal desenhadas. Conseqüentemente, o processo de design de políticas engloba uma abordagem intencional para estabelecer metas e conectá-las a mecanismos que possam alcançá-las de maneira eficaz (HOWLETT; MUKHERJEE; WOO, 2015, pp. 165-176).

Segundo os entrevistados, as áreas mais vocacionadas para explorar o turismo criativo são os distritos, com ênfase nas áreas degradadas pelas mineradoras e nas histórias dos povos originários. A gastronomia, cultura/religião, artesanato, turismo rural, eventos, turismo histórico/arqueológico e espaços naturais se destacam nas citações. Sendo que o envolvimento da comunidade, investimentos em infraestrutura e parceria entre as secretarias responsáveis são apontados como essenciais para a iniciativa.

A pouca participação da comunidade de Congonhas na elaboração e implementação de produtos e roteiros turísticos se mostra evidente, com apenas 13% dos respondentes indicando participação, 25% afirmando que não se envolvem, 29% indicando que participa às vezes, e 33% dizendo que a participação é muito rara. Essa falta de envolvimento pode indicar uma desconexão entre a população local e as iniciativas turísticas, prejudicando o engajamento e apoio comunitário. O que pode resultar em produtos turísticos que não atendam às necessidades da comunidade e não promovam um senso de apropriação local. A participação da comunidade é crucial para o desenvolvimento do turismo, pois ela é que conhece o destino.

A baixa participação pode ser atribuída à falta de conscientização, canais de comunicação ineficientes e falta de incentivo e apoio das autoridades. Para melhorar essa situação, é necessário promover estratégias de engajamento comunitário, como reuniões públicas, consultas e parcerias locais, além de criar um ambiente propício para a participação da comunidade nas decisões (desde o planejamento), permitindo que ela compartilhe suas perspectivas e se sinta pertencente aos processos.

Quanto ao interesse em participar de capacitações na área de turismo, 58% responderam "sim" e expressaram interesse em geoturismo, turismo religioso, turismo cultural, turismo criativo, gastronomia, turismo e comércio exterior, caminhadas ecológicas criativas, economia criativa, economia solidária, ecoturismo, agricultura familiar, elaboração de políticas públicas para desenvolvimento do turismo em cidades criativas e gestão em turismo.

O que demonstra que há uma demanda por capacitação e aprimoramento no turismo e existem oportunidades e nichos dentro do setor que despertam interesse. Esses dados podem fornecer insights adicionais sobre os interesses e circunstâncias dos participantes em relação à capacitação na área de turismo, ajudando a direcionar futuras iniciativas de formação e desenvolvimento profissional.

Inicialmente, uma pessoa recusou a capacitação por razões pessoais, mas percebeu sua importância para as comunidades e o movimento que ele participa. Por outro lado, 25% dos indivíduos responderam "não" por falta de interesse e tempo. Essa informação sugere que pessoas interessadas podem enfrentar restrições de tempo, exigindo flexibilidade e acessibilidade em programas de capacitação. Assim, é crucial considerar as necessidades e limitações dos potenciais participantes ao planejar uma capacitação.

Conforme as opiniões dos entrevistados, a atividade mais importante para Congonhas é um assunto complexo. A mineração desempenha papel significativo na economia local, sendo mencionada como a mais importante por metade dos entrevistados. Ao passo, que alguns argumentam que ela é uma atividade de sobrevivência e que a região precisa diversificar suas oportunidades de trabalho. Novamente, o turismo e a agricultura familiar são apontados como alternativas à dependência da mineração.

Esse informe confirma a forte conexão de Congonhas com a indústria da mineração, sendo que 21% dos entrevistados demonstram familiaridade com o turismo. Portanto, ao diversificar a economia, o turismo pode ser uma opção promissora para o pós- mineração, pois ele já conta com pessoas envolvidas no setor ou familiarizadas com ele. Isso pode facilitar a transição, sendo necessário avaliar a infraestrutura turística existente e a capacidade de atrair visitantes.

A defesa do "desenvolvimento equilibrado" por parte de alguns entrevistados na pesquisa é uma abordagem que reconhece a importância de promover a sustentabilidade em setores-chave da economia, como mineração, turismo, agricultura, educação e tecnologia. Esse enfoque

recorrente busca evitar a dependência exclusiva de uma única atividade econômica, o que pode trazer riscos e vulnerabilidades para a comunidade local e o meio ambiente. Ao incentivar práticas sustentáveis nessas áreas, é possível buscar um equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais, garantindo um futuro mais resiliente e saudável.

Os entrevistados reconhecem o potencial do turismo em Congonhas e sugerem que tanto a mineração quanto o turismo podem coexistir e se beneficiar mutuamente. A preservação do patrimônio cultural e natural da região pode ser influenciada pela atividade mineradora, enquanto o turismo cria “novas oportunidades de renda, novas expectativas e novas oportunidades de trabalho” (DIAS, 2003, p.134).

No entanto, destaca-se que a dependência da mineração ainda é maior do que a presença no setor do turismo. Entretanto, a preparação adequada para o período pós- mineração ainda é limitada, sendo necessário um planejamento cuidadoso, investimentos e políticas para impulsionar o crescimento do turismo e garantir uma transição econômica bem-sucedida.

A maioria dos participantes indica que os retornos sociais oferecidos pelas mineradoras para a proteção do patrimônio cultural de Congonhas são insuficientes, sendo necessário um maior envolvimento e transparência das mineradoras nessa questão. Essa abordagem pode estabelecer parcerias sólidas entre o setor da mineração e as instituições locais para proteger e preservar o patrimônio cultural, atendendo aos interesses e expectativas da comunidade local.

De forma que, ao enfrentar o desafio de se preparar para o pós-mineração - um período incerto, mas inevitável devido à finitude dos recursos minerais - a diversificação econômica surge como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável de Congonhas. Nesse contexto, destaca-se o turismo como uma opção estratégica para novas oportunidades criativas.

Esse segmento é o primeiro destacado e vem seguido pela agricultura (familiar e orgânica); parcerias industriais/comércio; e setor educacional e tecnológico. Além disso, deve-se considerar a sustentabilidade em todas essas atividades econômicas. Isso inclui a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, o respeito aos recursos naturais e culturais, o estímulo ao turismo responsável, a promoção da conscientização ambiental, a preservação do patrimônio cultural e investimentos.

No entanto, para garantir uma transição econômica bem-sucedida e sustentável é essencial promover a conscientização e a participação da comunidade local. Além de avaliar e fortalecer a infraestrutura existente, como: melhoria de estradas, transporte público, habitação, hospedagem, restaurantes e outras comodidades que proporcionem uma experiência positiva aos moradores e aos visitantes.

Em conclusão, a atividade mais importante para Congonhas é uma questão complexa e suscita opiniões divergentes. Metade dos entrevistados destaca a mineração, enquanto outros apontam o potencial do turismo/economia criativa; agricultura; indústria e comércio; educação e tecnologia. A mineração pode ser reconhecida como uma atividade econômica essencial para a região, contribuindo significativamente para a geração de empregos e receitas, mas não pode ser vista como exclusiva, sendo que questões de distribuição de recursos e impactos socioambientais devem ser consideradas.

Os entrevistados reconhecem o potencial do turismo em Congonhas, o que indica que eles veem a atividade como capaz de agregar valor econômico e promover o desenvolvimento local. Sendo que a agricultura também é apontada como oportunidade de diversificação, que assim como o turismo, requer investimento e apoio adequados.

Essa perspectiva sugere que a diversificação econômica pós-mineração em Congonhas envolve uma abordagem integrada, onde a mineração e o turismo podem coexistir e se beneficiar mutuamente; de forma que o turismo valoriza o patrimônio cultural e natural, e apoiado pela atividade mineradora, pode proporcionar diversificação econômica e emprego. Portanto, embora haja um destaque para a mineração na opinião dos entrevistados, o reconhecimento do potencial do turismo indica que essas duas atividades podem caminhar juntas e serem consideradas importantes para Congonhas.

A maioria dos participantes afirma ter algum parente ou conhecer alguém que trabalha na mineração, reconhecendo que a cidade é fortemente ligada a esse setor. Também foi observado um grau de conhecimento e envolvimento com o turismo. Esses resultados indicam que o turismo pode ser uma opção viável para a região no pós-mineração, pois a presença de pessoas familiarizadas com a atividade pode facilitar essa transição; mesmo com a predominância da dependência da mineração em comparação ao turismo.

Diante da finitude dos recursos minerais, a diversificação econômica local é considerada essencial para o desenvolvimento sustentável de Congonhas no pós-mineração. O turismo, em particular o turismo criativo, é destacado como uma alternativa que pode valorizar os recursos culturais e criativos da região. Além dele, a agricultura (familiar/orgânica), parcerias industriais/comércio e setor educacional e tecnológico são mencionados como oportunidades de diversificação econômica.

A agricultura é crucial para a produção de alimentos, fibras e produtos vegetais. Destaca-se na pesquisa a agricultura familiar/orgânica, que é fundamental para a segurança alimentar e prioriza práticas sustentáveis e a preservação do solo e biodiversidade, tendo como exemplo a hidroponia, como um método que melhora os rendimentos das plantas.

A indústria e o comércio são citados como essenciais para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Congonhas. Enquanto a indústria produz bens e serviços; o comércio engloba a compra, venda e distribuição desses produtos, conectando produtores e consumidores em diferentes mercados.

A interseção entre educação e tecnologia, em conjunto com parques tecnológicos e universidades, também foi mencionada para impulsionar a inovação. Esse ponto foi igualmente enfatizado por Lisa Sachs, diretora do Centro de Investimento Sustentável da Universidade de Columbia, em sua análise da América Latina: "a ênfase deve ser direcionada para o investimento em educação e pesquisa, a fim de fortalecer os setores de alta tecnologia" (BBC NEWS, 2015, p. 1).

Nessa proposição, as universidades formam profissionais capacitados em ciência e tecnologia, enquanto os parques tecnológicos promovem a colaboração entre empresas, instituições acadêmicas e startups, fomentando novas ideias e soluções; sinergia que impulsiona a transferência de conhecimento e a pesquisa avançada.

Já no caso específico das empresas mineradoras, elas se apresentam em pleno reforço para promover a ideologia da responsabilidade social. Esta vai além de um "discurso dominante" e chega a se inserir em um contexto mais amplo de relações de poder; surgindo conflitos entre dominação e subordinação.

Oliveira defende a posição de que o conceito de responsabilidade social não é estático, pois sua definição pode variar de acordo com diferentes interpretações. Isso ocorre porque a responsabilidade social corporativa é um conceito multifacetado, com diferentes abordagens possíveis, uma vez que:

Para uns, é tomada como uma responsabilidade legal ou obrigação social; para outros, é o comprometimento socialmente responsável em que se observa a ética, e para outros ainda, não passa de contribuições de caridade que a empresa deve fazer. Há também os que admitem que a responsabilidade social é, exclusivamente, a responsabilidade de pagar bem aos empregados e dar-lhes bom tratamento. Logicamente, responsabilidade social das empresas é tudo isto, muito embora não seja somente este item isoladamente (OLIVEIRA, 1984, p.204).

Tendo em vista que a responsabilidade social vai além de princípios éticos e envolve uma análise crítica das relações de poder nas empresas; pode-se dizer que a comunicação das mineradoras por meio de sites e relatórios próprios aponta que elas podem usar a responsabilidade social como uma forma de controlar e dominar diferentes grupos sociais, como funcionários, comunidades e governos. Esses conflitos entre dominação e subordinação expõem a complexidade e as contradições da ideologia da responsabilidade social, que pode ser utilizada como um mecanismo para preservar os interesses dominantes, apesar de aparentemente atender aos interesses coletivos.

De modo que os aparelhos ideológicos são mecanismos de manutenção e reprodução de uma lógica capitalista, pois eles constroem a identidade cultural, política e social dos indivíduos e estão presentes no cotidiano dos grupos sociais. E a ideologia, em sua forma distorcida e imaginária, não representa as relações de produção existentes, mas principalmente a relação imaginária dos indivíduos com essas relações de produção e suas derivações. De maneira que, na ideologia, o que é representado não são as reais relações que governam a existência dos indivíduos, mas sim a relação desses indivíduos com as relações reais em que vivem (ALTHUSSER, 1980, p. 82).

A compreensão dessa dinâmica torna-se essencial para uma abordagem reflexiva sobre a responsabilidade social, evitando superficialidades diante das estratégias de marketing, que podem fortalecer ou criar imagens positivas de compromisso social e de preocupação ambiental. Para Castells, “os efeitos das novas tecnologias sobre todos os processos da nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico” (CASTELLS, 1999, p. 108).

Com isso, a importância de que as regras e normas nas operações das mineradoras sejam escritas em documentos com ampla publicidade é fundamental para facilitar a comunicação interna e externa. Além disso, a comunicação é uma ferramenta utilizada “também para distribuir peças e difundir uma ‘boa imagem’ da empresa - com todos os recursos visuais e digitais de que fazem uso” (BRONZ, 2011, pp.404-5).

Nesse contexto, os funcionários têm acesso às diretrizes operacionais da empresa, o que ajuda a garantir um ambiente de trabalho seguro. Ao mesmo tempo, investidores, parceiros comerciais e outras partes interessadas podem avaliar a conformidade da empresa e o compromisso dela com as causas sociais e ambientais; o que pode contribuir para a imagem e confiança da mineradora e atrair mais investidores e clientes.

Portanto, “o opressor mais eficiente é aquele que persuade seus subalternos a amar, desejar e identificar-se com seu poder” (EAGLETON, 1997, p. 13). Sendo fundamental analisar como as relações de poder se manifestam nos discursos e práticas relacionadas à responsabilidade social, a fim de promover uma transformação genuína e equitativa no mundo das mineradoras. Dessa forma, destaca-se a necessidade de “ir além do discurso hegemônico e explorar as complexidades da responsabilidade social, considerando as questões de poder e os conflitos presentes nesse contexto” (BITTENCOURT; CARRIERI, 2005, p.11).

Ponto em que vai de acordo com as declarações do ICMM (Conselho Internacional de Mineração e Metais) e do Banco Mundial. Para eles, as empresas de mineração devem buscar seus interesses e da mesma maneira devem promover também os interesses das "comunidades locais".

A indústria de mineração pode desempenhar um papel central no desenvolvimento da comunidade atuando como estimuladora de mudanças positivas em áreas que possam, de outra forma, ter pouco, se alguma, oportunidade de desenvolvimento econômico e social. Isso ocorre principalmente em situações em que a mineração pode ser uma catalisadora, para auxiliar a construir outras fontes de renda sustentáveis (que não as de mineração) nas áreas onde as minas estão localizadas, para que as comunidades possam desenvolver-se independentemente da mina e, assim, sobreviver à exaustão das reservas de minérios e à saída da operação de mineração. Para isso, devem-se promover ligações dinâmicas entre comunidades e órgãos externos de apoio (ICMM/BANCO MUNDIAL, 2005)<sup>60</sup>

<sup>60</sup> Disponível em: <<http://www.icmm.com/portuguese>>. Acesso em: 22 mai.2023.

A afirmação acima provoca muitas reflexões. Não apenas as empresas se eximem de suas responsabilidades diante das possíveis consequências negativas da mineração em comunidades locais, como também assumem o papel de agentes de desenvolvimento econômico e social, substituindo o papel do Estado.

Enríquez respalda-se nos estudos do Banco Mundial e defende que a mineração pode sustentar o desenvolvimento, estabelecendo uma conexão direta entre o crescimento econômico e a diminuição da pobreza. Para a autora, “a associação entre crescimento econômico e redução da pobreza é considerada uma verdade inquestionável”(ENRÍQUEZ, 2007, p. 106).

Programas de desenvolvimento sustentável para comunidades são aqueles que, ao longo do tempo, contribuem para que elas se tornem cada vez mais viáveis. As atividades de processamento de minerais e de mineração podem desempenhar um papel central no desenvolvimento sustentável das comunidades, atuando como catalisador para mudanças positivas no âmbito econômico-social e em áreas que possam, de alguma forma, apresentar oportunidades limitadas ao desenvolvimento econômico e social (ESMAP; BANCO MUNDIAL; ICMM; 2005, s.p.).

De tal modo que os estudos sustentam essa conexão positiva, indicando que o crescimento econômico sustentável tende a resultar em melhorias nas condições de vida das pessoas na diminuição da pobreza. No entanto, deve-se considerar abordagens integradas que garantam que os benefícios do crescimento sejam distribuídos de maneira justa e equitativa para alcançar resultados efetivos na redução da pobreza.

Outro dado que deve ser destacado ao analisar os sites das mineradoras, é a presença do conceito de "comunidade" como um tema recorrente. Mas este deve abranger uma variedade de aspectos, incluindo relações sociais, ambientais, econômicas e culturais. Entretanto, as empresas abordam a importância das comunidades locais, mas muitas vezes não exploram a complexidade e as necessidades específicas de cada comunidade.

Segundo Bauman, "o ser-em-comum é inerente ao ser humano", que busca a condição de estar junto de forma inseparável. De acordo com o autor, o indivíduo contemporâneo está constantemente em busca dessa condição e até mesmo tentando estabelecê-la, desejando ardentemente por um “lugar ‘cálido’, um lugar confortável e aconchegante” para se proteger das incertezas da vida social na era da "modernidade líquida" (BAUMAN, 2003, p.7). De maneira, que tanto as tribos primitivas quanto os grupos contemporâneos buscam ativamente por sua “comunidade”. Ou seja, existe uma ânsia por um lugar de pertencimento e conexão emocional; que reflete a necessidade humana de se sentir parte de algo maior.

Entretanto, a leitura dos sites das mineradoras muitas vezes não aprofunda essas questões de forma significativa. Ponto que é essencial considerar, pois o espaço de mineração vai além das noções tradicionais de município e comunidades locais. Ao que acredita-se ser necessário ao abordar as questões relacionadas à mineração, levar em conta o impacto global e a necessidade de cooperação entre as regiões. Essa reflexão pode promover uma gestão mais eficiente dos recursos e um equilíbrio sustentável; abrangendo a “discussão da cultura global versus local, no sentido dos elementos simbólicos próprios de um lugar (local) não serem sucumbidos por uma ideia de cultura única ou hegemônica (global)” (ALMEIDA; EMMENDOERFER, 2023, p.15).

Além disso, o uso dos termos "desenvolvimento sustentável" e "mineração responsável" parece que oferece garantias e licenças coletivas para que parte das mineradoras possam operar de maneira consensual. Embora esses conceitos sejam sempre utilizados é preciso perguntar se eles realmente garantem a aceitação social e a sustentabilidade ambiental. De modo que importa considerar outros aspectos, como a transparência nas práticas de mineração e os impactos reais sobre as pessoas e o meio ambiente.

Segundo Verón, os discursos são produzidos para serem compartilhados na sociedade e causarem impacto. Eles têm significados importantes, mas não têm um efeito garantido. De tal modo que um discurso pode ter um efeito único ou vários efeitos, e dependendo do que a pessoa que o faz quer alcançar: “a questão dos efeitos é, portanto, incontornável” (VERÓN, 2004, p. 216).

Verón ainda destaca que em um dispositivo de enunciação, há uma distinção entre o enunciado, que se refere ao conteúdo e está mais próximo do que é dito, e a enunciação, que diz respeito às formas de dizer e à "imagem de quem fala". Embora estejam relacionados, há diferenças entre eles, como a "imagem daquele a quem o discurso é endereçado" e a construção da relação entre o emissor e o destinatário. Assim, nas comunicações das mineradoras, elas direcionam seus enunciados para a comunidade, destacando aspectos positivos, como responsabilidade social e meio ambiente, para que seus discursos tenham significado para os leitores. Assim, em um texto, encontramos diferentes enunciados produzidos de acordo com processos e condições específicas, gerando diferentes efeitos de sentido (VERÓN, 2004, p. 217-218).

Ao considerar o conceito de Verón, percebe-se que as empresas estão conscientes dos processos e condições específicas de produção de enunciados, buscando gerar diferentes efeitos de sentido.

Ponto em que Löwy afirma que, embora as pressuposições da pesquisa sejam subjetivas, os resultados da investigação devem ser objetivos inteiramente e válidos para qualquer investigador, independentemente do ponto de vista adotado (LÖWY, 2011, pp. 423-426).

Nesse sentido, a abordagem de comunicação adotada pelas mineradoras mostra uma postura favorável e convidativa, que fortalece a possibilidade de colaboração e engajamento no contexto do turismo criativo em Congonhas. Elas se apresentam como instrumentos que abrem espaço para parcerias no desenvolvimento sustentável da região, de maneira que a todo o tempo demonstram que querem atender às demandas e necessidades locais, estabelecendo um diálogo franco e transparente com a comunidade.

Assim, na narrativa das empresas elas se apresentam prontas para contribuir para o desenvolvimento sustentável da região. E essa postura contribui para fortalecer a imagem das mineradoras e aumentar a confiança da comunidade e de outros envolvidos no potencial transformador do turismo criativo em Congonhas.

Essa união pode ser uma ação de força tanto localmente quanto no cenário global. De forma que essa sinergia se apresenta como impulso à economia e valorização da cultura e da criatividade regional, exultando em benefícios sociais. No entanto, essa parceria deve incluir a participação ativa da comunidade nesse processo, sendo envolvida, ouvida e tendo voz nas decisões que afetam o seu próprio desenvolvimento. O que é fator fundamental para garantir resultados duradouros e equitativos para todos os envolvidos.

Isso significa que todos os abrangidos devem ter acesso igualitário às oportunidades geradas pelo turismo criativo. A comunidade deve ser beneficiada com empregos no setor, recebendo orientação, treinamento e capacitação adequados para desempenhar suas funções e tendo a chance de desenvolver suas habilidades e conhecimentos. Junto a esses pontos, a criação de políticas públicas de incentivos ao empreendedorismo no setor do turismo criativo pode ser um facilitador para que os moradores se tornem empreendedores, criando seus próprios negócios relacionados ao turismo criativo. Sendo que esses incentivos podem incluir apoio financeiro, para aqueles que desejam iniciar seus empreendimentos de modo a promover o bem-estar da comunidade e o crescimento econômico de forma justa.

Importa destacar que, ainda, a pesquisa realizada aponta que a mineração é o setor que

predomina em Congonhas. No entanto, o turismo, a agricultura, a indústria, o comércio, a educação e a tecnologia se apresentam como fatores de diversificação econômica, mostrando assim uma inter-relação com a história e o desenvolvimento do município.

O turismo desempenha um papel importante na economia local. A cidade é conhecida por abrigar o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO e milhares de visitantes são atraídos para apreciar as esculturas de Aleijadinho e a riqueza histórica e cultural da região. O turismo contribui para a geração de empregos, a valorização da cultura local e a preservação dos recursos naturais.

Além do turismo, a “tradição rural” ainda está presente na identidade do município. No passado, os mineradores vindos para a região também se dedicavam às práticas agrícolas e à pecuária; o que foi fundamental para o abastecimento inicial. No entanto, com o declínio da atividade mineradora no início e meados do século XIX, Congonhas enfrentou uma crise, de modo que "os centros mineradores ficaram parcialmente desertos e a população dispersou pela zona rural, dedicando-se principalmente à agricultura e à pecuária" (MARTINS, 1980, p.6).

Historicamente, Congonhas possui uma cultura de venda de produtos agrícolas, que hoje é representada pela feira, que também se conecta diretamente ao setor turístico. Outro dado apontado como estratégia para a região é o "atendimento prioritário de três setores: agricultura, turismo e mineração/metalurgia", conforme planejamento do Consórcio de Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP, 2010)<sup>61</sup>.

A indústria e os serviços também têm função importante na economia local e estão ligados à cultura da cidade. Congonhas tem um histórico de desenvolvimento industrial, com empresas mineradoras que contribuem para o crescimento econômico e a geração de empregos. Além disso, os serviços, como comércio e turismo, são parte integrante da vida da comunidade, proporcionando interações sociais e divulgação do patrimônio cultural.

A cidade também é um importante centro de ações educacionais. Desde 1895, a chegada dos salesianos marcou a educação regional. Os “padres Domingos Albanello e Paulo da

---

<sup>61</sup> Disponível em: < <https://www.altoparaopeba.mg.gov.br/>>. Acesso em: 26 mai. 2023.

Congregação Dom Bosco foram fundamentais na implementação desses projetos educacionais trazendo consigo uma vasta experiência e conhecimento que beneficiaram toda a região” (LEITE, 2005, p.95). Congonhas também recebeu três congregações de religiosos católicos. A dos Padres da Missão, conhecidos como Lazaristas, chegaram em 1827 e fundaram o Seminário. Os Maristas, outra congregação, chegaram em 1897.

Destaca-se ainda a contribuição histórica dos Padres Redentoristas, que fundaram o Colégio São Clemente (Seminário Maior) e o Juniorato Santo Afonso (Seminário Menor, onde atualmente abriga o Colégio Piedade). Durante 52 anos em Congonhas, de 1923 a 1975, eles educaram “cerca de 1.750 alunos no Juvenato, dos quais 80 decidiram seguir a vocação religiosa e se tornaram sacerdotes” (LEITE, 2005, p.113). Essa contribuição demonstra a importância da educação e da influência religiosa na formação de jovens.

De maneira que, em Congonhas, o avanço tecnológico integrado aos processos educacionais reforça a importância da educação. A instalação da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) são marcos no desenvolvimento local, que impulsionam a educação e a tecnologia na região. Esses avanços são comprovados nas "Perspectivas de Desenvolvimento do Alto Paraopeba", nas quais o então prefeito de Congonhas Anderson Cabido já previa “que o ciclo do ferro seria seguido pelo ciclo do aço e que somente após este viria o ciclo do desenvolvimento criativo e tecnológico” (CABIDO, 2010, s.p.).

Assim sendo, cada setor - turismo, agricultura, indústria/serviços, educação/tecnologia - possui seu próprio impacto econômico, social e ambiental. Sendo que eles estão interconectados e colaboram para o funcionamento da economia local e global. A agricultura fornece insumos para a indústria e serviços, enquanto a educação e a tecnologia capacitam os indivíduos a contribuir de maneira mais eficiente e inovadora. O turismo, por sua vez, promove a divulgação da cultura e atrai investimentos para a região.

Em suma, a história de Congonhas está intimamente ligada a esses setores, que desempenham papéis cruciais na economia e no desenvolvimento social da cidade. A interconexão entre eles fortalece a economia global e impulsiona o desenvolvimento sustentável da região.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo realizado em Congonhas/MG teve como objetivo analisar o potencial do turismo criativo como alternativa de desenvolvimento sustentável no contexto pós-mineração em Congonhas/MG, identificando oportunidades de aproveitamento dos recursos culturais e naturais locais, promovendo a inclusão social e preservação ambiental, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Esta pesquisa contribuiu significativamente tanto do ponto de vista teórico quanto empírico para o entendimento e identificação das oportunidades relacionadas à utilização de recursos culturais e naturais locais. Ao explorar esses potenciais, torna-se possível acompanhar essa iniciativa com os ODS da Agenda 2030, com a intenção de fomentar o desenvolvimento sustentável por meio do turismo criativo.

Nesse contexto, é possível identificar potencial para o turismo criativo, o que evidencia que a sua viabilidade se dará a partir de diversos elementos de sustentação, em que é necessário se ater a vários pontos e proposições, entre os quais estão o estabelecimento de políticas públicas que priorizem a inclusão social e garantam o envolvimento das comunidades na gestão do turismo criativo.

Tudo isso, por sua vez, indica a exequibilidade do turismo criativo em Congonhas, um município que se destaca pelo seu rico patrimônio cultural e natural, além da presença engajada de artistas e criativos locais. É importante ressaltar também os recursos financeiros substanciais provenientes do orçamento público destinados ao turismo e o compromisso com a responsabilidade social demonstrado pelas empresas mineradoras em seus próprios canais de comunicação. Esses elementos, aliados à participação da comunidade, indicam que o turismo criativo se apresenta como uma alternativa viável para impulsionar a economia local e regional.

De maneira, que a pesquisa adotou uma abordagem que combinou métodos qualitativos, buscando uma compreensão aprofundada dos fenômenos observados e análise de resultados precisos. Do ponto de vista teórico, o estudo se embasou em referencial bibliográfico que explorou conceitos e abordagens pertinentes ao turismo criativo, desenvolvimento sustentável, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, territórios minerados, políticas públicas, governança turística, diversificação econômica e preservação ambiental. Essa fundamentação possibilitou uma compreensão aprofundada do tema e subsidiou

a análise das relações, informações e dados coletados durante as entrevistas.

A coleta de evidências empíricas por meio de entrevistas com diversos atores envolvidos no contexto de Congonhas, utilizando a História Oral e a técnica de entrevistas "bola de neve" como método, desempenhou um papel fundamental na compreensão das percepções e experiências dos vários participantes locais, incluindo residentes, empresas, organizações não governamentais e agentes públicos. Esses questionários proporcionaram insights valiosos e uma compreensão detalhada da realidade local.

Outra contribuição da pesquisa foi a coleta e avaliação de entrevistas, permitindo dar voz à população sobre a implantação de políticas públicas. Isso proporcionou uma abordagem participativa, diferente do modelo tradicional de imposição de políticas de cima para baixo, promovendo discussões sobre objetivos, resultados e continuidade das políticas.

As percepções e expectativas das partes interessadas, os desafios enfrentados e as possíveis soluções para promover o turismo criativo como alternativa de desenvolvimento sustentável foram cruciais para identificar as potencialidades e limitações de Congonhas, fornecendo embasamento para a formulação de estratégias e diretrizes eficazes voltadas para o turismo criativo no contexto pós-mineração.

Além disso, a pesquisa também contou com a contribuição da experiência da autora no campo do Turismo e Patrimônio, que, embasada em sua vivência, incorporou questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável nessas regiões historicamente dependentes da mineração.

Dessa forma, a pesquisa integrou o conhecimento teórico e as evidências empíricas, proporcionando uma base sólida para compreensões fundamentadas e generalizáveis, ampliando as descobertas relacionadas à realidade e às dinâmicas de Congonhas. Nesse sentido, destaca-se a importância de adotar um novo conceito de encerramento de minase promover uma transição gradual nas etapas do pós-mineração. Essa leitura evita que esse período seja enfrentado como caótico e, em vez disso, o transforma em uma oportunidade para o desenvolvimento territorial sustentável.

No decorrer deste estudo, destacou-se como importante a aplicação da abordagem metodológica do Policy Design no âmbito do turismo criativo em Congonhas. Isso se deve à sua natureza sistemática e participativa no planejamento e desenvolvimento de projetos sustentáveis. Esta abordagem demonstra ser uma estratégia inovadora e promissora, mas também um caminho para fortalecer a identidade local e promover o desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

Ela é delineada por meio de seu conjunto de diversas normas que esclarecem, detalham e fornecem orientações para a efetiva concretização da política em questão. Ao mesmo tempo, ela possibilita uma análise holística do objeto de estudo, permitindo a identificação de problemas, desafios e oportunidades por meio de um processo colaborativo que envolve todos os stakeholders envolvidos.

Por meio do Policy Design, oferece-se uma base sólida para ação por parte da gestão pública, desempenhando um papel fundamental na criação de um ambiente propício para o turismo criativo. De forma que essa abordagem pode desencadear uma série de efeitos benéficos para o bem comum.

Por conseguinte, ao adotar essa abordagem, surge uma questão fundamental: ela realmente funciona e é eficaz? Importa dizer que a metodologia do Policy Design se baseia na criação colaborativa e na co-criação de soluções inovadoras, no envolvimento da comunidade e na adaptação contínua, e demonstra ser uma ferramenta poderosa para o planejamento e implementação de projetos de turismo criativo. Ademais, ela permite uma flexibilidade que se molda e é centrada nas necessidades e valores da comunidade em questão. E essa prática culmina na concepção de projetos eficazes e alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo particularmente valiosa em contextos complexos.

Por isso, importa destacar que o aprendizado contínuo, a identificação de erros, a melhoria iterativa, a participação comunitária e o enfoque nas necessidades locais são os elementos balizadores que emergem a partir desta abordagem, uma vez que o Policy Design provoca importantes reflexões. Ele é mais do que uma simples estrutura de projeto, pois representa um processo de aprendizado e adaptação constante. E, ao aplicá-lo, adquire-se a capacidade de identificar rapidamente os erros e ajustar trajetórias, o que implica não apenas na

implementação de um plano, mas também na aprendizagem com ele e na melhoria ao longo do processo.

Nesse entendimento, o Policy Design traz consigo uma série de benefícios tangíveis. Isso inclui o desenvolvimento de projetos mais alinhados com as necessidades reais da comunidade, o aumento do engajamento dos moradores locais e a criação de experiências de turismo mais autênticas e significativas. Além disso, ele permite a otimização de recursos e reduz o risco de fracassos.

A abordagem do Policy Design, com sua flexibilidade e foco na comunidade, se apresenta como uma ferramenta valiosa para Congonhas e para muitos municípios minerados e ela pode ajudar a repensar estratégias de desenvolvimento em meio a cenários desfavoráveis e incertos. Entretanto, adotar o Policy Design não se resume apenas a uma escolha pragmática, mas também representa uma ação voltada para o bem comum, devido ao seu percurso evolutivo" (MORAES, 2006, p.145).

Isso implica dizer o Policy Design também pode ser aplicado à gestão pública de outros municípios, pois se adapta às nuances de cada local devido à sua flexibilidade e ênfase na comunidade. Ela não se restringe apenas ao crescimento econômico, mas também busca a preservação da identidade cultural, a melhoria da qualidade de vida dos moradores e o enriquecimento da experiência dos visitantes.

Nessa vertente, a aplicação do Policy Design em outros municípios minerados também pode ser uma estratégia eficaz e “ferramenta interdisciplinar” (PAPANEEK, 1971, p. 15) para repensar o desenvolvimento, aproveitando os aprendizados de Congonhas e adaptando-os às necessidades e contextos locais. Essa abordagem, ao considerar o bem comum e a promoção da cultura e qualidade de vida, demonstra seu potencial para melhorar a realidade dessas comunidades mineradas.

A pesquisa em questão, conduzida em Congonhas, possui uma territorialidade específica, mas sua aplicabilidade pode ser 'parcialmente' estendida a outros municípios minerados, como Itabira, em Minas Gerais, por exemplo; que está atualmente desenvolvendo um projeto de Reconversão Produtiva de Territórios Minerados, com o objetivo de conceber ideias e sugestões

para aprimorar a qualidade de vida na cidade, abordando questões econômicas, o destino de rejeitos de barragem e outros desafios, especialmente diante da exaustão da produção mineral.<sup>62</sup>

Enquanto Congonhas é notável por abrigar o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos e suas icônicas estátuas dos profetas, Itabira ganha destaque por ser a terra natal de Carlos Drummond de Andrade. Cada uma dessas cidades compartilha riquezas, memórias e histórias singulares, evidenciando que essas localidades possuem suas próprias especificidades e particularidades.

Assim, o Policy Design é uma abordagem flexível que pode ser aplicada em diversos lugares, mas a pesquisa em questão foi particularmente realizada em Congonhas. No entanto, para alcançar as diretrizes que forem traçadas no plano prospectivo e inclusivo para alavancar o potencial do turismo criativo, é evidente a necessidade de disponibilizar recursos adequados para capacitar a mão de obra local e incorporar produtos e serviços provenientes de empreendimentos locais. Nesse sentido, o poder público precisa “convocar” as empresas de mineração para integrarem o processo de reconversão socioeconômica dos territórios.

Entretanto, algumas limitações inerentes a este estudo devem ser ressaltadas, uma vez que elas apontam para áreas que requerem uma investigação mais aprofundada. Entre os desafios e limitações identificados, destaca-se a restrição temporal da pesquisa (análise do cenário em 2022/2023), o que implica que os resultados obtidos são aplicáveis apenas a um período específico. Adicionalmente, a escassez de dados sobre o turismo local e sobre o pós-mineração em Congonhas constitui outro obstáculo, uma vez que informações mais detalhadas seriam necessárias para uma compreensão abrangente do fenômeno em questão.

Outro aspecto que exige estudos detalhados para compreender suas causas e propor soluções efetivas é a sazonalidade do turismo em Congonhas, bem como a curta permanência dos turistas na cidade. Esse tema demanda aprofundamento, sendo necessário adotar ações como aprimorar a infraestrutura e os serviços turísticos, a fim de garantir qualidade e acessibilidade para todos. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de investir na melhoria das vias de acesso e requalificar a sinalização turística, para orientar o visitante e facilitar sua locomoção pelos pontos de interesse.

---

<sup>62</sup> Disponível em: <<https://www.itabira.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/itabira-sedia-seminario-de-reconversao-productiva-para-discutir-desafios-e-processos-pos-mineracao/275615>> Acesso em: 11 set. 2023.

Além disso, é crucial o desenvolvimento de equipamentos turísticos, como hospedagem, restaurantes e espaços culturais para oferecer aos visitantes opções adequadas e confortáveis. Esses empreendimentos devem ser pensados de forma estratégica, levando em consideração as demandas dos visitantes e a referência histórica de Congonhas.

A oferta de atividades turísticas diversificadas, além da organização de roteiros integrados, também são medidas que devem ser implementadas para incentivar a permanência de turistas em Congonhas. Ao criar itinerários que conectam os pontos turísticos mais relevantes e aceleram uma experiência completa aos visitantes, é possível estimular o aproveitamento das atrações locais. Essa integração requer a identificação das melhores rotas turísticas temáticas e parcerias entre os diversos agentes envolvidos.

Outro ponto relevante é investir na capacitação dos profissionais do setor do turismo para oferecer um atendimento de qualidade, valorizar a cultura local e agregar valor ao turismo. Programas de treinamento e capacitação podem ser implementados para guias, artesãos, agentes de viagens e empreendedores locais, entre outros. Nesse quesito, um serviço de qualidade, com profissionais bem preparados e conhecedores da história e dos atrativos da região, contribui para enriquecer a experiência dos visitantes e incentivá-los a prolongar a sua permanência em Congonhas.

Além disso, a diversificação das atividades turísticas organizadas e integradas é crucial para atrair diferentes perfis de turistas e aumentar a permanência. Além das visitas aos monumentos históricos, é importante oferecer opções de lazer ao ar livre, atividades culturais, festivais temáticos e eventos que despertam o interesse dos turistas em vivenciar Congonhas por mais tempo. Durante o Jubileu e outros eventos, a cidade atrai um grande número de visitantes, porém muitos deles não permanecem por muito tempo.

A escassez de áreas de lazer e o transporte público ineficiente também impactam a permanência dos turistas em Congonhas. Investimentos na criação de espaços de entretenimento, parques, áreas de convivência e opções de lazer podem atrair os visitantes para descobrirem mais a cidade. Ao mesmo tempo, é preciso garantir um sistema de transporte público eficiente e acessível para facilitar o deslocamento dentro da cidade e na região.

A divulgação eficiente do turismo criativo requer estratégias de marketing e comunicação eficientes para promover Congonhas como um destino turístico. Isso inclui uma identidade turística forte e autêntica, divulgação dos recursos do destino, uso de plataformas online e parcerias com agências de viagens e operadores turísticos para atrair visitantes interessados em experiências culturais significativas. A criação de um site oficial de turismo, o uso de mídias sociais para compartilhar informações e experiências, e a participação em feiras e eventos do setor podem aumentar a visibilidade de Congonhas como um destino turístico criativo e sustentável.

A gestão e a política pública de turismo devem adotar uma abordagem participativa, priorizando a inclusão social e garantindo o envolvimento das comunidades. Para tanto, ressalta-se a importância de instrumentos como a Política Municipal de Turismo, que engloba o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), o Plano Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo, para promover o desenvolvimento responsável da atividade turística. No entanto, é necessário ativar o Fundo de Turismo e atualizar o Plano de Turismo de Congonhas, levando em consideração as mudanças ocorridas no setor turístico e na sociedade.

A governança turística ressalta a relevância da regionalização do turismo sendo necessário conectar efetivamente Congonhas ao Circuito Turístico do Ouro e à Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais. Essas iniciativas ampliam a visibilidade dos destinos, fomentam a cooperação e impulsionam o desenvolvimento sustentável do setor. No entanto, é essencial compreender a representatividade de Congonhas nessas instituições, avaliando sua participação e influência nas decisões e diretrizes estabelecidas, a fim de assegurar que os interesses e necessidades do município sejam adequadamente considerados.

Para aprimorar a rentabilidade e a atratividade turística em Congonhas, é imprescindível estabelecer parcerias e envolver todas as partes interessadas. Nesse conjunto, aborda-se a relação complexa entre os residentes locais e a indústria de mineração, destacando a dependência dessa atividade e a necessidade de buscar alternativas que reduzam a dependência da mineração e impulsionem a sustentabilidade local.

Consequentemente, essas limitações apontam para oportunidades de pesquisas futuras que possam complementar as análises realizadas, ampliar a compreensão de suas causas e propor

soluções para o turismo local. Um exemplo dessas oportunidades é a criação de indicadores e dados precisos, bem como a realização de avaliações contínuas para medir e monitorar os impactos socioeconômicos e ambientais do setor turístico para assegurar a eficácia das políticas e otimizar as medidas ao longo do tempo.

A condução de pesquisas pode ampliar os estudos sobre o mercado e o perfil dos visitantes, identificar possíveis obstáculos à permanência dos turistas e aprofundar a análise da relação entre mineração e desenvolvimento sustentável na região. Esses aspectos devem ser investigados para auxiliar na tomada de decisões e no ajuste de estratégias e iniciativas de promoção turística, assegurando um desenvolvimento turístico sustentável.

Nessa investigação, é relevante considerar que Congonhas é uma cidade que apresenta dois antagonismos significativos: o valioso legado cultural e os impactos da atividade de mineração. Por um lado, a cidade é conhecida por sua beleza artística, expressa nas igrejas e esculturas que simbolizam o auge do estilo barroco, retratando a dualidade entre o divino e o humano, a luz e a sombra, refletindo os conflitos e diferenças presentes na sociedade. Por outro lado, a cidade também enfrenta os desafios da mineração, que contribuiu para a economia, mas traz consigo impactos ambientais e sociais, como a degradação do solo e a geração de poeira.

Esses dois aspectos representam um contraste marcante na identidade de Congonhas, equilibrando a beleza artística com os desafios da exploração econômica. No entanto, o risco de rompimento da barragem da CSN é a maior ameaça enfrentada pelo município. Essa crucial questão coloca em perigo não apenas “a vida” e a segurança dos habitantes, mas também afeta a atividade turística, que depende da preservação do meio ambiente e da imagem positiva da região.

O potencial rompimento da barragem representa não apenas uma preocupação imediata em termos de segurança, mas também pode gerar consequências ambientais graves, como a poluição dos recursos hídricos e a destruição de ecossistemas. Além disso, há implicações sociais, pois a comunidade local pode sofrer deslocamentos forçados, perda de moradias e interrupção de suas atividades econômicas.

Portanto, é necessário um cuidadoso planejamento e monitoramento contínuo para garantir a

vida e a segurança da população, assim como a preservação do patrimônio cultural e ambiental da região. A gestão adequada dos impactos da mineração, aliada a medidas de prevenção e mitigação, são essenciais para enfrentar essas adversidades e buscar um equilíbrio sustentável entre a preservação do legado cultural e a promoção do desenvolvimento econômico.

Ponto em que a implementação de placas de rotas de fuga tem gerado preocupação entre moradores e visitantes, causando impactos negativos no turismo. A falta de comunicação clara sobre a realidade da barragem, como planos de contingência, mapeamento de áreas de risco e redução de riscos, impede que os moradores conheçam os fatos para esclarecê-los aos turistas, prejudicando assim a experiência de ambos. Essas questões devem ser consideradas nas políticas públicas, que devem ser embasadas em evidências e nas necessidades dos cidadãos para garantir uma experiência positiva para todos.

Para tanto, é essencial adotar práticas responsáveis que protejam as pessoas, as áreas verdes, os recursos hídricos e as paisagens históricas. Isso requer a implementação de um abrangente "desenho de políticas" que incorpore a educação ambiental e patrimonial como questões-chave a serem abordadas, tanto no presente quanto no pós-mineração.

Para mitigar os impactos econômicos no pós-mineração e reduzir a dependência exclusiva da atividade mineradora, é crucial diversificar a economia local e envolver setores alternativos. Nesse cenário, destaca-se que o turismo criativo/economia criativa desempenha um papel importante no contexto do desenvolvimento sustentável. Isso requer um planejamento cuidadoso, investimentos estratégicos, diversificação das atividades e a participação ativa da comunidade, do setor privado e do poder público.

Além do turismo, é necessário considerar outros setores econômicos, como agricultura, indústria e serviços, educação e tecnologia, e buscar a integração entre eles. Esse processo visa promover a diversificação econômica e fortalecer a resiliência socioeconômica da região, tanto no agora, como no pós-mineração.

Por fim, Congonhas, apesar de possuir um significativo potencial turístico baseado em seu relevante patrimônio cultural, depende da exploração do minério de ferro como sua principal fonte de renda. Esse cenário resulta em uma economia que desestimula a atividade turística e

que também se associa à migração de pessoas de outras regiões que se estabelecem devido às ações privadas ligadas às empresas mineradoras, o que reduz a necessidade de buscar novas alternativas econômicas.

Desta feita, para a transição do pós-mineração no município, é essencial conscientizar os atores sociais que “os recursos minerais são finitos e não-renováveis e a mineração é, por definição, uma atividade finita, limitada à vida útil da jazida mineral”.<sup>63</sup>

De modo que as limitações da mineração precisam ser compreendidas como um "capital finito", enquanto se destaca o potencial do turismo criativo como um "capital infinito" dentro de um processo sustentável. Nessa interpretação, enquanto a mineração pode se esgotar, o turismo criativo oferece uma alternativa renovável ao longo do tempo, proporcionando um futuro próspero e resiliente para a região. Nesse contexto, é crucial o uso responsável dos recursos disponíveis e buscar soluções inovadoras que aproveitem o turismo criativo, oferecendo experiências enriquecedoras tanto para os moradores quanto para os visitantes.

Assim sendo, destaca-se que o turismo criativo tem potencial em Congonhas. No Quadro 16, apresentam-se algumas sugestões de estratégias e diretrizes baseadas nas observações desta pesquisadora, que podem ser incorporadas pela gestão pública de Congonhas em um plano participativo, a ser implementado com o envolvimento da população, visando estabelecer uma estrutura de governança mais proativa, especialmente no setor de turismo.

O objetivo é fomentar o desenvolvimento sustentável da cidade por meio do turismo criativo, de forma coordenada, criando experiências autênticas que promovam a cultura local e a preservação do patrimônio, levando em consideração as necessidades e características locais específicas no momento.

---

<sup>63</sup> Disponível em: <<http://recursomineralmg.codemge.com.br/meio-ambiente-e-mineracao/>> Acesso em: 12 set.2023

Quadro 16 - Sugestões de Estratégias e Diretrizes para o Turismo Criativo em Congonhas

<b>Sugestões de Estratégias e Diretrizes para o Turismo Criativo em Congonhas</b>	
<b>Estratégia</b>	<b>Diretriz</b>
1. Incentivo à Economia Criativa	Promover a economia criativa local, identificando, mapeando e apoiando artistas e criativos, incentivando a produção cultural e artesanal da comunidade.
2. Promoção de Eventos Culturais e Identitários Locais	Organizar eventos culturais e identitários para atrair visitantes e promover a cultura local, fortalecendo a identidade da cidade.
3. Uso Eficiente de Recursos Financeiros Públicos	Utilizar recursos públicos destinados ao turismo de forma eficaz, direcionando investimentos para projetos e infraestrutura turística
4. Implementação de Políticas Públicas de Inclusão Social na gestão do turismo criativo	Estabelecer políticas públicas que priorizem a inclusão social, envolvendo a comunidade local na gestão do turismo criativo. Adotar o Policy Design, o que inclui o desenvolvimento de projetos alinhados com as necessidades reais da comunidade, o aumento do engajamento dos moradores locais e a criação de experiências de turismo mais autênticas e significativas.
5. Adoção de práticas responsáveis na Mineração	Conscientizar sobre a finitude dos recursos da mineração e destacar o potencial do turismo criativo como alternativa sustentável. Mitigar os impactos da mineração, assegurando a segurança da população e a preservação ambiental, conscientizando sobre a finitude dos recursos. Implementar um índice de gestão de barragens claro e transparente para ajudar a cidade a assegurar uma gestão segura e sustentável, crucial não apenas no presente, mas também com a diminuição da produção mineral.
6. Diversificação Econômica	Promover a diversificação econômica, envolvendo setores como agricultura, indústria, educação e tecnologia para reduzir a dependência da mineração.
7. Capacitação Profissional, Educação e Desenvolvimento de Habilidades	Investir na capacitação dos profissionais do turismo, melhorar a infraestrutura e serviços turísticos para oferecer uma experiência de qualidade. Desenvolver programas de capacitação para membros da comunidade interessados em se envolver no turismo criativo, abordando temas como gestão de negócios, marketing, preservação cultural e sustentabilidade. Facilitar parcerias com instituições educacionais locais para oferecer oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de habilidades.
8. Melhoria da Infraestrutura e Acessibilidade	Investir na melhoria da infraestrutura turística, incluindo sinalização, transporte e instalações para visitantes. Garantir a acessibilidade a todas as atrações turísticas, tornando Congonhas um destino inclusivo.
9. Elaboração de Roteiros Integrados e Atratividade Turística	Incentivar a colaboração entre artistas, artesãos, empresários e instituições culturais para criar experiências turísticas autênticas e roteiros integrados e temáticos que conectem os pontos turísticos, estimulando a permanência dos visitantes e oferecendo atividades diversificadas que destaquem a identidade única de Congonhas. Promover a diversificação das experiências autênticas, explorando diferentes formas de expressão cultural e artística. Criar espaços funcionais e específicos de entretenimento, de convivência e de lazer.
10. Promoção da cidade como um destino criativo	Implementar estratégias de marketing, comunicação específica, identidade turística para promover Congonhas como destino turístico criativo e sustentável, destacando seus recursos culturais e históricos únicos. Participar de feiras e eventos regionais de turismo para aumentar a visibilidade da cidade.
11. Governança Turística Regional	Conectar Congonhas a associações e circuitos turísticos regionais para ampliar a visibilidade e cooperação no desenvolvimento turístico.
12. Participação da Comunidade	Envolver ativamente a comunidade local na tomada de decisões e na gestão do turismo criativo, garantindo sua representatividade.
13. Responsabilidade Ambiental e	Promover práticas responsáveis para proteger o meio ambiente e o patrimônio cultural, incluindo educação ambiental e patrimonial.

Patrimonial	Implementar políticas de conservação e restauração que garantam a preservação a longo prazo do patrimônio cultural e histórico da cidade. Estabelecer normas de sustentabilidade para proteger o meio ambiente e os recursos naturais da região.
14. Conscientização sobre a Mineração	Conscientizar sobre a finitude dos recursos da mineração (capital finito) e destacar o potencial do turismo criativo (capital infinito) como alternativa sustentável.
15. Parcerias e Colaborações	Fomentar parcerias com empresas locais, organizações culturais, agências de turismo e outras partes interessadas para impulsionar o desenvolvimento do turismo criativo. Promover eventos culturais e festivais que atraiam visitantes e enriqueçam a oferta de atividades criativas.
16. Monitoramento e Avaliação	Estabelecer indicadores de desempenho para medir o impacto do turismo criativo, como o aumento do número de visitantes, a geração de empregos locais e o aumento da receita turística. Realizar avaliações regulares para ajustar as estratégias conforme necessário com base no feedback da comunidade e dos visitantes.

Fonte: Elaborado pela autora em consonância com as “considerações finais” desta pesquisa, 2023.

Portanto, o Quadro 16 sintetiza um conjunto de sugestões e diretrizes que podem ser de grande utilidade para a gestão pública de Congonhas ao buscar promover o desenvolvimento sustentável por meio do turismo criativo. É fundamental concentrar esforços na resolução de desafios como a sazonalidade do turismo e a baixa permanência dos visitantes em Congonhas, uma vez que esses pontos, frequentemente, fazem com que a cidade seja percebida como um mero local de passagem. Portanto, é necessário direcionar atenção especial para essas questões, a fim de transformar Congonhas em um destino turístico mais atrativo e com maior permanência dos visitantes. Isso requer uma análise detalhada e a implementação eficaz das estratégias e diretrizes propostas no quadro, além de outras que se fizerem necessárias, visando à construção de uma base sólida para um turismo criativo sustentável e de qualidade na cidade.

Sobremaneira, esta investigação não tem a pretensão de esgotar o tema nem emitir juízos de valor. Ao contrário, ela tenciona abrir novas perspectivas e estimular futuras verificações, explorando possíveis lacunas identificadas durante o trabalho. Afinal, a própria dinâmica e evolução da cidade fornecem incentivo para que outros pesquisadores se aprofundem nesse assunto. Com isso, espera-se que essas contribuições enriqueçam o conhecimento existente e tenham aplicações práticas tanto no presente quanto no pós-mineração em Congonhas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: Economia Aplicada, vol. 4, nº 2, abril/junho 2000. pp. 379-397.

ABREU, Jean Luiz Neves. Tábuas da salvação - em Minas, peças em madeira mostram crença no poder de cura dos santos. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 41, ano 4, 2009, p. 33.

ACHMG. Plano de Ação Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais: Gestão 2021/2022. Congonhas: ACHMG, 2021, 15p.

AGÊNCIA CÂMARA. Relatório aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/784354-relatorio-aponta-que-o-brasil-nao-avancou-em-nenhuma-das-169-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>> Acesso: 13abr. 2023.

AGENDA 2030. A integração dos ODS. ONU, 2015. Disponível em: <[http://www.agenda2030.com.br/os\\_ods/](http://www.agenda2030.com.br/os_ods/)>. Acesso em: 2 fev. 2023.

AKINRULI, L. C. M. C. A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier. Tese (Doutorado em Antropologia). Belo Horizonte, UFMG, 2018. 402p.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; Morelli, Gustavo (Org.). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: Sebrae, 2004. 352 p.

ALBERTI, V. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1990. 202 p.

\_\_\_\_\_. Manual de história oral. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 236p.

\_\_\_\_\_. Ensaio bibliográfico: obras coletivas de História Oral. In: Tempo. vol. 2, n.3, Rio de Janeiro: Revista do Departamento de História da UFF, 1997. pp. 206-219.

ALBUQUERQUE, C. Dicas de turismo em Essen e Vale do Ruhr. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/dicas-de-turismo-em-essen-e-vale-do-ruhr/>>. Acesso em 5 jun. 2023. 6p.

ALENCAR, E.M. L.S. A gerência da criatividade. São Paulo, Makron Books. 1996.130p.

\_\_\_\_\_. Criatividade. Brasília, Editora UnB, 1993. pp.10-18.

ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: conexões e reflexões. Revista de Turismo Contemporâneo, Natal, v. 11, n. 1. jan./abr. 2023. pp. 1-21.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. 3. ed. Biblioteca universal presença; nº 10. Lisboa: Presença, 1980. 120p.

ALVES, T. J. C. Responsabilidade de hóspedes em relação à variável ambiental: estudo de caso de dois meios de hospedagem. Dissertação Programa de Pós-graduação em Turismo Universidade Caxias do Sul. Caxias do Sul: UCS, 2008. 117 p.

AMORIM, A.G.G. Processos criativos sistemáticos como fator-chave para a diferenciação das empresas: abordagem do design thinking. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2013. 53p. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70421/2/27583.pdf>. Acesso em 2 abr.2023.

ANDRADE, C. D. Passeios na Ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1975. 160p.

ANDRADE, J.V. Turismo: fundamentos e dimensões. São Paulo, Ática, 1995. 215 p.

ANDREWS, C.W. As Policy Sciences como “ciência”: método e reificação. v. 27. São Paulo: Perspectivas, 2005. pp. 13-37.

ANICET, A.; RÜTHSCHILLING, E. A. Relações entre moda e sustentabilidade. 9º Colóquio de moda. Fortaleza, 2013, 14p. Disponível em: <<http://coloquiomoda.com.br/anais/Colóquio de Moda 202013/GT-Moda-e-Sustentabilidade/>.pdf > Acesso: 20 jan. 2023.

ARAÚJO F. A. Campo-cidade-região: transformações prováveis a partir da implantação de empreendimentos minerários no Norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. NPGAU/UFMG, 2013, 139 p.

ARAÚJO, V. F. C. Intervenção urbana em centros históricos e dinâmica social: requalificação versus gentrificação em Congonhas-MG. Tese (Doutorado). Natal: UFRN, 2021. 297p.

ARCHER, B.; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: Theobald, William F. (org.). Turismo Global. 2. ed. Traduzido por: CAPOVILLA, A.M.; GUIMARÃES, M. C. C. e PENTEADO, J. R. B. São Paulo, SENAC, 2002. pp.85-102.

ASHTON, M.S. G. Cidades Criativas: análise reflexiva das relações com o turismo. In. Inovação e aprendizagem organizacional. Dusan Schreiber [Organizador]. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 835 p.

ASHTON, M. S. G.; TOMAZZONI, E. L.; EMMENDOERFER, M. L. Elementos para a validação de cidades criativas como destinos turísticos competitivos. v.7, n.17. Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 17. 2014. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/turydes/17/cidades-criativas.html>.> Acesso em: 04 jan. 2023.

AVIGHI, C. Turismo, globalização e cultura, In: LAGE, B; MILONE, P. Turismo: teoria e prática. São Paulo, Atlas, 2000. 376 p.

AZEVEDO, A. Designing unique and memorable experiences: co-creation and the “surprise” factor, III Congresso Internacional de Turismo de Leiria e Oeste. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria. 2009.

AZEVEDO, A.; MAGALHÃES, D. & PEREIRA, J. Marketing da Cidade - MyPlace. Grupo Editorial Vida Econômica, 2010. 276p.

AZEVEDO, S., & BONATES, T. Design e políticas públicas: uma revisão bibliográfica. Revista Brasileira de Políticas Públicas, 4(2). 2014. pp. 369-389.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Two Faces of Power. The American Political Science Review, v. 56, n. 4. 1962. p. 947-952.

BALICA; WRIGHT; VAN DER MEULEN. Um índice de vulnerabilidade a inundações para cidades costeiras e seu uso na avaliação dos impactos das mudanças climáticas. Natural Hazards, S. l., v. 64, n. 1, 2012. pp. 73-105

BAPTISTA, Isabel. Quando a abundância se torna uma armadilha: a maldição dos recursos minerais em Minas Gerais. In: Seminário Sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG, Cedeplar, 2019. p.22.

BARBOSA, A. L. Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Beni, M.C. (org.). Barueri:Manole, 2012. 628p.

BARBOSA, F.; GARCIA, R. A propósito da avaliação do PPA: Lições da primeira tentativa. Boletim de Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise, nº 3. IPEA. 2001. pp.121-125. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_03/ensaio2\\_proposito.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_03/ensaio2_proposito.pdf)>, Acesso em: 04 de out. 2022.

BARRETO, A. F. G. O fenômeno da mentoria na relação dos indivíduos da Geração Y com os indivíduos das gerações Veteranos, Baby Boomers, X e Y. (Dissertação de Mestrado). Recife, Pernambuco: Faculdade dos Guararapes, 2017.

BASON, C. (Ed.). Design for policy: design for social responsibility. Aldershot: Gower Publisher, 2014. 270 p.

BATISTA, C.M. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 5, Nº 3. 2005. pp. 27-33.

BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: JorgeZahar Ed, 2003. 144 p.

BAZIN, Germain O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil. Rio de Janeiro: Record,1971. 160 p.

BBC NEWS. O declínio da mineração e seu legado na América Latina. Luis Fajardo. 2015, p.1.

BECKER, H.S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. Trad. Estevão, M; Aguiar, R. São Paulo: Hucitec, 1993. 180p.

BENDASSOLLI, P. F. Estudo exploratório sobre indústrias criativas no Brasil e no estado de São Paulo. São Paulo, FGV, 2007. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13367](http://www.bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13367)> Acesso em: 04 jan. 2023.

BENETTI, L. B. Avaliação do índice de desenvolvimento sustentável do município de Lages (SC) através do método do Painel de Sustentabilidade. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental). UFSC, 2006. 215p.

BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 8. ed. Atual. São Paulo: Senac, 2003. 558p.

BINKHORST, E. Criatividade na Experiência Turística - um olhar mais atento sobre os locais. In: G. Richards & J. Wilson (eds.), Turismo, criatividade e desenvolvimento. London, Routledge, 2014. pp. 125-145.

BISSOLI, Maria A. M. A. Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação. São Paulo, Futura, 1999. 170p.

BITTENCOURT, E.; CARRIERI, A. Artigos. Responsabilidade social: ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. Rev. adm. empres. 45 (spe). Belo Horizonte, UFMG, 2005. pp.10-22. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0034-7590200500500001>> Acesso em: 3 jun. 2023.

BITTENCOURT, L. Tecendo textos culturais: tecelagem, narrativas orais e gênero no Vale do Jequitinhonha. Revista de Antropologia. v. 38 n. 2, São Paulo: USP, 1995. pp. 187-206.

BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 173 p.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. ISSN 1982-1115. Revista de Ciências Empresariais da Unipar, Umuarama, v. 22, n. 1, jan./jun. 2021. pp. 105-117.

BOLETIM SPHAN /próMemória. Brasília: 1988, nº 43.

BOSCHI, M. T. O design thinking como abordagem para gerar inovação: uma reflexão. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2012.101p. Disponível em: [https://www.academia.edu/6055173/O\\_Design\\_Thinking\\_como\\_abordagem\\_para\\_gerar\\_Inova%C3%A7%C3%A3o\\_Uma\\_Reflex%C3%A3o](https://www.academia.edu/6055173/O_Design_Thinking_como_abordagem_para_gerar_Inova%C3%A7%C3%A3o_Uma_Reflex%C3%A3o). Acesso em: 02 abr. 2023.

BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do espaço turístico. 3ª Ed. Tradução de: Baptista, J. V. Bauru, SP, Edusc, 2002. 278p.

BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. In: Bourdieu, P. (Org.). A miséria do mundo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. pp.159 - 175.

\_\_\_\_\_. Esboço de auto-análise. Tradução Miceli, S. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 140 p.

\_\_\_\_\_. O poder simbólico. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999. pp. 211-213. (BOURDIEU, 1998, p. 185).

\_\_\_\_\_. O poder simbólico. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999. pp. 211-213.

BRANDÃO, C. R. O que é Folclore? São Paulo, Brasiliense, 1985. 107p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil>> Acesso: 03 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Mapa do Turismo Brasileiro. 2019-2021. Disponível em: <<https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>> Acesso em: 02 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. 2013. Disponível em: <<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/>> Acesso em: 03 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. Brasília, 2010. 61 p.

BRONZ, D. Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS – UFRJ, 2011. Disponível em: <<teses2.ufrj.br/72/teses/760475.pdf>> Acesso em 11 de jun. 2023.

BUCHANAN, Richard. Design research and the new learning. Design Issues. v. 17, n. 4. Londres: 2001. pp.3-23.

\_\_\_\_\_. Wicked problems in design thinking. Estudos em Design. V.30. Rio de Janeiro: 1992. pp. 6-27. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/lowi1511637>>. Acesso em: 2 de abr. 2023.

BÜCKER, A. relação entre a metodologia criativa design thinking e o desenvolvimento da motivação no processo de aprendizagem de adultos. Porto Alegre: PUCRS, 2015. 173 p. <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7346>. Acesso em: 18 mai. 2023.

CABIDO, A. Prefeitura Municipal de Congonhas. Conselheiro Lafaiete, CODAP, 2010, s.p.).

CAIADO, A. S. C. (Coord.). Economia Criativa na cidade de São Paulo: Diagnóstico e Potencialidade. São Paulo, FUNDAP, 2011. 154p.

CANCLINI, N. G. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4º ed, São Paulo: EDUSP, 2007. p.281.

CARDOSO JUNIOR, J. C; GARCIA, R.C. Subsídios para repensar o sistema federal de planejamento. Rede Plataforma Política Social - Agenda para o Desenvolvimento. Revista Política Social e Desenvolvimento #12. 2015. pp. 30-55. Disponível em: < <https://revistapoliticasocialedesenvolvimento.files.wordpress.com/2015/01/revista12.pdf> >. Acesso em: 13 mai. 2023.

CARDOSO, R. Design para um mundo complexo. São Paulo: Cosac Naify, 2012. pp.13-97.

\_\_\_\_\_. Uma Introdução à História do Design. São Paulo: Edgard Blucher, 3. ed. 2008. 276p.

CARTIER-BRESSON, H. Aperture Masters of Photography. v.1. New York: Aperture, 1976. 96p.

CARVALHO, K. D.; SIMÕES, M. L. N. Turismo e patrimônio cultural sob o olhar do sujeito-morador: Uma leitura do bairro da Praia Grande, São Luís, Maranhão (Brasil). *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 12-31, abr. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/turismo/article/viewFile/21380/14097>> Acesso em: 21 mar. 2018.

CASAI, José. Congonhas do Campo. Rio de Janeiro: Ed. Timon & Cia LTDA, 1942. 130 p.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. E MACIEL, M.L. (eds) *Sistemas de Inovação e Desenvolvimento*. Trad. Arroio, A. Rio de Janeiro, UFRJ: Contraponto, 2005. 452p.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. In: CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.1. 8. ed. Trad. Majer, R. V. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 639 p.

CLETO, Joel. Senhor de Matosinhos: lenda, história, patrimônio. Matosinhos: Câmara de Matosinhos, 2019. 119 p.

COELHO, T. P. Mineração e dependência no Quadrilátero Ferrífero. n. 3. Rio de Janeiro: Intratextos, 2012. pp. 128-146. DOI:/10.12957.2012.3140.

COLLIER, J.J. Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária/Ed. USP, 1973. pp. 25-66.

CONGONHAS. Lei Orgânica Municipal nº 1, de 19 de novembro de 1990. Lei Orgânica Municipal. Congonhas: Câmara Municipal de Congonhas, 19 nov. 1990.

CORTADA, D. M. Turismo, cultura y desarrollo. Agencia Española de Cooperación Internacional, 2006. 192p.

CROSS, N. Design thinking: understanding how designers think and work. BergPublisher, 2011. 163p.

\_\_\_\_\_. Designerly ways of knowing: design discipline. *Design Studies*, v. 3, n. 4. (S. 1). 1982. pp. 221-227.

\_\_\_\_\_. Designerly ways of knowing: design discipline versus design science. *Design Issues*, 17 (3). 2001. pp. 49-55.

CSN MINERAÇÃO S.A. Relato Integrado 2022. São Paulo, CSN Mineração. 2022. 137p.

DEHEINZELIN, L. Economia criativa e desenvolvimento: desafios e oportunidades. *Ideia Socioambiental*, n. 68, 2008. pp. 68-71. Disponível em: < <http://laladeheinzelin.com.br/wp-content/uploads/2010/07/Economia-Criativa-eDesenvolvimento-desafio-e-Oportunidades-Ideia-SocioAmbiental-dez-2008.pdf> > Acesso: 19 nov. 2022.

DEPINÉ, A. Habitats de inovação: conceito e prática. (Org.) Ágatha Depiné; Clarissa S. Teixeira, v.1: il. 1 e-book - São Paulo, Perse, 2018. 294p. Disponível em: < <http://via.ufsc.br/> > Acesso: 11 nov. 2022.

DEPNER, F. Das Internet als Datenerhebungsquelle: der nonresponse-Fehler und Möglichkeiten seiner Reduktion. Norderstedt: Grin, 2007.56p.

deLEON, Peter. The historical roots of the field. In: MORAN, M.; REIN, M.; GOODIN, R. (Eds.). Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 39-57.

DIAS, R. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo, Atlas, 2003. 245p.

DIAS, R.; MATOS, F. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. 252p.

DOTTA, R. População rejeita avaliação de agência que garante estabilidade de barragem Congonhas (MG). Belo Horizonte. Brasil de Fato. 11 de jan. 2022. p.1. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/11/>>. Acesso em: 27 set.2022

DOURADO, M.L. Turismo criativo promove redescobertas. JC Uol. 2019. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/economia/turismo-de-valor/noticia/2019/07/28/>>. Acesso: 10 nov. 2022.

DUARTE, E. Pó de minério martiriza moradores de Congonhas. Hoje em Dia, 10 set. 2010. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hojeemdia/minas/po-de-minerio-martiriza-moradores-de-congonhas-1.170322>>. Acesso: 12 dez 2022.

DUXBURY, N., & RICHARDS, G. Rumo a uma agenda de pesquisa para o turismo criativo: desenvolvimentos, diversidade e dinâmicas. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited. 2019. pp. 1-14.

DYE, T.R. Entendendo as Políticas Públicas, Boston (etc.), Longman. 1984. 372 p.

EAGLETON, T. Ideologia: uma introdução. Tradução Borges, L.C.; Vieira, S. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997. 200p.

EASTON, D. A Framework for Political Analysis. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1965, p. 176p.

EMMENDOERFER, M. L. Movimento de laboratórios para inovação como locus de solidariedade democrática e de enfrentamento à pandemia COVID-19. 11(21). NAU Social, 2020. pp. 413-426.

EMMENDOERFER, M. L. ASHTON, M. S. G. Territórios criativos e suas relações como turismo. Revista Turismo & Desenvolvimento, Aveiro, v.4, n.21/22, 2014. pp.458-468.

EMMENDOERFER, M. L. DA SILVA, F. C.; LIMA, A. A. T. F. C. Evidências de Inovação Social na Gestão Pública do Turismo em Minas Gerais – Brasil: O Modelo de Circuitos Turísticos em Análise. PASOS. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural, 9(2),2011, p. 398.

EMMENDOERFER, M. L.; FIORAVANTE A. S. A. Desafios para uma cidade ser criativa em uma sociedade (pós)pandêmica: um estudo sobre Ouro Preto (MG) Brasil. *Brazilian Creative Industries Journal*. Novo Hamburgo, Feevale. v. 01, n. 1. jul./dez. 2021, pp.194-219. Disponível <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/braziliancreativeindustries/article/view/2672>> Acesso: 11 nov. 2022.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. V.24. Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>> Acesso em: 2 jun.2022.

ENGRÁCIA, Pe. Júlio. *Relação Chronologica do Santuário e Irmandade do Senhor BomJesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Gerais (1908)*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesiana, 1958. 194p.

ENRÍQUEZ. M.A.R.S. *Mineração: Maldição ou Dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira*. Tese de Doutorado. 1. Ed. Brasília: UnB, 2007. 449p.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Jornal do Brasil, 1811-1817; ou relatos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.p.255.

ESMAP; BANCO MUNDIAL; ICMM. *Desenvolvimento em comunidades por Toolkit (Versão Preliminar)*. Washington, Estados Unidos: ESMAP; Banco Mundial. Londres, Reino Unido: ICMM. 2005. Disponível em: <<https://www.esmap.org/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FAGUNDES, C.; ASHTON, M. S. G. A Oferta turística em Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil: o potencial criativo como diferencial competitivo. In: *Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, Vol. 8, nº 1, 2016. pp. 1-15.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *A basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1958. 333 p.

FALQUETO, J.M.Z; HOFFMANN, V.E; FARIAS, J.S. Saturação teórica em pesquisas qualitativas: relato de uma experiência de aplicação em estudo na área de administração. *Revista de Ciências da Administração*. v. 20, n. 52. 2018. pp. 40-53.

FARIAS, C. E. G.; COELHO, J. M. *Mineração e meio ambiente no Brasil. RelatórioGEE/PNUD*. 2002. 42p. Disponível em: <[www.cgee.org.br](http://www.cgee.org.br)> Acesso em: 04 ago.2022.

FELIPPE, M.; KUHNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. *Estudos de Psicologia*. Campinas, v. 29, n.4, out. / dez. 2012. 9 p. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/XNYyrZyTCfmmtqLFRw7DsCv/?format=pdf&lang=pt> > Acesso: 02 nov. 2022.

FERNANDES, A. L. *Oferta e demanda de agregados para a construção civil no município de São Carlos-SP*. Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2007. 126p.

FERNANDES, F. *A natureza sociológica da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980. 157p.

\_\_\_\_\_. Elementos de sociologia teórica. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.300p.

\_\_\_\_\_. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. 2.ed. São Paulo. Cia Editora Nacional, 2007. 378p.

\_\_\_\_\_. O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. In: Coleção Estudos Sociais e Políticos, 3 ed. da Revista Brasileira de Estudos Políticos. (Republicado como cap. IV de Fernandes, F. A etnologia e a sociologia no Brasil, cit.). Belo Horizonte: UFMG, 1958. pp. 210-211.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: Nóvoa, António; Finger, Matthias (Orgs.) O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 17-34.

FERREIRA, A. A. M. A expansão da mineração sobre o município de Congonhas (MG)e seus aspectos socioambientais [manuscrito]. Ouro Preto: UFOP, 2012. 114 p.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. Rio de Janeiro: FIRJAN. Edição 2022. 103 p. Disponível em: <[https://firjan.com.br/economicriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa\\_2022.pdf](https://firjan.com.br/economicriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa_2022.pdf)> Acesso: 03 jan. 2023.

FISCHER, F. Reenquadrando a política pública: política discursiva e práticas deliberativas. Oxford University Press. 2003. 314 p

FLORES, L.C. S.; MENDES, J. C. Perspectivas do destino turístico: repensando o sentido do conceito. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. 8(2). São Paulo, 2014. pp. 222-237.

FLORIDA, R. A ascensão da classe criativa – e como ela está transformando o trabalho, o lazer, a comunidade e a vida cotidiana. Nova Iorque: Basic Books, 2002, 483p

\_\_\_\_\_. A ascensão da classe criativa. Tradução de Ana Luiza Lopes. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011. 452p.

FRATUCCI, A. C. O ordenamento territorial da atividade turística no Estado do Rio de Janeiro: processos de inserção dos lugares turísticos nas redes do turismo. Dissertação (mestrado em geografia) - Instituto de Geociências, Niterói: UFF, 2000. 178 p.

FREIRE, D.; PEREIRA, L.L. História oral, memória e turismo cultural. In: Murta, S. M.; Albano, M. C. (Orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p.121-130.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 76p.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n.21. 2000. pp.211-259.

FRIQUES, M. S. O Escopo da Economia Criativa no contexto brasileiro. Redige: Revista de Design, Inovação e Gestão Estratégica. V. 4, n.01, abr. 2013. pp.1-16. Disponível em: < <http://www.iniciativacultural.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Pesquisa- Economia -e-Cultura-da-Moda.> > Acesso: 27 dez. 2022.

FUNARI, P.; PINSKY, J. Introdução. In FUNARI, P. e PINSKY, J.(Orgs.), Turismo e patrimônio cultural, 4.<sup>a</sup> Ed., São Paulo: Contexto, 2005. pp. 7-11.

FURTADO, R. F. d'A. (Org.) Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura / Celso Furtado. v. 5. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado – Arquivos Celso Furtado, 2012. pp. 28-41.

GARDNER, Howard. Inteligência:Um conceito reformulado. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 348p.

GASTAL, S. Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio. Campinas:Papirus. 2006.224 p.

\_\_\_\_\_. O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In. Castrogiovanni, A. C. (org.). Turismo urbano. São Paulo: Contexto, 2001. pp.33-42.

GIL, Gilberto. I Fórum Cultural Mundial em São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/site/index.html%3Fp=1096>>Acesso: 01 set.2022.

GOMES, E. G. M. Conselhos gestores de políticas públicas: democracia, controle sociale instituições. São Paulo: EAESP/FGV, 2003. 110p.

GONÇALVES, D. B. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. Rev.Espaço Acadêmico, n. 51. Ago. 2005. 7 p. Disponível em: <[www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br);> Acesso: 01 abr. 2023.

GONZAGA, T. A. Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga. v. 1. Poesias. Cartas Chilenas. Edição crítica de M. Rodrigues Lapa. Rio de Janeiro: INL, 1957. pp. 26-27.

GRUBBA, L. S. Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano. 1<sup>a</sup> Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017. 243p.

GRUBBA, L. S.; NISTLER. R. Desenvolvimento sustentável e a efetivação dos direitos humanos. In Revista Jurídica Furb. v.20. n.43. 2016. Disponível em: < <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/5909> > Acesso: 22 set. 2022

HAMEL, E. H.; GRUBBA, L. S. Desafios do desenvolvimento sustentável e os recursos naturais hídricos. In Revista Brasileira de Direito (IMED). v. 12. n. 1. 2016. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1111/841>. Acesso: 01 abr. 2023.

HASENCLEVER, Ernest. Ernest Hasenclever e sua viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Org. Alves, D. Bi. Belo Horizonte: FJP, 2015. pp. 205-207.

HOFBAUER, A. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. São Paulo, USP, 2011. 24 p. Disponível em: <[https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial\\_finalc3adssima\\_2011.pdf](https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf)> Acesso: 04 jan. 2023.

HOWKINS, John. Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas. Trad. Ariovaldo Griesi. São Paulo: M Books, 2013. 272p.

HOWLETT, M. Designing public policies. New York: Routledge, 2011. 412p.

HOWLETT, M.; MUKHERJEE, I.; WOO, J. J. From tools to toolkits in policy design studies: The new design orientation towards policy formulation research. *Policy and Society*, 34(3-4). 2015. pp. 165-176.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. pp.13-15.

HÜMMEL, F. C. Turismo criativo: a experiência do turismo de galpão em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo). Brasília: UnB, 2016. 141 p.

HUNT, J. Letter from the editor. *The Journal of Design Strategies*, v. 5, n. 1. 2012. pp.5-10.

IBGE. Cidades e Estados: Congonhas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/congonhas.html>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

INSTITUTO ESTRADA REAL. A Estrada Real. Disponível em <<https://institutoestrada-real.com.br/estrada-real/>> Acesso em: 25 abr. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Texto para discussão: Uma Investigação sobre a Minero-Dependência em Brumadinho-MG: as metáforas do processo de formação e da dinâmica econômica local. Brasília/ Rio de Janeiro: IPEA, 2020, 115p.

\_\_\_\_\_. Brasil em desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas, vol. 2. Brasília: IPEA, 2010. 289 p.

\_\_\_\_\_. Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Metas Brasileiras. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2018, 546p. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/ods/>>. Acesso: 22 dez. 2022.

JANSEN-VERBEKE, M.; REKOM, J. V. Escaneando visitantes de museus: marketing turístico urbano. *Annals of Tourism Research*, 23(2), 1996, pp. 364-375.

JENKINS-SMITH, H.C.; SABATIER, P.A. The study of public policy processes. In: Jenkins-Smith, H.C.; Sabatier, P.A. (Orgs.). *Policy change and learning: an advocacy coalition approach*. Boulder, Westview Press, 1993. 304p.

JOHANN, D. J. Probleme der befragungsbasierten Messung von Faktenwissen. *Sozialwissenschaften und Berufspraxis (SuB)*, ano 31, n. 1. 2008, pp.53-65.

JULIÃO, L. Plano Museológico do Museu de Congonhas. Vol. I. UNESCO, 2016. 92p.

KEA EUROPEAN AFFAIRS. A economia da cultura na Europa. Brussels, KEA, 2006,355p. Disponível em: < <https://cultureactioneurope.org/knowledge/creatives-industries/1-the-economy-of-culture-in-europe/>> Acesso: 06 jan. 2023.

KINGDON, John W. Agendas, Alternatives and Public Policies, Boston, Longman 2.<sup>a</sup>ed. Revista. 2011. 254p.

KNUPP, M. E. C. G.; EMMENDOERFER, M. L.; GONZÁLEZ, M. V.; Redes do turismo: Relações interdependentes entre atores de políticas públicas. (Orgs.) Pimentel, T.D; Gomes, B.M.A; Quadros, V.L. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: estado da arte e balanço de campo - Turismo: economia e sociedade - vol. 2, 1<sup>a</sup> ed., Salvador, Motres, 2021, pp. 218- 231.

KRIPPENDORF, J. A sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2009. 186p.

KRIPPENDORF, K. A virada semântica: uma nova base para o design. Boca Raton, FL:CRC Press. 2006. p. 29.

LAGE, B. H. G; MILONE, P. C. Economia do turismo. Campinas: Papyrus, 1991. 122p.

\_\_\_\_\_. Turismo na Economia. São Paulo: Aleph, 2004. 226p.

LANDRY, C. A cidade criativa: um kit de ferramentas para inovadores urbanos. 2. ed. London: Earthscan, 2008. 312p.

\_\_\_\_\_. Origens e futuros da cidade criativa. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: SESI, 2013. 96 p.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: REIS, Ana C.; KAGEYAMA, Peter. (orgs.). Creative cities perspectives. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2009. pp.3-4

LANDRY, C; BIANCHINI, F. A cidade criativa. London: Demos, 1995. 31p.

LASSWELL, H. D. The policy orientation. In: Lerner, D.; Lasswell, H. D. The policy sciences: recent developments in scope and method. Stanford: Stanford University Press,1951. pp.3-15.

\_\_\_\_\_. “The emerging conception of the policy sciences”, Public Policy, 1. 1971. pp. 3-14. DOI: 10.1007/BF00145189. Acesso em: 8 mai. 2023.

LAWSON, B. How designers think: the design process demystified. Routledge. 2005.

LEE, S. H. Constructing Effective Questionnaires. In: PERSHING, J. A. (Ed.). Handbook of Human Performance Technology: Principles, Practices, and Potential. New Jersey: John Wiley & Sons, 2006, p. 760-779.

LEITE, H.M.D. Silvério, o profeta negro. Congonhas: FUMCULT, 2005. 142p. LEMOS, Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Brasilense, 2004. 127p.

LEVICKAITÈ, R. Quatro abordagens para a economia criativa: uma visão geral. Business, Management and Education, v. 9. n. 1, 2011. pp. 81-92.

LICKORISH, L. J. Introdução ao turismo. Tradução de Fabíola de Carvalho S.Vasconcellos.

Rio de Janeiro: Campus, 2000. 315p.

LIMA, A. A. L. Voz de Minas. Rio de Janeiro: Agir, 1983. 236 p.

LINDBLOM, C. E. The policy making process. New Jersey: Prentice-Hall, 1980. 164p.

\_\_\_\_\_. The science of “muddling through”. *Public Administration Review*, v. 29. Spring, 1959. pp. 79-88.

LIPOVETSKY, G. O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo, 1989, 352p.

LOTTA, G.S. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In. Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil / org. Gabriela Lotta. Brasília, Enap, 2019. pp. 11-38.

LOWI, T. J. The State in politics: the relation between policy and administration. In: Noll, R. G. (org). *Regulatory policy and the Social Sciences*. Berkeley: University of California Press, 1985, p. 67-105.

LÖWY, M. Resenha Michael Löwy. n. especial (2008). Campinas: Revista HISTEDBR Online. 2011. pp. 423-426. ISSN: 1676-2584 425.

LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975, p. 346.

MACHADO, J.; BRAGA, S. Comunicação e cidades Patrimônio Mundial. Brasília: UNESCO, Iphan, 2010. 140p.

MACHADO, R. M. Da indústria cultural à economia criativa. v. 9, n.18, Rio de Janeiro: Alceu, 2009. pp. 83-95.

MANZINI, E. Design: quando todos fazem design: uma introdução ao design para a inovação social. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017. 254p.

MARGOLIN, V. A política do artificial: ensaios e estudos sobre design. Rio de Janeiro: Record, 2014. 336p.

MARICATO, E. Habitação e Cidades. 7ª Ed. - São Paulo: Espaço e Debate, 1997, 79 p.

MARTINS, R.B. A economia mineira no século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980. p.6.

MAY, P. J. Política de implementação. In *Handbook of public administration*. Jossey-Bass. 1992. pp. 163-197

MAX-NEEF, M. Desarrollo a escala humana. 2 ed. Montevideo/Uruguai: Editorial Nordan-Comunidad, 2001. 108p.

\_\_\_\_\_. La Economía Descalza. 2 ed. Montevideo: Editora Nordan, 1988. 127p.

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Guia de Introdução à Participação

Cidadã. Programa Cidades Sustentáveis. Brasília, 2022. 71p.

MIGUEZ, P. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007. pp. 95-113.

MILANEZ B. Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial - Grandes minas em Congonhas (MG), mais do mesmo? Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. pp.199-228.

MILES, S. Spaces for consumption. London: Sage, 2010, 209 p.

MINAS GERAIS. Orientações para o planejamento e gestão municipal do turismo em Minas Gerais. Belo Horizonte: SETUR, 2014.

\_\_\_\_\_. Regionalização do Turismo. 2003/ 2023. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/programas-e-acoess/regionalizacao>. Acesso: 26 abr.2023.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. Revista Qualitativa, v. 5, n. 7. 2017. pp. 01-12.

\_\_\_\_\_. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIRANDA, B. M. Efeito da Dinâmica Socioeconômica Derivada da Ocupação Urbana e Exploração Mineral: Crescimento da Criminalidade dos Municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas, de 2008 a 2013. Belém - PA. 2017. 86p.

MOESCH, N. Turismo: virtudes e pecados. In: GASTAL, S. (Org.). Turismo: nove propostas para um saber-fazer. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. pp. 93-102.

MOLDAN, B.; BILHARZ. Sustainability Indicators: Report of the projecton indicators of sustainable development. Chichester: John Wiley & Sons Ltd. 1997. 235p.

MOLINA, S. Turismo creativo: el fin de la competitividade. Santiago - Chile: Escritores,2011.

MOLINAR, C. “Relaciones entre el turismo y la cultura: turismo cultural y cultura turística en México y en Colima”. Estudios sobre las Culturas Contemporaneas. 12 (24).2006. pp. 9-33.

MONTEIRO, Isabella Pearce C. Teoria geral e princípio do desenvolvimento sustentável: conciliando desenvolvimento, ambiente e justiça. V.1. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2019. 620 p.

MORAES, D. Análise do design brasileiro entre mimese e mestiçagem. São Paulo: Edgard Blücher, 2006. 290 p. ISBN 8521203772.

MULLER, Pierre. As políticas públicas. 8.<sup>a</sup> edição. Paris: Presses Universitaires de France. 2010. DOI: 10.3917/puf.mulle.2018.01

MULLER, P.; SUREL, Y. A . A Análise das Políticas Públicas / Pierre Muller, Yves Surel; (traduzido por) Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

NEVES, B. A. de C. Patrimônio Cultural e Identidade. In: MARTINS, J. C. O. (org.) Turismo, cultura e identidade. São Paulo: Rocca, 2003. 21-30 pp.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. N° 10. São Paulo: PUC-SP. 1993, pp. 07-28.

NUNES DA SILVA, M. A. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas Analíticos, Cases. Editora Vozes, 2006. 296 p.

OLIVEIRA, J. Comunidade denuncia ao MP nove barragens 'escondidas' em Congonhas. Belo Horizonte: Jornal Estado de Minas. In. 12/02/2019. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/02/12/interna-brasil,736933/>> Acesso em: 21 fev.2023.

OLIVEIRA, J.A. responsabilidade social em pequenas e médias empresas. V.24, n.4. São Paulo, Revista de Administração de Empresas.1984. pp. 203-210.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. A Agenda 2030. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

OSTROWER, F. Criatividade e processos de criação. 12 ed. Petrópolis: Editora Vozes,1987. 187p.

PAPANEK, V. Design for the real world: Human ecology and social change. 2ª ed. New York: Pantheon, 1971. 140p.

PEARCE, D. G.; BUTLER, R. Geografia do Turismo: fluxo e regiões no mercado eviagens. (Saulo Krieger, trad.). São Paulo: Aleph, 2003.

PELEGRINI FILHO, A. Ecologia, Cultura e Turismo. 5 ed. rev, Campinas: Papirus,2000, 190 p.

PERA, R. Empoderando o novo viajante: storytelling como comportamento cocriativo no turismo. Current Issues in Tourism, v.20, n.4, 2017. pp.331-338.

PERASSI, R. A visualidade das marca institucionais e comerciais como campo de significação. Campo Grande – MS, 2001. pp.1-14. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/46776877862797054426912927619445443827.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2022.

PEREIRA, M. M.; ABIB, M.L. V. S. Memória, cognição e afetividade: um estudo acerca de processos de retomada em aulas de Física do Ensino Médio. v. 22, n. 4. Bauru: Ciênc.Educ, 2016. pp. 855-873.

PIMENTEL, T. D. A espacialidade na construção da identidade: a Feira do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinho. Congonhas do Campo/ Minas Gerais. Belo Horizonte:UFMG, 2008.

POPE, C; MAYS, N. Pesquisa qualitativa na atenção à saúde. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118 p.

PORTER, M. E. Aglomerados e competição: novas agendas para empresas, governo e instituições. In: PORTER, M. (Org.). Competição: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus. 1999. 515p.

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. 280p.

PRATT, A.C. "Cidades criativas: as indústrias culturais e a classe criativa." In geografiska annaler: series b, human geography. v.90, n.2, 2008. pp. 107-117.

\_\_\_\_\_. Clusters criativos: rumo à governança do sistema de produção das indústrias criativas? Media International Australia. v. 112, n.1, 2004. pp. 50-66.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS. Legislações Municipais. Câmara Municipal de Congonhas /MG. 2003, 2011, 2016, 2017, 2018, 2020. Disponível: <<https://www.congonhas.mg.gov.br/>>. Acesso em: 22 set. 2022/4 fev. 2023.

QUINTÃO; TEODÓSIO; FREITAS. Doce fel da minero-dependência nas cidades mineiras: Brumadinho e Itabira em perspectiva. Cad. MetrÓpole 24 (54). 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5409>> Acesso em: 21 fev. 2023.

RAYMOND, C.R. Turismo criativo na Nova Zelândia: os desafios práticos do desenvolvimento do turismo criativo. In: RICHARDS, G; WILSON, J. (Eds.). Tourism, creativity and development. London: Routledge, 2007. pp. 145-157.

REIS, A.C. F. Introdução. Em: REIS, A. C. F. (Ed.). Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2008. p. 14-49.

REIS, A. C. F.; URANI, A. Cidades criativas: perspectivas brasileiras. In: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Orgs.). Cidades criativas: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative Cities Productions, 2011, 176p. Disponível em: <<https://imprensa.spturis.com.br/wp-content/uploads/2012/05/>> Acesso: 05 jan. 2023.

REJOWSKI, M. Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira. Campinas: Papirus, 2000. 167p.

RHODES. R.A.W. Policy Networks in British Government". 2006, 320p.

RICHARDS, G. Criatividade e turismo: o estado da arte. Annals of tourism research, v. 38, n. 4, p. 1225-1253, 2011. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Greg\\_Richards3/publication/241854896\\_Creativity\\_and\\_Tourism\\_The\\_State\\_of\\_the\\_Art/links/554244730cf24107d39407f0.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Greg_Richards3/publication/241854896_Creativity_and_Tourism_The_State_of_the_Art/links/554244730cf24107d39407f0.pdf)>. Acesso: 19 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Turismo criativo e evento cultural. 2º Fórum da Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Icheon, República da Coreia. 2010, pp. 1-14.

\_\_\_\_\_. Turismo cultural na Europa. Wallingford: CAB International, 1997.

RICHARDS, G.; RAYMOND, C. Turismo criativo. v. 23, n.08. São Paulo: Atlas, 2000. pp.16 - 20.

RICHARDS, G.; WILSON, J. Desenvolver a criatividade nas experiências turísticas: uma solução para a reprodução seriada da cultura? Tourism Management, v. 27, n.06, 2007. pp.1209-1223.

RICHTER, M. Elaboração de Roteiros: vol. único. Monika Richter... [et al]. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016. 328 p.

RIFKIN, J. Idade de acesso - a nova cultura do capitalismo. Paris: La Découverte, 2005, 11p.

RODRIGUES, A.L; MALO, M.C. Estruturas de Governança e Empreendedorismo Coletivo: o Caso dos Doutores da Alegria. Vol. 10, ed. 3. Rio de Janeiro: Revista de Administração Contemporânea, 2006. pp. 29-50. Disponível em:  
<<https://www.proquest.com/docview/1458283509>> Acesso em: 23 jun. 2022.

ROSENAU, J. N. “Governança, ordem e transformação na política mundial”. In: Rosenau, J. N. e Czempiel, Ernst-Otto. Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília, UnB; São Paulo, Imp. Oficial do Estado, 2000. pp. 11-46.

RUA, M. G. “Análise de políticas públicas: conceitos básicos.” Programa de Apoio à Gerência Social no Brasil - BID. 1997.

SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil. 1817 a 1822. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941. 474 p.

SAMPAIO, Márcio. A paisagem mineira. Belo Horizonte, 1977. 72 p.

SANTIN, S. Cultura corporal e qualidade de vida. Kinesis, Santa Maria, v.27, 2002. pp.116-186.

SANTOS, Maria Helena de Castro. “Governabilidade, governança e democracia: Criação da capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil Pós-Constituinte”. In: Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 40, n.3, 1997. pp. 335-376.

SANTOS, Milton. Espaço do Cidadão. 7ª. Ed. São Paulo: EDUSP, 2007. 176p.

\_\_\_\_\_. Geografia e planejamento: o uso do território - Geopolítica. Tempo, Técnica, Território. v. 2, n. 2. Brasília, DF: 2011, pp. 1- 49.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. GEOgraphia. Ano 1. n. 1. Rio de Janeiro:1999. pp. 7-13.

\_\_\_\_\_. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 94p.

SARAVIA, E. Políticas públicas; coletânea / organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. Brasília: ENAP, 2006. 2 v. ISBN 85-256-00.

SCARANO, Julita. Fé e milagre: ex-votos pintados em madeira: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Edusp, 2004. 121 p.

SCHNEIDER; A. L.; INGRAM, H. Policy design for democracy. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1997. 241p.

\_\_\_\_\_. Desafios do Policy Design. Journal of public policy, 17(02). 1997. pp. 141-159.

SCOTT, N. Política de Turismo: Uma Revisão Estratégica. Brisbane/Austrália, Universidade de Queensland, 2011. pp. 1-64.

SEBRAE. Cadeia produtiva do turismo: Cenários econômicos e estudos setoriais. Recife: Sebrae, 2008. 38p.

\_\_\_\_\_. Identidade Demográfica dos Municípios Mineiros. Congonhas/Regional Centro. Belo Horizonte: SEBRAE, 2021, 14p.

SECCHI, G. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, L. Abordagens e dimensões da análise de políticas públicas. In: COUTINHO, R. M. Políticas públicas: coletânea. Brasília: Enap, 2016. p. 69-93.

SIDNEY, M. S. Formulação de Política: desenho e ferramenta. In: Manual de Análise de Políticas Públicas. 2003, pp.79-89.

SILVA JÚNIOR, A.; SILVA, P.O.M; MESQUITA, J.M.C. As dimensões teórica e metodológica do grupo focal no contexto da pesquisa qualitativa. Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual / Souza, E.M.(org.). Vitória: EDUFES, 2014. 296 p.

SHAFER, David Michael. Winners and Losers: how sectors shape the developmental prospects of states. Ithaca: Cornell University Press, 1994. 288p.

SOLHA, K. T. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: Ruschmann, D., Solha, K. T.; Planejamento turístico. São Paulo: Manole, 2006. pp. 89-100.

SONTAG, S. Ensaios sobre fotografia. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986 178 p.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. v. 17, n. 38. jan./abr. Porto Alegre: Sociologias, 2006. pp. 20-45.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Trad. ROCHA, L.O. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 288p.

THEOBALD, William F. (org.). Turismo Global. 2. ed. Traduzido por A. M. Capovilla; M. C. G. Cupertino e J. R. B. Penteado. São Paulo: SENAC, Trad. Global Tourism, 2002. 512p.

TORRE, De La. El Turismo: fenómeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. 161p.

TUBINO D. Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial - A busca pela sustentabilidade socioambiental em Itabira. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. 313p.

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. Relatório de economia criativa 2010. Economia criativa: uma opção de desenvolvimento viável. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

424 p. Disponível em: < [https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103\\_pt.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf). > Acesso: 25 nov. 2022.

UNESCO. Unesco financia iniciativas da indústria criativa e pede inclusão da cultura nos planos de recuperação. 10 fev. 2021. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/111352-unesco-financia-iniciativas-da-industria-criativa-e-pede-inclusao-da-cultura-nos-planos-de>>. Acesso: 17 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Sistema de Bibliotecas e Informação. Guia para normalização de trabalhos acadêmicos. Ouro Preto, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/>. Acesso em: 25 jun.2023.

VALE. Vale, 2023. Disponível em: <<https://www.vale.com/pt/>>. Acesso: 21 mai.2023.

VAN DOORN, J. Can futures research contribute to tourism policy? *Tourism Management*, 3(3). 1982. pp.149-166.

VASCONCELOS, R. Projeto propõe turismo além da contemplação. *Diário de Pernambuco*. 02 de ago. 2019. Disponível em: < <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/08/projeto-propoe-turismo-alem-da-contemplacao.html>>. Acesso: 26 nov. 2022.

VELASCO GONZÁLEZ, M. “Gestión pública del turismo. La gobernanza”. in Juan Pulido Fernández, I., e López Sánchez, Y. (Eds.). *Gestión estratégica sostenible de destinos turísticos*. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, Servicio de Publicaciones. 2013, pp.469 - 519.

VERÓN, E. *Fragments de um tecido*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004. 286p.

VIANA, A. L. B. *Modelos relacionais para a organização e o desenvolvimento regional do turismo*. Tese, Doutorado em Desenvolvimento Regional. Cruz do Sul: UNISC, 2012,307p.

VIANA, M. B. *Avaliando Minas: Índice de Sustentabilidade da Mineração (ISM)*. Tese Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Brasília: UnB, 2012. 372p.

VIGNATI, F. *Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para pólos, cidades e países*. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2008. 451p.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, v. 22, n. 44. Campinas: 2014, pp. 203-220. Disponível em: <<https://www.academia.edu/16320788/>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

WALLAS, G. *A Arte do Pensamento*. Londres: Jonathan Cape, 1926, pp.78-97. Disponível em: <<https://archive.org/details/theartofthought/page/n21/mode/2up>>. Acesso: 21 mai. 2022.

WARNIER, J.P. *A mundialização da cultura*. Trad. Luís Felipe Sarmiento. Lisboa: Notícias, 2000, 184p.

WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil - do Rio de Janeiro ao Maranhão: tradução de Myriam Ávila*. 2 v. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 315p.

# APÊNDICE

## APÊNDICE A - Roteiro da entrevista

### ENTREVISTA - GESTOR DE MINERADORA QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO

1. Qual o grau de conhecimento e compreensão sobre o conceito de reconversão econômica e sua relevância para a sustentabilidade de Congonhas?
2. Você acredita que a economia criativa pode ser uma alternativa viável para a reconversão econômica de Congonhas? Por quê?
3. Quais são as principais barreiras e desafios que você enxerga na implementação da economia criativa como uma alternativa econômica em Congonhas?
4. Na sua opinião, quais setores da economia criativa poderiam ser mais explorados em Congonhas, levando em consideração a presença das empresas mineradoras?
5. Como você imagina que a integração entre as empresas mineradoras e os setores da economia criativa poderia ocorrer em Congonhas? Quais sinergias ou colaborações seriam possíveis?
6. Quais são as principais oportunidades e benefícios que você enxerga na adoção da economia criativa para a reconversão econômica de Congonhas?
7. Você acredita que a reconversão econômica de Congonhas por meio da economia criativa poderia contribuir para a diversificação do mercado local? Por quê?
8. Quais seriam os possíveis impactos sociais da adoção da economia criativa em Congonhas, tanto para os trabalhadores locais quanto para a comunidade em geral?
9. Na sua opinião, quais seriam as medidas necessárias para promover a integração das empresas mineradoras com os empreendimentos da economia criativa em Congonhas, visando maximizar os benefícios para ambas as partes?
10. Existe alguma previsão de período ou data para o pós-mineração em Congonhas? Há algum programa ou plano em vigor para o fechamento de minas em Congonhas?

## APÊNDICE B - Roteiro da entrevista

### ENTREVISTA COM MORADORES

#### Roteiro de Pesquisa

##### A. APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Convidamos-lhe a participar desta pesquisa de Mestrado em Turismo e Patrimônio (PPGTURPATRI), desenvolvida por mim, Ana da Cruz Alcântara Campos Vieira, com orientação do professor Dr. Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp, pró-reitor de Extensão e Cultura da UFOP. A pesquisa tem o objetivo de obter um conhecimento mais aprofundado para verificar se a comunidade de Congonhas/MG compreende o turismo criativo como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável principalmente no período pós-mineração.

Sua participação é voluntária e a qualquer momento, você poderá desistir de participar. O tempo de resposta vai variar de acordo com a evolução da entrevista.

#### Identificação do(a) entrevistado(a)

Indicador genérico para identificar a fala:-----

Se estiver de acordo, assinale o item abaixo:

( ) Sim. Estou respondendo a pesquisa de forma voluntária. Declaro que não recebi qualquer incentivo financeiro e estou contribuindo com a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa, que possui objetivos acadêmicos. Estou certo de que a minha colaboração se fará de forma anônima e na publicação dos resultados minha identidade será preservada.

**1. Nome:** -----

**2. Gênero:** ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro ( ) Prefiro não dizer

**3. Idade:** ( ) Até 19 anos ( ) De 20 a 30 anos ( ) De 31 a 40 anos ( ) De 41 a 50 anos  
( ) Mais de 51 anos

**4. Estado Civil:** ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Viúvo

**5. Nível de escolaridade:**

- Ensino Fundamental Completo       Ensino Fundamental Incompleto  
 Ensino Médio Completo       Ensino Médio Incompleto  
 Ensino Superior Completo       Ensino Superior Incompleto  Pós-Graduação

**6. Remuneração:**  Até 2 SM (salários mínimos)  De 2,1 a 5 SM  De 5,1 a 10 SM

Mais de 10,1

**7. Ocupação e/ou Vínculo empregatício:**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Servidor Público        | <input type="checkbox"/> Funcionário na Área de Mineração          |
| <input type="checkbox"/> Funcionário do Comércio | <input type="checkbox"/> Estágio Profissional                      |
| <input type="checkbox"/> Trabalhador Autônomo    | <input type="checkbox"/> Empregado Doméstico                       |
| <input type="checkbox"/> Trabalho Voluntário     | <input type="checkbox"/> Trabalho Eventual ou avulso               |
| <input type="checkbox"/> Trabalhador Temporário  | <input type="checkbox"/> Aposentado <input type="checkbox"/> Outro |

**B. ABORDAGEM INICIAL**

**8.** Você se sente satisfeito em morar em Congonhas?  Sim  Não. Justifique sua resposta.....

**9.** Qual é a primeira imagem que vem à sua cabeça quando se fala “Congonhas”? -----  
-----

**10.** Qual a nota que você dá para a qualidade de vida nesta cidade?

Excelente       Média       Regular       Ruim ou Negativa

**11.** Qual a sua percepção sobre a expectativa do fim da mineração em Congonhas nos próximos anos? Quais os impactos que você imagina na cidade? -----  
-----

**12.** Na sua opinião, quais as entidades ou as pessoas que devem criar alternativas de renda para a cidade em meio à perspectiva do fim da mineração? -----

**13.** Quando a mineração se esgotar, como você consegue ver Congonhas no futuro? -----  
-----

**14.** Você tem algum parente ou conhece alguém que trabalha na mineração?

( ) Sim ( ) Não

15. Você tem algum parente ou conhece alguém que trabalha no turismo?

( ) Sim ( ) Não

### C. ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

16. Você verifica se Congonhas está se preparando para o período em que as mineradoras finalizarão suas atividades de extração de minério? ( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

17. Você sabe quais são os retornos sociais que as mineradoras oferecem para a proteção do patrimônio cultural de Congonhas? ( ) Sim. Citar: ----- ( ) Não

18. Congonhas vive uma dependência econômica da mineração e os recursos minerários extraídos são esgotáveis. Sendo assim, cite duas atividades que você pensa que podem ser impulsionadas para se tornarem uma alternativa para o desenvolvimento sustentável de Congonhas no pós-mineração? -----  
-----

19. Nas minas atualmente ocupadas pelas mineradoras, quais destinações podem ser dadas a essas áreas com o fim da atividade produtiva? -----  
-----

20. Você já ouviu falar em Turismo Criativo? ( ) Sim ( ) Não

20.1. O conceito de Turismo Criativo foi definido em 2000 por Crispin Raymond e Greg Richards como “um tipo de turismo que oferece aos visitantes a oportunidade de **desenvolver seu potencial criativo** através da participação ativa em cursos e experiências de aprendizado características do destino”. De acordo com Richards (2013), o turista procura a essência dos lugares e quer ter a vivência do cidadão local. Para ele, “o turista não quer mais ver apenas prédios históricos, ele quer ter o contato com os moradores. E isso é possível através de atividades criativas, onde comunidade e o visitante criam algo juntos, contribuindo para aumentar a qualidade de vida dos locais e enriquecer a experiência do turista”. Esse fenômeno social e complexo vem promovendo interações e experiências autênticas em outras localidades. Você acha que o Turismo Criativo pode ser uma alternativa para diversificar a economia de Congonhas principalmente no pós- mineração? ( ) Sim ( ) Não

21. Considerando o conceito de turismo criativo, qual a área mais vocacionada para trabalhar o turismo criativo em Congonhas?  
.....

**22.** Em sua opinião, a comunidade de Congonhas se envolve e participa das fases de elaboração e implementação de produtos e roteiros turísticos (local ou regional)?

Sim  Não  Às vezes  Muito raramente

#### **D. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**23.** Você tem interesse em participar de alguma capacitação na área de turismo?

Sim. Área de interesse: -----  Não

**24.** Qual é a atividade mais importante para Congonhas?

O turismo  A mineração  Outra. Citar: -----

Muito obrigada!